

RELATÓRIO DO 3º CICLO

Relatório do 3º Ciclo de
Monitoramento e Avaliação
das Metas do Plano Estadual
de Educação – PEE/TO

BIÊNIO
2020/2021

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS

Wanderlei Barbosa Castro

GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Laurez Moreira

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Fábio Pereira Vaz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eder Martins Fernandes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Markes Cristiana Oliveira dos Santos

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Daniella Roberta Flores da Costa

ASSESSORIA DE GABINETE

Celestina Maria Pereira de Souza

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Márcia Cristina Mota Brasileiro

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Anice de Souza Moura

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E
PROFISSIONAL

Tiago da Silva Costa

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTO ESCOLAR

Francys Paula Diniz

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Marcus Tadeu Ribeiro de Matos

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA E OBRAS

Morgana Nunes Tavares Gomes

SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS

Orcidália Martins Feitosa

SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA

Graciana Herculano de Albernaz Ribeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Geuvar Silva de Oliveira

REVISÃO LINGUÍSTICA

Schierley Régia Costa Colino de Sousa

Liliane Alves da Costa de Oliveira

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Coordenadora Geral:

Schierley Régia Costa Colino de Sousa

Técnicos(as) especialistas: Elaine Castro Neves

de Oliveira Jaciene Moreira Marcelino

Manoel de Jesus Ferreira dos Santos

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS METAS (Biênio 2020-2021)

Portaria Seduc-TO nº 246, de 21 de fevereiro de 2024

Meta 1 - Educação Infantil

Titular: Sâmia Maria Carvalho Macêdo, matrícula nº 43988-1

Suplente: Marivânia Silva Mendes, matrícula nº 749816-2

Meta 2 – Alfabetização

Titular: Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca, matrícula nº 11888326-1

Suplente: Maria de Fátima Rodrigues da Silva, matrícula nº 1181181-1

Meta 3 - Ensino Fundamental

Titular: Luciana Fagundes Bastos de Carvalho, matrícula nº 31280-1

Suplente: Cláudia Senai Gomes de Moraes, matrícula nº 665888-4

Meta 4 - Ensino Médio

Titular: Iane Dias de Oliveira, matrícula nº 1046020-5

Suplente: Lucineide Oliveira dos Santos Souza, matrícula nº 1223100-1

Meta 5 - Educação em Tempo Integral

Titular: Leandro de Souza Vieira, matrícula nº 1031074-5

Suplente: Rosemary Gonçalves Teixeira Carvalho, matrícula nº 742573-4

Meta 6 - Educação Especial

Titular: Paola Regina Martins Bruno, matrícula nº 877429-3

Suplente: Nádia Flausino Vieira Borges, matrícula nº 1058371-2

Meta 7 - Educação do Campo

Titular: Walquiria de Souza Milhomem, matrícula nº 678172-7

Suplente: Manoel Messias Antônio de Lima, matrícula nº 536640-4.

Meta 8 - Educação de Jovens e Adultos

Titular: Lilia Soares Borges, matrícula nº 105606.9-3

Suplente: Renato Lopes Albuquerque, matrícula nº 1195956-1

Meta 9 - Educação de Jovens e Adultos

Titular: Saionara Moraes Marinho, matrícula nº 514901-2

Suplente: Rosângela Souza Terreço, matrícula nº 739045-3

Meta 10 - Educação em Prisões e Unidades Socioeducativas

Titular: Israel de Freitas Silva, matrícula nº 1029916-7

Suplente: Waltineth Pereira Lima Neves, matrícula nº 810153-2

Meta 11 - Educação Ambiental

Titular: Renata de Kássya da Silva Acácio, matrícula nº 1210440-1

Suplente: Nelson José Maciel Gonçalves, matrícula nº 949982-2

Meta 12 - Educação em Direitos Humanos

Titular: Isolda Barbosa de Araújo Pacini, matrícula nº 842002-3

Suplente: Virgínia Teresina de Moura, matrícula nº 482514-5

Meta 13 - Educação Indígena

Titular: Ercivaldo Damsôkekwa Calixto Xerente, matrícula nº 1057790-3

Suplente: Maria do Carmo Pereira dos Santos Tito, matrícula nº 968228-5

Meta 14 - Educação e Cultura Afro-Brasileira

Titular: Antônio Miranda dos Santos Moura, matrícula nº 533297-2

Suplente: Rosângela Rodrigues da Silva Moura, matrícula nº 761907-4

Meta 15 - Educação Profissional

Titular: Keli Franco Barroso Bueno, matrícula nº 1159041-3

Suplente: Josiel Gomes dos Santos, matrícula nº 469030-1

Metas 16- Educação Superior:

Titular: Daiany Mayara Tomaz Carvalho de Oliveira, matrícula nº 1132547-1

Suplente: Vanusa de Sales Bastos, matrícula nº 527261-2

Metas 17- Educação Superior (Qualidade da Educação)

Titular: Zênia Moreira Victor, matrícula nº 1045644-5

Suplente: Viviany Damaso Cardoso, matrícula nº 1251821-6

Metas 18- Educação Superior (Pós-Graduação)

Titular: Derivalda Cavalcante da Silva, matrícula nº 1077351-2

Suplente: Eliânia Pereira Pinheiro, matrícula nº 1143832-6

Meta 19 - Formação Inicial

Titular: Daiany Mayara Tomaz Carvalho de Oliveira, matrícula nº 1132547-1

Suplente: Marilha dos Santos Maciel, matrícula nº 364414-3

Meta 20 - Formação Continuada

Titular: Willian Costa de Medeiros, matrícula nº 859014-4

Suplente: Selma Alves Rozendo Silva, matrícula nº 656644-1

Meta 21 - Valorização dos Profissionais da Educação

Titular: Luciano Gomes dos Santos, matrícula nº 165739-2

Suplente: Francys Paula Diniz, matrícula nº 947729-1

Meta 22 - Gestão Democrática

Titular: Lêda Maria Tomazi Fagundes, matrícula nº 526505-2

Suplente: Rosalice de Carvalho, matrícula nº 473720-3

Meta 23 - Qualidade da Educação

Titular: Lillian Aparecida Carneiro Souza, matrícula nº 898214-4

Suplente: Emerson Azevedo Soares, matrícula nº 728140-3

Meta 24 - Ampliação do Investimento

Titular: Haroldo Bucar da Costa, matrícula nº 795590-5

Suplente: Fernanda Soares Mendes, matrícula nº 11758872-1

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AF	Anos Finais do Ensino Fundamental
AI	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Amalfa	Programa Mais Alfabetização
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
Conae	Conferência Nacional de Educação
CEE/TO	Conselho Estadual de Educação
SRE	Superintendência Regional de Educação
EA	Educação Ambiental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDH	Educação em Direitos Humanos
EAD	Educação a Distância
EEI	Educação Escolar Indígena
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EPT	Educação Profissional Tecnológica
ETI	Educação em Tempo Integral
Geocapes	Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP	Língua Portuguesa
MEC	Ministério da Educação
PEE/TO	Plano Estadual de Educação do Tocantins
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação –
PEE/TO

Pnad-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
P.P	Pontos Percentuais
Renalfa	Rede Nacional de Articuladores de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Seduc-TO	Secretaria de Estado da Educação
TBM	Taxa Bruta de Matrícula
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc/TO), imbuída da atribuição de publicar, prevista na Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, apresenta à sociedade tocaninense o Relatório das metas do Plano Estadual de Educação (PEE) vigência de 2015 a 2025. Esse documento é fruto do monitoramento das metas estabelecidas, dos resultados alcançados por meio de indicadores. O Plano Estadual de Educação (2015-2025) estabelece as metas para um período de 10 anos, envolvendo o território do Tocantins, sendo o principal instrumento de política pública educacional no Estado. Com o Plano Estadual de Educação, o sistema Estadual de Ensino e toda a sociedade passaram a contar com uma referência para as políticas educacionais. O Plano é composto por 24 metas, divididas em três grandes objetivos: melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso e a permanência e valorizar os profissionais da educação, assim como um conjunto de 325 estratégias, dispostas no Anexo Único à Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. As metas foram planejadas a fim de garantir o acesso, a permanência e o sucesso com qualidade, a superação das desigualdades educacionais, a formação integral e para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais e o exercício da cidadania, alicerçados na equidade. As estratégias constituem os meios para direcionar o planejamento das políticas públicas, que visam, a princípio, ao alcance das metas, tendo como resultado final o cumprimento e a consolidação das diretrizes e metas. O Plano Estadual de Educação possui metas estruturantes que visam à garantia do direito à educação básica com qualidade, que diz respeito ao acesso e permanência, à universalização da alfabetização, à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Essas temáticas estão contempladas nas Metas 1, 2, 3, 4, 5, 9, 15 e 23. Um segundo grupo de metas, diz respeito, especificamente, à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade e a inclusão, sendo contempladas nas metas 6, 7, 10, 11, 12, 13 e 14.

Terceiro grupo, formado pelas Metas 19, 20, 21 e 22, trata da valorização dos profissionais da educação e da gestão democrática, consideradas estratégicas para que as metas anteriores sejam alcançadas. O quarto grupo se refere às Metas 16, 17 e 18, que tratam do ensino superior, e, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estadual. O presente relatório tem como objetivo apresentar a evolução dos indicadores que

medem o cumprimento das metas, e, assim, contribuir para discussões e melhoria das políticas públicas do Estado. Com isso, a Seduc apresenta aos gestores públicos e à sociedade tocantinense o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação referente aos anos de 2020-2021, com base nos indicadores definidos pelo Inep, para o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). É importante registrar que as opções adotadas para a elaboração deste Relatório de Monitoramento são propostas ainda em construção, que poderão ser aprimoradas quando da publicação dos próximos ciclos de monitoramento. Ressalto que o presente Relatório teve como base metodológica e estrutural o Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que monitora o Plano Nacional de Educação (PNE) e demais dados disponibilizados pelos órgãos oficiais que atuam com educação no Brasil. Fazem parte deste trabalho, de forma complementar, as fichas técnicas que orientam o cálculo dos indicadores e trazem informações acerca das bases de dados utilizadas. Por isso, as fichas técnicas dos indicadores são notas metodológicas essenciais para maior e melhor compreensão dos indicadores. A publicização deste relatório contribuirá para o acompanhamento e o cumprimento das metas estabelecidas no PEE-TO, permitindo dimensionar os desafios que se impõem para o alcance dos objetivos traçados ao longo dos 10 anos de vigência, bem como o fortalecimento da educação do Estado do Tocantins.

Secretário de Estado da Educação

Fábio Pereira Vaz.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019 A 2021.

GRÁFICO 2 – PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA – BRASIL – 2019 E 2021.

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 06 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL.

GRÁFICO 4 – MATRÍCULA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL 2021.

GRÁFICO 5 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL.

GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS POR ETAPA DE ENSINO DO TOCANTINS.

GRÁFICO 7 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.

GRÁFICO 8 – MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL.

GRÁFICO 9 – MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO DA REDE ESTADUAL.

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI - TOCANTINS 2016 A 2021.

GRÁFICO 11 – PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI - REDE MUNICIPAL E ESTADUAL.

GRÁFICO 12– Nº DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

GRÁFICO 13 – MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CLASSE COMUM DO ENSINO REGULAR E CLASSES EXCLUSIVAS.

GRÁFICO 14 – Nº DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

GRÁFICO 15 – PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2020.

GRÁFICO 16 – MUNICÍPIOS QUE CONTAM COM AEE

GRÁFICO 17 – TOTAL DE MATRÍCULAS NO AEE.

GRÁFICO 18 – ESTUDANTES ATENDIDOS E VAGAS DISPONÍVEIS NO AEE.

GRÁFICO 19 – ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS.

GRÁFICO 20 – ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS. RESIDENTES NO CAMPO.

GRÁFICO 21 – ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES.

GRÁFICO 22 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS - NEGROS E NÃO NEGROS.

GRÁFICO 23 – OFERTA DA MODALIDADE EJA.

GRÁFICO 24 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CONSIDERADA ALFABETIZADA – BRASIL – 2012-2020.

GRÁFICO 25 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL - 2013 – 2021.

GRÁFICO 26 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - POR GRANDE REGIÃO – BRASIL - 2013 – 2021.

GRÁFICO 27– NÚMERO DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – TOCANTINS – 2017-2021.

GRÁFICO 28 – NÚMERO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 29 – TOTAL DE MATRÍCULAS OFERTADAS/ATENDIDAS NO SOCIOEDUCATIVO 2 - TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 30 – TOTAL DE MATRÍCULAS DESAGREGADAS POR UNIDADE ESCOLAR-TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 31 – PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA QUE FREQUENTA A ESCOLA NO SOCIOEDUCATIVO (2020-2021).

GRÁFICO 32 – Nº DE MATRÍCULAS NO SOCIOEDUCATIVO POR MODALIDADE DE ENSINO (2020-2021).

GRÁFICO 33 – Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS (2020- 2021).

GRÁFICO 34 – Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL POR GÊNERO - TOCANTINS (2020-2021)

GRÁFICO 35 – Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO SISTEMA PRISIONAL POR REGIME -TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 36 – PERCENTUAL DE PRESOS NO REGIME FECHADO QUE FREQUENTA A ESCOLA NO SISTEMA PRISIONAL - TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 37 – Nº DA POPULAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL QUE FREQUENTA A ESCOLA EM REGIME FECHADO - TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 38 – TOTAL DE MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL - TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 39 – INDICADORES EDUCACIONAIS-2020/2021.

GRÁFICO 40 – UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS DO TOCANTINS ANO: 2020.

GRÁFICO 41 – UNIDADES ESCOLARES E EXTENSÕES INDÍGENAS DO TOCANTINS - ANO 2021.

GRÁFICO 42 – ESCOLAS INDÍGENAS BILÍNGUE NO TERRITÓRIO DO TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 43 – QUANTIDADE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA/ TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 44 – Nº ABSOLUTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL POR ANO.

GRÁFICO 45 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2020-2021).

GRÁFICO 46 - PERCENTUAL DE INDÍGENAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM ESCOLA NO BIÊNIO DE 2020-2021.

GRÁFICO 47 – POPULAÇÃO INDÍGENA DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA EM 2020-2021.

GRÁFICO 48 – Nº DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO - TOCANTINS (2014 – 2021).

GRÁFICO 49 – DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - TOCANTINS (2014-2021).

GRÁFICO 50 – Nº DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR TIPO DE OFERTA - TOCANTINS (2014-2021).

GRÁFICO 51 – DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR SEGMENTO - TOCANTINS (2014-2021).

GRÁFICO 52 – MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE REFERÊNCIA 2020 E 2021.

GRÁFICO 53 – Nº DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (PÚBLICA E PRIVADA) TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS/2020 E 2021.

GRÁFICO 54 – DISTRIBUIÇÃO DE CATEGORIAS (REDE PRIVADA E REDE PÚBLICA) DE 1980 A 2021.

GRÁFICO 55 – Nº DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS E EAD NO ESTADO DO TOCANTINS EM 2021.

GRÁFICO 56 – DADOS GERAIS.

GRÁFICO 57 – QUANTIDADE DE MATRICULAS REALIZADAS NOS ANOS DE 2018 A 2021.

GRÁFICO 58 – PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO – TOCANTINS (2017-2021).

GRÁFICO 59 – PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – TOCANTINS – 2017-2021.

GRÁFICO 60 – PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO EM EXERCÍCIO - TOCANTINS (2017-2021).

GRÁFICO 61 – PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO EM EXERCÍCIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - TOCANTINS 2017-2021.

GRÁFICO 62 – Nº DE TÍTULOS DE MESTRADOS CONCEDIDOS, POR ANO 2019-2021.

GRÁFICO 63 – Nº DE TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS, POR ANO – TO - 2019-2021.

GRÁFICO 64 – DISTRIBUIÇÃO DE TITULAÇÃO, POR REDE DE ENSINO TOCANTINS-2021.

GRÁFICO 65 – PERCENTUAL DE PROFESSORES FORMADOS NO ENSINO SUPERIOR POR NÍVEL DE ENSINO – INEP - BRASIL.

GRÁFICO 66– DADOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO TOCANTINS - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 67 – DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS NO TOCANTINS, SEGUNDO INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 68 – DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS NO TOCANTINS, SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 69 – DADOS DO ENSINO MÉDIO - TOCANTINS SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 70 – DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - EJA/TOCANTINS, SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 71 – DADOS DO ENSINO MÉDIO-EJA/TOCANTINS, SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.

GRÁFICO 72 – PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU – TOCANTINS (2017-2021).

GRÁFICO 73 – PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 74 – PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA – TOCANTINS (2017-2021)

GRÁFICO 75 – PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA POR REDE DE ENSINO (2019-2021).

GRÁFICO 76– PERCENTUAL DE RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação –
PEE/TO

2014-2021.

GRÁFICO 77 – PROCESSO SELETIVO DE DIRETORES DA REDE ESTADUAL.

GRÁFICO 78 – PROCESSO SELETIVO DE DIRETORES DA REDE DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO TOCANTINS.

GRÁFICO 79 – PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, GRÊMIO ESTUDANTIL) POR REDE DE ENSINO – TOCANTINS (2020-2021).

GRÁFICO 80 – PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (REDE FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) NAS UNIDADES FEDERATIVAS.

GRÁFICO 81 – PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

GRÁFICO 82 – PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

GRÁFICO 83 – PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO.

GRÁFICO 84 – IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PEE - TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 85 – TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – TOCANTINS (2015- 2021).

GRÁFICO 86 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 87 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 88 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 89 – IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PEE – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 90 – TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 91 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 92 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 93 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 94 – IDEB DO ENSINO MÉDIO E METAS FIXADAS NO PEE – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 95 – TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 96 – PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015 – 2021).

GRÁFICO 97 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 98 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021).

GRÁFICO 99 – PERCENTUAL DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO À META - 2020 A 2021.

GRÁFICO 100 – PERCENTUAL DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO À META - 2016 A 2021.

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL APLICADO EM 2019.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB – 2019 E 2021.

TABELA – 3 PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO SAEB DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA - BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2019 E 2021.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DO SAEB – BRASIL – 2019 E 2021.

TABELA 5 – PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO SAEB DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA - BRASIL - 2019 E 2021.

TABELA 6 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVA OU HAVIA CONCLUÍDO O EF.

TABELA 7 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL 2012-2021.

TABELA 8 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021.

TABELA 9 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA GERAL - TOCANTINS.

TABELA 10 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL - TOCANTINS

TABELA 11 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL REDE MUNICIPAL – TOCANTINS.

TABELA 12 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL REDE ESTADUAL – TOCANTINS.

TABELA 13 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – EDUCAÇÃO INFANTIL.

TABELA 14 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

TABELA 15 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

TABELA 16 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ENSINO MÉDIO.

TABELA 17 – SÍNTESE DO QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL – TOCANTINS 2020 E 2021, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO.

TABELA 18 – PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI – TOCANTINS.

TABELA 19 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL REDE MUNICIPAL – TOCANTINS.

TABELA 20 – INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL - TOCANTINS.

TABELA 21 – RELAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO QUE ATENDEM A MODALIDADE EJA

TABELA 22 – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PROGRESSO NA ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ENTRE 18 E 29 ANOS.

TABELA 23 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CONSIDERADA ALFABETIZADA – 2012-2020, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

TABELA 24 – PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NA EJA INTEGRADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2010-2020.

TABELA 25 – Nº DO PERCENTUAL DE POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA NO SISTEMA PRISIONAL EM REGIME FECHADO.

TABELA 26 – PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DA EPT DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A 2014 – TOCANTINS – (2014-2020).

TABELA 27 – EXPANSÃO ACUMULADA NO SEGMENTO PÚBLICO NA OFERTA DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO TOCANTINS – (2014-2020).

TABELA 28 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM EPT NO SEGMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO PRIVADO (2014 – 2020).

TABELA 29 – PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – 2017-2021.

TABELA 30 – RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL (EM R\$) DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (2014 - 2021).

TABELA 31 – RELAÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, POR REGIÃO NORTE - TOCANTINS (2014 - 2021).

TABELA 32 – RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL (EM R\$) DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DO QUADRO GERAL COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO – TOCANTINS (2014-2021).

TABELA 33 – COMPARATIVA - PROGRESSÃO VERTICAL NA REFERÊNCIA A.

TABELA 34 – COMPARATIVA - PROGRESSÃO VERTICAL NA REFERÊNCIA J*.

TABELA 35 – Nº DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DIRETORES EM 2020 E 2021.

TABELA 36 – TOTAL DE REPASSES FINANCEIROS PARA AS UNIDADES ESCOLARES POR MEIO DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

TABELA 37 – NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL ATENDIDA POR MEIO DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

TABELA 38 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB.

TABELA 39 – ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNO, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA 2015-2021.

TABELA 40 – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS – MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021).

TABELA 41 – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021).

TABELA 42 – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA(2015-2021).

TABELA 43 – ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021).

TABELA 44 – ENSINO MÉDIO - MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021).

TABELA 45 – IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 – LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI OS CONSELHOS ESTADUAL –
TOCANTINS.

QUADRO 2 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO
FUNDAMENTAL MÉDIO DE LÍNGUA PORTUGUESA.

QUADRO 3 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA - SAEB 5º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL.

QUADRO 4 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE LÍNGUA PORTUGUESA.

QUADRO 5 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE MATEMÁTICA.

QUADRO 6 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO MÉDIO DE
LÍNGUA PORTUGUESA.

QUADRO 7 – ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO MÉDIO DE
MATEMÁTICA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL.

FIGURA 2 – TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (%) POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

FIGURA 3 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: BANCO DE DADOS.

FIGURA 4 – MESORREGIÕES DO TOCANTINS.

SUMÁRIO

1 .APRESENTAÇÃO

2. INTRODUÇÃO

- 2.1 Meta 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL
- 2.2 Meta 2 - ALFABETIZAÇÃO
- 2.3 Meta 3 - ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.4 Meta 4 - ENSINO MÉDIO
- 2.5 Meta 5 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
- 2.6 Meta 6 - EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 2.7 Meta 7 - EDUCAÇÃO DO CAMPO
- 2.8 Meta 8 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- 2.9 Meta 9 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- 2.10 Meta 10 - EDUCAÇÃO EM PRISÕES
- 2.11 Meta 11 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- 2.12 Meta 12 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
- 2.13 Meta 13 - EDUCAÇÃO INDÍGENA
- 2.14 Meta 14 - EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA
- 2.15 Meta 15 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
- 2.16 Meta 16 – EDUCAÇÃO SUPERIOR
- 2.17 Meta 17 - EDUCAÇÃO SUPERIOR (Pós-Graduação)
- 2.18 Meta 18 - EDUCAÇÃO SUPERIOR (Qualidade da Educação Superior)
- 2.19 Meta 19 - FORMAÇÃO INICIAL
- 2.20 Meta 20 - FORMAÇÃO CONTINUADA
- 2.21 Meta 21 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
- 2.22 Meta 22 - GESTÃO DEMOCRÁTICA
- 2.23 Meta 23 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO
- 2.24 Meta 24 - AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

3.FICHA TÉCNICA DOS INDICADORES

2.INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc-TO), por meio da Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE-TO), apresenta o detalhamento dos Relatórios de Monitoramento das Metas do PEE referente ao 3º ciclo biênio 2020/2021 com a evolução das 24 metas educacionais. Trata-se de um esforço coletivo de todos os coordenadores de metas e gestores educacionais da Seduc, que visa apresentar os resultados dos indicadores e o cenário da educação no Tocantins. Este trabalho é a continuidade do compromisso da Seduc-TO em medir, por meio de indicadores, a execução das metas até o ano de 2025. Este compromisso está previsto no artigo 4º da Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015.

O PEE/TO tem como diretrizes essenciais: a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e correspondentes e o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto.

Este relatório apresenta 24 metas com três macros objetivos: melhorar a qualidade da educação, ampliar o acesso e permanência e valorizar os profissionais da educação.

No decorrer dos biênios, intensificaram-se as dificuldades para o monitoramento das metas em decorrência da pandemia da Covid-19 e pós-pandemia, respectivamente. O contexto pandêmico causou impacto na coleta de dados oficiais, ocasionou medidas sanitárias de isolamento social e fez muitas instituições restringirem suas atividades presenciais, inclusive a suspensão das aulas presenciais, exigindo formas alternativas de organização de trabalho.

Considerando que, além de causar impacto nas estatísticas, a pandemia afetou consideravelmente a qualidade do ensino e o acesso à educação e a permanência do estudante na escola.

Desta forma, o trabalho de monitoramento buscou empregar, com as ressalvas necessárias, os dados disponíveis mais atuais e consistentes nessas instituições.

Os resultados apresentados neste relatório buscam apresentar a evolução dos indicadores que medem o cumprimento das metas definidas no PEE-TO e, assim, contribuir para discussões, redirecionar as políticas e ações estratégicas da educação. Apontam também conquistas, limites e desafios que se colocam para a educação em nosso estado. Por meio da análise dos indicadores, é possível identificar quais metas demandam maior atenção do poder público, possibilitando o replanejamento de ações que visem à efetivação do programado dentro do prazo estabelecido por Lei.

Cabe destacar que o presente documento teve como base metodológica e estrutural o Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que monitora o Plano Nacional de Educação (PNE) e os dados disponibilizados pelos órgãos oficiais que atuam com educação no Brasil, tais como: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Relatórios do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pnad-c Contínua, o Censo Demográfico (IBGE), Censo da Educação Básica, o Censo da Educação Superior, Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Pesquisa de Informações sobre os Sistemas de Ensino Municipais do Tocantins entre outras. As informações sobre pós-graduação são provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre outros.

Assim, o Relatório aponta que na Meta 1 - Educação infantil, em virtude do advento da pandemia ocasionada pela SARS-CoV-2 Covid-19, provocou mudanças radicais nos sistemas brasileiros de ensino, como o isolamento da população, que ficou afastada de suas atividades presenciais. É importante enfatizar que a pandemia provocou impactos nas instituições produtoras, quanto à coleta de dados, tendo em vista que elas precisaram adotar novas estratégias para coletar as informações da população brasileira. Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou o Censo Demográfico como estava previsto no ano de 2020. A aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (Pnad) Contínua também foi afetada, o que impossibilitou a obtenção de dados e a produção estatística educacional do estado.

A Meta 2 tem como desafio alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental, em regime de colaboração com a União e os municípios.

Este Relatório, aponta que a meta 2 utiliza dois indicadores adaptados provindos da avaliação do Saeb para o 2º ano do Ensino Fundamental.

A avaliação do Saeb do 2º ano do ensino fundamental, que foi especialmente afetado pela pandemia, é amostral. No Estado do Tocantins, o desempenho médio dos estudantes nas redes públicas caiu em Língua Portuguesa (35,1 pontos) e em Matemática (12,9 pontos).

Em 2021, a escala de proficiência houve decréscimo, saindo do nível 3 para o nível 2, atingindo 699 pontos no desempenho, maior que 675 e menor que 700, de acordo com a escala de proficiência do Saeb/2021.

A Meta 3, que trata da cobertura no ensino fundamental de nove anos, chegou a 2021 com 99,5% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos do Tocantins na escola, o que demonstra que a universalização do atendimento escolar da população nessa faixa etária está se aproximando da efetivação integral, com um total de 227.747 de matrículas na etapa do Ensino Fundamental.

Em relação à conclusão na idade recomendada, os dados apontam que o Tocantins apresenta um índice de 73,5% em 2021. Assim, para o cumprimento da meta 3 até o final de vigência do PEE/TO, requer engajamento e esforços conjuntos entre redes

estadual e municipais, em consolidação com o regime de colaboração, no sentido de definir políticas públicas contínuas de Correção de Fluxo que atendam à realidade do estado e as especificidades locais.

O acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos não foi universalizado até o segundo ano, como preconiza a Meta 4 do PEE. Decorridos cinco anos do prazo estipulado para o alcance da meta, o objetivo ainda não foi atingido pelo Estado do Tocantins, visto que em 2020, o indicador foi de 98,3%, 1,7% p.p abaixo da meta e no ano de 2021 o indicador atingiu 95,8%%.

No que se refere ao ensino médio, em 2020, 69,9% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica, número que era 15,1p.p inferior à meta de 85% estabelecida para 2025. Já no ano de 2021, o Tocantins alcança progressivamente 75,1 %.

A Meta 5 do PEE tem como objetivo ofertar a educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas de educação básica e alcançar pelo menos 25% das matrículas.

O Relatório mostra que em 2020, ano que se inicia o 3º Ciclo, as matrículas em tempo integral totalizaram 51.373, o que corresponde a 14,70% do total de alunos matriculados. Já em 2021 foram registradas 64.205 matrículas em tempo integral, o que representa 18,60% do total de matrículas, um crescimento de 3,9 p.p em relação ao ano anterior.

O grande desafio para o cumprimento da meta de forma integral está relacionado com os desafios advindos do período pandêmico no qual foram demandadas ações prioritárias, com foco em estratégias estabelecidas neste relatório.

Em relação à Meta 6, o relatório aponta que houve uma retração no número de matrículas em classes comuns do ensino regular da Educação Básica de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiências, autismos e Altas Habilidades/ Superdotação, passando de 13.090 no ano de 2020 para 12.908 em 2021, o que demonstra uma diferença de 1,4 p.p.

Em análise do percentual dos alunos da Educação Especial em relação ao total geral de alunos da Educação Básica, pode-se afirmar que em 2020, 9,3% dos alunos da Educação Básica eram alunos da Educação Especial, verifica-se uma leve retração em 2021, passando a 8,9% na Educação Especial.

Considerando os resultados apontados, é necessário analisá-los à luz do contexto histórico da pandemia, no qual muitas famílias optaram por não realizar as matrículas de seus filhos em 2021.

As desigualdades de acesso, que historicamente alijaram do direito à educação as populações do campo, das regiões menos desenvolvidas de cor negra e dos grupos de renda mais baixa, são enfrentadas no PEE em sua Meta 7.

Durante o biênio 2020 - 2021, a obtenção de dados específicos para os indicadores relacionados à Educação de Jovens e Adultos foi desafiadora devido ao impacto direto da pandemia que afeta a disponibilidade de informações necessárias.

Em relação à oferta de EJA, observou-se uma significativa expansão, acompanhada por um notável aumento da demanda. Esse cenário sugere uma resposta positiva por parte da comunidade, indicando um interesse na busca pela conclusão dos estudos entre jovens e adultos.

Os indicadores da Meta 7, destinados a medir a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, em anos, pertencente aos 25% mais pobres e a razão entre a escolaridade dos negros e não-negros, revelaram taxas de crescimento nos períodos analisados.

Para o biênio 2020-2021 tinha como meta 12 anos de escolaridade média da população de 18 a 29 anos e o Estado do Tocantins alcançou 11,7 anos de estudos.

No entanto, quanto à escolaridade média da mesma população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural, apresenta decréscimo, chegando a apenas 10,6 anos de escolarização. Já em relação à razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos, alcançou-se 95% em 2021.

A Meta 8 do PEE pretende alcançar a redução em 50% do analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2025. O Relatório mostra, no biênio 2020 e 2021, que a meta intermediária de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% ficou bem próximo de ser alcançada. Alcançamos 90,7% em 2020, considerando um aumento de 3,1% em relação a 2012, que foi de 87,6%. Os resultados permitem observar que a meta será alcançada até 2025.

A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade no Tocantins vem apresentando retração de forma gradativa no período de 2020 a 2021, alcançando 7,2% da meta estabelecida para 2025 que é de 11,3%.

A Meta 9 almeja ofertar no mínimo 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

No Tocantins, o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma queda de 17,7% de 2017 a 2021. Em relação ao ano de 2020, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 4,3%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 20,8% em relação a 2020. Constata-se que em 2021 alcançou 2,2% de matrículas na EJA integrada à educação profissional.

A Meta 10 do PEE/TO tem como finalidade universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas do estado. É válido ressaltar que a Meta 10 é uma meta que não é contemplada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sendo exclusiva do estado.

No âmbito do 3º ciclo (2020-2021), percebe-se que no exercício do biênio, o número de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas regrediu em relação ao biênio anterior. Durante esse período, foi contabilizado um total de 226 adolescentes e jovens em cumprimento das medidas socioeducativas que, comparado ao registrado no ciclo anterior de monitoramento (2018-2019), percebe-se uma redução de 196 estudantes.

No indicador que trata da Educação em Prisões - Percentual de

adolescentes/estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas que frequenta a

escola no ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental, anos finais (6º ao 9º anos), Ensino Médio Regular e EJA 2º Segmento, alcançou 100% da meta estabelecida no território do Tocantins, no ano de 2021.

Quanto ao percentual da população carcerária do sistema prisional que frequenta a escola, os dados compilados utilizando o Sistema de Gestão Escolas (SGE) informam que alcançou 25,7% da população, ficando abaixo da meta de 100%, 74,3p.p.

A Meta 11 apresenta dois grandes objetivos. O primeiro, contextualizar historicamente a educação ambiental e a participação social na construção de políticas públicas (local e regional) inerentes ao tema ambiente e sociedade; o segundo, qualificar a comunidade escolar para que possa atuar nos espaços de discussões e assegurar a efetividade da educação ambiental como prática pedagógica no ambiente escolar e na comunidade em geral.

Entre os principais avanços, podemos citar a integração com as demais áreas de atuação da pasta, sendo o trabalho em equipe o principal destaque, tendo como destaque as atividades de elaboração de materiais pedagógicos e de apoio às unidades escolares, tais como Bloco de Aulas Educação Ambiental - Queimadas, Guia Pedagógico de Educação Ambiental e Saúde e Apostila do programa Pátria Amada Mirim - PAM.

Ressaltamos ainda que, no ano de 2020, diversas ações que estavam programadas para serem executadas foram adaptadas ou suspensas em razão das medidas de combate e prevenção da Covid-19, afetando diretamente o nosso público escolar, com a suspensão das aulas presenciais das redes de ensino. Outrora, outras ações foram reprogramadas para o ano subsequente.

A Meta 12 tem como objetivo até 2020 implementar Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Seduc-TO, nas Superintendências Regionais de Educação, na Gestão Pedagógica e Administrativa das escolas e no Currículo da Educação Básica.

Diante dos desafios colocados pela pandemia da Covid-19, a Rede Estadual de Educação buscou garantir o direito humano à educação e a observância dos direitos

humanos nas ações administrativas e pedagógicas, bem como orientar para que todo o processo pedagógico fosse pautado pela educação em direitos humanos.

A Meta 13 tem como desafio universalizar, até o terceiro ano deste PEE, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a oferta da educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intelectual e comunitária da educação básica, em conformidade com as características de cada povo indígena.

No indicador 13A, que trata do número absoluto de escolas indígenas, em 2021, a Rede Estadual de Ensino possui 119 unidades escolares indígenas.

No indicador 13B – Percentual de escolas indígenas em que o ensino é ministrado de forma bilíngue (Língua Portuguesa e Língua Indígena), alcançou 100% da meta estabelecida no Ciclo 3º na Rede Estadual de Ensino.

No Indicador 13C – Número absoluto de matrículas na educação escolar indígena atingiu o total de 6624 estudantes matriculados, em 2021.

Desta forma, percebe-se que apesar dos esforços e da evolução do número de matrículas, a dificuldade de universalizar o acesso e oferecer a educação indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, em todas as etapas e modalidades da educação básica continua sendo um desafio.

A Meta 14 tem como desafio a universalização até 2025, a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Apresenta como metas intermediárias o alcance de 30% das escolas até o terceiro ano e 70% até o sétimo ano do PEE-TO e que para isso todas as escolas da rede e as estruturas curriculares orientam o estudo dos objetos de conhecimento de História e Cultura Afro-Brasileira. Observa-se que os indicadores estabelecidos alcançaram 100% da meta estabelecida no Ciclo 3º na Rede Estadual de Ensino.

A Meta 15 do PEE tem como objetivo triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, garantindo a qualidade da oferta.

Além disso, estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorra no segmento público.

Os resultados permitem observar que a meta de 35.985 a ser alcançada até 2025 foi superada no período analisado de 2015 a 2021, alcançando 84.179 matrículas.

A elevação da taxa bruta de matrículas na educação superior para 50%, como preconiza a Meta 16, e para 33% a taxa líquida de escolarização da população de 18 a 24 anos de idade. Tem como meta intermediária a garantia da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das matrículas no segmento público.

O Relatório aponta que o valor total de matrículas no Estado do Tocantins, referente aos anos de 2020 e 2021, comparado aos anos anteriores, houve uma queda no percentual de 3,9% na procura de graduações presenciais. Já a procura destes cursos via modalidade EaD, neste mesmo período, aumentou em 27,8%, comparado aos anos anteriores, acredita-se que o motivo principal desta mudança venha a ser o advento da pandemia da Covid-19.

No indicador 16A – Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na graduação alcançou 29,7%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 50%, 20,3 p.p.

No indicador 16B - Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior (TLE) alcançou 23,45%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 33%, 9,6 p.p.

Na região norte, o Estado do Tocantins possui a maior taxa de escolaridade líquida, 23,45%, acima da média nacional (18,1%). Este feito é resultado do tipo populacional presente no estado, que no ato da sua criação recebeu imigrantes de todas as regiões brasileiras.

No indicador 16C - Expansão de matrículas na graduação no segmento público alcançou 3,8% no ano de 2022, ficando abaixo da meta de 40%, 36,2 p.p.

A proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência da educação superior, preconizada na Meta 17, já foi alcançada. O percentual de mestres e doutores, que deveria alcançar 75% em 2025, registrou 76,9% em 2020 e em 2021 74,9%, enquanto o percentual de doutores atingiu 40% em 2020, cuja meta era de 35%.

No indicador 17B - Percentual de docentes na educação superior com doutorado, com meta de 35%, foi superada em 5,4%, alcançando 40,4%, no ano de 2021.

Ainda, o Relatório aponta que a maior concentração desses docentes está no segmento público em Instituições do Ensino Superior (IES) federal e estadual e a menor na municipal.

A Meta 18 tem como objetivo elevar o número de matrículas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 70 mestres e 40 doutores.

No indicador 18A - Número de títulos de mestrado concedido por ano foi superada, alcançou 841 títulos concedidos, considerando que a meta era de 70 títulos concedidos, no ano de 2021.

No indicador 18B - Número de títulos de doutorado concedido por ano foi superada, alcançou 88 títulos concedidos, e a meta estabelecida era de 40 títulos concedidos, no ano de 2021.

A Meta 19 tem como desafio garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação básica em nível superior público, obtida em curso de licenciatura na área de atuação até o final deste PEE de 100% e tem como meta intermediária o alcance de 80% nos primeiros 5 anos, ou seja até 2020.

No indicador 19A - Percentual de docentes da educação infantil, cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam, percebe-se um aumento de 8,9 p.p entre 2019 e 2021. Em 2019, a taxa era de 52,9% e em 2020, a taxa subiu para 58,1%, já em 2021 houve acréscimo da taxa para 61,8%, faltando 18,2 p.p para o alcance da meta de 80% estabelecida.

No indicador 19B - Percentual de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam, alcançou 68,6%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta estabelecida de 80%, faltando 11,4 p.p a ser alcançado

No indicador 19C - Percentual de docentes dos anos finais do ensino fundamental, cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam, atingiu 43,5%, no ano de 2021, faltando 36,5 p.p para alcançar a meta de 80%.

No indicador 19D - Percentual de docentes do ensino médio, cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam, atingiu 48,3%, no ano de 2021, faltando 31,7 p.p para alcançar a meta de 80.

Em relação ao percentual de docentes dos anos iniciais do ensino superior, houve um aumento nos anos de 2020 e 2021, em relação aos anos de 2019, para 66,8% e 68,6% respectivamente, porém para o alcance da meta de 80% até 2020 estabelecido no PEE não foi atingido, sendo possível que a causa seja a pandemia por Covid-19.

Desta mesma forma, ocorreu com os indicadores que mensuram o percentual de docentes do ensino fundamental anos finais, médio e EJA ensino fundamental e médio. Considerando os dados em termos gerais, o Tocantins demonstrou crescimento em algumas áreas, porém ainda não superou a meta de 80% no marco previsto de 2020.

Na Meta 20, sendo instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.

No indicador 20A - Programa Articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica do Tocantins instituído, constata-se que a Seduc-TO não alcançou a meta estabelecida, contudo, desenvolvem várias ações correlatas à política de formação continuada aos profissionais do magistério em consonâncias com as atuais demandas; entre as ações desenvolvidas destaca-se a elaboração da política de formação continuada, bem como a consolidação de um programa articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica do Tocantins.

No indicador 20B - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, alcançou 33,6%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 100%, 66,4 p.p.

No indicador 20C - Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada, alcançou 42,7%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 100%, 57,3 p.p.

Observa-se que os indicadores da Meta 20 sinalizam que o percentual de docentes da educação básica em âmbito de território que realizaram cursos de formação continuada acima de 80 horas aumentou no período de 2017 a 2021 de 38% para 42%, com evolução de 4,7 p.p.

A Meta 21 do PEE tem como objetivo central a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o ano de 2021. Para o monitoramento da meta utiliza-se um indicador que estabelece a relação percentual entre o rendimento dos profissionais com a mesma escolaridade.

Os dados do indicador, que preveem a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, diminuíram, passando de 37,36% em 2014 para 16,71%. Esse percentual diminuiu em virtude da suspensão da revisão geral anual estabelecida pela Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019, que suspendeu os reajustes e progressões, sendo prorrogado pela Medida Provisória de nº 08 de 19 de abril de 2021.

No indicador 21A - Percentual do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível de instrução superior completo, em relação ao rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com escolaridade equivalente até o sexto ano de vigência do PEE, alcançou 16,71%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 100%, 83,29 p.p.

A Meta 22 preconiza o exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação, incluindo critérios de seleção de diretores das escolas das redes de ensino e existência de órgãos colegiados internos a escolas públicas,

existência e funcionamento de órgãos extraescolares, como Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar.

No indicador 22A - Percentual de escolas públicas da rede de ensino estadual que selecionam diretores de escolas públicas da rede estadual, por meio de eleições e critérios técnicos de mérito e desempenho, não alcançou a meta estabelecida, no ano de 2021.

No indicador 22B - Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal, por meio de eleições e critérios técnicos de mérito e desempenho, atingiu 5,3%, no ano de 2021, ficando abaixo da meta de 100%, 91,7 p.p.

No indicador 22C - Percentual de existência de colegiados extraescolares em âmbito estadual (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação), nas unidades federativas, atingiu 100% da meta estabelecida, no ano de 2021.

A Meta 23 do PEE estabelece a necessidade de se fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades com a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando assegurar que todos os alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio alcancem, até o término do plano, um nível satisfatório de conhecimento em relação aos direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento correspondentes ao seu ano de estudo.

Para alcançar a meta de melhoria da qualidade e diminuição das desigualdades educacionais tem como indicador central o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb).

O Relatório sinaliza que o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental não atingiu a meta no ano de 2021 com a nota do índice do Ideb de 5,3, quando a meta era 5,7 contrariando a trajetória crescente dos anos anteriores. Em 2021 a pandemia da Covid-19 interferiu negativamente na Avaliação do Saeb.

O Ideb dos anos finais do ensino fundamental apresenta uma trajetória crescente no período de 2013 a 2021. No ano de 2021, a Seduc-TO, no indicador 23B - Ideb dos anos finais do ensino fundamental, alcançou a nota do índice do Ideb de 4,7 ficando abaixo da meta estabelecida 5,4.

Em relação ao Ideb do ensino médio, há continuidade ao progresso lento que ocorre nos anos finais do ensino fundamental, com um percurso mais difícil por taxas de abandono e reprovação.

Observa-se que o Ideb do ensino médio apresenta crescimento no período analisado com a nota do índice do Ideb de 3,4 em 2017, 4,0 em 2019 e 4,1 em 2021, no entanto, abaixo da meta estabelecida no PEE, sendo de 4,7.

Por fim, na Meta 24, que visa ampliar o investimento público em educação, observa-se que, no ano de 2020, o estado teve um investimento na educação de 3% do PIB, um percentual abaixo do proposto pela meta do PEE de 7%. Além disso, nota-se que para o ano de 2021 houve um leve crescimento, subindo para 3,32% dos investimentos em educação e que ainda há grandes desafios a serem enfrentados para que as metas de ampliação e universalização das diversas etapas da educação básica previstas no PEE, sejam alcançadas.

Neste sentido, espera-se que esse documento seja uma ferramenta útil aos agentes públicos, no sentido de dotá-los de informações precisas com vista à melhoria contínua das políticas públicas no Tocantins. Espera-se que uma vez tornado público, este documento possa contribuir com os entes estaduais e municipais para corrigir rotas e traçar novos direcionamentos ao alcance dos objetivos educacionais do nosso estado.

Diante das informações apresentadas neste relatório quanto ao cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação (PEE/TO), constata-se que foram alcançadas 100% das metas estabelecidas; sendo 10, 13, 14, 15, 17,18. As metas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 encontram-se em execução, considerando o prazo de vigência decênio 2015-2025.

Ressaltamos que, o período pandêmico/pós-pandêmico foram determinantes para o não alcance das metas do PEE/TO. Segue anexa Planilha de Monitoramento do Plano Estadual de Educação – PEE/TO, por meta de execução, Anexo IV.

É importante destacar que as metas do PEE/TO possui 58 (cinquenta e oito) indicadores que visam quantificar as estratégias da meta proposta. Após análise de cada meta, observa-se que vários indicadores apresentam um crescimento e/ou superação das metas/por indicador. Desta forma, a análise dos indicadores faz-se necessária, uma vez que, evidenciam o processo contínuo de execução, Anexo III.

Diante do exposto, a Seduc-TO não tem medido esforços para o efetivo cumprimento das metas do PEE/ TO (2015-2025), especialmente após os impactos da pandemia, e a educação é um pilar fundamental para a reconstrução e aprimoramento do nosso futuro.

Equipe Técnica responsável pela elaboração.

QUADRO RESUMO DE INDICADORES DO PEE/TO

Nº	Indicador	Meta	Último Resultado	Ano do Resultado	Distância para Cumprimento da Meta	Nível de Alcança da Meta
1	Indicador 1A - Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche.	100%	Não se aplica	2020/2021		Não se aplica
2	Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.	50%	Não se aplica	2020/2021		Não se aplica
3	Indicador 2A - Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa no Saeb.	Não se aplica	Não se aplica	2021	Não se aplica	Não se aplica
4	Indicador 2B - Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em Matemática no Saeb.	Não se aplica	Não se aplica	2021	Não se aplica	Não se aplica
5	Indicador 3A - Percentual da população de 6 a 14 anos de idade que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental.	100%	99,5%	2021	0,5 p.p	99,5%
6	Indicador 3B - Percentual da população com 16 anos de idade com pelo menos o ensino fundamental concluído.	100%	73,5%	2021	26,5 p.p	73,5%

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

7	Indicador 4A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.	100%	95,8%	2021	4,2 p.p	95,8%
8	Indicador 4B - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.	85%	75,1%	2021	9,9 p.p	88,3 %
9	Indicador 5A - Percentual de alunos de Educação em Tempo Integral – ETI.	25%	35%	2021	6,8 p.p	140%
10	Indicador 5B - Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos ETI em jornada de tempointegral.	50%	15%	2021	35 p.p	30 %
11	Indicador 6A - Nº de matrículas na educação básica de alunos com deficiência que frequenta escola na educação especial.		12.908	2021	Não se aplica	12.908
12	Indicador 6B - Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.	100%	Não se aplica	2021	Não se aplica	Não se aplica
13	Indicador 6C - Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.	100%	98,6%	2021	1,4 p.p	98,6%

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

14	Indicador 6D - Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.	100%	50,46%	2021	49,54 p.p	50,46%
15	Indicador 7A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.	12	11,7	2021	0,3 anos de estudo	11,7 anos de estudos
16	Indicador 7B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.	12	10,6	2021	1,4 anos de estudo	10,6 anos de estudos
17	Indicador 7C - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres.	12	10,8	2021	1,2 anos de estudo	10,8 anos de estudos
18	Indicador 7D - Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	100%	23,5%	2021	76,5p.p	23,5%
19	Indicador 8A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	93,5%	90,7%	2020	2,8 p.p	97%
20	Indicador 8B - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	11,3%	Não se aplica	2021		
21	Indicador 9A - Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional.	25%	2,2%	2021	22,8 p.p	8,8%

22	Indicador 10 – Educação em Prisões - Percentual de adolescentes/estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas que frequenta a escola no ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental, anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular e EJA 2º Segmento.	100 %	100 %	2021	-	100%
23	Indicador 10B – Educação em Prisões - Percentual da população carcerária do sistema prisional que frequenta escola.	100 %	25,7 %	2021	74,3 %	25,7 %
24	Indicador 11 – Educação Ambiental.	-	Não se aplica	2021	-	-
25	Indicador 12A: Proporção de ações realizadas para a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc-TO.	100%	Não se aplica	2021	-	-
26	Indicador 12B: Percentual de escolas da educação básica que oferecem educação em direitos humanos em seus currículos.	100%	Não se aplica	2021	-	-
27	Indicador 13A – Educação Indígena. Número absoluto de escolas indígena.	-	119	2021	-	119
28	Indicador 13B – Percentual de escolas indígena em que o ensino é ministrado de forma bilíngue (Língua Portuguesa e Língua Indígena).	100%	97,94%	2021	2,06	97,94
29	Indicador 13C – Número absoluto de matrículas na educação escolar indígena.	-	6.108	2021	-	6.108

	Indicador 13D – Percentual da população indígena de 4 a 5 anos que frequenta a escola.	100 %	26,34%	2021	73,66	26,34
	Indicador 13E – Percentual da população indígena de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou já concluiu.	100 %	76,07%	2021	23,93	76,07
	Indicador 13F – Percentual da população indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	100 %	72,94%	2021	27,06	72,94
32	Indicador 14A – Educação e Cultura Afro-brasileira e Quilombola - Percentual de escolas que atuam com a abordagem da temática educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em seus currículos e no projeto político pedagógico.	100%	100%	2021		100%
33	Indicador 14B - Percentual de escolas quilombolas que considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas no currículo, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem.	100%	100%	2021		100%
34	Indicador 15A - Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.	35.985	7500	2021	28.485	7.500
35	Indicador 15B - Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.	50%	67,9%	2021	17,9	135,8

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

36	Indicador 15C – Expansão acumulada de EPT de nível médio pública.	50%	-14,4%	2020	-35,6	-28,8%
	Indicador 16A - Taxa Bruta de matrícula (TBM) na graduação.	50%	29,7%	2021	20,3 p.p	59,4%
38	Indicador 16B - Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior (TLE).	33%	23,45%	2021	9,6 p.p	70,9%
39	Indicador 16C - Expansão de matrículas na graduação no segmento público.	40%	2,38%	2021	37,62 p.p	5,95 %
40	Indicador 17A - Percentual de docentes com mestrado e doutorado na educação superior.	75%	74,9%	2021	0,1p.p	99,8%
41	Indicador 17B - Percentual de docentes na educação superior com doutorado.	35%	38,5%	2021	Supera em 3,5%	110 %
42	Indicador 18A - Número de títulos de mestrado concedido por ano.	70	841	2021	Superada em 771	1101,4 %
43	Indicador 18B - Número de títulos de doutorado concedido por ano.	40	88	2021	48	120%
44	Indicador 19A - Percentual de docentes da educação infantil cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	80%	61,8%	2021	18,2 p.p	61,8%

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

45	Indicador 19B - Percentual de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	80%	68,6%	2021	11,4 p.p	85,7%
46	Indicador 19C - Percentual de docentes dos anos finais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	80%	43,5%	2021	36,5 p.p	54,3%
47	Indicador 19D - Percentual de docentes do ensino médio cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	80%	48,3%	2021	31,7 p.p	60,3 %
48	Indicador 20A - Programa Articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica do Tocantins instituído.	100%	0%	2021	-	0%
49	Indicador 20B - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i> .	100 %	33,6 %	2021	66,4 p.p	33,6 %
50	Indicador 20C - Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.	100%	42,7%	2021	57,3 p.p	42,7 %

51	Indicador 21A - Percentual do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível de instrução superior completo, em relação ao rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com escolaridade equivalente até o sexto ano de vigência do PEE.	100%	16,71%	2021	83,29 p.p	80,7%
52	Indicador 22A - Percentual de escolas públicas da rede de ensino estadual que selecionam diretores de escolas públicas da rede estadual por meio de eleições e critérios técnicos de mérito e desempenho.	100%	0%	2021	-	0%
53	Indicador 22B - Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal por meio de eleições e critérios técnicos de mérito e desempenho.	100%	5,3%	2021	94,7p.p	5,3%
54	Indicador 22C - Percentual de existência de colegiados extraescolares em âmbito estadual (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.	100%	100%	2021	-	100%

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação –
PEE/TO

55	Indicador 23A - Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.	5,7%	5,3	2021	0,4	93%
56	Indicador 23B - Ideb dos anos finais do ensino fundamental.	5,4	4,7	2021	0,7	87%
57	Indicador 23C - Ideb do ensino médio.	4,7	4,1	2021	0,6	87,2%
58	Indicador 24A - Gasto público em educação pública em proporção ao PIB*.	7%	3,32%	2021	3,68	47,4%

META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, em regime de colaboração com a União e os Municípios, conforme os padrões de qualidade, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos de idade até o final da vigência deste PEE/TO.

Desta forma, para o monitoramento da Meta, foram utilizados os seguintes indicadores do PEE:

Indicador 1A - Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche.

Indicador 1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.

O advento da pandemia, ocasionado pela SARS-CoV-2 Covid-19, provocou mudanças radicais nos sistemas brasileiros de ensino, como o isolamento da população, que ficou afastada de suas atividades presenciais. É importante enfatizar os impactos da pandemia quanto à coleta de dados, por parte das instituições produtoras, que precisaram adotar novas estratégias para coletar as informações da população brasileira. Assim, o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou o Censo Demográfico como estava previsto no ano de 2020. A aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua também foi afetada, o que impossibilitou a obtenção de dados e a produção estatística educacional do estado.**

Para realizar um estudo mais detalhado dos indicadores criados pelo Inep e fazer melhor aferição dos resultados para Monitoramento das Metas do PEE, que se refere à Educação Infantil, é necessário dados atualizados do período pandêmico, verifica-se que essa coleta também foi impactada

A Meta 1 do PEE trata do acesso das crianças de 0 a 5 anos de idade à educação infantil (EI). Esta Meta tem dois grandes objetivos: a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 anos de idade. O primeiro indicador deve ser cumprido até 2016 e o

segundo até o final de vigência do PEE, em 2025, ano no qual deverá ser garantido que, no mínimo, 50% das crianças sejam atendidas em escolas/creches.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados nesta seção, algumas ponderações podem ser observadas acerca da evolução dos Indicadores 1A e 1B, para fins de monitoramento do 3º Ciclo da Meta 1 do PEE.

No decorrer do último biênio, intensificaram-se os desafios para garantir um acompanhamento acurado das metas. Previamente, o novo contexto gerado em função da pandemia da Covid-19 ocasionou medidas sanitárias de isolamento social e fez muitas instituições restringirem suas atividades presenciais, exigindo formas alternativas de organização do trabalho.

Mais do que produzir impactos nas estatísticas educacionais, a pandemia tem afetado sobremaneira a qualidade e o direito à educação. O fechamento de escolas, a adoção urgente de novas formas de ensino, a interrupção de projetos em curso e a restrição do convívio comunitário e social são alguns dos aspectos trazidos pela pandemia ao campo educacional. Eles ocorreram em um cenário que já comportava inúmeras desigualdades no tocante ao acesso, à conclusão, ao aprendizado, ao nível socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino. A pandemia pode ter aprofundado os hiatos que já cingiam a educação nacional, em que pesem os avanços das últimas décadas, e adiciona desafios vultosos à concretização de uma educação de qualidade para todos no País.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Acesso em 30 de outubro de 2013.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. Acesso em 28 de outubro de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>. Acesso em: 10 de novembro 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua): microdados 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 15 novembro 2023.

META 2 - ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental, em regime de colaboração com a União e os Municípios.

Indicador 2A: Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa no Saeb.

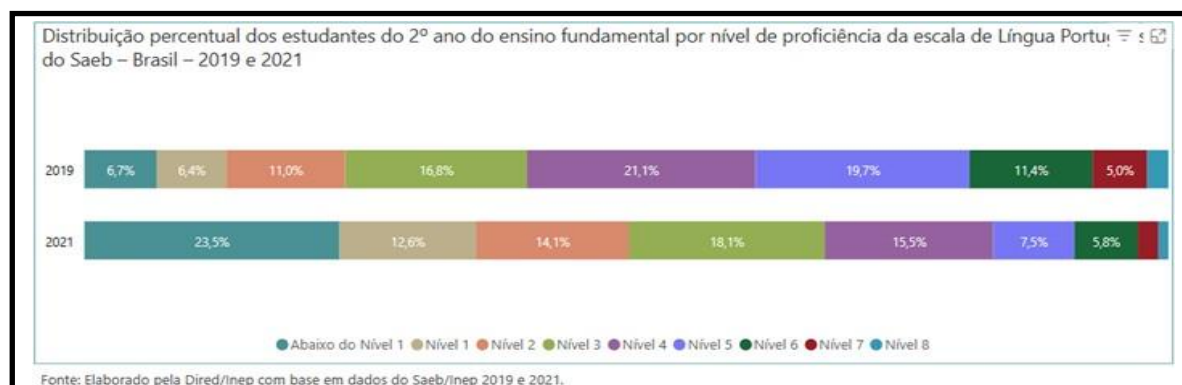
Indicador 2B: Percentual por nível de proficiência dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental em Matemática no Saeb.

O monitoramento da Meta 5 do PNE foi efetivado nos relatórios de 2018 e 2020 com a utilização dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada a crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e realizada em 2014 e 2016 (extinta em 2017).

A partir deste Relatório, o monitoramento da Meta 2 passa a utilizar dois indicadores adaptados provindos da avaliação do Saeb para o 2º ano do Ensino Fundamental. Essa avaliação foi iniciada, de forma amostral, em 2019, tendo como foco o diagnóstico dos níveis de alfabetização e letramento em duas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática.

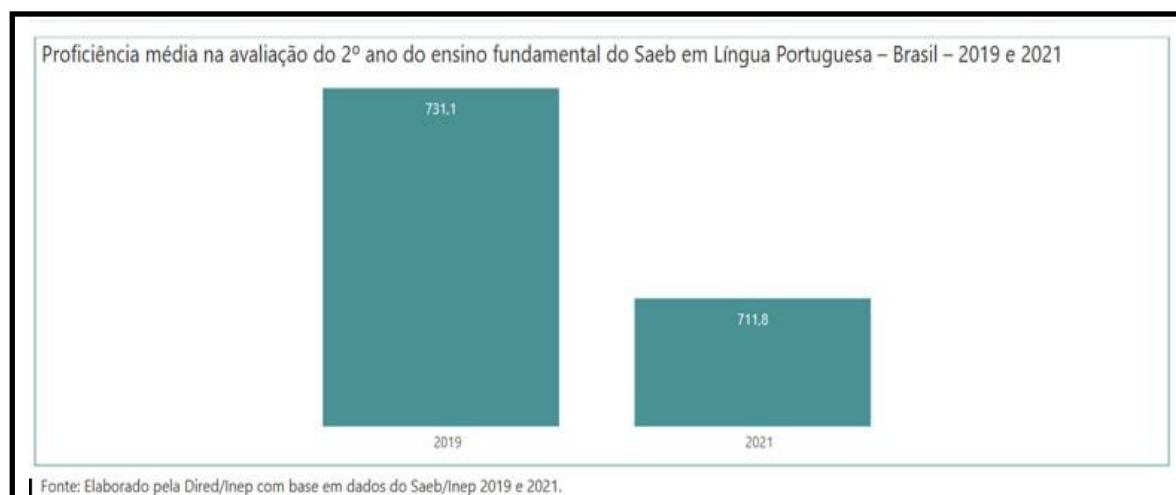
Indicador 2A: Percentual de estudantes do 2º ano do ensino fundamental por nível de proficiência em Língua Portuguesa no Saeb.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019 A 2021.



O Gráfico 1 - que demonstra o percentual de estudantes por níveis em Leitura, nota-se que há maior concentração de estudantes nos níveis abaixo de 1, 1, 2 e 3, apresentando, 40,9% em 2019 e 50,2% em 2021. Percebe-se que o percentual de estudantes posicionado no nível 3 (adequado) apresentou um crescimento de 1,3%, sendo em 2019 com 16,8% e em 2021, 18,1%, enquanto no nível 4 (desejável) houve um decréscimo de 5,6%. No nível 1 (elementar) considerado o mais baixo da escala, o estado apresentou 6,7% em 2019 e 23,5% em 2021, indicando um aumento (negativamente) expressivo em relação ao ano de 2019.

GRÁFICO 2 - PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA – BRASIL – 2019 E 2021.



Considerando a mudança na escala de proficiência com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, nesta seção serão apresentados os resultados por níveis de proficiência dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental aplicado em 2019.

TABELA 1 –NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL APLICADO EM 2019.



Fonte: Saeb/Inep 2021.

A avaliação do Saeb do 2º ano do ensino fundamental, que foi especialmente afetada pela pandemia, é amostral. No estado do Tocantins, o desempenho médio dos estudantes nas redes públicas caiu em língua portuguesa (35,1 pontos) e em matemática (12,9 pontos).

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB – 2019 E 2021.

Distribuição percentual dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de Língua Portuguesa do Saeb – Brasil – 2019 e 2021									
Ano	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
2019	6,7%	6,4%	11,0%	16,8%	21,1%	19,7%	11,4%	5,0%	2,0%
2021	23,5%	12,6%	14,1%	18,1%	15,5%	7,5%	5,8%	1,9%	0,9%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Saeb/Inep 2019 e 2021.

No Tocantins, de acordo com os dados coletados, percebe-se que, em Língua Portuguesa, o percentual de estudantes com proficiência abaixo do nível 1 em 2019 é de 40,9% e em 2021 cresceu apenas 68,3%, mantendo-se abaixo do nível de 1. Desta forma o

desempenho é menor de 699 pontos de proficiência (escala de proficiência do Saeb, anexa).

TABELA 3 - PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO SAEB DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA - BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2019 E 2021.

Proficiência média na avaliação do Saeb do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2019 e 2021		
Brasil/Região/UF	2019	2021
Norte	732,0	699,0
Tocantins	732,0	699,0
Total	732,0	699,0

Fonte: Saeb/Inep 2021.

A tabela 3 mostra a proficiência média na avaliação no Saeb do 2º Ano em Língua Portuguesa. Em 2019 o Tocantins alcançou na escala 732 pontos, alcançando o nível 4, (maior ou igual 725 e menor que 750). Observando o desenvolvimento das habilidades, os estudantes são capazes de:

- Localizar informação explícita no final de texto muito curto (duas linhas);
- Escrever, de forma ortográfica, palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas, a partir de ditado;
- Escrever um texto adequado ao propósito comunicativo de convidar, embora sem especificar o evento (festa), ainda que apresente quaisquer outros elementos demandados (local, data, hora e destinatário). O texto pode ter apresentado desvios ortográficos, compreendendo ou não a sua compreensão, ou desvios de segmentação.

Em 2021 a escala de proficiência houve decréscimo saindo do nível 3 para o nível 2, atingindo 699 pontos no desempenho, maior que 675 e menor que 700, de acordo com a escala de proficiência do Saeb/2021. Ao observar os rendimentos, os estudantes estão aptos a desenvolver habilidades provavelmente capazes de:

- Relacionar sons consonantais com regularidades contextuais aos seus registros escritos em início de palavra ditada;
- Ler palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem;
- Ler palavras polissílabas com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com o apoio de imagem.

Ao comparar, a média Brasil em 2019 foi de 743,3 e 2021 foi de 715,6 pontos com uma redução de – 35,1%. Nota-se que as médias de proficiência estão abaixo da média Nacional.

Indicador 2B: Percentual de estudantes do 2º ano do ensino fundamental por nível de proficiência em Matemática no Saeb.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DO SAEB – BRASIL – 2019 E 2021.

Distribuição percentual dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala de Matemática do Saeb - Brasil - 2019 e 2021									
Ano	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
2019	5,4%	7,0%	13,4%	18,3%	20,9%	15,6%	10,3%	6,1%	3,0%
2021	8,7%	12,8%	18,4%	16,7%	11,8%	13,0%	12,1%	4,9%	1,7%

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb/Inep 2019 e 2021.

TABELA 5 - PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO SAEB DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA - BRASIL - 2019 E 2021.

Proficiência média na avaliação do Saeb do 2º ano do ensino fundamental em Matemática – Brasil – 2019 e 2021	
2019	2021
732,0	719,3

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb/Inep 2019 e 2021.

Fonte: Saeb/Inep 2021.

Na tabela que analisa os resultados da proficiência dos estudantes do 2º ano em Matemática, é interessante observar que em 2019 o nível abaixo foi de 5,4% e em 2021 foi

de 8,7% com um acréscimo de 3,3% abaixo, enquadram-se no nível suficiente, estando distante dos níveis 7 e 8 (desejável).

Entretanto, percebe-se grande concentração de estudantes nos níveis 1 e 2 elementar com 25,8% em 2019 e 39,9% em 2021, observa-se também que em 2021 houve um acréscimo de 14,1%, na escala de proficiência em Matemática que foi em 2019 de 732 pontos e em 2021 719,3. Houve também uma perda de pontos no que se refere à escala de proficiência.

A avaliação do Saeb/2021 do 2º ano do Ensino Fundamental, que foi especialmente afetada pela pandemia da Covid-19, foi realizada de forma amostral.

No Estado do Tocantins, o desempenho médio dos estudantes nas redes públicas caiu 12,9 pontos em Matemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os testes cognitivos do Saeb 2019 e 2021, voltados ao 2º ano do ensino fundamental, constituíram-se de provas de Língua Portuguesa e de Matemática, estruturadas a partir de itens de resposta objetiva e de itens de resposta construída, elaborados conforme as matrizes de referência alinhadas à BNCC/DCT – Tocantins, homologada por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019, em caráter normativo, as etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, estabeleceu-se que, até 2018, as matrizes referenciais das avaliações de larga escala deveriam ser alinhadas ao documento norteador. (BRASIL, 2021)

Considerando os resultados dos testes amostrais do Saeb 2019 e 2021, dos estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental, que pela primeira vez tiveram seus conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática avaliados, observa-se que: A maior parcela dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental do Tocantins, 15,5%, encontra-se no Nível 4, em uma escala que vai até 8 para medir os conhecimentos em Língua Portuguesa. Isso significa que, provavelmente, os estudantes são capazes de localizar informação explícita no final de texto muito curto, podendo escrever, de forma ortográfica, palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas, a partir de ditado; e escreve em texto adequado ao propósito comunicativo, exemplo convite (festa), podendo o texto apresentar desvios ortográficos, comprometendo ou não a sua compreensão, ou desvios de segmentação. Quanto à proficiência em Matemática, a maioria dos estudantes, 11,8%, se encontra no Nível 4, conforme apontam os resultados dos testes amostrais do Saeb 2021/Inep. Os estudantes nesse nível, provavelmente, são capazes de associar a denominação de um número de três ordens; resolver um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (retirar) e (acrescentar), mesmo de forma parcial; e representa parcialmente os dados de uma pesquisa por meio de uma tabela simples.

A escala de proficiência de Matemática possui oito níveis progressivos e cumulativos, sendo o nível 1 o mais básico e o nível 8 o mais elevado da escala. Os níveis foram descritos tomando em consideração, além das habilidades com alta probabilidade de estarem dominadas pelos estudantes ali situados, os eixos do conhecimento da matriz de referência, nomeadamente: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e

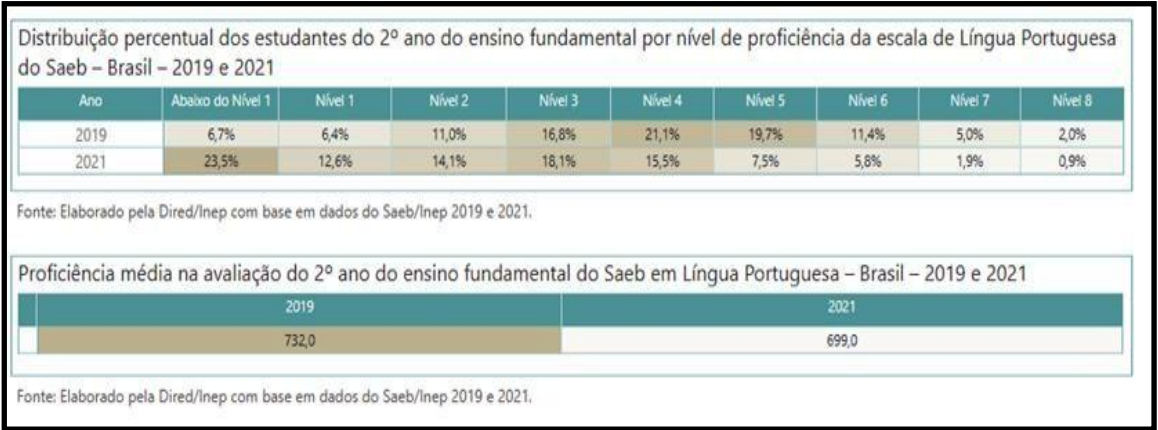
Probabilidade e Estatística. Acrescentou-se ainda o nível abaixo de 1, em que são alocados os estudantes com baixa probabilidade de dominar as habilidades medidas pelo 2. As matrizes de referência, em seus detalhes técnico-metodológico, podem ser encontradas em Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb: 2º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2020b).

No geral, os dados evidenciam que é preciso ter uma base mínima nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática, para que os estudantes apresentem também proficiências nos demais componentes.

É preciso estabelecer metas para cada escola, a partir dos resultados dos dados, ou de outros instrumentos de avaliação próprios, buscando que o maior número possível de estudantes termine o 2º ano com apropriação do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao domínio progressivo de habilidades de leitura e produção de textos com autonomia, bem como, a compreensão e aplicação de conceitos e procedimentos matemáticos, no que se refere à resolução de problemas e à argumentação, alcançando, pelo menos o Nível 5 no Saeb.

ANEXO





REFERÊNCIAS

Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: CNE, 2017. BRASIL. Acesso em 29 de outubro de 2023.

Matriz de referência de língua portuguesa e matemática do SAEB: 2º ano do Ensino Fundamental. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020b. BRASIL. Acesso em 30 de outubro de 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019. Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 nov. 2023. BRASIL.

inep.gov.br/crianca_alfabetizada/panorama_da_educacao_to. Acesso em 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Acesso em 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. Acesso em 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao>

Acesso em: 10 de novembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua): microdados 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 10 de novembro 2023.

META 3 – ENSINO FUNDAMENTAL

Garantir a oferta com qualidade social do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos(as) alunos(as) concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE.

A Meta 3 estabelece que, até o fim da vigência do Plano Estadual de Educação (PEE), em 2025, o Tocantins deve garantir o acesso ao ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade e a conclusão do ensino fundamental na idade recomendada possa ocorrer para, pelo menos, 95% dos adolescentes. Para aferir a meta, são utilizados dois indicadores:

Indicador 3A - Percentual da população de 6 a 14 anos de idade que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental.

Indicador 3B – Percentual da população de 16 anos de idade com pelo menos o ensino fundamental concluído.

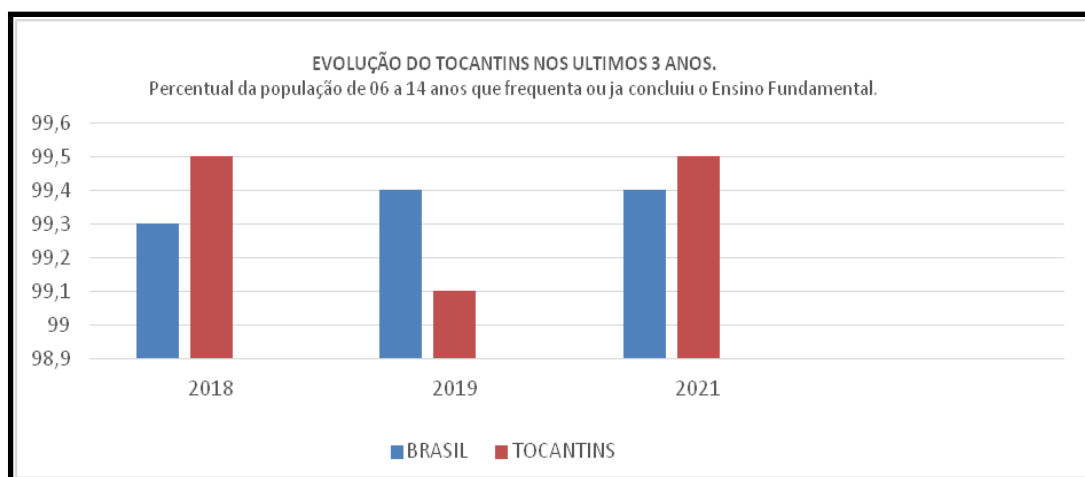
Indicador 3A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental (Taxa de Escolarização Líquida Ajustada).

Meta: Acesso ao ensino fundamental a 100% da população de 6 a 14 anos de idade.

O Tocantins chegou a 2018 com 98,6%, 2019 com 97,7%, 2020 com 98%, em 2021, no fechamento do 1º Ciclo do Monitoramento do PEE/TO, com 99,5% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos frequentando a escola, isso demonstra que em 2021 já estamos aproximando da universalização com um total de 227.747 de matrículas no Ensino Fundamental.

No período analisado, nota-se que há um avanço gradativo do indicador, tendo 97,7% em 2019 e 99,5% em 2021, uma evolução de 1,8 (p.p) no indicador.

GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 06 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL



O gráfico apresenta a evolução do Tocantins nos últimos 03 anos. Nota-se uma queda no ano de 2019, que pode ser associada à Pandemia da Covid-19, em que muitos alunos deixaram de frequentar a escola.

Indicador 3B: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental (Taxa de Escolarização Líquida Ajustada) (percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído).

Meta: Acesso ao ensino fundamental a 100% da população de 6 a 14 anos de idade.

Para efeito de apuração do Indicador 3B, o Inep considera a idade de 16 anos completos até a data da coleta da Pnad como limite para a idade recomendada (Brasil, 2015).

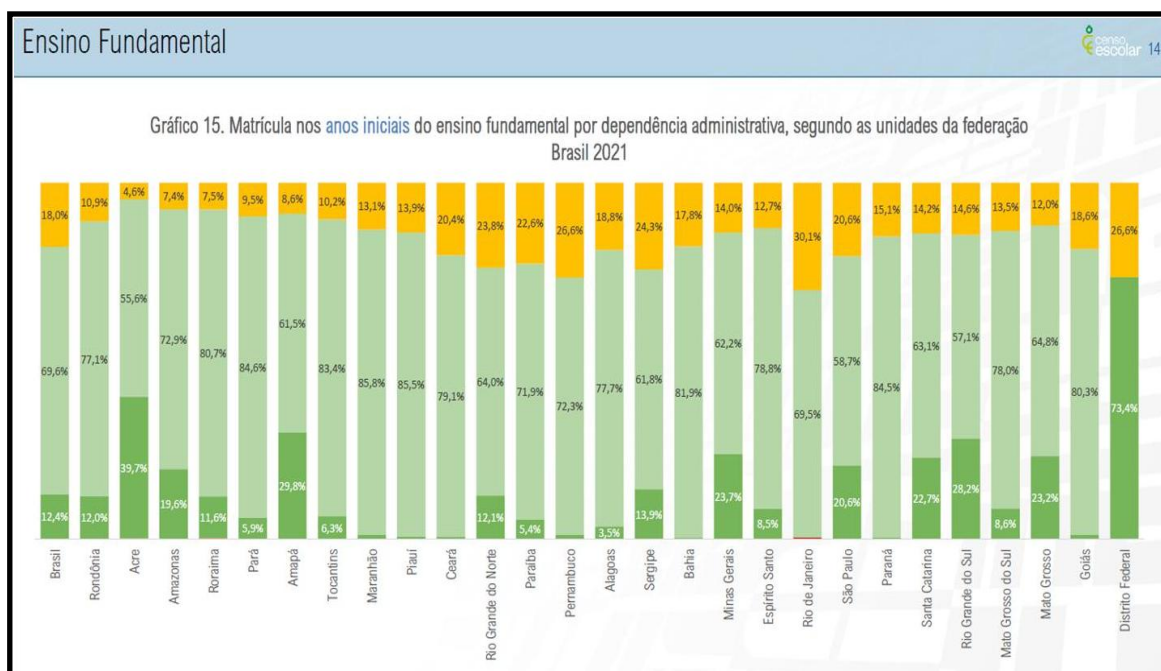
TABELA 6 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVA OU HAVIA CONCLUÍDO O EF

INDICADOR: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentava ou havia concluído o EF						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021

96,8%	96,7%	98,5 %	98,7%	97,%	98%	99,5%
INDICADOR: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o EF						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
78,8%	74,3%	74,6%	79,2%	81,1%	57,4%	73,5%

Observa-se, na tabela acima, que o indicador 3B teve um declive considerável no ano de 2020, atingindo 57,4%, o que indica um aumento de alunos com idade de 16 anos que não concluíram o ensino fundamental e aumento em 2021 com índice de 73,5%.

GRÁFICO 4 - MATRÍCULA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASIL 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura no ensino fundamental de nove anos chegou a 2021 com 99,5% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos do Tocantins na escola, o que demonstra que a universalização do atendimento escolar da população nessa faixa etária seja cumprido.

Em relação à conclusão na idade recomendada, os dados apontam que o Tocantins apresenta um índice de 73,5% em 2021. Assim, para o cumprimento da meta até o final de vigência do PEE/TO, requer engajamento e esforços conjuntos entre as redes estadual e municipais, em consolidação ao regime de colaboração, no sentido de definir políticas públicas contínuas de Correção de Fluxo que atendam à realidade do estado e as especificidades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação: 2020. Brasília, DF: Inep, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua): Microdados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas>>.

IBGE.DADOS TOCANTINS.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/13/5908>

ANUARIO EDUCAÇÃO TOCANTINS <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/estados-tocantins.html>

INEP <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

QEDU DADOS TOCANTINS <https://qedu.org.br/uf/17-tocantins>

CENSO ESCOLAR <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>

Meta 4 –ENSINO MÉDIO

Universalizar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final da vigência deste PEE/TO, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS

4.1. Institucionalizar, a partir do segundo ano de vigência deste PEE/TO, as diretrizes estaduais para o ensino médio, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, a proposta nacional de direitos e objetivos da aprendizagem e desenvolvimento, e o plano de desenvolvimento do Estado como estratégias educacionais e de atendimento às demandas sociais, regionais, históricas, econômicas, ambientais e culturais dos sujeitos e territórios;

4.2. Revisar a proposta curricular e implantar, até o final do terceiro ano de vigência deste PEE/TO, o referencial curricular do ensino médio, com a participação de professores(as) regentes e gestores(as) da Seduc/TO, em parceria com as instituições de ensino superior, Agência Tocantinense de Ciência Tecnologia e Inovação e Secretaria de Cultura, tendo como base as DCNEM, contemplando a identidade cultural e as especificidades da educação escolar para as populações do campo, povos indígenas e comunidades quilombolas, assegurada a perspectiva inclusiva e a educação integral humanizada;

4.3. Institucionalizar políticas de incentivos fiscais, junto ao governo, para o desenvolvimento de parcerias com órgãos públicos e iniciativa privada, para a redução de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos da carga horária diária de trabalho do(a) aluno(a) do turno noturno, sem prejuízos salariais e com declaração de frequência escolar comprovada mensalmente ao empregador;

4.4. Pactuar, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/TO, com os Municípios e iniciativa privada, a utilização de áreas de convivências sociais, como ambientes educativos, para fins de ampliação do atendimento aos alunos e alunas do ensino médio, nas áreas de esporte, cultura e lazer;

4.5. Criar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, mecanismos para a busca ativa e permanente de jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade, que estejam fora da escola, em articulação com os Municípios, órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

4.6. Implantar cursos técnicos integrados ao ensino médio, considerando estudos de demandas e consultas às comunidades envolvidas, a partir dos arranjos produtivos locais, garantindo recursos humanos, financeiros e de infraestrutura;

4.7. Articular, junto às instituições de fomento, bolsa permanência (moradia, transporte e alimentação), visando à permanência dos(as) alunos(as) do campo, indígena, quilombola, com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação e alunos(as) em situação de vulnerabilidade social, nos cursos de ensino médio integrado, quando ofertado fora do domicílio;

4.8. Fomentar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, programas de educação e de cultura, com qualificação social e profissional, para as populações urbana e do campo, jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e adultos que estão fora da escola, e para aqueles que estão estudando porém, com defasagem no fluxo escolar;

4.9. Redimensionar a oferta do ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos(as) alunos(as);

4.10. Fomentar a participação de alunos(as) em programas nacionais e estaduais, intercâmbios, projetos, concursos e cursos das áreas tecnológicas, científicas e culturais;

4.11. Implementar, programa de fortalecimento do ensino médio nas escolas indígenas, fundamentado na matriz de referência do Enem e da Avaliação da Educação Básica – Saeb, para o aperfeiçoamento do ensino, utilizando metodologias e processos didáticos apropriados, com a finalidade de promover a continuidade dos estudos;

4.12. Garantir, para o ensino médio, até o ano de 2016, e anos subsequentes, programas de enfrentamento e combate ao consumo de drogas, gravidez precoce, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência

Adquirida – AIDS, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, assegurando uma equipe multidisciplinar, para acompanhamento dos(as) professores(as), dos(as) alunos(as) e seus familiares.

I – Ampliação da oferta da educação em tempo integral, com garantia de um sistema educacional inclusivo e referencial curricular, que atendam as demandas regionais, locais, culturais, artísticas, sociais, econômicas e políticas, assegurando os direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento da base nacional comum curricular;

II – Garantia de ambientes estruturais e pedagógicos adequados à aprendizagem, respeitadas as normas de acessibilidade, com interação com o meio físico/geográfico/social, assegurando a implementação de sistemas de eficiência energética, hidráulica e sanitária, a implantação arquitetônica que contemple o conforto térmico e lumínico, com ventilação e iluminação natural.

Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.

Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

Indicador	Meta Prevista	Meta Executada
Indicador A - 2020	100%	98,3%
Indicador A – 2021	100%	95,8%
Indicador B - 2020	85%	69,9%
Indicador B – 2021	85%	75,1%

Evidência do Indicador A:

TABELA 7 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL 2012-2021.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2012-2021											
Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2012/2021 (p.p.)
Brasil	88,8%	88,7%	89,2%	89,8%	90,8%	91,0%	91,6%	92,6%	94,3%	95,3%	6,5
Norte	88,8%	88,1%	89,0%	88,9%	90,1%	89,6%	90,4%	90,4%	94,1%	93,7%	4,9
Rondônia	83,8%	85,2%	86,9%	87,9%	88,5%	89,5%	91,2%	88,6%	93,7%	90,7%	6,9
Acre	89,5%	89,6%	88,5%	87,7%	89,5%	86,6%	87,9%	87,8%	95,1%	90,9%	1,4
Amazonas	87,9%	88,3%	88,8%	88,7%	88,7%	91,6%	90,5%	91,6%	94,4%	95,3%	7,4
Roraima	91,3%	89,7%	91,2%	89,1%	92,2%	91,6%	91,6%	91,6%	91,9%	94,0%	2,7
Pará	89,2%	88,0%	89,2%	89,4%	91,1%	88,2%	89,5%	89,9%	93,5%	93,2%	4,0
Amapá	93,2%	88,2%	89,3%	87,5%	92,3%	89,2%	90,8%	90,8%	92,4%	94,9%	1,7
Tocantins	91,9%	90,0%	90,8%	88,9%	89,3%	94,6%	95,3%	92,6%	98,3%	95,8%	3,9

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorridos cinco anos do prazo (2016) estipulado para o alcance da meta de universalização do acesso à escola entre os jovens de 15 a 17 anos, o objetivo ainda não foi atingido pelo Estado do Tocantins: em 2020, o indicador foi de 98,3%, 1,7 p.p. abaixo da meta, porém em 2021 o indicador caiu para 95,8%, ficando 4,2% abaixo da média.

Contextualização:

Nenhuma das regiões brasileiras alcançou, em 2020 e 2021, a universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos.

Análise Técnica:

Análise Geral - Brasil

Em 2021, 93,4% da população de 15 a 17 anos residente no campo frequentava a escola ou já tinha a educação básica completa; nas áreas urbanas, o valor era de 95,7%.

Em relação às desigualdades por raça/cor, ocorreu uma redução na diferença entre brancos e negros; ainda assim, os últimos apresentavam um percentual de acesso à escola ou de conclusão da educação básica que era de 2,0 p.p. menor que o dos brancos.

No ano de 2019, enquanto entre os 25% mais ricos o percentual dos que, com idade entre 15 e 17 anos, frequentava a escola era de 98,6%, entre os 25% mais pobres era de 89,6%;

Evidência Indicador B:

TABELA 8 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021											
(continua)											
Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 2012/2021 (p.p.)
Brasil	63,5%	64,8%	66,7%	67,5%	69,4%	69,6%	70,5%	72,7%	76,6%	74,5%	11,0
Norte	52,0%	54,8%	57,2%	58,1%	59,9%	61,1%	63,7%	64,0%	67,5%	65,9%	13,9
Rondônia	52,7%	56,0%	57,7%	61,9%	63,7%	59,6%	67,3%	68,2%	71,7%	68,4%	15,7
Acre	64,5%	68,8%	64,2%	67,8%	67,4%	67,3%	66,4%	67,6%	76,4%	70,0%	5,5
Amazonas	51,6%	54,1%	57,6%	57,9%	61,7%	66,4%	67,0%	66,9%	70,2%	72,3%	20,7
Roraima	72,5%	66,1%	71,0%	71,4%	71,7%	70,4%	74,6%	72,5%	66,7%	62,5%	-10,0
Pará	47,4%	49,6%	53,5%	52,8%	54,3%	55,7%	58,9%	59,2%	65,9%	62,5%	15,1
Amapá	61,0%	61,9%	60,6%	64,4%	70,3%	60,7%	64,3%	70,3%	49,1%	43,8%	-17,2
Tocantins	60,4%	67,0%	65,0%	69,4%	66,6%	72,5%	72,7%	70,8%	69,9%	75,1%	14,7
Nordeste	53,0%	53,9%	56,5%	58,4%	60,1%	61,8%	62,5%	64,6%	68,8%	68,2%	15,2
Maranhão	55,3%	57,0%	60,4%	61,0%	64,7%	63,3%	65,6%	68,1%	72,9%	70,0%	14,7
Piauí	58,7%	56,4%	58,9%	55,5%	59,4%	61,2%	63,0%	65,7%	71,4%	68,0%	9,3
Ceará	61,2%	64,0%	63,0%	64,6%	68,5%	69,9%	74,3%	75,0%	82,5%	79,9%	18,7
Rio Grande do Norte	53,6%	55,3%	54,3%	61,7%	59,9%	61,4%	57,4%	63,5%	77,0%	67,7%	14,1
Paraíba	53,9%	49,1%	53,5%	57,3%	57,1%	60,3%	60,8%	58,0%	67,4%	64,5%	10,6
Pernambuco	54,3%	57,3%	59,7%	60,4%	62,4%	63,2%	64,4%	70,6%	68,2%	70,3%	16,0
Alagoas	44,9%	45,1%	49,3%	51,6%	55,3%	59,2%	58,6%	59,2%	63,0%	65,5%	20,6
Sergipe	43,3%	47,4%	49,2%	52,2%	52,4%	53,4%	50,3%	49,5%	53,6%	60,4%	17,1
Bahia	47,2%	47,5%	51,9%	54,8%	54,6%	58,0%	56,6%	58,8%	60,0%	61,3%	14,1

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao ensino médio, em 2020, 69,9% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica, número que era 15,1 p.p. inferior à meta de 85% estabelecida para 2025. Já no ano de 2021, o Tocantins alcança 75,1 %, faltando ainda 9,9% para atingir a meta de 85%.

Contextualização:

O indicador 4B apresenta fortes desigualdades. Em relação às diferenças regionais, no Sudeste, em 2021, o percentual da população que frequentava ou já havia concluído o ensino médio era de 80,6%; já nas Regiões Norte e Nordeste o valor era de 65,9% e de 68,2%, respectivamente. Quando se considera a situação nas unidades da Federação, também se nota fortes desigualdades: enquanto nas Regiões Norte e Nordeste alguns estados apresentam valores na faixa de 60%, em outras regiões, como Sul e Sudeste, alguns estados já apresentavam valores na faixa de 80%. No ano de 2021, apenas no estado de São Paulo foi observado o percentual de 85% dos jovens de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio ou com a educação básica completa.

Análise Técnica

Análise Geral - Brasil

Em 2021, a estimativa do número de pessoas de 15 a 17 anos de idade, no Brasil, que não frequentava a escola ou não possuía a educação básica completa era de 433.153. Já a estimativa do número dos que não frequentavam o ensino médio ou ainda não possuíam a educação básica completa era ainda maior: 2.356.844. Por fim, é importante frisar que o contexto da pandemia trouxe muitas consequências. Entre elas, a coleta de dados e as estatísticas educacionais, o que tem efeitos sobre as estimativas de acesso à escola.

REFERÊNCIAS

Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoia0Y5NWUyMDMtYzc0Mi00Y2Y5LTk3MmEtNThjMjY2NjNWExIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acessado em: 11 de agosto de 2023.

Relatórios de Monitoramento do PNE. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>. Acessado em: 11 de agosto de 2023.

META 5 – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as)alunos(as) da educação básica.

Alunos da Educação Básica matriculados em Educação de Tempo Integral
Situação Atual da meta 6. do PNE.

Indicador 5A - Percentual de alunos da educação básica pública em tempo Integral.

FIGURA 1 - PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM TEMPO INTEGRAL



Fonte: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Esta Meta visa à ampliação do tempo de permanência dos alunos matriculados nas escolas públicas, com o atendimento em tempo integral de pelo menos 25% dos alunos da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas

Para garantir o cumprimento da Meta, foram planejadas 07 estratégias, e consequentemente, foram organizadas ações direcionadas às questões de ampliação da

oferta da educação em tempo integral e a garantia de ambientes estruturais e pedagógicos adequados, assegurando o cumprimento da meta conforme se segue:

5.1 ampliar a oferta, em parceria com os municípios, de matrículas na Educação em Tempo Integral, inclusive para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas:

a. ampliar a oferta, em média, de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano;

b. ampliar, em média 3,18% (três inteiros e dezoito centésimos) ao ano, o número de escolas estaduais em tempo integral, assegurando estrutura física adequada;

c. fomentar parcerias com os municípios para atender o percentual restante da meta, respeitando a capacidade da rede municipal;

5.2 instituir, programa para melhoria da estrutura física das unidades escolares, e a construção e manutenção de 13 (treze) escolas públicas estaduais, com padrão de qualidade:

a) implementar, projetos de ampliação e reestruturação das escolas públicas estaduais com jornada ampliada, garantindo: construção de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, banheiros, cozinhas, refeitórios, etc;

b) acessibilidade, integração e articulação dos ambientes físicos e arquitetônicos adequados;

c) equipamentos e mobiliários, produção de material didático e de formação de recursos humanos;

5.4 institucionalizar parcerias com instituições públicas e privadas de fomento a diferentes espaços educativos, culturais, esportivos e científicos;

5.5 orientar, acompanhar e buscar parcerias para a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13, da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009;

5.6 garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar;

5.7 revisar a proposta curricular e construir o referencial curricular para a Educação em Tempo Integral, com base nas diretrizes curriculares nacionais

Para o monitoramento da meta foram selecionados dois indicadores:

Indicador 5A: Percentual de alunos da Educação Básica Pública em tempo integral.

Indicador 5B: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.

Este relatório apresenta os indicadores 5A e 5B, compreendendo o período de 2020-2021. As análises a respeito dos resultados dos indicadores são realizadas considerando as escolas públicas no território do Tocantins, com o intuito de mostrar a evolução da oferta da educação em tempo integral ao longo do tempo.

Os cálculos dos indicadores e as análises foram realizados com base no Observatório do Plano Nacional de Educação e Censo Escolar dos respectivos períodos, produzido anualmente pelo Inep, considerando-se os anos de 2020 e 2021 como referência para o monitoramento da Meta 5.

Indicador 5A – Percentual de alunos da Educação Básica Pública em Tempo Integral no Tocantins, é possível notar que as matrículas em tempo integral vêm mantendo a trajetória de expansão ao longo de todo o período analisado.

De acordo com a Tabela 9, os resultados do Indicador 5A para o Tocantins, no período de 2016 a 2021, mostra uma leve queda no número de matrículas durante esse período.

TABELA 9 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA GERAL- TOCANTINS

Ano	Matrículas
2016	345.168
2017	357.147
2018	354.178
2019	343.736

2020	350.356
2021	344.987

Fonte: CENSO (2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)

Percentual de matrículas nas ETIs no período correspondente ao 3º Ciclo

Em 2020, ano em que inicia o 3º Ciclo, as matrículas em tempo integral totalizaram 51.373 matriculados, o que corresponde a 14,70% do total de alunos matriculados. Já em 2021, foram registradas 64.205 matrículas em tempo integral, o que representa 18,60% do total de matrículas – um crescimento de 3,9 p.p. em relação ao ano anterior.

De acordo com o Tabela 10, observou-se um acréscimo das matrículas totais da Educação Básica em Tempo Integral, de 51.373 matrículas em 2020 para 64.205 matrículas em 2021, acréscimo de 12.832 estudantes. No entanto, os resultados do Indicador 5A mostram que o Tocantins ainda não alcançou a meta da oferta de jornada de tempo integral para 25% dos alunos do público-alvo da educação básica.

TABELA 10 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL - TOCANTINS

Ano	Matrículas	Percentual
2020	51.373	14,70%
2021	64.205	18,60%

Fonte: CENSO (2020, 2021)

Percentual de alunos de ETI por dependência administrativa – Tocantins – 2020-2021

Analisando a oferta da jornada de ETI, por dependência administrativa, conforme o Gráfico 5 referente à Tabela 12 e 13, nota-se que, de 2020 e 2021, a rede

estadual, por sua vez, cresceu dentro desse período, saindo de 8,9%, em 2020, para 9,1%, em 2021, um acréscimo de 0,2 p.p. Já a rede municipal, cresceu de 19,3% em 2020 para 25.9%, em 2021apresentou um crescimento de 6,6 p.p.

TABELA 11 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL
REDE MUNICIPAL - TOCANTINS

Ano	Matrículas	Percentual
2020	37.621	19,3%
2021	50.540	25.9%

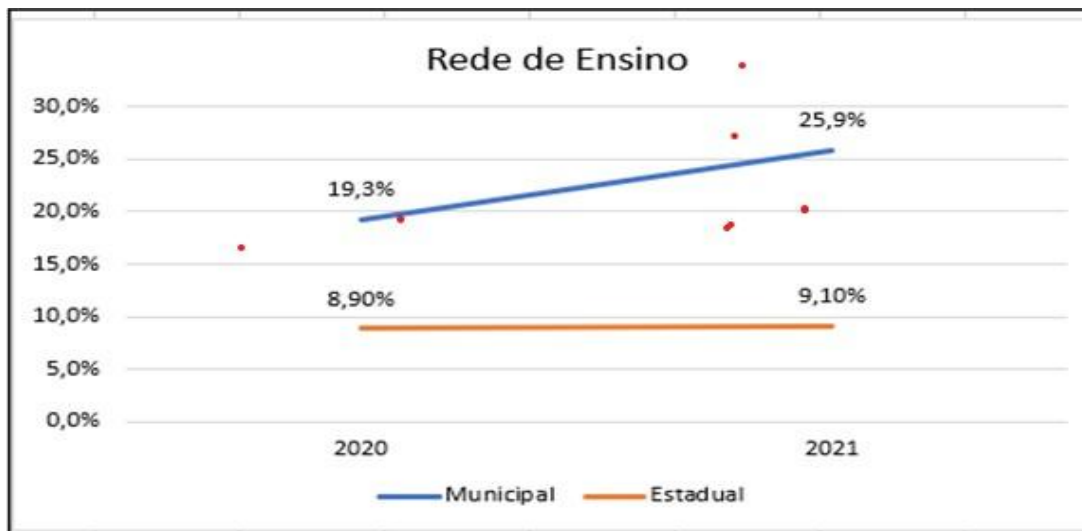
Fonte: CENSO (2020 e 2021)

TABELA 12 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL
REDE ESTADUAL - TOCANTINS

Ano	Matrículas	Percentual
2020	13.752	8,9%
2021	13.665	9,1%

Fonte: CENSO (2020 e 2021)

GRÁFICO 5 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRALDAREDE MUNICIPAL E ESTADUAL



Percentual de alunos de ETI por etapa de ensino – Tocantins – 2020-2021

No que concerne às etapas de ensino, de acordo com o Gráfico 5, referente à tabela 13 e 14, observa-se, no período de 2020 e 2021, que o Ensino Fundamental Anos Iniciais é a que apresenta os maiores resultados de 18,6% em 2020 para 26,2% em 2021, crescimento de 7.6 p.p. A Educação Infantil passou de 16.5% em 2020, para 18,5% em 2021, acréscimo de 2 p.p. Já no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio houve um acréscimo ainda muito tímido. Ensino Fundamental Anos Finais acréscimo de 1,4 p.p e Ensino Médio de 1,1 p.p no período analisado.

TABELA 13 - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – EDUCAÇÃO INFANTIL

Ano	Matrículas	Percentual
2020	9.936	16.5%
2021	13.197	18,5%

Fonte: CENSO (2020, 2021)

TABELA 14 - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ano	Matrículas ETIs	Percentual
2020	20.680	18,6%
2021	27.895	26,2%

Fonte: CENSO (2020, 2021)

TABELA 15 - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ano	Matrículas ETIs	Percentual
2020	13.358	13%
2021	14.793	14,4%

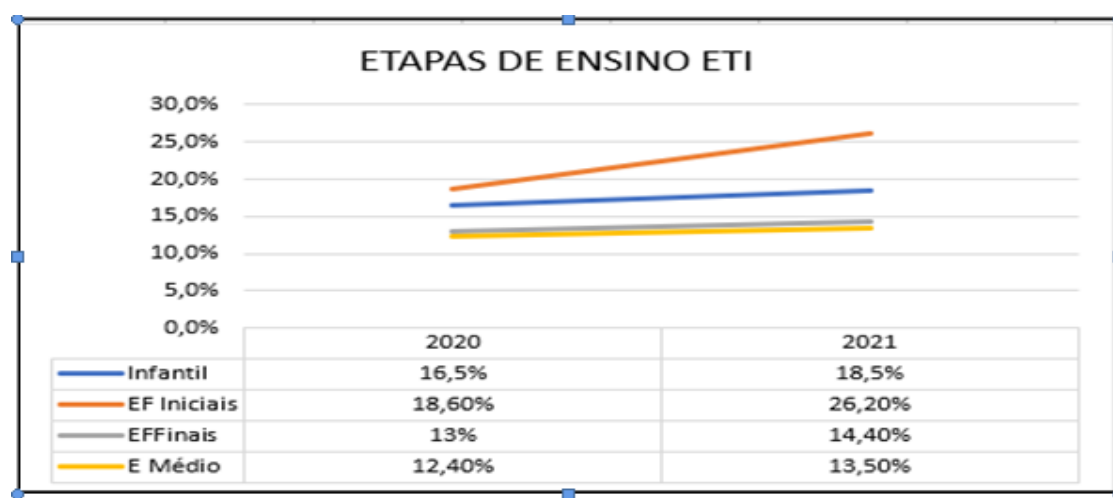
Fonte: CENSO (2020, 2021)

TABELA 16 - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS – ENSINO MÉDIO

Ano	Matrículas	Percentual
2020	7.399	12,4%
2021	8.320	13,5%

Fonte: CENSO (2020, 2021)

GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR ETAPA DE ENSINO DO TOCANTINS



Fonte: CENSO (2020, 2021)

TABELA 17 – SÍNTESE DO QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL – TOCANTINS 2020 E 2021, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO.

Dependência administrativa	2020						
	Educação Infantil		EF - Anos Iniciais	EF - Anos Finais	Ensino Médio	Total	%
	Creche	Pré escola					
Estadual	-	-	865	5.488	7.399	13.752	8,9%
Municipal	8.504	1.432	19.815	7.870	-	37.621	19,3%
Estadual e Municipal	8.504	1.432	20.680	13.358	7.399	51.373	28,2%
Dependência administrativa	2021						
	Educação Infantil		EF - Anos Iniciais	EF - Anos Finais	Ensino Médio	Total	%
	Creche	Pré escola					
Estadual	-	-	595	4.750	8.320	13.665	9,1%
Municipal	9.802	3.395	27.300	10.043	-	50.540	25,9%
Estadual e Municipal	9.802	3.395	27.895	14.793	8.320	64.205	35%

Fonte: CENSO (2020 e 2021)

Em síntese, em relação às matrículas em ETIs, por dependência administrativa e etapas de ensino (Tabela 17), considerando as variações do indicador 5A entre 2020 e 2021, o maior acréscimo do indicador ocorreu na esfera municipal, com crescimento de 19,3% para 25,9% ou seja 6,6 p.p, acima da meta, enquanto, na esfera estadual ocorreu um leve crescimento de 8,9% para 9,1% ou seja 0,2 p.p. Analisando este indicador das duas esferas juntas, observa-se um acréscimo de 28,2% para 35% representando 6,8 p.p de crescimento nesse período, superando os 25%, meta estabelecida pelo PEE segundo os critérios adotados pelo indicador.

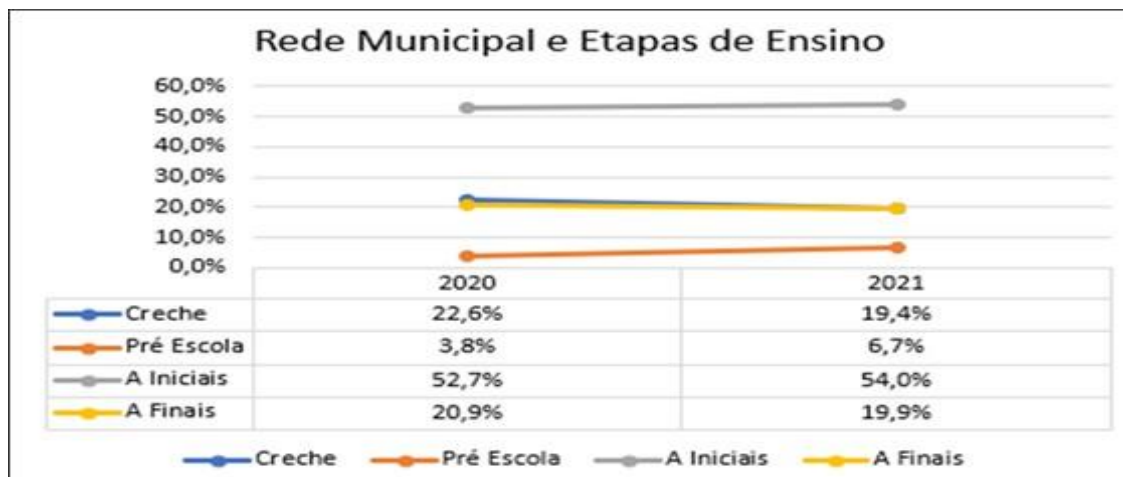
GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



Fonte: CENSO (2020, 2021)

No que concerne às etapas de ensino da rede Municipal, de acordo com o Gráfico 8, houve uma variação do indicador 5A de decréscimo e acréscimo, nesse período de 2020 a 2021. Observa-se que na Pré-Escola e anos Iniciais ocorreu um crescimento de 3,8% para 6,7% ou seja 2,9 p.p e 52,7% para 54% ou seja 0,2 p.p respectivamente, já na Creche e Anos Finais, ocorreu um decréscimo do indicador de 22,6 para 19,4% ou seja 3,2 p.p e 20,9% para 19,9% ou seja 1 p.p respectivamente nesse período.

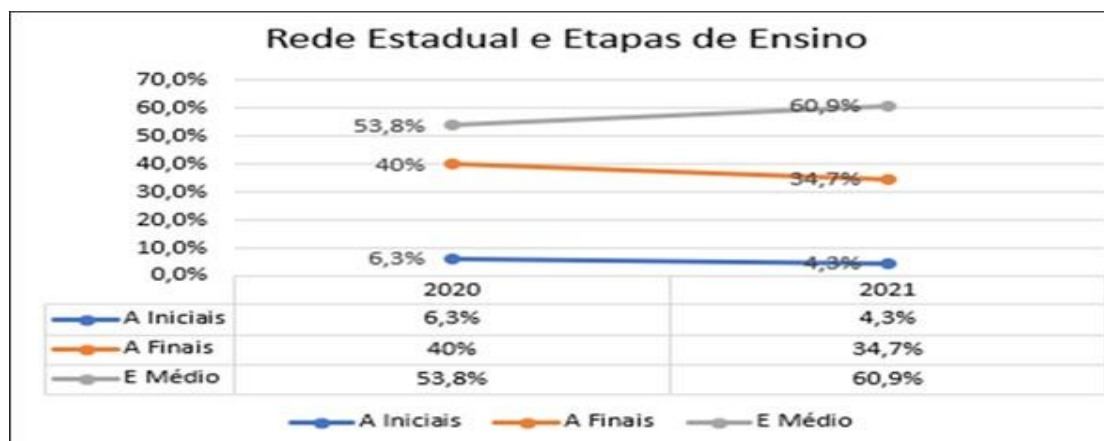
GRÁFICO 8 - MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL



Fonte: CENSO (2020 e 2021)

Na rede estadual de ensino, conforme o gráfico 9, embora tenha ocorrido em 2020 e 2021, um decréscimo do indicador, nas etapas Anos Iniciais de 6,3% para 4,3% ou seja 2 p.p e Anos Finais de 40% para 34,7% ou seja 5 p.p, na etapa Ensino Médio, ocorreu um acréscimo no indicador de 53,8% para 60,9% ou seja 7,1 p.p nesse período, o que justifica o contexto pandêmico e socioeconômico, contribuindo para um contingente de transferências da rede privada para a rede pública.

GRÁFICO 9 - MATRÍCULAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO REDE ESTADUAL.



Fonte: CENSO (2020 e 2021)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Escolas Públicas de Educação Básica que ofertam ao menos uma matrícula em Tempo Integral

Indicador 5B – Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.

Percentual de escolas de ETI – Tocantins – 2020-2021

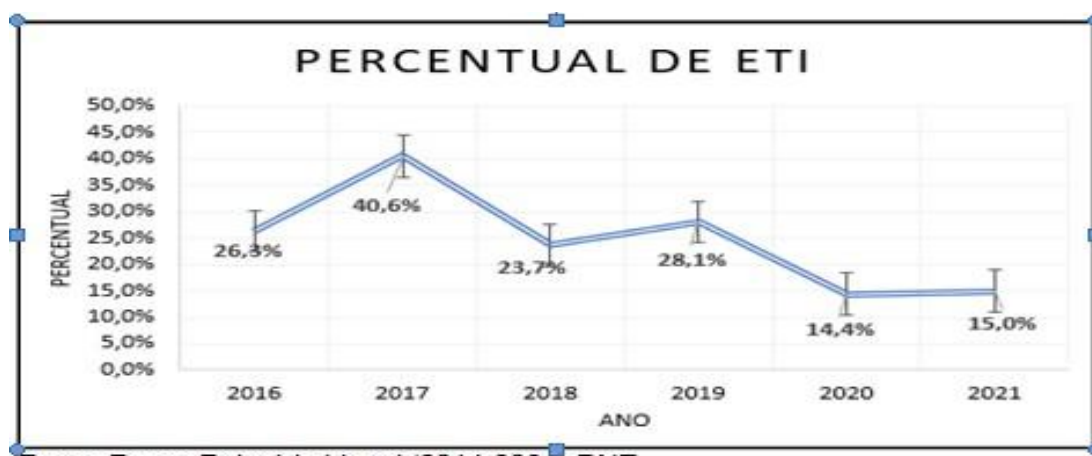
De acordo com o Gráfico 10 referente aos dados da Tabela 18, na oferta de ETIs da Rede Estadual do Tocantins, de 2016 a 2021, observam-se algumas variações de decréscimos e acréscimos ao longo do período. Em 2016, com 26,3% totalizando 388 ETIs para 40,6% totalizando 602 ETIs em 2017, um acréscimo significativo de 14,3 p.p. e 2018 com 23,7% representando 348 ETIs, um decréscimo substancial de 16,9 p.p., no 2019 houve um leve crescimento de 28,1% representando 401 ETIs. Já em 2020, ano que se inicia o 3º Ciclo, o percentual de ETIs era de 14,4%, totalizando 204 escolas. Contudo, em 2021 esse percentual foi de 15%, totalizando 213 escolas, um crescimento de 0,6 p.p. Para que a meta de 50% das escolas públicas da educação básica seja alcançada até 2024, será necessário um crescimento de 35 p.p. até o ano que finaliza o ciclo do PEE, o equivalente a 17,5 p.p. por ano, em média.

TABELA 18 - PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI – TOCANTINS

Ano	Quantidade de ETIs	Percentual
2016	388	26,3%
2017	602	40,6%
2018	348	23,7%
2019	401	28,1%
2020	204	14,4%
2021	213	15%

Fonte: Fonte: Relatório bianal (2016-2021) PNE

GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI - TOCANTINS 2016 A 2021



Fonte: Fonte: Relatório bianal (2014-2021) PNE

Também merece destaque a oscilação ocorrida no período de 2016 a 2021, o que pode ser justificado com o encerramento das atividades nas escolas que fizeram adesão ao Programa Mais Educação, que foi encerrado em 2019. Já em 2021, houve uma ligeira melhora do indicador em relação a 2020.

Percentual de escolas de ETI por dependência administrativa – Tocantins – 2020- 2021

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

No que se refere à dependência administrativa, de 2020 a 2021, como mostra o Gráfico 11, referente aos dados das Tabelas 19 e 20, o percentual de escolas de ETI da rede municipal foi a que teve maior crescimento, de 16,1%, em 2020, para 17%, em 2021, obtendo assim um crescimento de 1 p.p. aproximadamente nesse período. Já a rede estadual saiu de 11,1% para 11,3%, crescimento bem tímido em relação ao esperado, crescimento de apenas de 0,2%.

TABELA 19 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL – TOCANTINS

Ano	Escolas	ETIs	Percentual
2020	926	149	16,1%
2021	924	157	17%

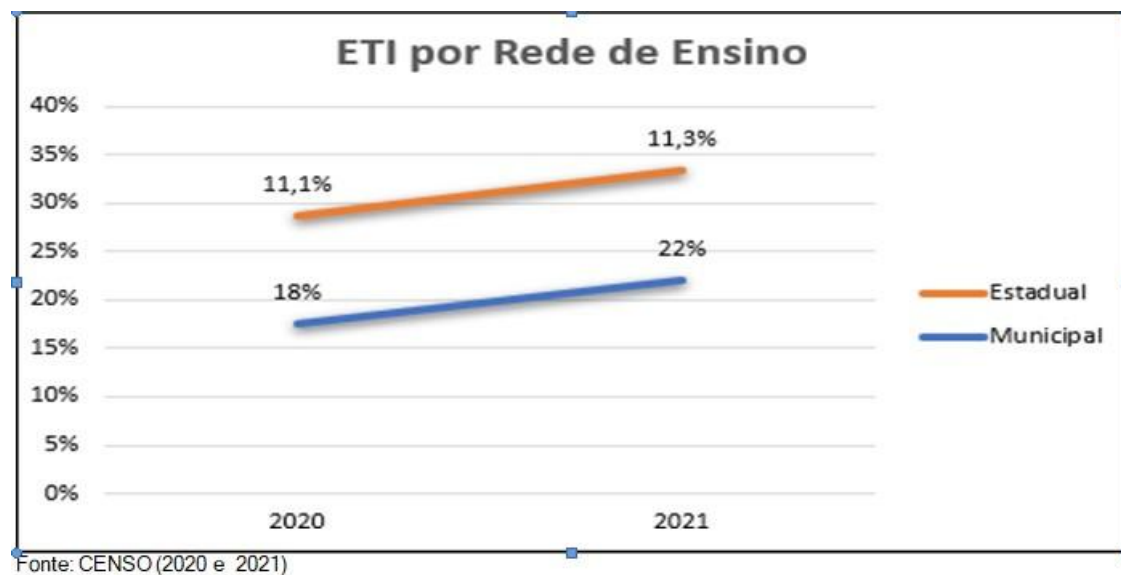
Fonte: CENSO (2020 e 2021)

TABELA 20 - INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL - TOCANTINS.

Ano	Escolas	ETIs	Percentual
2020	495	55	11,1%
2021	496	56	11,3%

Fonte: CENSO (2020 e 2021)

GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI - REDE MUNICIPAL E ESTADUAL



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados referentes ao 3º Ciclo do PEE (2020 a 2021), com base no indicador 5A, quanto às dependências administrativas, entre os anos de 2020 e 2021 percebe-se um avanço no número do percentual de matrículas em tempo integral, na rede municipal de 6.6 p.p e a rede estadual de 0,2 p.p. Com base no Indicador 5B, em seu critériode aferição, houve tímido avanço, de 0.6 p.p, mantendo-se bem distante da meta de 50%.

As estratégias planejadas para o cumprimento da meta foram executadas a partir de ações e projetos para ampliação de oferta de matrículas em tempo integral. Tais como:

- A construção de 4 novas escolas padrão (estadual) para a oferta da Educação em Tempo Integral, com perspectiva de atendimento até 750 por escola;
- Ampliação, reformas e adesão de novas escolas ao Regime de Tempo Integral.

O grande desafio para o cumprimento da Meta de forma integral está relacionado com os desafios advindos de um período pandêmico no qual foram demandadas ações prioritárias, com foco em outras estratégias do PEE.

Além de aumentar a oferta de matrícula, faz-se necessário implementar políticas públicas capazes de atender as demandas existentes das escolas que já ofertam a Educação em Tempo Integral e não possuem estruturas adequadas. Portanto, essas escolas carecem de melhorias na estrutura física, bem como mobiliários e laboratórios específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2010. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2010. Seção 1, p. 17. Disponível em:. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília,

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : linha de base.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria Inep nº 424, de 09 de outubro de 2015. Propõe consulta pública para coletar contribuições para o aprimoramento dos indicadores selecionados para o monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em 13 de junho de 2023.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 09 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Palmas, TO, de 09 de julho de 2015. Disponível em:www.al.to.leg.br/arquivo/38073

META 6 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Universalizar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, o acesso das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, prioritariamente, na rede regular de ensino e nas instituições especializadas, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de Salas de Recursos Multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, assegurando também a oferta para a população acima desta faixa etária.

Para monitorar a Meta 6 foram definidos 4 indicadores:

- Indicador 6A: Nº de matrículas na Educação Básica de estudantes com deficiência na Educação Especial¹
- Indicador 6B: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.
- Indicador 6C: Percentual de matrículas em classes comuns da Educação Básica de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e Altas Habilidade/Superdotação.
- Indicador 6D: Percentual de matrículas na Educação Básica de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, Altas Habilidades/Superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado.

Cabe ressaltar que o monitoramento integral dos objetivos da Meta 6 é limitado pelas bases de dados oficiais disponíveis, vez que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pnad Contínua (Pnad-c/IBGE) não oferecem informações sobre o quantitativo do público-alvo da Educação Especial. O Censo do IBGE coleta apenas informações sobre pessoas com deficiência intelectual e dificuldade ou incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar e subir degraus.

Enfrentamos ainda no contexto escolar a limitação da fidelidade da informação, vez que os dados dos sistemas de gerenciamento escolar são preenchidos pelos secretários e professores da escola regular, e a informação não é condicionada à apresentação de laudos confirmativos de diagnósticos. Ainda conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (2023), o Censo Escolar coleta informações quantitativas Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, e as seguintes deficiências: baixa visão, cegueira, visão monocular,

¹ Importante destacar que foi inserido o indicador 6A com o objetivo de mapear a oferta de matrículas da Educação Básica de estudantes com deficiência que frequentam escola na Educação Especial.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

deficiência auditiva, deficiência física, deficiência intelectual, surdez e surdocegueira. Sendo que o Sistema Educacenso registra automaticamente uma pessoa como deficiência múltipla caso tenha sido declarada mais de uma deficiência para o mesmo estudante.

INDICADOR 6A: Nº DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA ESCOLA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

O Indicador 6A tem como objetivo monitorar a progressão de matrículas dos estudantes da Educação Especial que frequentam a escola na educação básica no Tocantins. O gráfico 13 apresenta a trajetória do indicador demonstrando as matrículas realizadas em classes comuns e classes exclusivas, no período de 2015 a 2017.

Observa-se que em 2020 obteve 13.090 matrículas, em 2021 um total de 12.908, o que demonstra uma variação decrescente de 182 matrículas no período analisado. Conforme demonstram os dados do Gráfico 13, as matrículas nas classes comuns do ensino regular de 10.760 matrículas, em 2020, passaram-se a 10.478 em 2021, totalizando uma retração irrelevante de aproximadamente 2% no período. Nas Classes Exclusivas, percebe-se ainda uma leve progressão com 2.414 em 2020 para 2021 com 2.430 matrículas, mantendo praticamente a mesma proporção. Se considerarmos que os anos de 2020 e 2021 foram os anos de lockdown, no qual as escolas fecharam as portas em março de 2020, as atividades retornaram somente no segundo semestre letivo de 2021, o que causou uma baixa nas matrículas do público da Educação Especial que enfrentaram dificuldades de inclusão pelo ensino remoto.

GRÁFICO 12 - Nº DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

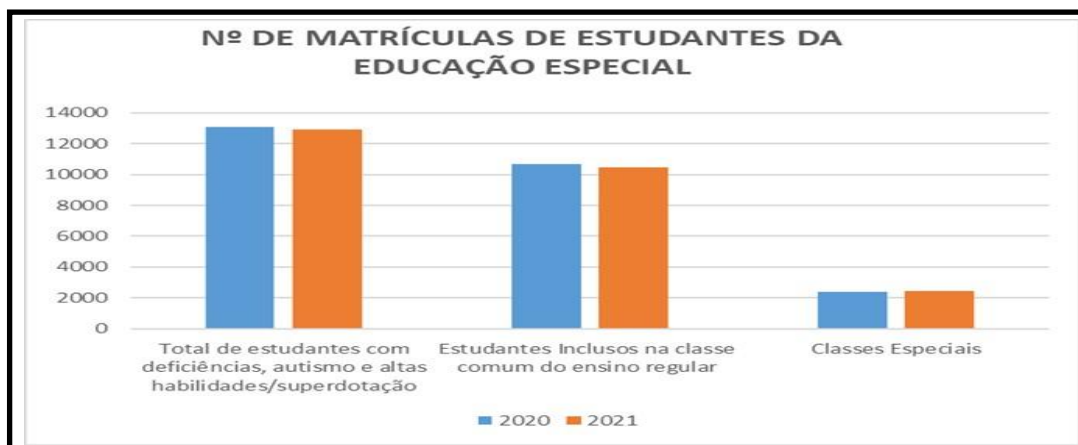


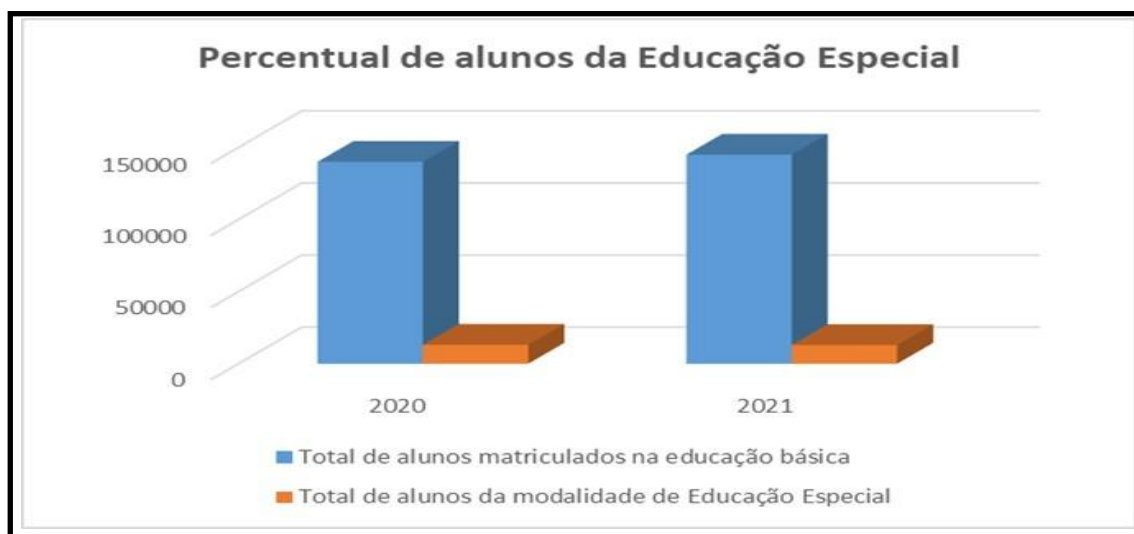
GRÁFICO 13 - MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CLASSE COMUM DO ENSINO REGULAR E CLASSES EXCLUSIVAS



INDICADOR 6B: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA A ESCOLA.

O gráfico 14 mostra a série histórica do Indicador 6B no período de 2020 a 2021, de acordo com o Censo da Educação Básica (Inep). A série histórica evidencia crescimento gradativo e contínuo no percentual de matrículas dos estudantes da educação Especial de 4 a 17 anos de idade em classes comuns do ensino regular da Educação Básica.

GRÁFICO 14 - Nº DE MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

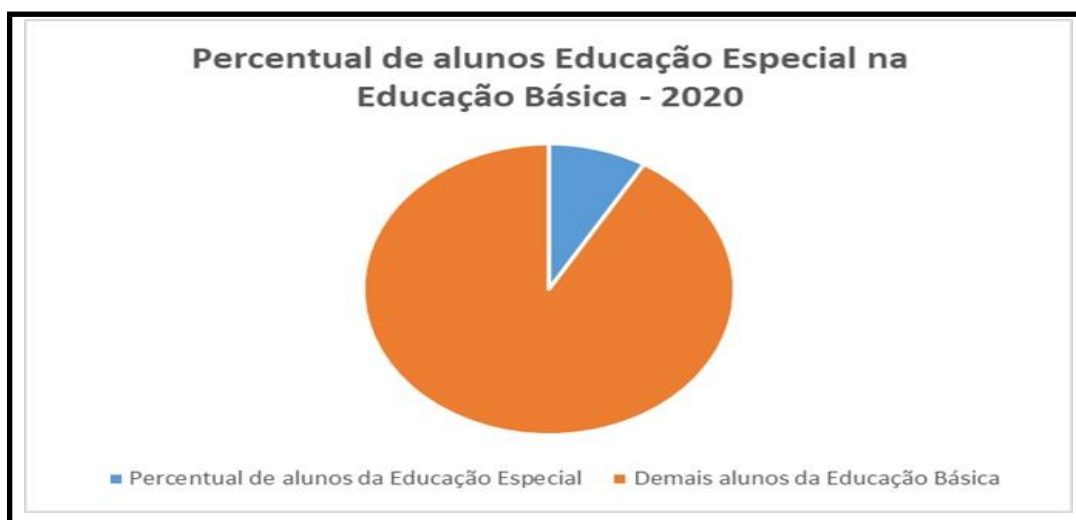


INDICADOR 6C: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADE/SUPERDOTAÇÃO.

Em 2020, o total de matrículas em classes comuns do ensino regular da Educação Básica de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiências, autismo e Altas Habilidades / Superdotação era de 13.090 e passou para 12.908 em 2021, o que demonstra uma leve retração de 1,4% p.p no período observado. Considerando os resultados apontados, precisamos analisá-los à luz do contexto histórico da pandemia, na qual muitas famílias optaram por não realizar as matrículas de seus filhos em 2021, aguardando o encerramento do lockdown.

Se analisarmos o percentual de alunos da Educação Especial em relação ao total geral de alunos da educação básica, podemos afirmar que em 2020, 9,3% dos alunos da Educação Básica eram alunos da Educação Especial, e uma leve retração em 2021, na qual 8,9% eram alunos da Educação Especial. Em pontos percentuais mantendo a mesma frequência em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 15 - PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2020



Conforme evidencia, em referência percentual mantém-se a mesma frequência, conforme fica evidenciado no Gráfico 16 e 17.

Indicador 6D: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIAS, AUTISMO, ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

Ao analisar o Gráfico 16, percebemos uma retração em relação aos primeiros anos de vigência do PEE, nos quais cerca de 50% dos estudantes da Educação Especial estavam matriculados no AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais e recebiam o Atendimento Educacional Especializado.

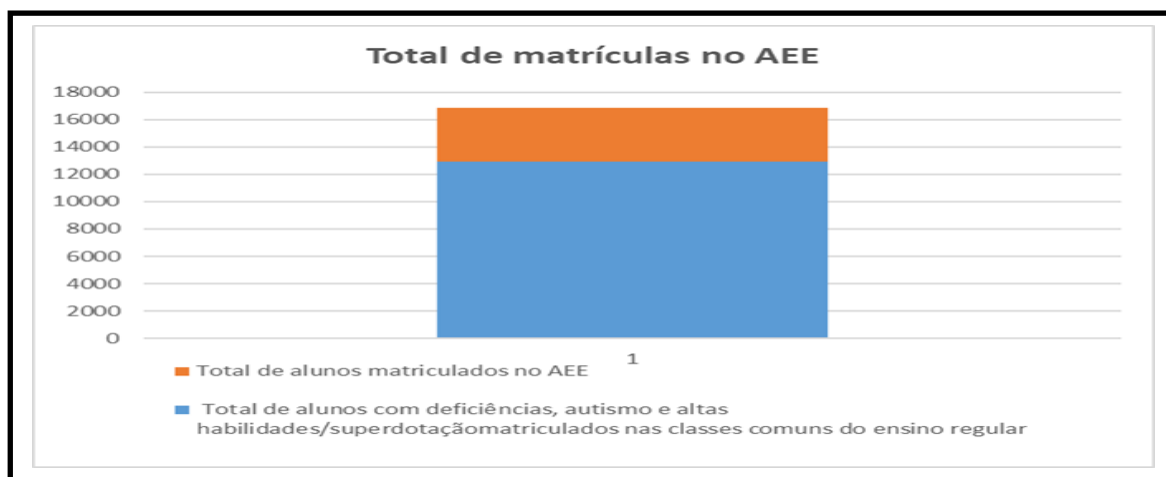
Considerando a análise histórica, é necessário considerar que, ao contrário da matrícula na classe comum do ensino regular, a matrícula no AEE é opcional. Logo, as famílias podem optar ou não pelo acesso ao direito. E para tanto, em dados reais, em 2021 a rede estadual de educação contava com 254 unidades escolares, em 100 municípios que disponibilizam AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais, e 1 Centro de AEE em Palmas. Totalizando 520 turmas em funcionamento no turno matutino e vespertino, que atendem 3.936 estudantes matriculados.

GRÁFICO 16 - MUNICÍPIOS QUE CONTAM COM AEE



Dos 139 municípios do Estado, conforme é possível observar, 100 municípios contam com a oferta de AEE.

GRÁFICO 17 - TOTAL DE MATRÍCULAS NO AEE



Ao contrário do que a Meta do PEE propõe, por se configurar como serviço opcional para as famílias, a análise histórica fundamenta a impossibilidade de universalidade do serviço, de forma que 100% dos alunos passem a frequentar o AEE, justificado no critério da opção da família. Contudo, os dados evidenciam que as 520 turmas têm a capacidade de atendimento para 7.800 estudantes, o que comprova a disponibilidade de vagas para as famílias que optarem pelo serviço, conforme é possível observar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 18 - ESTUDANTES ATENDIDOS E VAGAS DISPONÍVEIS NO AEE



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de
Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS:

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Quais são os tipos de deficiências coletadas no Censo Escolar? Publicado em 23/07/2020 17h10 e Atualizado em 06/06/2023 11h00, 2023. Acesso em 10 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/quais-sao-os-tipos-de>

META 7 – EDUCAÇÃO DO CAMPO

META 7: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PEE/TO, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média, entre negros(as) e não negros(as) declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A meta visa mitigar as disparidades educacionais entre a população de 18 a 29 anos, concentrando seus esforços na garantia de doze anos de estudo para grupos à margem do acesso à educação, a saber, os mais economicamente desfavorecidos, os afrodescendentes e os residentes de áreas rurais.

Nesse contexto, têm sido implementadas ações voltadas para apoiar a concretização desse objetivo, centrando-se na promoção de uma gestão educacional inclusiva para os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos.

O Estado, por meio da Secretaria da Educação, tem desempenhado um papel importante junto à população do campo e quilombola, destacando o comprometimento com a Educação dos Jovens e Adultos. O foco reside em atenuar as desigualdades por meio da implementação de mecanismos que facilitem o acesso à educação. Um exemplo notável é a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que opera nas unidades escolares rurais, aproveitando a infraestrutura dos colégios estaduais nos municípios mencionados a seguir.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 21 - RELAÇÃO DE ESCOLAS DO CAMPO QUE ATENDEM A MODALIDADE EJA

Relação de Escola do Campo que atende a modalidade EJA						
Cidade	Unidade Escolar	Localização	Total Geral	Educação de Jovens e Adultos - EJA - 1º Segmento	Educação de Jovens e Adultos - EJA - 2º Segmento	Educação de Jovens e Adultos - EJA - 3º Segmento
Araguatins	Colégio Estadual Atanázio de Moura Seixas	Rural	24	13	-	11
Araguatins	Escola Isolada Boa Sorte	Rural	7	5	2	-
Augustinópolis	Escola Estadual Fazenda Dezesseis	Rural	149	11	39	99
São Bento do Tocantins	Escola Estadual Anaides Brito	Rural	15	-	15	-
Buriti do Tocantins	Escola Estadual Ministro Ney Braga	Rural	20	-	20	-
Couto Magalhães	Escola Estadual Último de Carvalho	Rural	16	8	-	8
Nazaré	Escola Estadual Piaçava	Rural	28	-	13	15
Pedro Afonso	Escola Estadual Bom Tempo	Rural	11	-	5	6
Total			270	37	94	139

Tabela 1 Fonte: SEDUC/SGE/TO 2023

Os dados do IBGE referentes aos 34 municípios com menor Produto Interno Bruto (PIB), no Estado do Tocantins, são comparados à taxa de analfabetismo entre os indivíduos com 15 anos ou mais, é evidente a lacuna existente na cobertura educacional para os jovens nessa faixa etária.

Apesar dos esforços dedicados à promoção da educação nos ambientes rurais, conforme detalhado anteriormente, a demanda expressa na tabela abaixo revela que ainda há um considerável contingente de jovens desatendidos. Mesmo diante dos avanços conquistados, as estratégias implementadas e o empenho demonstrado, indicam a necessidade premente de um esforço adicional para alcançar as metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação - PEE.

TABELA 22 - INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS SOBRE O PROGRESSO NA ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ENTRE 18 E 29 ANOS

Municípios do Estado do Tocantins com menor PIB	População analfabeta com 15 anos ou mais de idade	Porcentagem de analfabetos com 15 anos ou mais de idade
Paraná	1.850	29,6
Santa Rosa do Tocantins	549	21,1
Carrasco Bonito	647	35,7
Aragominas	1.168	30,3
Conceição do Tocantins	708	28,2
Tocantínia	960	28,9
Tupiratins	247	28,6
Juarina	204	13,4
Dois Irmãos do Tocantins	916	18,7
Praia Norte	1.444	37,7
Darcinópolis	633	24
Maurilândia do Tocantins	434	25,3
Lagoa do Tocantins	296	20,6
Goiatins	2.128	32,8
São Félix do Tocantins	89	12,5
São Sebastião do Tocantins	581	26,3
Riachinho	603	27,6
Palmeirante	670	30,2
Lizarda	562	25,6
Esperantina	1.495	35,9
Centenário	329	24,2
Muricilândia	606	35,1
Campos Lindos	770	25,5
Recursolândia	480	26,4
Rios dos Bois	335	23,1
Santa Fé do Araguaia	790	24,2
Itacajá	1.233	27,9
Rio da Conceição	197	28,4
Mateiros	312	35,3
Sampaio	458	29
Couto Magalhães	656	23,6
Pindorama do Tocantins	557	18,1
São Bento do Tocantins	532	24,3
São Salvador do Tocantins	471	27,7
Total	23.910	-

Fonte: IBGE

Conforme evidenciado na tabela acima, os municípios foram solicitados a fornecer informações sobre o progresso na elevação da escolaridade média da população entre 18 e 29 anos. Alguns desses municípios indicaram que estão implementando

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

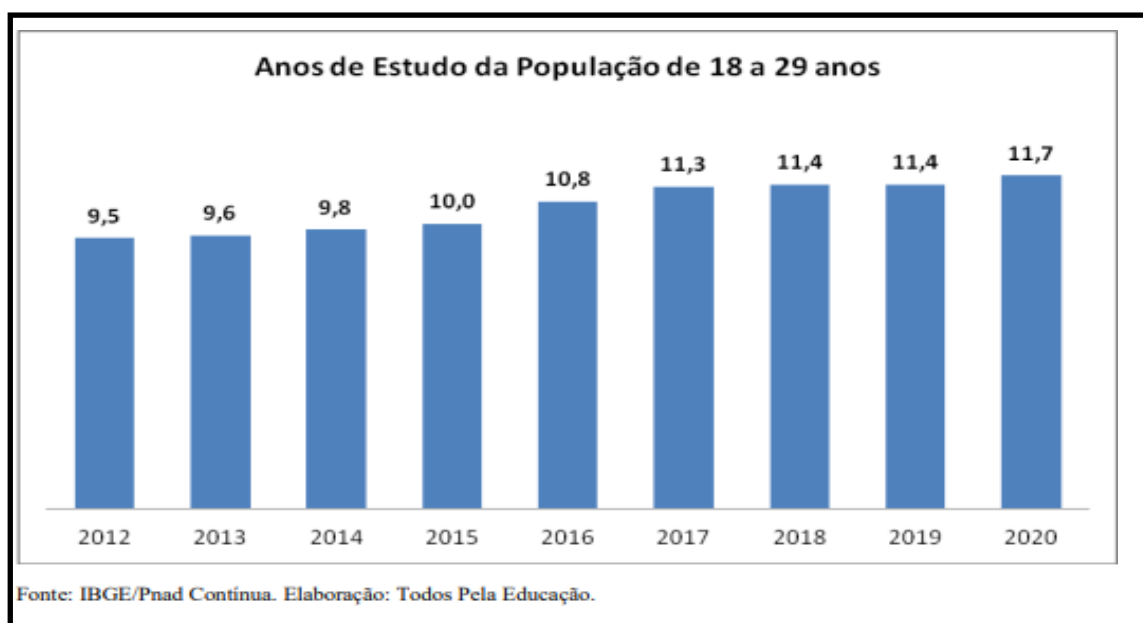
estratégias de Busca Ativa em colaboração com a Secretaria de Saúde para atender a essa meta. No entanto, enfrentam o desafio de não ter um público suficiente para iniciar turmas da EJA.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Enceja é outra modalidade ofertada por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação – MEC, cujo objetivo é oferecer uma oportunidade para jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade apropriada obterem a certificação do ensino fundamental e médio.

Esse incremento no número de instituições e estudantes demonstra um claro avanço nas iniciativas educacionais, refletindo um aumento do interesse e participação nas atividades escolares. A expansão geográfica para sete municípios também indica um esforço para alcançar uma cobertura mais abrangente, atingindo áreas adicionais e, assim, ampliando o acesso à educação.

INDICADORES DA META Indicador 7 A – Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade.

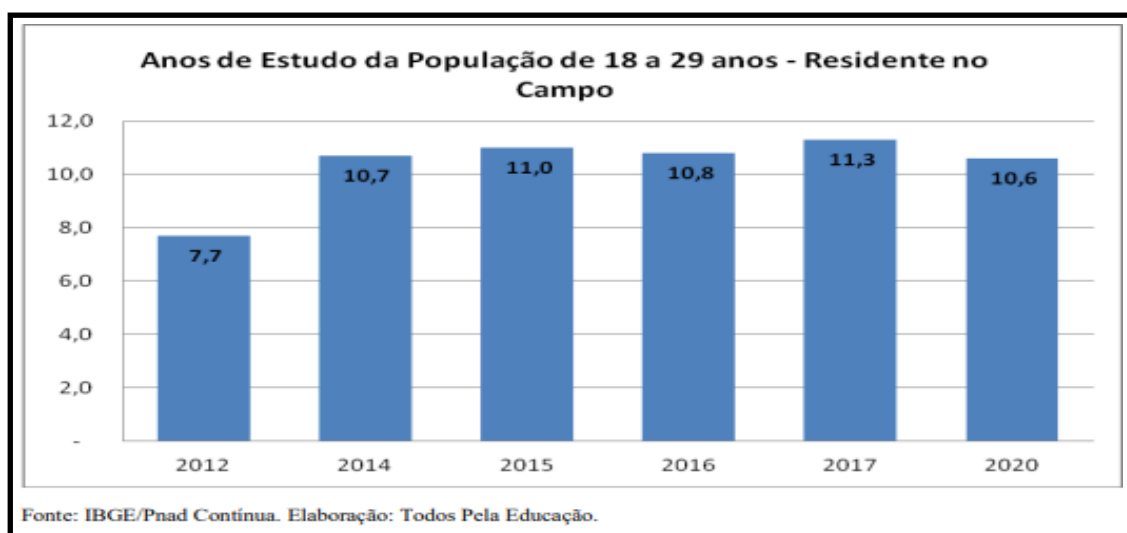
GRÁFICO 19 - ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS



O Gráfico demonstra o tendente crescimento da escolaridade da população de 18 a 29 anos, evoluindo de 11,4 em 2019 para 11,7 em 2020.

Indicador 7B – Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

GRÁFICO 20 - ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS - RESIDENTE NO CAMPO

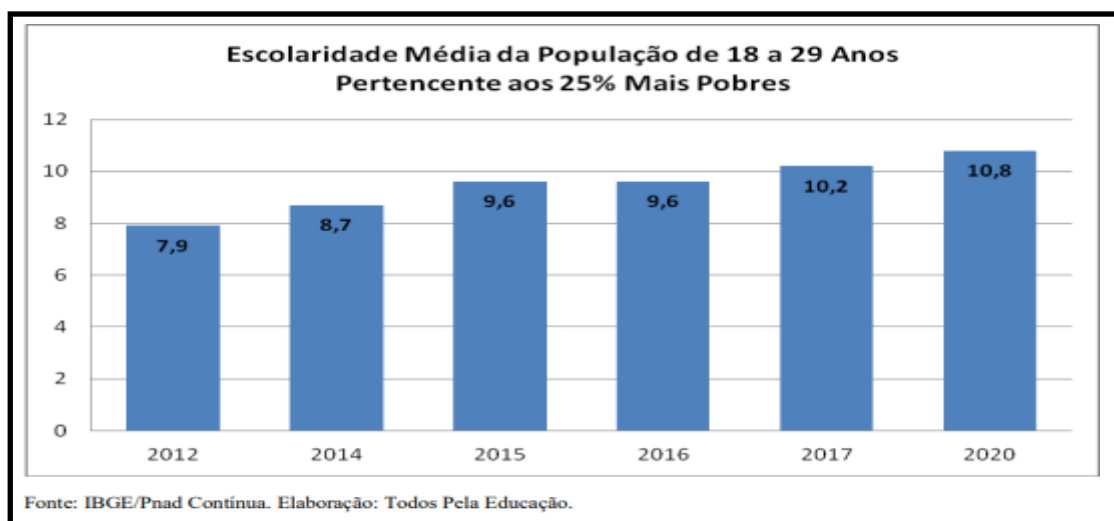


Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

O Gráfico demonstra a média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, residente na área rural do Tocantins, que houve um decréscimo de 11,3 em 2017 para 10,6 em 2020.

Indicador 7C – Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres.

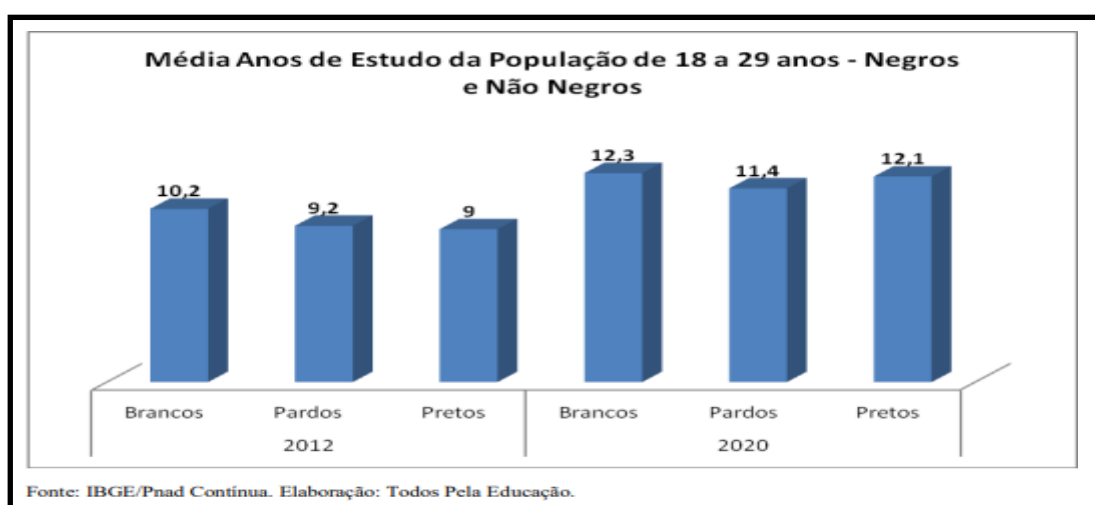
GRÁFICO 21 - ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES.



O Gráfico demonstra a média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, pertencentes aos 25% mais pobres do Estado do Tocantins, evoluindo de 10,2 em 2017 para 10,8 em 2020.

Indicador 7D – Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.

GRÁFICO 22 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS -NEGROS E NÃO NEGROS



O Gráfico demonstra um crescimento na média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos, negros e não negros, evoluindo de 18,2 em 2012 para 23,5 em 2020, considerando pretos e pardos.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Durante o biênio 2020-2021, a obtenção de dados específicos para os indicadores relacionados à Educação de Jovens e Adultos foi desafiadora devido ao impacto direto da pandemia, que afetou a disponibilidade de informações necessárias. No entanto, é possível destacar alguns aspectos relevantes referentes a esse período.

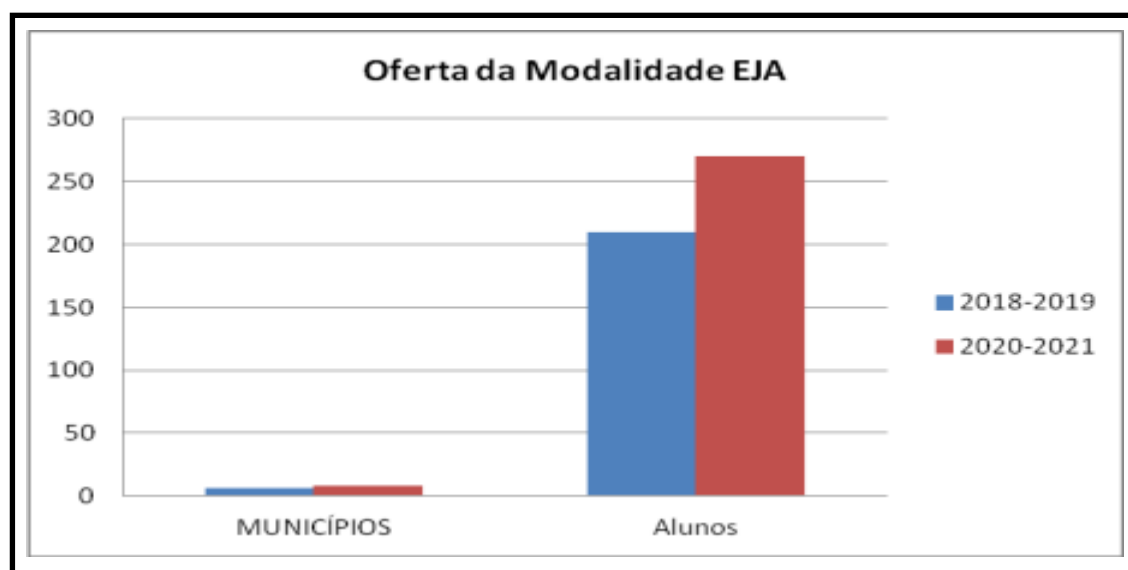
Em relação à oferta da EJA, observou-se uma significativa expansão, acompanhada por um notável aumento na demanda, conforme apresentado na Tabela 21. Esse cenário sugere uma resposta positiva por parte da comunidade, indicando um interesse crescente na busca pela conclusão dos estudos entre jovens e adultos.

Comparando com o biênio anterior (2018-2019), quando a modalidade estava disponível apenas nos Municípios de Muricilândia, Araguatins, Augustinópolis, Paranã, Pedro Afonso e Nazaré, nota-se uma ampliação considerável. Atualmente, a oferta se estende aos municípios de São Bento do Tocantins, Buriti do Tocantins e Couto Magalhães, além da continuidade nos municípios já contemplados anteriormente, como Araguatins, Augustinópolis, Nazaré e Pedro Afonso. Esse incremento resulta em um total de oito municípios oferecendo a modalidade EJA, com um registro de 270 alunos matriculados.

A expansão geográfica da oferta da EJA reflete um esforço significativo em proporcionar oportunidades educacionais a uma gama mais ampla de comunidades, contribuindo para a promoção da educação inclusiva. O aumento no número de alunos matriculados indica a eficácia dessas iniciativas em atender às necessidades educacionais da população.

Esse avanço demonstra o compromisso em superar obstáculos e garantir que a EJA alcance aqueles que buscam a conclusão de seus estudos, consolidando-se como um instrumento fundamental para a promoção da educação e o desenvolvimento da comunidade.

GRÁFICO 23 – OFERTA DA MODALIDADE EJA



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados analisados, seguem as considerações sobre os Indicadores 7A, 7B, 7C e 7D para fins de monitoramento da Meta 7 do PEE/TO.

1. Os indicadores da Meta 7, destinados a medir a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, em anos, pertencente aos 25% mais pobres e a razão entre a escolaridade dos negros e não negros, revelaram taxas de crescimento nos períodos analisados.

2. O indicador 7B – Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural, apresenta decréscimo.

3. Para alcançar a meta estabelecida para 2025, será necessário implementar medidas que promovam igualdade de oportunidades e aprimorem o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de
Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS:

SGE – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR DO ESTADO DO TOCANTINS,
2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022.

Anuário Brasileiro da Educação Básica, acesso em Anuário Brasileiro da
Educação Básica 2021 – Brasil: principais dados e indicadores de desigualdade
(moderna.com.br)

META 8 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, iniciativa privada e instituições de ensino superior, a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos de idade ou mais, de 87,1% (oitenta e sete inteiros e um décimo por cento) para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2021; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE/TO.

A Meta 8 tem como objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, alcançando 93,5% até 2021, erradicar o analfabetismo absoluto até o final da vigência do PEE/TO e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da vigência do PEE/TO em 2025. Para o monitoramento desta meta, foram considerados dois indicadores:

Indicador 8A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade;

Indicador 8B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Com base nas definições e referências adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever. Para o cálculo da taxa de analfabetismo funcional do Indicador 8B, cuja meta consiste em uma redução em 50% até 2025.

Sobre o Indicador 8A, a taxa de alfabetização entre a população de 15 anos ou mais foi de 87,6% em 2012 para 90,7% em 2020, considerando um aumento de 3,1% ao longo destes anos. Percebe-se que a meta deve alcançar 100% até 2025, a alfabetização da população de 15 anos ou mais será alcançada até o ano pretendido.

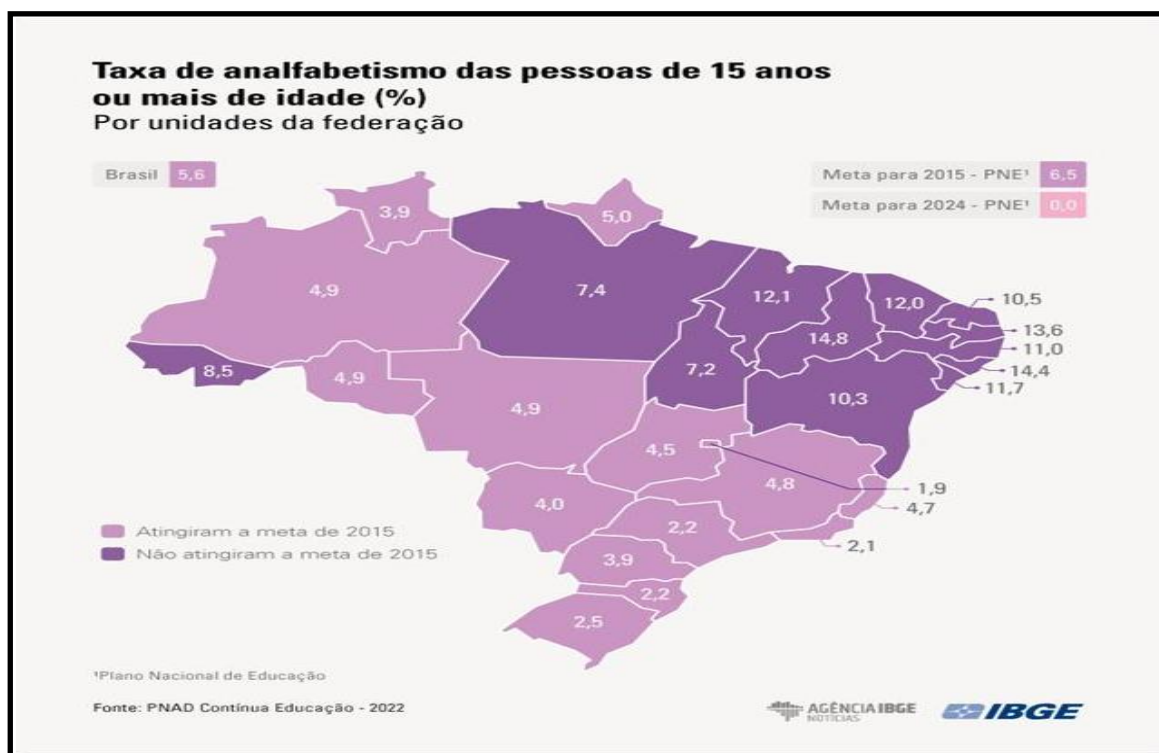
Porcentagem da população de 15 anos ou mais considerada alfabetizada Brasil – 2012-2020. Entre 2012 e 2020, o crescimento da taxa de alfabetização foi de quase três pontos percentuais.

GRÁFICO 24 - PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CONSIDERADA ALFABETIZADA NO BRASIL – 2012-2020.



A taxa de analfabetismo no Brasil ainda é grande, mas vem caindo ao longo dos tempos em todos os estados da federação. Algo positivo e muito válido para o alcance da meta de erradicar o analfabetismo no país inteiro. Segue abaixo um quadro figurativo dessas mudanças percentuais.

FIGURA 2 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (%) POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO.



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Sobre o Indicador 8B, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais não foi possível mensurar os dados *de 2020 e 2021 devido à pandemia*.

TABELA 23 - PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS CONSIDERADA ALFABETIZADA – 2012-2020, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO.

Unidade da federação	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	91,4	91,7	92,1	92,3	92,8	93,1	93,2	93,4	94,2
Região Norte	90,4	90,6	91,1	90,9	91,5	92,0	92,0	92,4	93,3
Rondônia	90,9	91,9	91,2	92,2	93,4	92,8	93,5	93,6	94,5
Acre	86,2	85,2	85,5	86,5	86,9	87,9	87,9	88,3	90,4
Amazonas	92,5	92,8	92,9	92,2	93,1	93,9	94,2	94,6	94,4
Roraima	93,1	93,3	93,3	93,4	93,4	94,0	94,0	95,0	94,9
Pará	89,8	90,0	91,0	90,3	90,8	91,4	91,2	91,6	93,1
Amapá	93,0	91,5	93,0	93,5	95,0	95,0	93,9	94,5	95,1
Tocantins	87,6	88,1	88,3	89,2	89,6	89,8	90,0	90,3	90,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

O Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Educação, (Seduc), lançou o Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Gildene Ferreira dos Santos, de Gurupi, com capacidade para atender até 630 estudantes, e que funcionará como um piloto para a implementação de novos Centros em outros municípios.

Para ajudar o Indicador 8A a ser alcançado, o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Seduc, implantou o primeiro CEJA- Centro de Educação de Jovens e Adultos em Gurupi Tocantins, que passou a funcionar como piloto para a implantação de mais dois Centros. Tal iniciativa alavancou as matrículas, aumentando o número de alunos frequentantes da EJA.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de
Educação – PEE/TO

INDICADOR 8B - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou
mais de idade

Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo funcional igual ou menor que 11,3% em
2025.

O objetivo do Indicador 8B é reduzir a taxa de analfabetismo funcional para
igual ou menor que 11,3% até 2025. Considerando que a meta é reduzir a taxa de
analfabetismo funcional em 50%, para atingir a meta do PEE significa que será necessário
reduzir o percentual para 11,3% até 2025.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A taxa de alfabetização entre a população de 15 anos ou mais foi de 87,6% em 2012 para 90,7% em 2020, considerando um aumento de 3,1% ao longo destes anos. Os resultados permitem observar que a meta até 2025 deve ser alcançada.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020. Brasília, DF: Inep, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): microdados. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2023/06/14/analfabetismo-registra-menor-indice-da-serie-historica-no-tocantins-aponta-ibge>

META 9 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

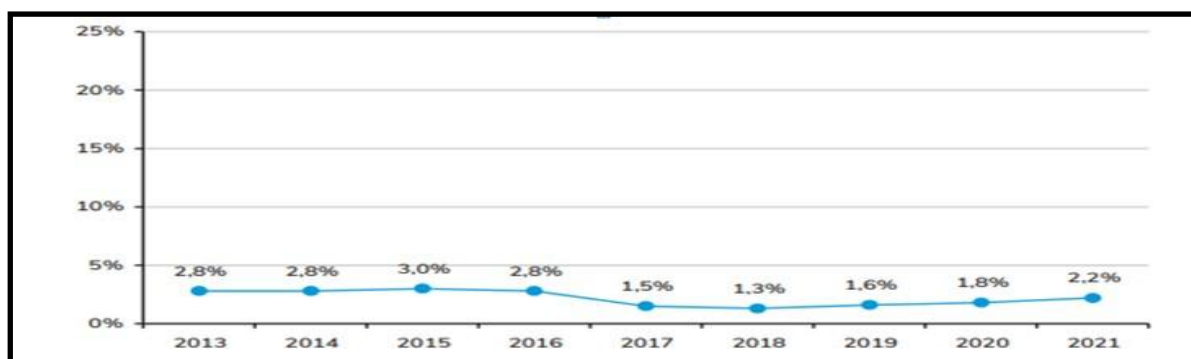
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

A Meta 9 do PEE tem como objetivo ofertar 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Para o monitoramento dessa meta foi definido o seguinte indicador:

Indicador 9A - Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional.

O Gráfico 25 apresenta a trajetória do Indicador 10A no período de 2013 a 2021 referente ao PNE. Nos dois primeiros anos da série, o indicador registrou a marca de 2,8% e, em 2015, atingiu o seu maior patamar (3,0%). A partir de 2016, verifica-se um acentuado decréscimo, com o indicador atingindo o menor valor da série (1,3%) em 2018. Desde então, o indicador experimentou pequenos crescimentos de 0,3 ponto percentual (p.p.), em 2019 (1,6%), mais 0,2 p.p., em 2020 (1,8%), e mais 0,4 p.p., em 2021, alcançando 2,2% de matrículas da EJA integrada à educação profissional, mas ainda distante do estabelecido pela Meta 10 para o ano de 2024.

GRÁFICO 25 – PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - BRASIL - 2013 – 2021.

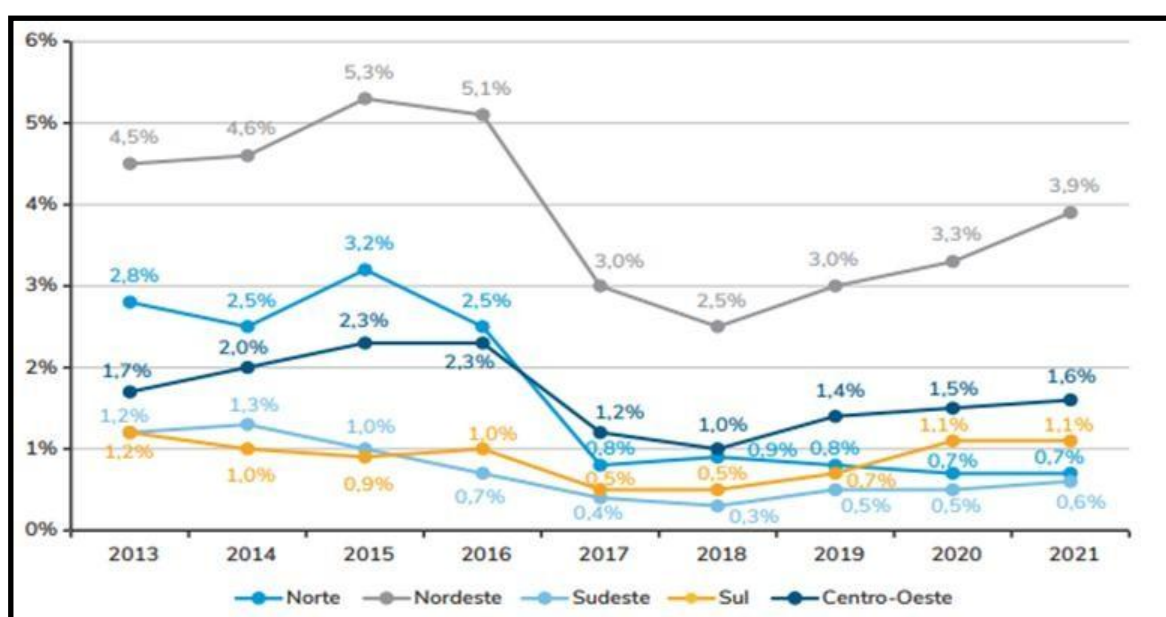


Fonte: Elaborado pela Direção de Educação Profissional com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

O indicador abaixo mostra as porcentagens de matrículas na EJA integrada à educação profissional em âmbito de Brasil, revelando uma variação para mais e para menos ao decorrer dos anos de 2010 a 2020.

GRÁFICO 26 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - POR GRANDE REGIÃO - BRASIL - 2013 – 2021.



Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 24 - PORCENTAGEM DE MATRÍCULAS NA EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2010-2020

Porcentagem de matrículas na EJA integradas à Educação Profissional – Brasil – 2010-2020

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	1,2	1,6	2,8	2,8	2,8	3,0	2,8	1,5	1,3	1,6	1,8
Nível Fundamental	0,5	0,9	2,8	2,6	2,5	3,1	2,9	0,5	0,3	0,6	0,5
Nível Médio	2,7	3,1	2,7	3,1	3,3	3,0	2,5	3,0	2,9	3,1	3,6

Fonte: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/eja-educacao-de-juvens-e-adultos.html>

No Tocantins, o Projeto EJA/EPT, do IFTO, tem a missão de contribuir com o esforço nacional para alcance da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Visa-se mobilizar estudantes, docentes, técnicos administrativos em educação e instituições parceiras em torno da oferta de cursos da EJA/EPT; promover formação continuada de pelo menos 100 profissionais da educação das redes municipais, estaduais ou federal que atuem diretamente com a EJA/EPT; desenvolver pesquisa aplicada e inovação; Ofertar 330 vagas em cursos da EJA/EPT; produzir e disponibilizar material didático no contexto da EJA/EPT; e constituir instrumentos de monitoramento da permanência dos estudantes nos cursos ofertados.

Educação de Jovens e Adultos

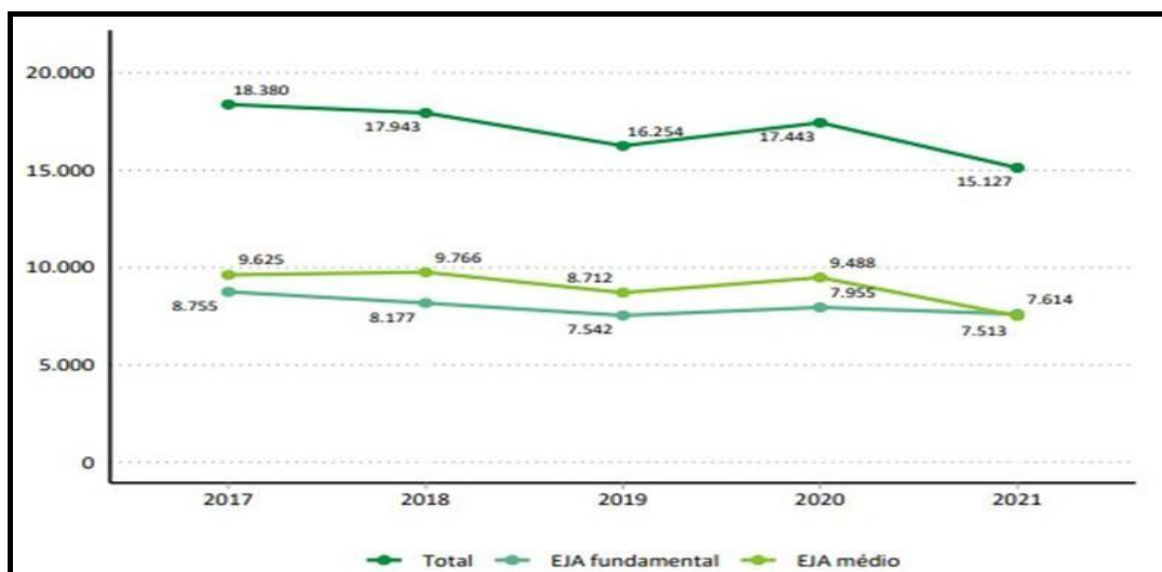
Histórico, dependência administrativa e localização da escola

No Tocantins o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou uma queda de 17,7% de 2017 a 2021, chegando a 15.127 matrículas em 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Em relação ao ano de 2020, o número de matrículas da EJA de nível fundamental caiu 4,3%. A EJA de nível médio apresentou uma redução de 20,8% em relação a 2020, o que se observa no Gráfico 30.

GRÁFICO 27 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – TOCANTINS – 2017-2021.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021, alcançando 2,2% de matrículas da EJA integrada à educação profissional, a intenção de aumentar o número de alunos inscritos ainda se encontra distante do estabelecido pela Meta 9 para o ano de 2025.

Histórico, dependência administrativa e localização da escola.

O número total de matrículas da educação profissional apresentou uma queda de 41,5% de 2017 a 2021, chegando a 7.762 matrículas em 2021. Em relação ao ano de 2020, observa-se que o número de matrículas da educação profissional subsequente ao ensino médio caiu 27,7 %.

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede federal, com 53,6% das matrículas, seguida da rede privada, com 25,7% das matrículas. Verifica-se ainda que 58,7% das matrículas da rede estadual estão localizadas na zona urbana.

(Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.)

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 66,1% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo feminino são maioria, representando 51,0% das matrículas.

(Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Básica (2015-2017). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escola>

META 10 – EDUCAÇÃO EM PRISÕES

Universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio, no ensino regular e na modalidade de jovens e adultos, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas, em regime de colaboração com união e os municípios.

A Meta 10 do PEE/TO tem como finalidade universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio (regular ou na modalidade de jovens e adultos) às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas do estado. A Meta 10 é uma meta que não está contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE), é exclusiva do estado.

A Secretaria da Educação do Tocantins em parceria com a Secretaria da Cidadania e Justiça tem buscado desenvolver uma política pública, por meio de ações educacionais, para atendimento dos adolescentes, jovens e adultos em privação de liberdade em nosso estado, objetivando garantir a universalização da oferta do ensino fundamental e médio.

Para monitoramento da Meta 10, foram definidos dois indicadores específicos para as Unidades Socioeducativas e Sistema Prisional.

INDICADOR 10A: Percentual de adolescentes/estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas que frequenta a escola no ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental, anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio Regular e EJA 2º Segmento.

INDICADOR 10B: Percentual da população carcerária do sistema prisional que frequenta escola. Meta: Atender 100% da população prisional que não possui ensino fundamental e médio.

POPULAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO QUE FREQUENTA A ESCOLA

INDICADOR 10A: Percentual de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que frequenta a escola nas modalidades ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano), ensino médio regular e EJA2º Segmento.

Meta: Atender 100% de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

O sistema socioeducativo é um componente fundamental das políticas públicas voltadas para a transformação social e a construção de um futuro mais justo e igualitário. Ele se destina a atender jovens em conflito com a lei, buscando não apenas a punição, mas também a ressocialização e a reintegração desses jovens à sociedade. A criação e o desenvolvimento de um sistema socioeducativo eficiente requerem uma abordagem multifacetada que considere aspectos legais, psicossociais, educacionais e comunitários.

A criação do sistema socioeducativo surge da necessidade de responder de maneira mais humanizada e eficaz aos adolescentes que cometem atos infracionais. O modelo tradicional de justiça criminal, voltado predominantemente para a punição, demonstrou-se insuficiente para lidar com as peculiaridades e vulnerabilidades dos jovens em conflito com a lei.

A ausência de alternativas que considerassem a idade, o desenvolvimento cognitivo e emocional, assim como os fatores sociais que levaram à delinquência, culminou na formulação do sistema socioeducativo. O sistema socioeducativo baseia-se em princípios como a individualização da pena, o respeito aos direitos humanos, a educação, a promoção da saúde mental e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Seu objetivo primordial é garantir que o jovem, mesmo após ter cometido um ato infracional, tenha a oportunidade de se recuperar, aprender com suas ações e reintegrar-se à sociedade como um cidadão produtivo e responsável.

O Sistema oferece uma variedade de medidas socioeducativas que visam corrigir o comportamento do jovem e promover sua reinserção social. Essas medidas podem incluir advertências, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em unidades socioeducativas. A educação desempenha um papel fundamental no processo de ressocialização. Oferecer educação de qualidade dentro das unidades socioeducativas ajuda a preparar os jovens para um futuro melhor.

Além disso, a formação profissional e a capacitação para o mercado de trabalho aumentam suas chances de sucesso após a liberação. Muitos jovens em conflito com a lei têm histórias de trauma, abuso ou negligência.

O sistema socioeducativo deve oferecer apoio psicológico e social para lidar com essas questões, visando promover o desenvolvimento emocional e comportamental saudável. Integrar a comunidade é vital para o sucesso do sistema. Incentivar a participação de familiares, organizações sociais e instituições locais na reabilitação dos jovens ajuda a construir um ambiente de apoio e responsabilização.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

A criação e operação de um sistema socioeducativo eficiente não estão isentas de desafios. Questões como, a garantia dos direitos dos jovens, a capacitação adequada dos profissionais envolvidos e a articulação com outros setores da sociedade são desafios que precisam ser enfrentados. No entanto, a perspectiva de um sistema socioeducativo bem estruturado e centrado na ressocialização dos jovens é promissora. Ao investir na criação de oportunidades de crescimento pessoal, educacional e profissional, podemos ajudar a romper o ciclo da criminalidade e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A criação do sistema socioeducativo representa um passo crucial em direção à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao considerar a individualidade dos jovens em conflito com a lei, oferecer educação de qualidade, apoio emocional e oportunidades de reintegração, estamos investindo no potencial de transformação desses jovens e, por consequência, na transformação de nossa sociedade como um todo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta.

Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência. Para garantir a efetivação da proteção integral, governo e sociedade civil trabalham em conjunto por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e do adolescente.

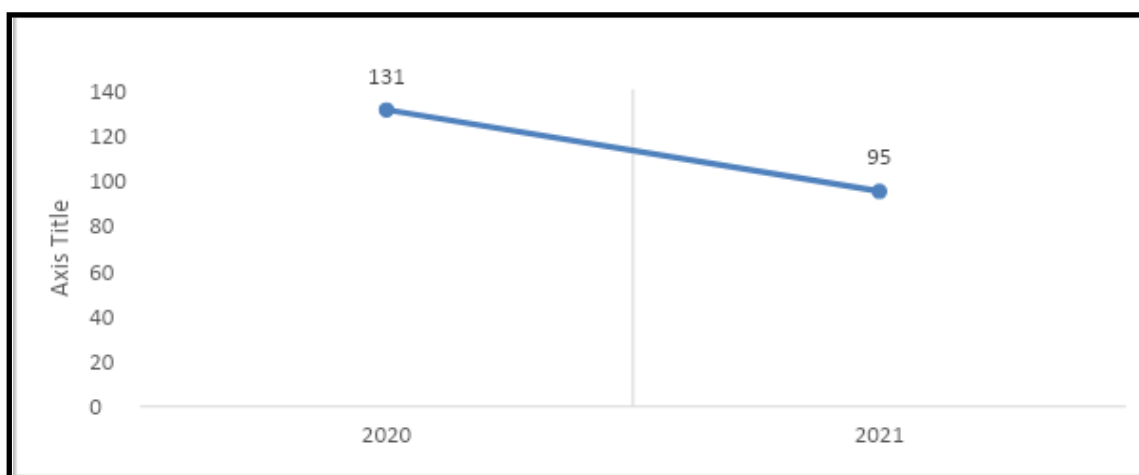
A Lei nº 12.594, datada de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), definiu no artigo 82 a obrigação de integrar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na rede pública de ensino durante qualquer fase do período letivo, abrangendo diferentes faixas etárias e níveis de instrução.

A apuração do indicador foi realizada com base nos dados fornecidos pelas unidades escolares que oferecem educação regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), utilizando o Sistema de Gestão Escolar da Seduc e a Secretaria de Cidadania e Justiça –

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO
Seciju.

No âmbito do 3º ciclo do PEE/TO (2020-2021), percebe-se que no exercício referente a 2020/2021 o número de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas regrediu em relação ao biênio anterior. Durante esse período, foi contabilizado um total de 226 adolescentes e jovens em cumprimento das medidas socioeducativas que, comparado ao registrado no ciclo anterior de monitoramento (2018 e 2019), percebe-se uma redução de 196 estudantes.

GRÁFICO 28 - NÚMERO DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - TOCANTINS (2020-2021)

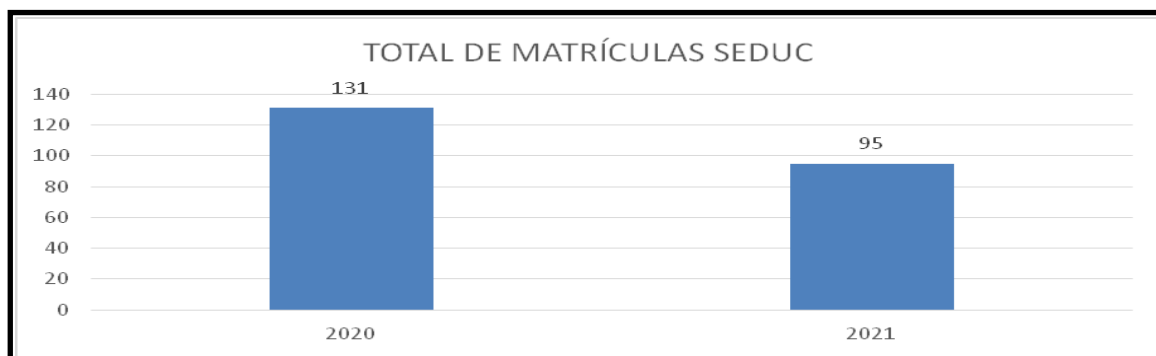


Fonte: Secretaria Escolar das Unidades Escolares que ofertam ensino no socioeducativo - Seduc (2020-2021). Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

O Gráfico apresenta o resultado referente ao 3º ciclo de monitoramento, 2020 e 2021, do PEE/TO (2015-2025). Verifica-se que em 2020 foram matriculados, nas unidades escolares da Seduc, um total de 131 adolescentes e jovens, em 2021 foram registradas 95 matrículas. Percebe-se uma redução de aproximadamente 27,4% adolescentes e jovens matriculados nas Unidades Escolares que atendem o sistema socioeducativo no Tocantins.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 29 - TOTAL DE MATRÍCULAS OFERTADAS/ATENDIDAS NO SOCIOEDUCATIVO 2 - TOCANTINS (2020-2021)

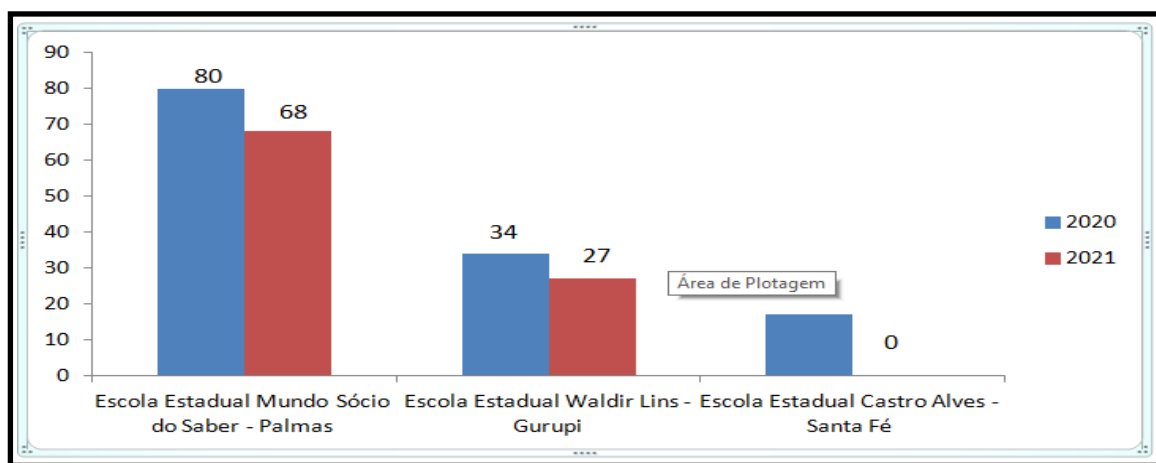


Fonte: Secretaria Escolar das Unidades Escolares que ofertam ensino no socioeducativo - Seduc (2020-2021). Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

O Gráfico 30 demonstra o número de matrículas desagregado por unidade escolar, observa-se que no Tocantins três escolas atendem o sistema socioeducativo que são: Escola Estadual Mundo Sôcio do Saber, Escola Estadual Waldir Lins, Escola Estadual Castro Alves, respectivamente em Palmas, Gurupi e Santa Fé do Tocantins.

Em números absolutos, percebe-se que no período analisado a Escola Estadual Mundo Sôcio do Saber, localizada na capital, tem o maior número de alunos matriculados, tendo em 2020 um total de 80 matrículas, e em 2021, um registro de 68. No período analisado, considerando os registros das três unidades ofertantes do ensino no sistema socioeducativo, percebe-se que do total de 226 matrículas, aproximadamente 65% corresponde à Escola Mundo Sôcio do Saber.

GRÁFICO 30 - TOTAL DE MATRÍCULAS DESAGREGADAS, POR UNIDADE ESCOLAR - TOCANTINS(2020-2021)

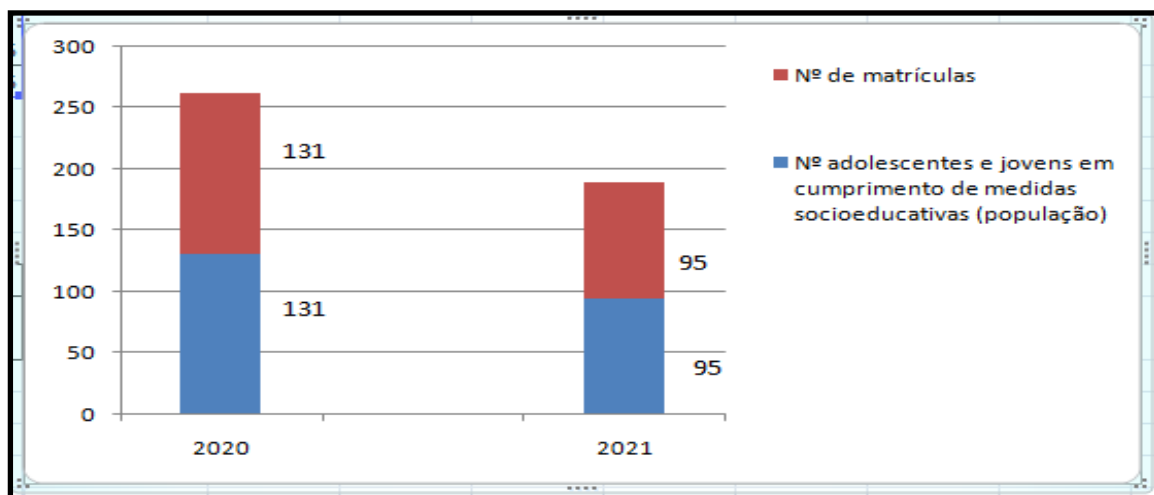


Fonte: Secretaria Escolar das Unidades ofertantes do ensino no socioeducativo - Seduc/TO (2020-2021) .
Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

A partir dos dados apresentados no ano de 2020 e 2021 do total de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, 100% da população ingressante foi matriculada no Ensino Fundamental Anos iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental Anos finais (6º ao 9º ano), Ensino Médio regular e EJA 2º Segmento, no período que estavam em cumprimento de medidas. O atendimento foi realizado nas escolas ofertantes, firmado por meio do Termo de Cooperação Técnica entre a Seciju/TO e a Seduc/TO. Os resultados permitem observar que a meta de universalização foi alcançada em 2020 e 2021, como estabelecidos no PEE/TO.

Deste modo, nota-se que a universalização neste ciclo analisado foi alcançado, conforme previsto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que estabeleceu, em seu art. 82, a obrigatoriedade de inserção dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas, na rede pública de educação em qualquer fase do período letivo, contemplando as diversas faixas etárias e níveis de instrução.

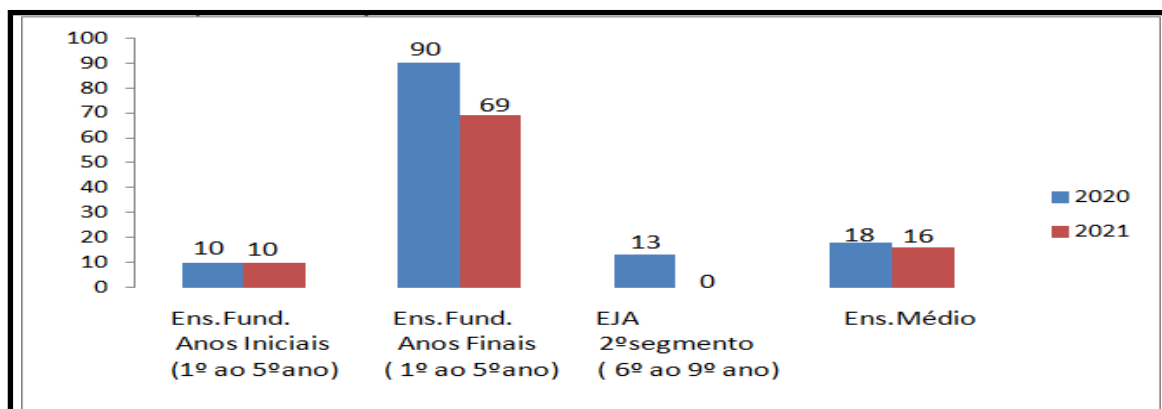
GRÁFICO 31 - PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS QUE FREQUENTA ESCOLA NO SOCIOEDUCATIVO (2020-2021)



Secretaria Escolar das Unidades ofertantes do ensino no socioeducativo - Seduc/TO (2020-2021)

Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

GRÁFICO 32 - Nº DE MATRÍCULAS NO SOCIOEDUCATIVO POR MODALIDADE DE ENSINO (2020-2021)



3. POPULAÇÃO SISTEMA PRISIONAL QUE FREQUENTA A ESCOLA

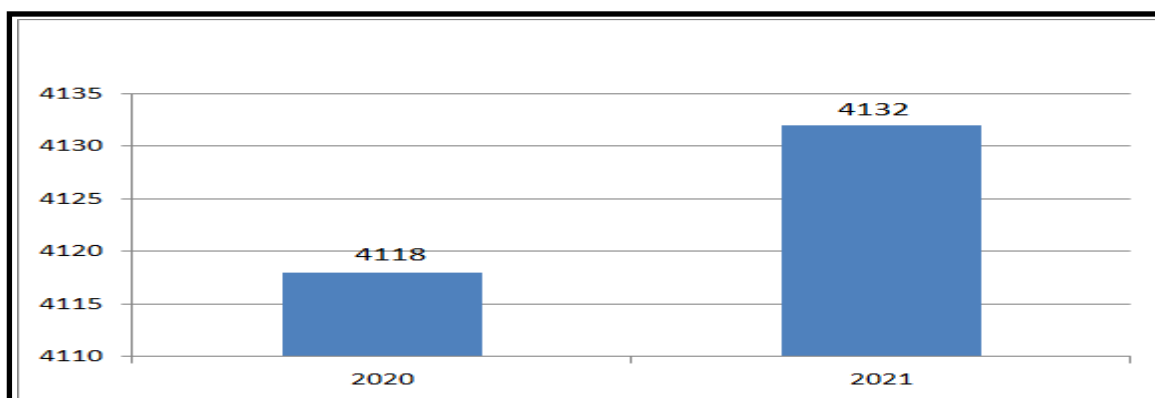
INDICADOR 10B: Percentual da população carcerária do sistema prisional que frequenta a escola.

Meta: Atender 100% da população prisional que não possui ensino fundamental e médio.

PANORAMA DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL DO TOCANTINS (2020-2021)

Segundo dados da Secretaria da Cidadania e Justiça do Tocantins –Seciju, em 2020 a população prisional do Tocantins era de 4.118 presos, e em 2021 temos um total de 4132. Observando o período analisado, nota-se um leve crescimento no número de presos no sistema prisional do Estado com uma diferença de 14 presos registrados neste período.

GRÁFICO 33 - Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL TOCANTINS (2020- 2021).



Fonte: Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça do Tocantins - Seciju 2020-2021

Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

O gráfico 34 apresenta a distribuição da população do sistema prisional por gênero. Ao longo dos anos 2020 e 2021, observou-se um leve aumento da população carcerária no estado do Tocantins, o que revela tendências influenciadas em relação ao número de homens e mulheres privados de liberdade.

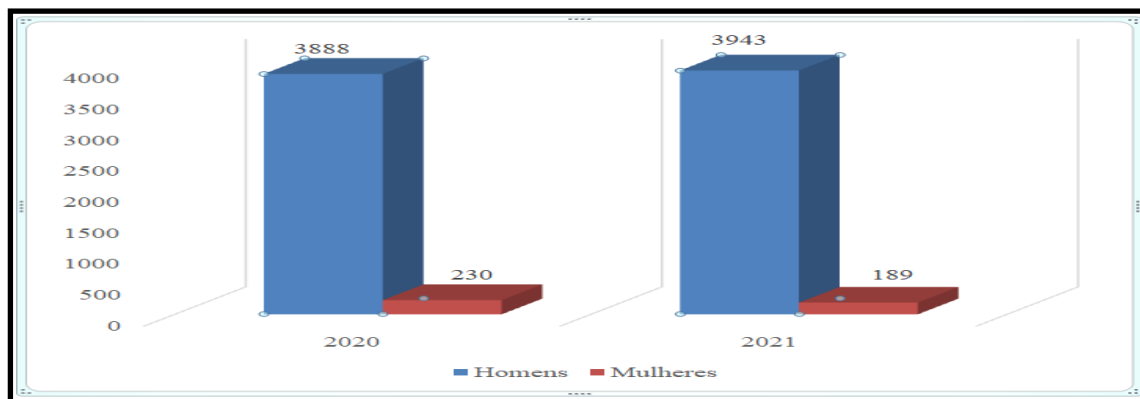
Esses dados evidenciam desafios sociais mais amplos que precisam ser observados por meio de políticas estruturantes e coordenadas para transformações permanentes. Considerando os dados, observa-se que a população prisional masculina registrada neste ciclo de monitoramento manteve-se como a maioria esmagadora, totalizando neste ciclo 7.831, enquanto que a população prisional feminina obteve um total de 419. Isso reflete uma tendência comum em nível nacional e internacional, em que os homens representam a grande maioria dos detentos.

O aumento gradual, ao longo dos anos, sugere a continuidade de desafios sociais que levam a um maior envolvimento dos homens com o sistema de justiça criminal. Enquanto a população prisional feminina ainda é significativamente menor em comparação

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

com a masculina, percebemos que neste período tivemos uma leve redução no número de mulheres, em relação ao ciclo anterior (2018-2019).

GRÁFICO 34 - Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL, POR GÊNERO - TOCANTINS (2020-2021)



Fonte: Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e Sistema de Gestão Escolar - SGE/Seduc (2020-2021)

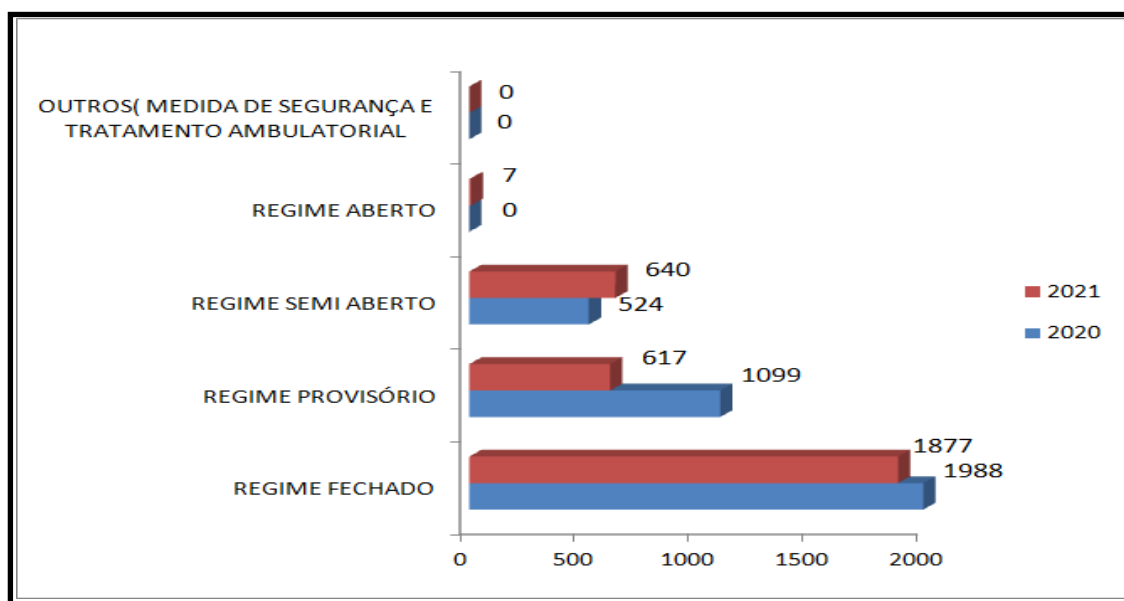
Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

De acordo com os dados disponíveis demonstrados no Gráfico 35 abaixo, percebe-se que, ao longo do ano de 2020 e 2021, tivemos uma redução de aproximadamente 9% na população em regime fechado em relação ao biênio anterior.

A análise dos dados também revela uma retração significativa na população prisional provisória do Tocantins durante o período em questão, no ciclo anterior (2018-2019) tivemos 3.320 presos em regime provisório e em 2020 e 2021, obtivemos um total de 1.716.

A população provisória compreende indivíduos que estão aguardando julgamento ou cumprindo prisão preventiva enquanto aguardam a conclusão de seus processos legais.

GRÁFICO 35 - Nº DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO SISTEMA PRISIONAL, POR REGIME - TOCANTINS (2020-2021).



Fonte: Ministério da Justiça/Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen 2020 a 2021. Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

Para análise da meta, foi considerada apenas a população do regime fechado. A população provisória compreende indivíduos que estão aguardando julgamento ou cumprindo prisão preventiva enquanto aguardam a conclusão de seus processos legais.

Os gráficos 36 e 37 apresentam o número e percentual da população do sistema prisional que frequentam a escola. Ao analisarmos os dados referentes ao número de presos frequentando a escola nos anos de 2020 e 2021, verifica-se que neste período houve um crescimento significativo no número de detentos frequentando a escola.

No ano de 2020, o estado do Tocantins possuía 499 presos estudando e em 2021 foi registrado um total de 1063. Isso significa um aumento de aproximadamente 53,% da população carcerária do regime fechado tendo acesso à educação formal, em relação ao ano de 2020.

Esse cenário, embora já apresente um esforço do sistema prisional em promover a educação, ainda temos uma grande margem para melhorias, visto que a maioria dos detentos não são ainda contemplados por essa iniciativa. Já em 2021, o número total de presos no Tocantins que anteriormente era de 4.118, teve um leve crescimento para 4132.

Em relação ao número de detentos frequentando a escola no sistema prisional,

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

verificamos que este subiu de 499 para 1063 durante esse ano, isso representa um crescimento significativo na proporção de detentos que tiveram acesso à educação em relação ao ano de 2020, cerca de 25,7% da população carcerária total estudando nesse ano. Esse aumento é atribuído às questões pandêmicas que exigiam um distanciamento e por isso o roteiro de estudo e as atividades pedagógicas das aulas eram encaminhados para as Unidades prisionais de forma impressa, o que deu acesso a um maior número de presos estudando no período. A importância da educação no ambiente prisional é um fator crucial na vida do detento/estudante, pois possibilita a aquisição de novas habilidades e perspectivas que poderão auxiliá-los em suas vidas após a libertação.

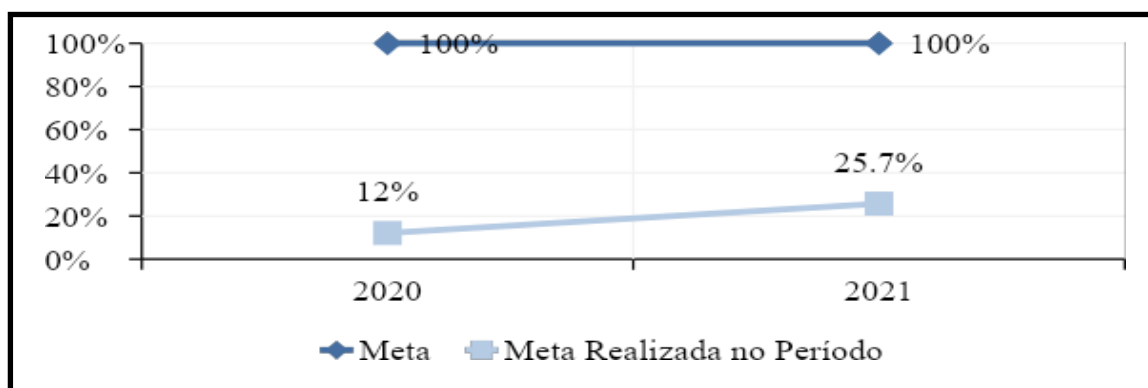
O Sistema Prisional do Tocantins deve estar comprometido em promover o acesso à educação de qualidade para a população carcerária, pois o nível educacional geralmente baixo das pessoas que entram no sistema carcerário reduz seus atrativos para o mercado de trabalho. Isso sugere que programas educacionais podem ser um caminho importante para preparar os detentos para um retorno bem-sucedido à sociedade.

A grande maioria dos indivíduos presos não tiveram melhores oportunidades ao longo de suas vidas, principalmente a chance de estudar para garantir um futuro melhor. Nesse sentido, o tempo que despender atrás das grades pode e deve ser utilizado para lhe garantir oportunidades que nunca tiveram por meio de estudo e, paralelamente, de trabalho profissionalizante.

É dever do Estado e direito consagrado na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, investir na educação de detentos como fator de humanização, o que diminui as rebeliões e ajuda a criar um clima de expectativa favorável para o reingresso na vida social, quando em liberdade.

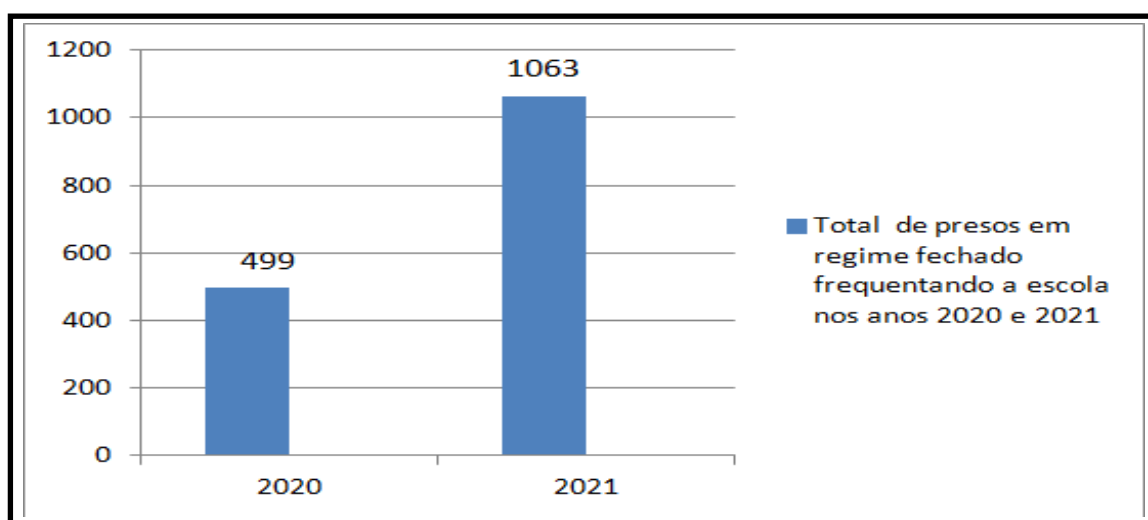
A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para o crescimento pessoal e assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para ampliá-la com conhecimento, saber e discernimento.

GRÁFICO 36 - PERCENTUAL DE PRESOS EM REGIME FECHADO QUE FREQUENTA A ESCOLA NO SISTEMA PRISIONAL - TOCANTINS (2020-2021).



Fonte: Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça do Tocantins e Sistema de Gestão Escolar - SGE/Seduc (2020-2021). Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

GRÁFICO 37 - Nº DA POPULAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL QUE FREQUENTA A ESCOLA EM REGIME FECHADO - TOCANTINS (2020-2021)

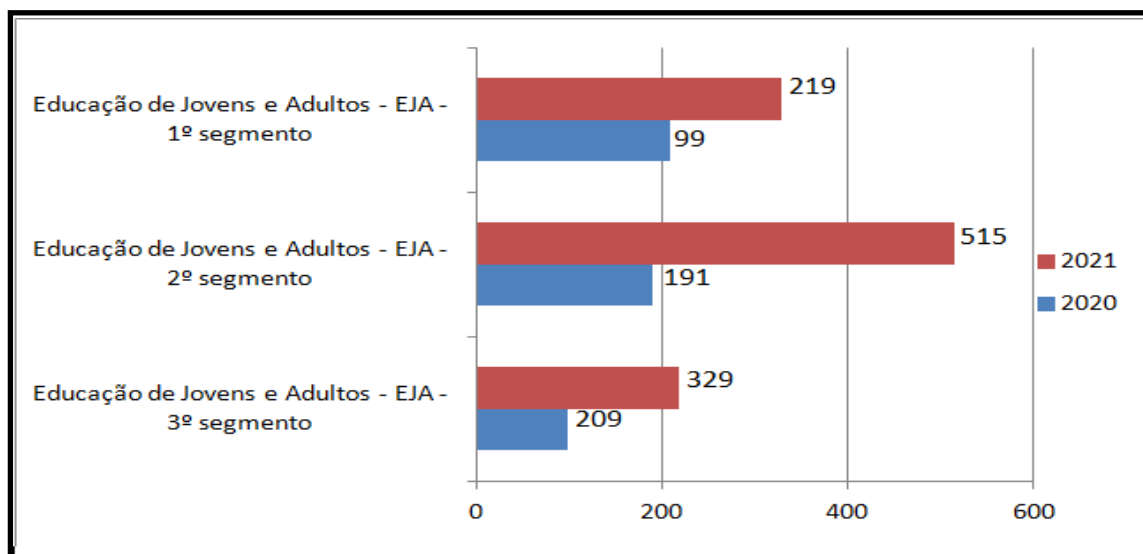


Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE/Seduc (2020-2021). Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

Com relação ao número de matrículas distribuídas por modalidade de ensino, no período de 2020 e 2021, foi ofertado ensino para 1.562 presos no sistema prisional no Tocantins, sendo que em 2021 tivemos em números absolutos um total de 1063 presos frequentando a escola. Observa-se que no sistema prisional a oferta é exclusivamente da modalidade EJA do 1º ao 3º segmento.

GRÁFICO 38 - TOTAL DE MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL - TOCANTINS (2020-2021)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO



Fonte: Sistema de Gestão Escolar - SGE/Seduc (2020-2021)

Elaborado por: Gerência de Educação Socioeducativa e do Sistema Prisional – Seduc/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Federal e consagrado na legislação internacional. No Brasil, em se tratando de pessoas privadas de liberdade, a oferta de serviços educacionais tem sido insuficiente, extremamente precária e até mesmo inexistente em alguns lugares. A oferta da educação dentro do Sistema Penitenciário Tocantinense tem avançado, no entanto, apesar de todos os esforços visando à melhoria dessa oferta, os desafios ainda são grandes. A educação forma a consciência, os valores e, no contexto das pessoas encarceradas, reconhecemos que a educação é fundamental, essencial, neste processo de formação de valores para que esse público, não venha a repetir os mesmos erros.

A análise dos dados registrados neste relatório evidencia que 100% dos alunos do Sistema Socioeducativo estão sendo contemplados com a oferta da educação, no entanto, os estudantes detentos do Sistema Prisional necessitam de um aumento dessa oferta, ainda temos muito o que avançar. Reconhecemos a importância da educação no ambiente prisional, pois esta é um fator crucial para reabilitação e inserção dos detentos na sociedade após o cumprimento de suas penas.

É de extrema relevância que o Sistema Socioeducativo e Prisional do Tocantins seja comprometido com uma oferta de educação de qualidade capaz de motivar nossos estudantes detentos na busca do conhecimento, alterando a visão destes, da educação apenas como um meio para a remissão de pena e reconhecendo que ela é essencial para uma nova perspectiva de vida futura.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. Disponível em: <https://SEDUC-TO.to.gov.br/plano-estadual-de-educacao---pee/>. Acesso em julho 2020.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª ed. atual. e ampliada. São Paulo, Saraiva, 1999.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº4/2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União de 7/5/2010, Seção 1, Pág.

28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 10 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça/Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN. Levantamento Nacional Base de Dados Relatórios Sintéticos Tocantins. Disponível em:

<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/TO/to> e <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibNzhODE0ZjgtZWZkMS00YzhjLTlkZTA>

[tNGIwMmY0Y2E5YTJhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyL](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibNzhODE0ZjgtZWZkMS00YzhjLTlkZTA)

[TRiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection70f244061005205038ae](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibNzhODE0ZjgtZWZkMS00YzhjLTlkZTA). Acesso em: 13 ago. 2023

TOCANTINS. Sistema de Gestão Escolar – SGE. Gerência de Informações e Estatísticas da SEDUC-TO e Secretaria Escolares das Unidades Ofertantes.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

APÊNDICE

TABELA 25 - Nº E PERCENTUAL DE POPULAÇÃO QUE FREQUENTA A ESCOLA NO SISTEMA PRISIONAL EM REGIME FECHADO.

	2020	2021
Total de Presos Regime Fechado	4118	4132
Total de Presos frequentando escola	499	1063
%	12,1%	25,7%

META 11 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Garantir a abordagem da educação ambiental como dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades da educação, enfatizando a natureza como fonte de vida e a relação da humanidade com o meio ambiente.

A Meta 11 prevê a implementação de práticas pedagógicas com abordagem de Educação Ambiental, como um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, seja em caráter formal e não formal, sob a perspectivas inter, multi e transdisciplinar.

A educação ambiental, como tema contemporâneo, transversal e integrador, favorece a abordagem crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais. Assim, o estudo sobre a temática, em questão, converge com a finalidade educativa, objetivos de aprendizagem e formação para a cidadania.

Para garantir a abordagem da educação ambiental de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades da educação nas escolas, foram definidos no PEE/TO 09 (nove) estratégias de atuação:

1. Criar e fortalecer na Seduc-TO e Superintendências regionais de educação, um setor de educação ambiental;
2. Garantir, o cumprimento das políticas e programas estaduais de educação ambiental, com base nas diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental;
3. Assegurar a educação ambiental, como eixo estruturante nos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares, de forma multi, inter e transdisciplinar, como plano coletivo da comunidade escolar;
4. Incentivar o desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas, consideradas limpas e sustentáveis;

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

5. Reconhecer e garantir formas de produção e sustentabilidade socioambiental dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, contemplando a diversidade étnico racial;

6. Estimular a criação e revitalização de Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COMVIDA;

7. Desenvolver e garantir, em parceria com o Conselho de Alimentação Escolar, programa insegurança alimentar e nutricional à educação básica;

8. Fomentar e incentivar a produção orgânica e agroecológica, para alimentação escolar e familiar nas comunidades indígenas e quilombolas, nas escolas urbana e do campo;

9. Incentivar a pesquisa e a apropriação de instrumentos técnicos e metodológicos que promovem a cidadania ambiental.

Nessa perspectiva, o conhecimento em educação ambiental possibilita apresentar a inter-relação como perspectiva transdisciplinar e visa desenvolver o currículo e a educação ambiental num contexto social, cultural e econômico no qual está inserido, levando em conta, também, as necessidades dos estudantes bem como das escolas.

Para monitoramento da Meta 11 foi definido o seguinte indicador:

Indicador 11A: Percentual de escolas da educação básica que oferecem educação ambiental em seus currículos.

Meta: 100% das escolas da educação básica ofertando Educação Ambiental nos seus currículos.

Devido à ausência de dados oficiais e secundários sobre a temática da educação ambiental disponíveis, não foi possível mensurar na sua totalidade e desagregada por rede de ensino a meta. Contudo, será apresentado como está sendo assegurada a abordagem da educação ambiental como política pública pela Seduc-TO, bem como a inserção dos conteúdos referentes à temática ambiental no currículo das instituições pertencentes ao SEE/TO.

Estão previstas 09 estratégias para garantir o cumprimento da Meta 11. Para isso foram organizadas ações, objetivando instituir, em âmbito estadual, a Política Nacional de

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Educação Ambiental – Pnea, com condições de inserção da temática ambiental na formulação, execução e avaliação de projetos pedagógicos e institucionais no sistema de ensino e implementação da educação ambiental como proposta educacional, na perspectiva da instrumentalização e da dinâmica educativa para a sustentabilidade socioambiental, assegurando o cumprimento da meta conforme segue:

O Art. 7º do parágrafo 10 da referida Resolução diz:

§1º. Os currículos escolares devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas, tais como: o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

Art. 51 - O documento de Ciências da Natureza está elaborado a partir de dez Competências Gerais da Educação Básica, as quais serão subsidiadas pelos Temas Contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, inciso:

III - Educação Ambiental (Lei no 9.795/1999, Parecer CNE/CP no 14/2012 e Resolução CNE/CP no 2/201218).

No âmbito do Ensino Médio, a Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio trata o seguinte sobre a temática:

Art. 11. A formação geral básica é composta por competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social, e deverá ser organizada por áreas de conhecimento:

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

§ 6º Devem ser incluídos temas exigidos por legislação e normas específicas, na forma transversal e integradora, tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital.

Cabe destacar que a estrutura curricular do Ensino Médio vigente em 2018/2019, das escolas pertencentes ao SEE/TO, a abordagem da Educação Ambiental está assegurada no campo de observação item I – os temas transversais devem ser trabalhados em todos os componentes curriculares.

Neste sentido, conclui-se que neste ciclo o currículo das escolas pertencentes ao SEE/TO inclui a abordagem temática de Educação Ambiental de forma transversal e integradora no seu currículo.

Relacionamos a seguir as principais ações realizadas pela Unidade Técnica Executiva de Meio Ambiente e Saúde - Utemas, não apenas considerando dados qualitativos, mas também a relevância dessas ações e perspectiva de continuidade:

- 10ª “Semana Estadual da Água”, evento comemorativo do Dia Mundial da Água – Seduc & Semarh, atingiu a participação de 100 estudantes mais comunidade em geral. Em comemoração do Dia Mundial da Água, as Secretarias Estaduais da Educação e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com seus parceiros, planejaram uma programação especial envolvendo diversas ações que seriam efetivadas durante uma semana para sensibilizar a sociedade sobre o uso dos recursos hídricos, foram organizadas atividades formativas e lúdicas, tais como: Palestras, Seminários, Visitas monitoradas no lago e etc. Campanha de Prevenção às Arboviroses (Dengue Chikungunya e Zika). Foram realizadas atividades presenciais, com todos os servidores da Seduc. Atendendo à convocação do Governo do Estado do Tocantins para que todos os Órgãos Públicos desenvolvessem ações de prevenção dentro de seus espaços, portanto a Seduc desenvolveu ações de sensibilização e limpeza nos diferentes setores no sentido de prevenir a existência de focos do mosquito no ambiente de trabalho.

- Elaboração Guia Pedagógico de Educação Ambiental e Saúde - Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Atenderam as 13 Diretorias Regionais de Educação para adoção do monitoramento como prática contínua. Com a intenção de apoiar a efetivação de ações

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

contínuas, integradas ao currículo, ativas e significativas para a área socioambiental e de promoção à saúde. A agenda constitui-se de um calendário de datas marcantes nas quais foram articuladas e mobilizadas ações, aulas integradas e projetos abordando temáticas contemporâneas relativas ao Meio Ambiente e Saúde, além de repertório de sugestões para estratégias didáticas como apoio às iniciativas educativas da Rede Estadual de Educação.

- Formação presencial com os técnicos e assessores pedagógicos das 13 (treze) DREs e multiplicadores das ações para as escolas de sua jurisdição, coordenadores pedagógicos das escolas da Superintendência Regional de Educação (SRE) de Palmas, técnicos da Utemas/Seduc, sobre a temática da educação ambiental/meio ambiente, com orientação e proposição das ações e projetos de meio ambiente na escola e comunidade, como a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas - COMVIDA;

- Elaboração das cartilhas e trilhas para o Programa Pátria Amada Mirim – PAM Interativo em 40 (quarenta) Unidades Escolares no Estado, sendo 20 (municípios) e 12 (doze) SREs, com o Monitoramento *in loco*, com o objetivo de acompanhar as ações de meio ambiente / educação ambiental práticas do programa;

- Elaboração do Bloco sobre Queimadas, um conjunto de planos de aula e material didático transdisciplinar para aulas, orientações e monitoramento das ações educativas de prevenção e Controle de Queimadas, materiais didáticos temáticos transdisciplinares, contextualizados sobre a prevenção e controle de queimadas, voltados ao processo de ensino e aprendizagem diretamente direcionado aos estudantes e educadores, foram estendidos também a rede municipal, em regime de colaboração por meio da Asmet (Assessoria de Apoio aos Municípios);

- Encaminhamento a todas Unidades Escolares - UEs o Web Folder de conscientização e proteção dos direitos dos animais no Estado do Tocantins;

- Ações da campanha e mobilização de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, em todas as unidades escolares do Estado.

- Participação de estudantes de Unidades Escolares do Campo e Técnico Agrícolas ao stand da Seduc e nas atividades da Agrotins (Feira de tecnologia Agropecuária do Tocantins);

- Mobilização das Unidades Escolares para realizar ações ao Dia Mundial do

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Meio Ambiente, com o tema: Poluição do Ar. As UEs foram orientadas para articularem o tema central em seus currículos, promovendo o debate, a reflexão, a sensibilização e principalmente a ação efetiva de toda a comunidade escolar sobre as fontes alternativas de energias e as tecnologias sustentáveis em defesa da qualidade do ar. As UEs das 13 SREs realizaram caminhadas em defesa do meio ambiente, plantio e doação de mudas para a comunidade, ações de coleta de resíduos sólidos descartados de forma indevida na comunidade e nas adjacências dos corpos hídricos, concursos de cartazes, revitalização de praças, passeio ciclístico, dentre outros;

- Blitz educativa de sensibilização quanto à Prevenção das Queimadas e Incêndios Florestais realizada nas escolas estaduais e municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Meta 11 apresenta dois grandes objetivos: O primeiro, contextualizar historicamente a educação ambiental e a participação social na construção de políticas públicas local e regional inerentes ao tema meio ambiente e sociedade; e segundo, qualificara comunidade escolar para que possa atuar nos espaços de discussões e assegurar a efetividade da educação ambiental como prática pedagógica no ambiente escolar e na comunidade em geral.

Entre os principais avanços, podemos citar a integração com as demais áreas de atuação da pasta, sendo primordial o trabalho em equipe, tendo como destaque as atividades de elaboração de materiais pedagógicos e de apoio às unidades escolares, tais como Bloco de aulas Educação Ambiental - Queimadas, Guia Pedagógico de Educação Ambiental e Saúde e Apostila do programa Pátria Amada Mirim - PAM.

Ressaltamos ainda que, no ano de 2020, diversas ações que estavam programadas para serem executadas, foram adaptadas ou suspensas em razão das medidas de combate e prevenção da Covid-19, afetando diretamente o nosso público escolar, com a suspensão das aulas presenciais da rede. Outrora, outras ações foram reprogramadas para o ano subsequente.

Para o cumprimento desta Meta, algumas ações foram realizadas impactando positivamente as estratégias propostas, embora de maneira tímida, em razão da limitação de recursos financeiros e do momento pandêmico.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. BRASIL. Lei no 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. TOCANTINS. Unidade Técnica Executiva Meio Ambiente e Saúde – SEDUC-TO. Palmas –TO. BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. DIAS, Genebaldo Freire. Queimadas e incêndios florestais: cenários e desafios: subsídios para a educação ambiental .Brasília: MMA, Ibama, 2008. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/marco/Mar.15.03.pdf> acesso em 27.mai.2020.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

META 12 – EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Universalizar, até o quinto ano da vigência deste PEE/TO, a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc-TO, nas Superintendências Regionais de Educação, na gestão pedagógica e administrativa das escolas e no currículo da educação básica.

A Meta 12. Educação em Direitos Humanos (EDH) tem como objetivo até 2020 implementar as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Seduc-TO, nas Superintendências Regionais de Educação, na Gestão Pedagógica e Administrativa das escolas e no Currículo da Educação Básica.

Para monitoramento desta Meta, foram definidos os seguintes Indicadores:

12A – Proporção de ações realizadas para implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc – TO.

12B – Percentual de escolas da educação básica que oferecem educação em direitos humanos em seus currículos.

Para apoiar a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Seduc-TO, nas Superintendências Regionais de Educação, na Gestão Pedagógica e Administrativa das escolas e no Currículo da Educação Básica, foram definidas no PEE/TO 5 (cinco) estratégias:

Estratégia 12.1 - criar e fortalecer na Seduc-TO e Superintendências Regionais de Educação, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/TO, um setor de Educação em Direitos Humanos, com orçamento e recursos humanos necessários, para implementação dos planos nacional e estadual de Educação em Direitos Humanos e das diretrizes nacionais de educação, que trata a temática;

Estratégia 12.2- constituir uma comissão paritária e permanente na Seduc-TO e Superintendências Regionais de Educação, composta por profissionais com perfil adequado para planejar e avaliar a política da Educação em Direitos Humanos, assim como garantir a transversalidade e a interdisciplinaridade no currículo escolar;

Estratégia 12.3- oferecer condições financeiras, humanas e técnicas para que a escola cumpra seu papel na promoção dos direitos humanos, garantindo o respeito às diferenças, sem qualquer forma de preconceito ou de discriminação, que promovam a cultura dos direitos humanos, da paz e da não violência;

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Estratégia 12.4 - garantir condições institucionais para a erradicação de todas e quaisquer formas de violência, preconceito e discriminação, promovendo políticas pedagógicas e de gestão específicas para esse fim;

Estratégia 12.5 - garantir, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, em parceria efetiva com órgãos governamentais e não-governamentais, políticas públicas de prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação, preconceito e exploração sexual e do trabalho de crianças, jovens, adultos e idosos(as), a fim de promover a construção da cultura de paz e da não-violência, assegurando um ambiente dotado de segurança para a comunidade escolar.

O terceiro ciclo da implementação do PEE está inserido no período em que a humanidade passou pela experiência da pandemia da Covid-19. Esse período foi marcado pelo medo, incertezas, perdas e por profundos desafios para a prática educativa, contextualizada com as novas experiências humanas e relações sociais e pelas carências das estruturas educacionais para lidar com os desafios que se impuseram a todo o sistema educacional.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância, da democracia e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que precisam também fazer parte do processo educacional das escolas e tornarem-se práticas no ambiente escolar.

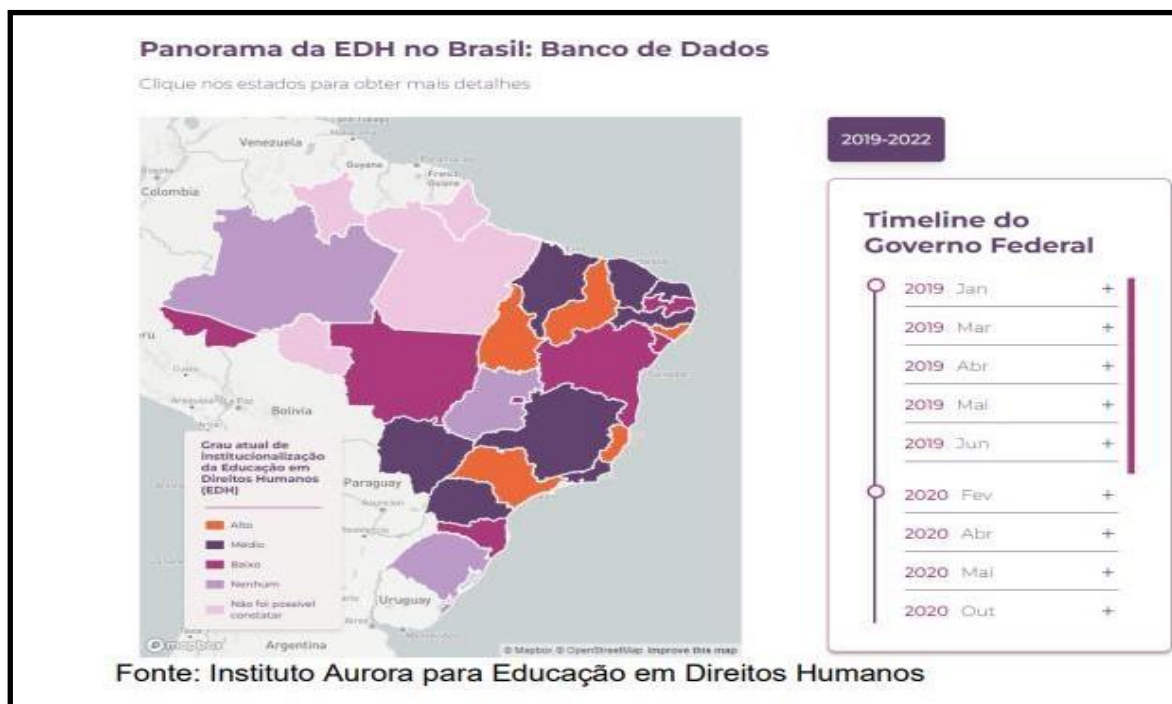
Diante dos desafios colocados nos anos 2020 e 2021, a Rede Estadual de Educação buscou garantir o direito humano à educação e a observância dos direitos humanos nas ações administrativas e pedagógicas, bem como orientar para que todo processo pedagógico fosse pautado pela educação em direitos humanos.

Para efeito de uma visão mais ampla, segue abaixo três quadros da pesquisa realizada pelo Instituto Aurora por meio do documento Panorama da Educação em Direitos

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Humanos no Brasil, referente à institucionalização da Educação em Direitos Humanos no Tocantins.

FIGURA 3- PANORAMA DA EDUACAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: BANCO DE DADOS.



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIA

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução nº1/12. Brasília, 30 de maio de 2012. BRASIL. Parecer CNE/CP nº 08/2012.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Publicado no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2012, Seção 1, Pág. 33.

BRASIL. Panorama da educação em direitos humanos no Brasil. O biênio 2019-2020 e a perspectiva futura. Instituto Aurora: Educar em Direitos Humanos.

BRASIL. Panorama da educação em direitos humanos no Brasil. O biênio 2021-2022 e a perspectiva futura. Instituto Aurora: Educar em Direitos Humanos.

META 13 – EDUCAÇÃO INDÍGENA

Universalizar, até o terceiro ano deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a oferta de educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, em todas as etapas e modalidades da educação básica, em conformidade com as características e especificidades de cada povo indígena.

Neste Ciclo de monitoramento do PEE/TO, são utilizados seis indicadores, para monitoramento da meta. Os dados utilizados para apuração são do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e estão organizados da seguinte forma:

13A- Número absoluto de escolas indígenas.

13B- Percentual de escolas indígenas em que o ensino é ministrado de forma bilíngue (Língua Portuguesa e Língua Indígena).

13C- Número absoluto de matrículas na educação escolar indígena.

13D- Percentual da população indígena de 4 a 5 anos que frequenta a escola.

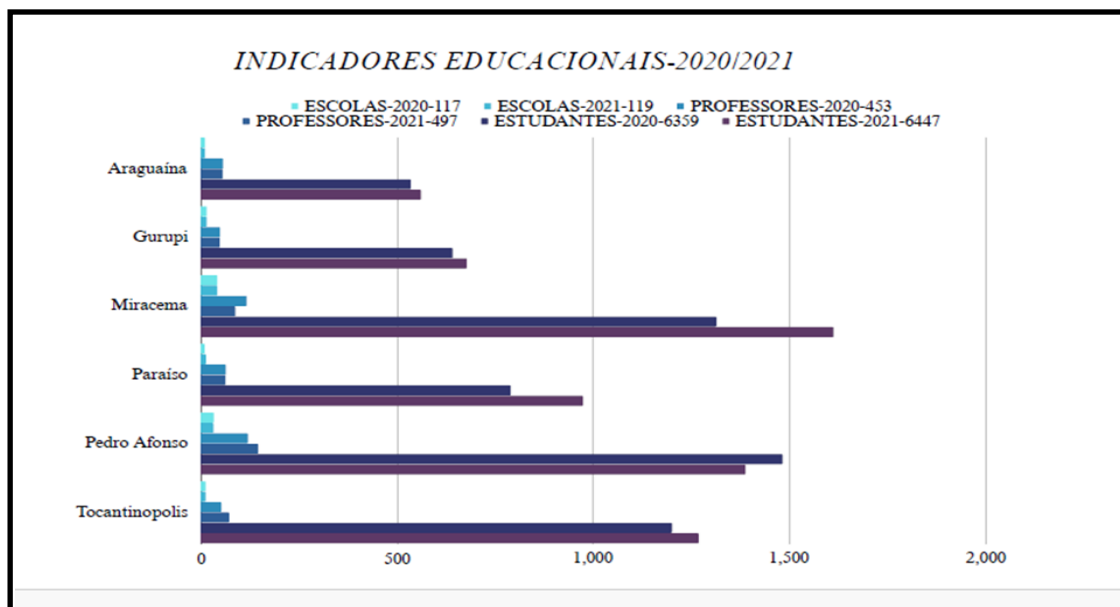
13E- Percentual da população indígena de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou concluiu a etapa de ensino.

13F- Percentual da população indígena de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

O Gráfico abaixo ilustra o número total de escolas indígenas no Tocantins em 2020-2021. Fica evidente que o número de escolas localizadas em terras indígenas aumentou aproximadamente 1,08% ao longo do período estudado. Entre 2020 e 2021, o número de alunos matriculados aumentou pouco mais de 1%. O número total de professores aumentou 8,09%.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 39 - INDICADORES EDUCACIONAIS -2020/2021

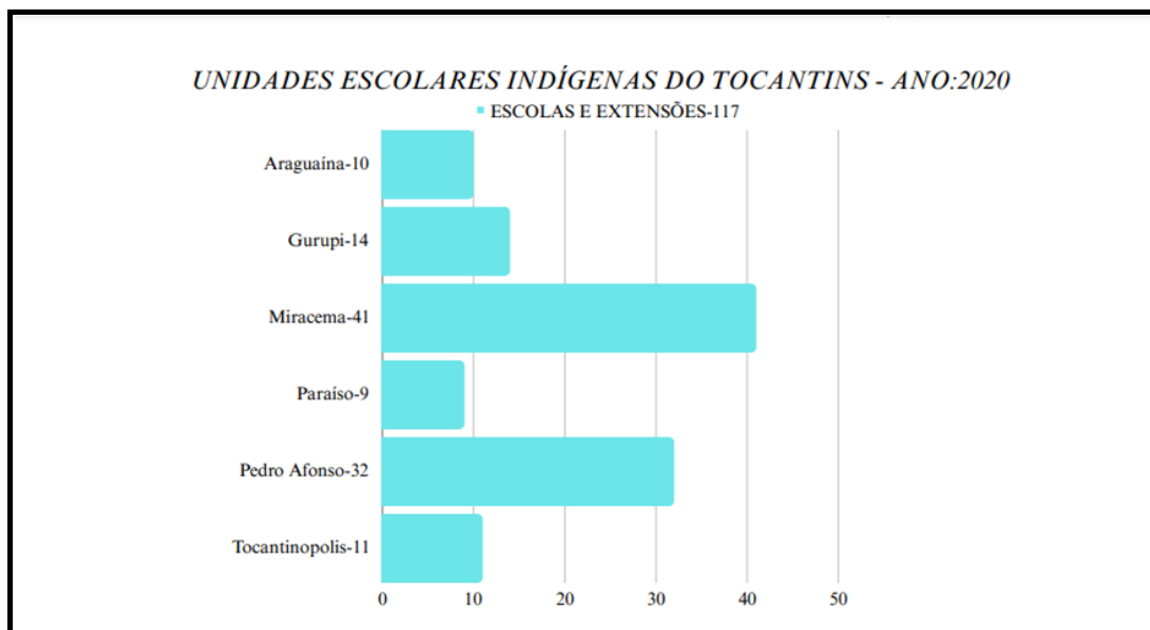


Fonte: Sistema de Gestão Escolar - Seduc-TO (2020-2021) Elaborado por: Gerência de Educação Indígena - Seduc-TO

13A-Número de escolas indígenas que ofertam a educação básica.

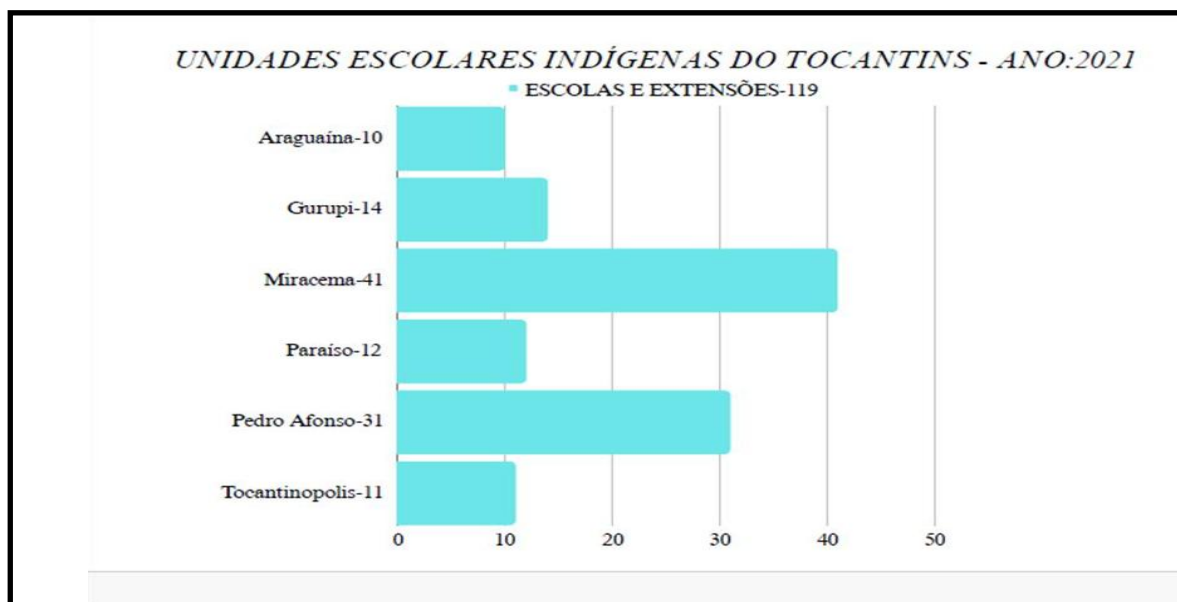
Em relação à implantação de escolas indígenas, foi possível deduzir, conforme os Gráficos 40 e 41, um pequeno aumento entre 2020 e 2021, que resultou em uma diferença de 1,08%. Houve um aumento de escolas na Superintendência Regional de Educação de Paraíso que contribui para essa diferença.

GRÁFICO 40 - UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS DO TOCANTINS ANO: 2020



Elaborado por: Gerência de Educação Indígena - Seduc-TO

GRÁFICO 41 - UNIDADES ESCOLARES E EXTENSÕES INDÍGENAS DO TOCANTINS - ANO 2021.



Fonte: Sistema de Gestão Escolar - Seduc-TO (2020-2021) Elaborado por: Gerência de Educação Indígena - Seduc-TO

Conforme Gráfico 40, foram instaladas 117 escolas no Tocantins em 2020, incluindo Unidades Escolares em extensão. Apesar da pandemia da Covid-19 restringir o acesso às comunidades indígenas e impactar os projetos escolares, as unidades escolares nos territórios indígenas ainda foram mantidas.

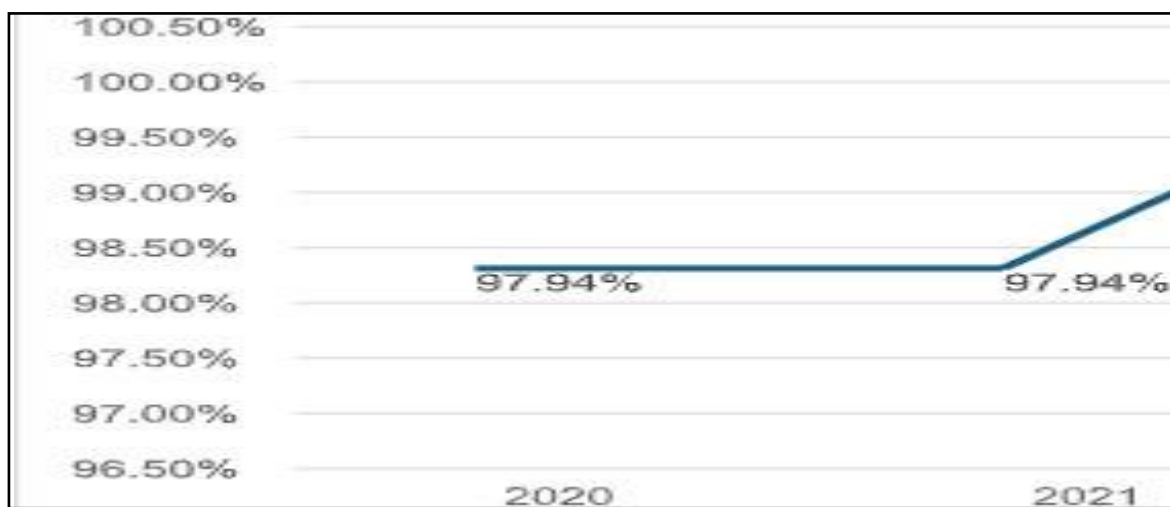
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Os dados do Gráfico 41 mostram o percentual do número de unidades escolares indígenas que se manteve inalterado na sua maioria, sendo que a SRE de Paraíso aumentou em 3 unidades escolares e a SRE de Pedro Afonso diminuiu em 1 unidade escolar. A percentagem mostra, em âmbito estadual, uma tímida evolução, tendo em conta ainda as medidas protetivas de isolamento nas aldeias decorrente da pandemia da Covid-19. Portanto, verifica-se que a rede estadual de educação escolar indígena cresceu 1,08%.

Indicador 13B: Percentual de escolas indígenas em que o ensino é ministrado de forma bilíngue (Língua Portuguesa e Língua Indígena).

O gráfico 42, mostra o percentual de unidades escolares indígenas em território tocantinense que ministram o ensino na Língua Portuguesa e Língua Indígena.

GRÁFICO 42 - ESCOLAS INDÍGENAS BILÍNGUE NO TERRITÓRIO DO TOCANTINS (2020-2021)



Fonte: Sistema de Gestão Escolar/Seduc-TO & Censo da Educação Básica (2020-2023) - Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

Nota-se que no ciclo de 2020 e 2021, o percentual de escolas bilíngue se mantém em decorrência do período pandêmico.

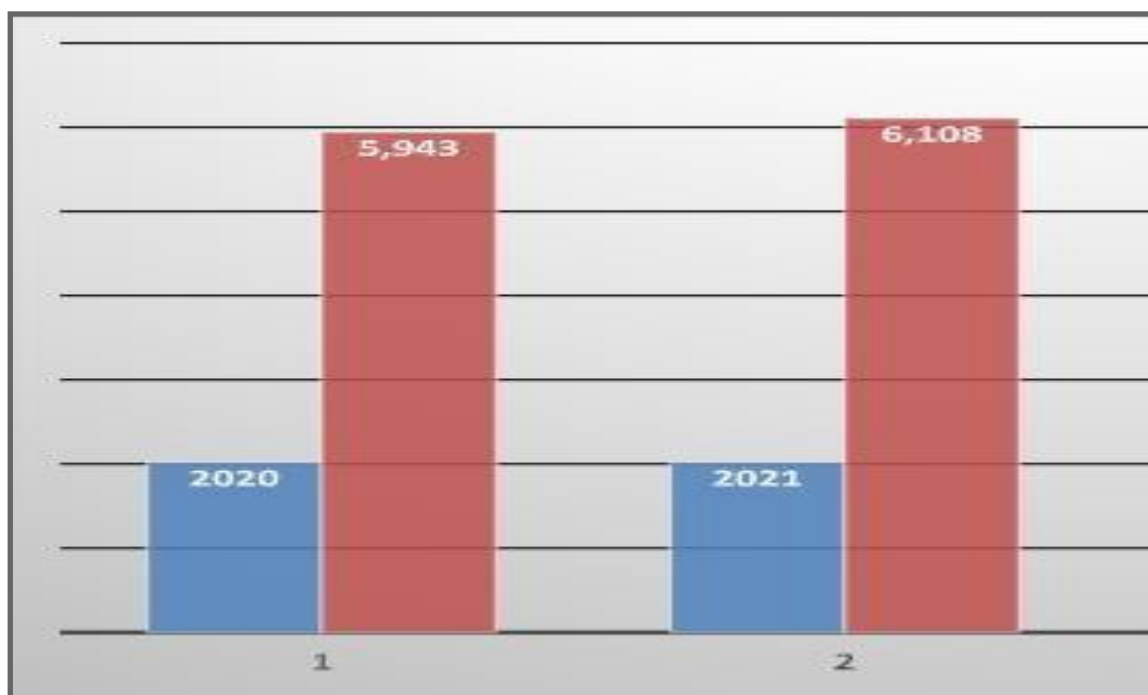
Indicador 13C: Número absoluto de matrículas na educação escolar indígena

O gráfico mostra a quantidade de matrículas efetivas em número absoluto de estudantes das escolas indígenas no Tocantins no biênio de 2020 e 2021. Essas matrículas

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

correspondem a toda educação básica e compreende as seguintes etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e finais), ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

GRÁFICOS 43 - QUANTIDADE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENAS/ TOCANTINS (2020/2021).

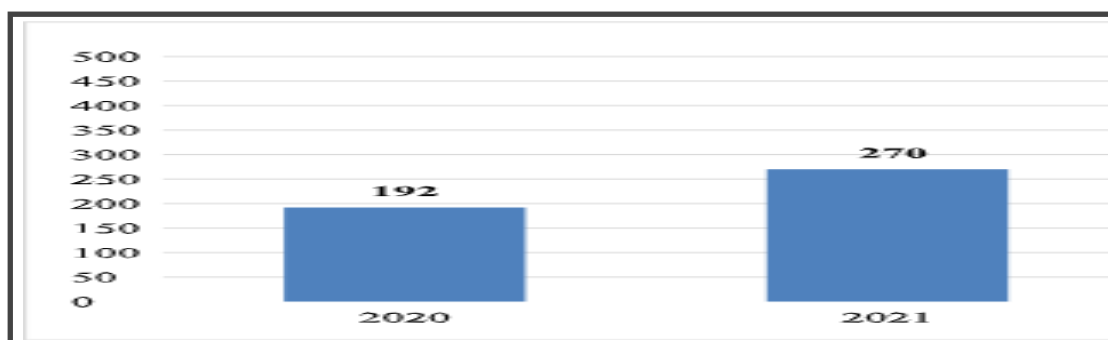


Fonte: Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE)/Seduc-TO (2020- 2023). Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

Vale ressaltar que, desse total geral de matriculados da educação básica, faziam parte da rede municipal os seguintes quantitativos por ano: 192 eram da rede municipal (2020). No ano de 2021, esse número de estudantes passou para 270 estudantes matriculados na rede municipal, como se observa no gráfico a seguir:

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 44- NÚMERO ABSOLUTO DE ESTUDANTES INDÍGENAS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL POR ANO.

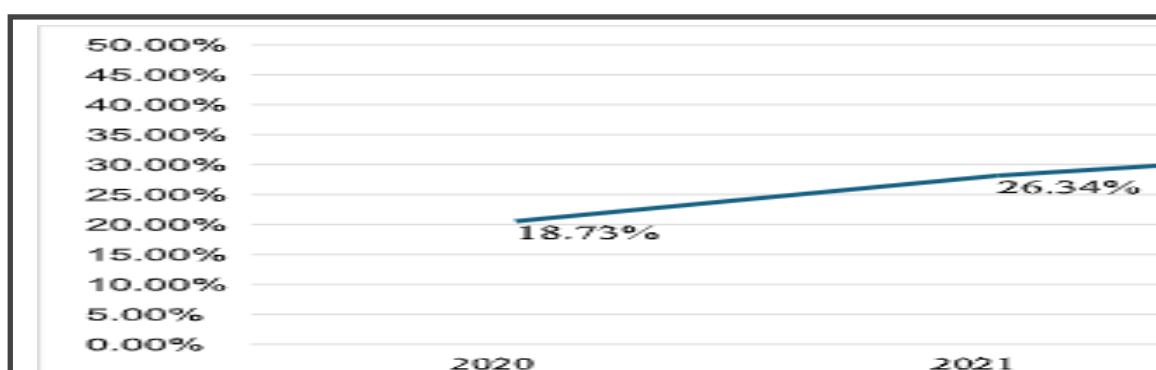


Fonte: Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE)/Seduc-TO (2020- 2021). Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

Indicador 13D: Percentual da população indígena de 4 a 5 anos que frequentaram escola.

O Gráfico a seguir faz referência ao percentual de estudantes indígenas matriculados na educação infantil que corresponde ao público estudantil dos povos originários do Tocantins de 4 a 5 anos no biênio de 2020 - 2021.

GRÁFICO 45: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - TOCANTINS – (2020-2021).



POPULAÇÃO INDÍGENA DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA %

Fonte: Gerência de Estatísticas e Informações Educacionais Seduc-TO e Inep (2020-2021). IBGE (2010-2022)

Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

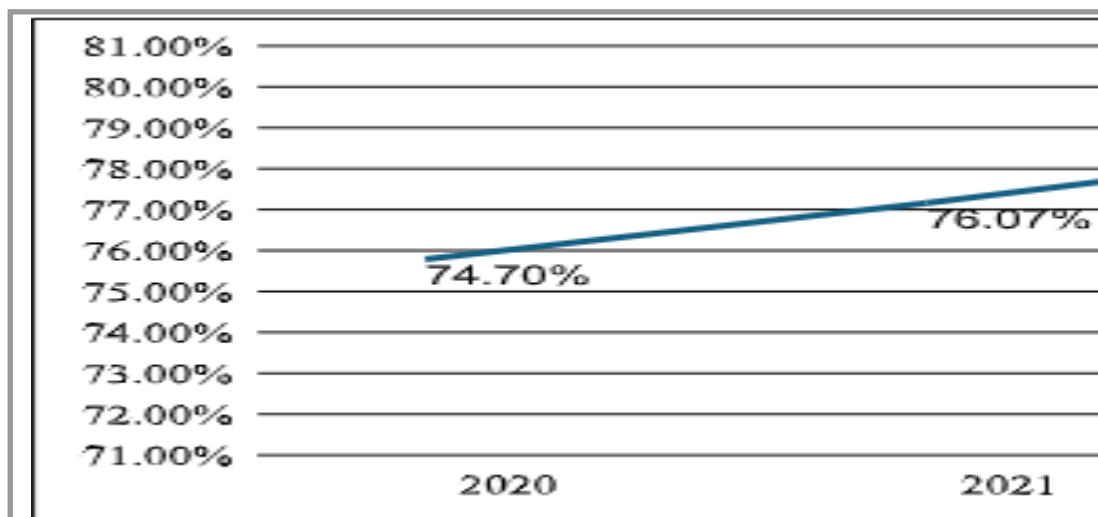
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Ao considerar a população total de cada ano e a quantidade de estudantes matriculados na referida faixa etária, observa-se que o percentual de atendimento à educação infantil, no território do Tocantins no biênio de 2020-2021, apresenta um crescimento expressivo. Nota-se que no ano de 2020, os estudantes matriculados na educação infantil correspondiam ao percentual de 18,73% da população indígena do território daquele ano e de 26,34% em 2021.

Convém ressaltar, que o artigo 208 da Constituição Federal assegura como um dever do Estado a oferta da Educação Básica, sendo prioritariamente responsabilidade dos municípios a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade conforme preconiza o artigo 211 da Constituição Federal de 1988 e Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Desse modo, a oferta dessa modalidade de ensino perpassa pelas parcerias firmadas dos entes públicos nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Indicador 13E: Percentual da população indígena de 6 a 14 anos que frequentaram a escola

O GRÁFICO 46 - PERCENTUAL DE INDÍGENAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA NO BIÊNIO DE 2020 A 2021.



Fontes: Gerência de Estatísticas e Informações Educacionais Seduc-TO (2020-2023).

Censo da Educação Básica ,Inep (2023). Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

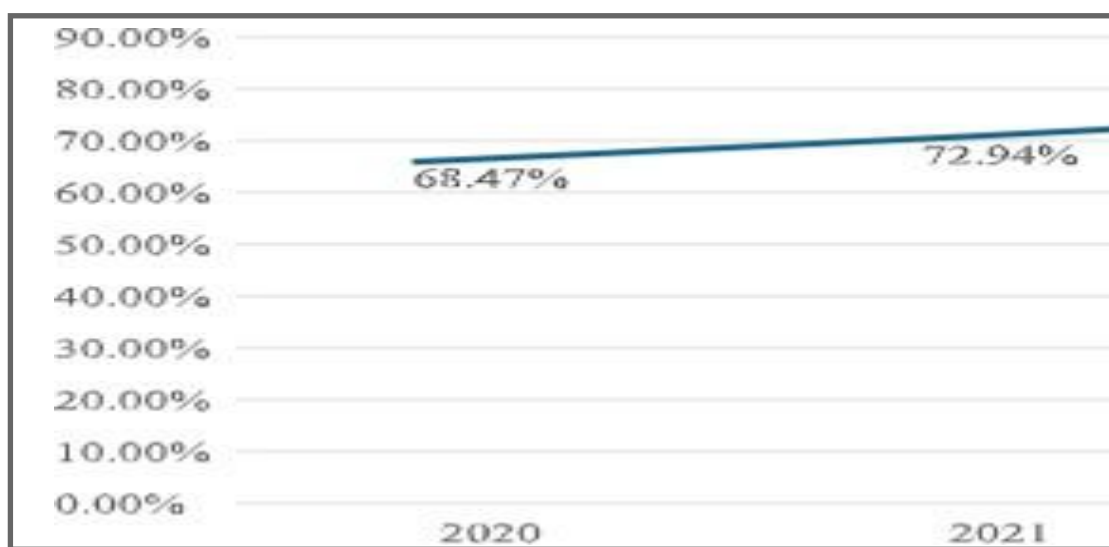
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

O Gráfico 46 apresenta o percentual de indígena de 6 a 14 anos matriculados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental das escolas indígenas do Tocantins no período de 2020-2021. Nota-se que no ano de 2020, do total de 4.589 do público dessa faixa etária do território, 74,70%, frequentaram a escola, apresentando um crescimento positivo ao final do biênio em 2021 de 76,07%.

Indicador 13F: Percentual da população indígena de 15 a 17 anos que frequentaram a escola.

O gráfico a seguir revela o percentual da população indígena por ano com faixa etária de 15 a 17 anos que frequentaram a escola.

GRÁFICO 47- POPULAÇÃO INDÍGENA DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA 2020-2021.



Fontes: Gerência de Estatísticas e Informações Educacionais Seduc-TO (2020-2023). Censo da Educação Básica Inep (2023). Elaborado por: Diretoria dos Povos Originários e Tradicionais - Seduc-TO.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Levando em consideração o cenário acima mencionado, verifica-se que o Tocantins aumentou a oferta e a acessibilidade aos estudantes indígenas, atingindo um total de 12.983 alunos, com aumento significativo de matrículas em 2020-2021.

2. O número de escolas indígenas aumentou em apenas duas unidades escolares. Se analisadas sob a perspectiva da crise pandêmica que assolou o mundo inteiro, esse fator pode ter influenciado o lento crescimento de apenas duas escolas no biênio 2020- 2021.

3. A ampliação da oferta de matrícula foi confirmada no biênio 2020-2021, quando o número absoluto de alunos matriculados no referido biênio alcança 12.983 estudantes matriculados. Contudo, a dificuldade de universalizar o acesso e oferecer a Educação Indígena (EI) diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, em todas as etapas e modalidades da educação básica, de acordo com as bases legais e especificidades de cada população indígena, continua sendo um grande desafio no Estado do Tocantins.

4. Ressalta-se a importância da revisão do Censo Demográfico da comunidade indígena para fins de avaliação estatística.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

TOCANTINS. Sistema de Gestão Escolar - SEDUC-TO. (2020-2021). Disponível em: Acesso em: 24/nov.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE/TO. Supervisão de Disseminação de Informações – IBGE. Unidade Estadual do Tocantins. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2093#resultado>. Acesso em: 29 junho 2021.

META 14 – EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E QUILOMBOLA

Universalizar a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, alcançando 30% (trinta por cento) das escolas até o terceiro ano de vigência do PEE/TO; 70% (setenta por cento) até o sétimo ano e 100% (cem por cento) até o final deste PEE/TO.

O Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 13.005/2014, traz como um de seus princípios para a oferta da educação: “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurados a equidade educacional e a diversidade cultural”. A Meta 14 do PEE/TO tem como objetivo a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas e diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A meta estabelecida foi alcançar 30% das escolas até o terceiro ano de vigência do PEE/TO, 70% até o sétimo ano e 100% (cem por cento) até o final da vigência 2025.

Essa meta tem como objetivo central colaborar para que todos os sistemas de ensino cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar as diferentes formas de preconceito racial, racismo e discriminação racial para garantir o direito de aprender a equidade educacional a fim de promover uma sociedade justa e solidária.

Para monitoramento desta Meta, foram definidos os seguintes Indicadores:

Indicador 14A: Percentual de escolas que atuam com a abordagem da temática educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em seus currículos e no projeto político pedagógico.

Indicador 14B: Percentual de escolas quilombolas que considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas no currículo, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem.

Quanto ao Indicador 14A:

As ações e políticas afirmativas da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc/TO) em cumprimento à Lei nº 11.645/2008, que institui e define a obrigatoriedade de trabalhar a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana por meio das normas complementares aprovada

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

sobre a temática pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/TO e sobretudo na matriz curricular do Sistema Estadual de Ensino.

Todas as escolas da Rede, as estruturas curriculares orientam o estudo dos objetos de conhecimento de História e Cultura Afro-Brasileira: III – “Os objetos de conhecimento de História e Cultura Afro-Brasileira são ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Arte e História, conforme as leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteram a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003”.

Nesse sentido, é possível ratificar que a matriz curricular das escolas pertencentes ao Sistema de Estadual de Ensino (SEE/TO) contempla no campo de observação a obrigatoriedade das unidades escolares trabalharem os conteúdos de história e cultura afro-brasileira.

Sobre o Indicador 14B.

A Rede Estadual de Educação do Tocantins conta com quatro escolas quilombolas, sendo uma localizada no povoado Mumbuca, na zona rural do município de Mateiros, e três localizadas na zona urbana, sendo duas no município de Muricilândia e uma no município de Chapada de Natividade.

Nas estruturas curriculares dessas escolas, há o componente cultura quilombola que atende a previsão da Meta.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em 07 junho 2021

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Institui as diretrizes Curriculares nacionais para a educação escolar quilombola. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 de novembro 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

META 15 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

A Meta 15 do PEE tem como objetivo triplicar o número de matrículas da Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio, garantindo a qualidade da oferta. Além disso, estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorram no segmento público.

Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados os seguintes indicadores:

Indicador 15A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio;

Indicador 15B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio;

Indicador 15C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública.

Para análise do indicador da educação profissional técnica de nível médio, utilizaram-se apenas os seguintes tipos de oferta: técnico integrado ao ensino médio, ensino médio normal/magistério, técnico concomitante, técnico subsequente e ensino médio integrado à EJA, conforme definido pelo Inep.

Para a projeção da meta até 2025, utilizou-se como referência o número de matrículas referência de 2014 de 11.995, o que apresenta uma expansão para 35.895 matrículas até 2025.

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Indicador 15A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio

Meta: Triplicar as matrículas da EPT de nível médio, de forma a atingir 35.895 até o final de vigência do PEE em 2025.

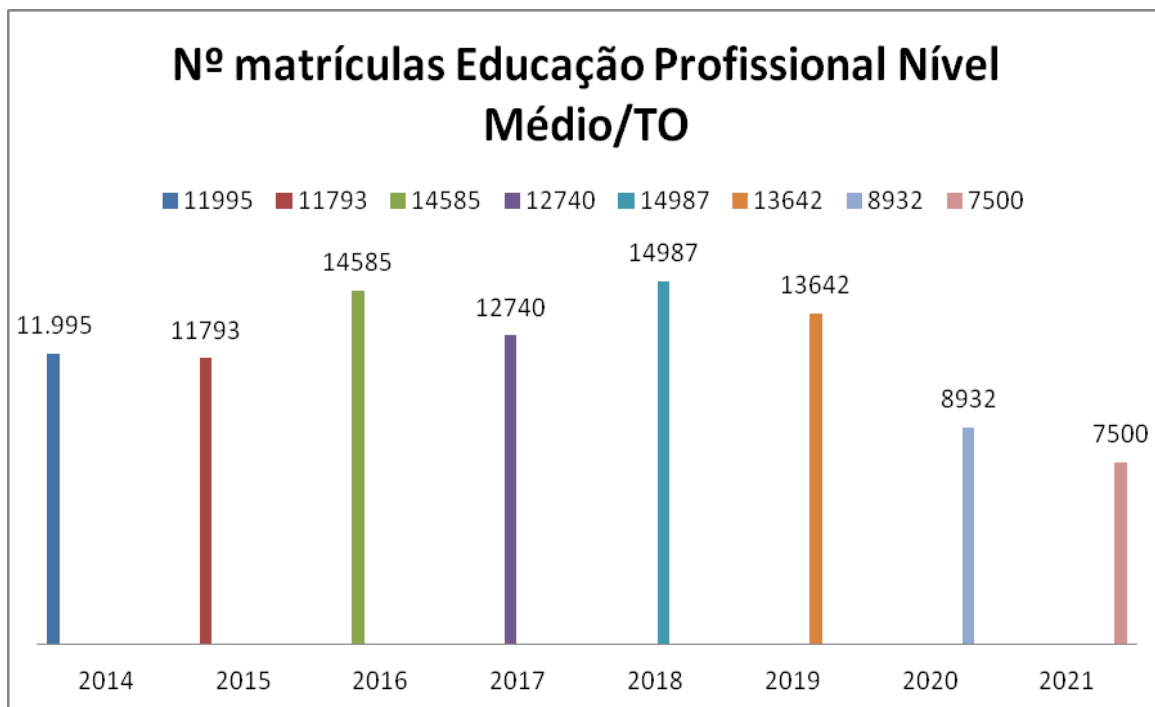
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

A Meta 15 propõe triplicar o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio, observado no início da vigência do PEE em 2014 com 11.995 matrículas, alcançando, portanto, o total de 35.985 até 2025.

O Gráfico apresenta a trajetória do Indicador 15A no período de 2014 a 2021. Constata-se que houve uma retração de matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Tocantins. De 14.978 matrículas, em 2018, passou-se a 13.642, em 2019, totalizando uma retração de 34,53% no período. Em 2020, o número de matrículas de EPT foi 8.932. A retração de matrícula de 2019 para 2020 ocorreu visto que em 2020 foi um ano atípico devido à pandemia. Já em 2021, o número de matrículas de EPT foi de 7.500 ainda sobre os impactos da pandemia, totalizando uma retração de 16,03% no período.

Os resultados permitem observar que a meta foi superada no período analisado de 2015 a 2021, totalizando 84.179 matrículas.

GRÁFICO 48 - Nº DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO – TOCANTINS (2014 - 2021)



Fonte: Censo da Educação Básica (2014-2021)

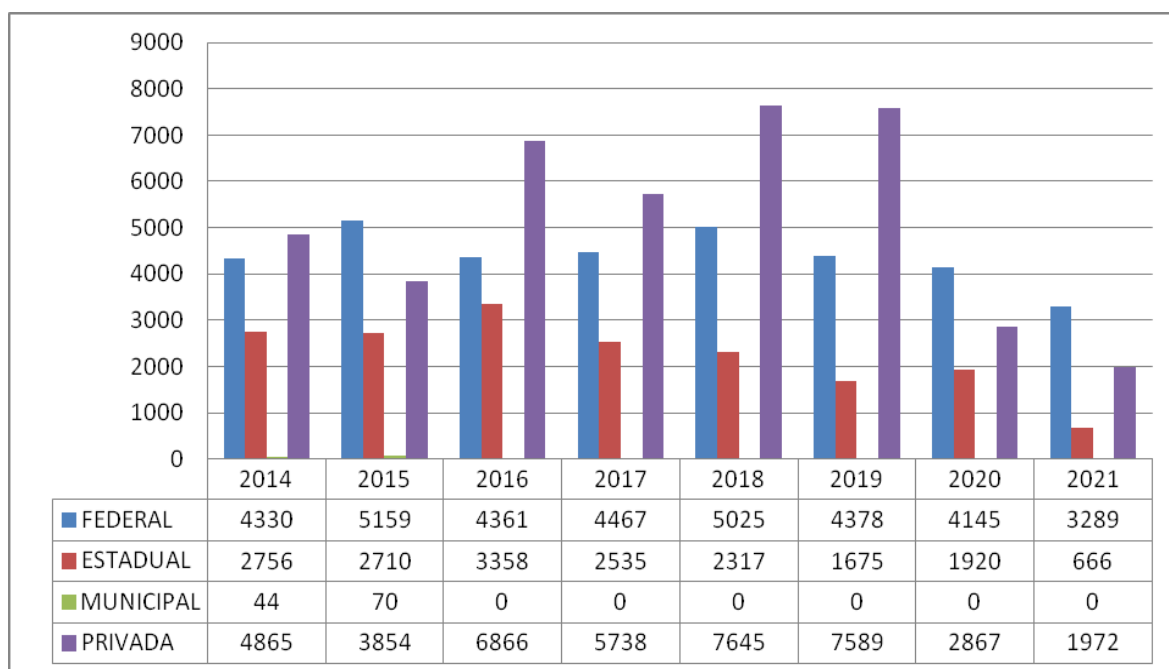
Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc-TO

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

A desagregação por dependência administrativa permite observar a distribuição das matrículas da educação profissional técnica de nível médio por rede de ensino. Conforme demonstra o Gráfico 49 no período de 2018 a 2021, a rede federal totalizou 16.837 matrículas. Nos anos de 2018 a 2021, a rede estadual de ensino alcançou 6.578. Na rede privada teve um total de 20.075 matrículas no mesmo período.

Os resultados permitem observar que, a rede privada manteve uma trajetória de crescimento, exceto em 2020 e 2021, que obteve uma redução no número de matrículas.

GRÁFICO 49 - DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - TOCANTINS (2014-2021).



Fonte: Censo da Educação Básica- Inep (2018 – 2021)

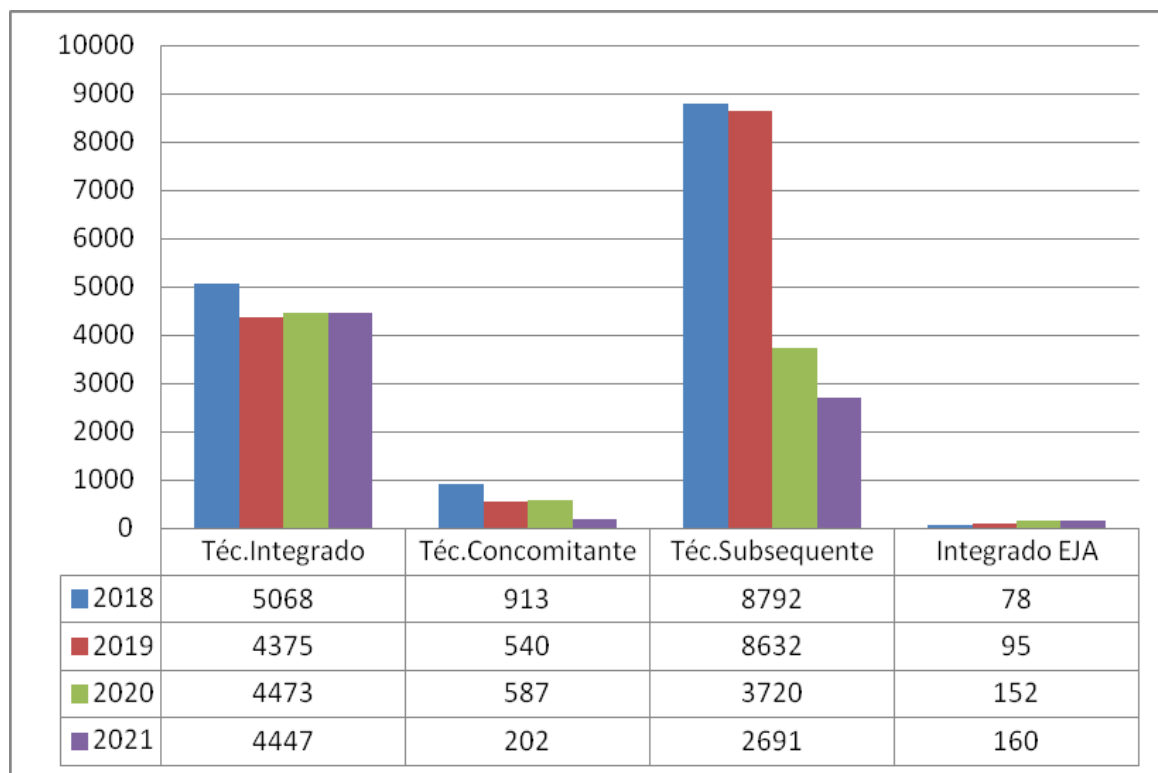
Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE-Seduc/TO

O Gráfico 50 apresenta as matrículas de EPT por tipo de oferta, no período de 2018 a 2021. Percebe-se uma retração neste período com relação ao número de matrículas por tipo de oferta no ensino médio integrado, ensino médio Normal/Magistério técnico concomitante e subsequente, exceto a etapa ensino médio integrado à EJA. Nota-se que o técnico integrado de 5.068 em 2018 passou para 4.375 em 2019, o que aponta uma redução de 693 matrículas no biênio. Em 2020 o número volta a ter um crescimento tímido, 4.473 matrículas, e em 2021 cai novamente o número de matrículas. Na modalidade de técnico concomitante em 2018 teve 913 matrículas e em 2019 540, apresentando também retração nas matrículas, no entanto, em 2020 apresenta um crescimento com relação a 2019

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO e alcançou 587 matrículas com queda significativa no número de matrículas em 2021. O técnico subsequente apresenta o maior número de matrículas entre todas as modalidades ofertadas no território, tendo em 2018, 8.792 matrículas e 2019 com 8.632 com queda no biênio 2020 e 2021, com o total de 6.411 matrículas.

Essa retração significativa se justifica por causa do início da pandemia em 2020, o que impactou significativamente todos os setores econômicos e a educação. Em relação ao ensino médio integrado à EJA, observa-se que o número de matrículas no biênio 2018 e 2019 tiveram 78 e 95, no biênio 2020 e 2021 tiveram 152 e 160 matrículas, respectivamente.

GRÁFICO 50 - Nº DE MATRÍCULAS DA EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR TIPO DE OFERTA -TOCANTINS (2014 – 2021).



Fonte: Censo da Educação Básica/ Inep (2014-2021)

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA NO SEGMENTO PÚBLICO

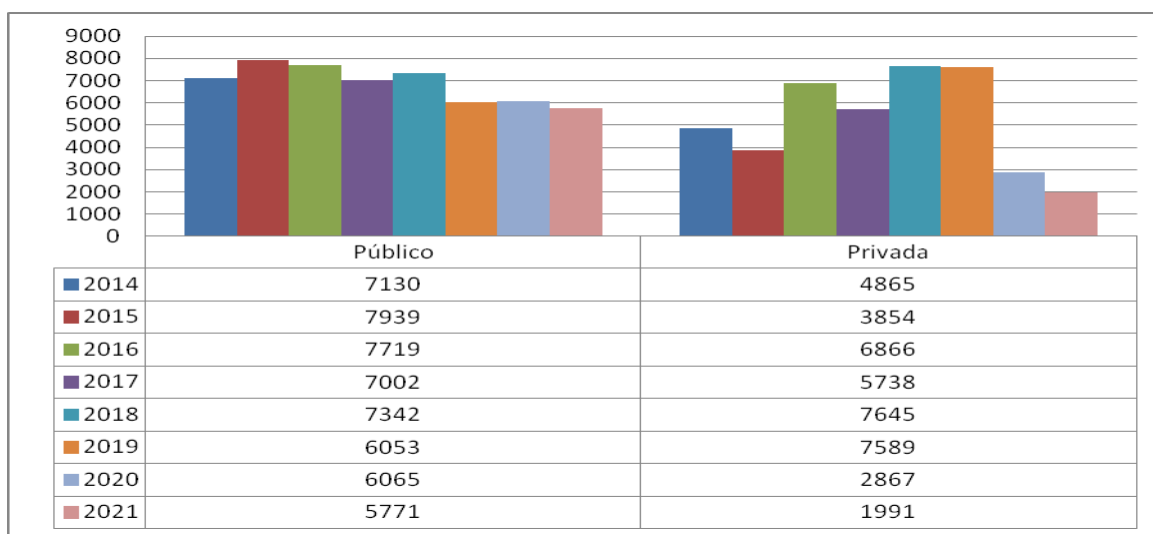
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Indicador 15B – Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.

Meta: Pelo menos 50% da expansão das matrículas da EPT de nível médio no segmento público.

Para análise desse indicador, iremos inicialmente verificar o número de matrículas no segmento público e privado no período de 2014 a 2021. Observa-se que o segmento público manteve o maior número de matrículas entre 2015 a 2017. No entanto, em 2018 e 2019 a rede privada superou a rede pública. Nota-se ainda, que em 2020, a rede privada teve uma retração significativa de 4.722 matrículas em relação a 2019 e a rede pública aumentou o número de matrículas nos anos de 2020 e 2021.

GRÁFICO 51 – DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR SEGMENTO - TOCANTINS (2014-2021)



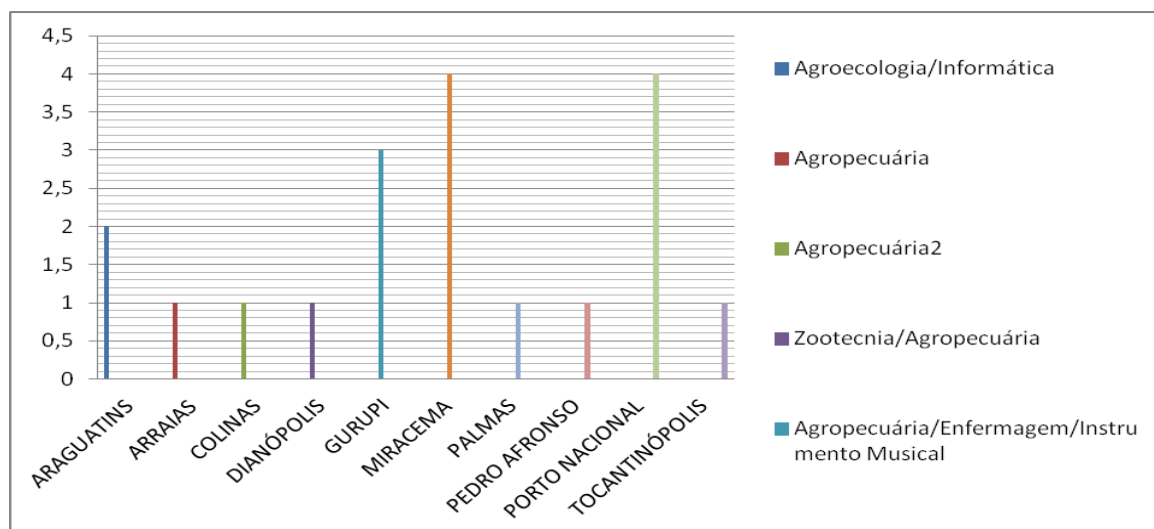
Fonte: Censo da Educação Básica/Inep (2014 – 2021)

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO

A rede pública tem a maior cobertura de atendimento no período analisado, exceto nos anos de 2018 e 2019, em que a rede privada teve 51% e 55,6%, respectivamente, do total de matrículas. Em 2020, a rede pública apresentou o melhor percentual de cobertura no período analisado com 67,9% das matrículas.

Conforme o Gráfico 52, no ano de 2021, no estado do Tocantins, das 13 Regionais, 10 ofertaram cursos técnicos.

GRÁFICO 52 - DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR SEGMENTO - TOCANTINS (2014-2020).



Fonte: Censo da Educação Básica/Inep (2014 – 2020)

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO

O Indicador 15B expressa o avanço do número de matrículas na EPT de nível médio na rede pública em relação o avanço do número de matrículas em todas as redes de ensino em âmbito de território, tendo como base o ano de 2014.

A análise da evolução das matrículas, especificamente no período de 2014, ano de referência do monitoramento, e 2019, demonstrou uma expansão total de 8,5% de matrículas, sendo que dessas, 6.065 foram no segmento público. O crescimento verificado assinala, portanto, que o segmento público alcançou percentual superior a 67,9% de participação na expansão das matrículas no segmento público em relação ao total, tendo como base o ano de 2014.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 26 – PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DA EPT DE NÍVEL MÉDIO NO TOCANTINS – (2014-2020)

Segmento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Público	7.130	7.939	7.719	7.002	7.342	6053	6065
Total de Matrículas EPT	11.995	11.793	14.585	12.740	14.987	13642	8932
% participação segmento público em relação ao Total	59,4%	67,3%	52,9%	55,0%	49,0%	44,4%	67,9%
% Expansão	-	7,9%	- 6,5%	- 4,4%	- 10,5%	-15,0%	8,5%

Fonte: Censo da Educação Básica/Inep (2014 – 2020)

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO

Nota: O Indicador 15B só é definido para os casos em que for registrada a expansão positiva de matrículas.

Indicador 15C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública.

Indicador 15C dedica-se ao monitoramento exclusivo desse segmento, apresentando a sua expansão em percentual acumulada conforme Tabela 29.

Ao analisar a trajetória do indicador, percebe-se que nos dois primeiros anos do PEE houve crescimento na oferta de matrículas no segmento público, tendo em 2015, 11,35%, o maior percentual durante o período analisado, 2015 a 2020. Em 2016 verifica-se uma oferta de matrículas apresentando 8,26%. Em 2018 o crescimento foi de apenas 2,97%. Ressalta-se que em 2019 a redução de matrículas em EPT no Tocantins na rede pública foi de (-15,10%) e em 2020 com (-14,4%).

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 27 – EXPANSÃO ACUMULADA NO SEGMENTO PÚBLICO NA OFERTA DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A TOCANTINS – (2014-2020)

2015	2016	2017	2018	2019	2020
7.939	7.719	7.002	7.342	6053	6065
11,35%	8,26%	-1,80%	2,97%	-15,10%	-14,4%

Fonte: Censo da Educação Básica/Inep (2014 – 2020). Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO

Nota: Ano de referência 2014, que teve 7.130 matrículas na rede pública em EPT, conforme dados do Censo da Educação Básica /Inep 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. De 11.793 matrículas em EPT, em 2015, para 13.642 em 2019, totalizando um crescimento de 1.849 matrículas no período. Em 2020 houve uma retração no número de matrículas, caindo para 8.932. Essa queda significativa ocorreu tendo em vista que em 2020 foi um ano atípico em virtude do início da pandemia. No entanto, apesar da retração, constata-se que a meta de expansão de matrícula foi superada no período de 2015 a 2021, totalizando 96.174 matrículas.

2. Observa-se com a implementação do novo ensino médio uma forte tendência de expansão das matrículas nos cursos técnicos integrados. Nesta perspectiva, existe a possibilidade de ampliação da oferta de matrículas em EPT.

3. A rede privada no período de 2018 e 2019 apresentou a melhor evolução, com 51% e 55% respectivamente. Em 2020 teve uma retração significativa no percentual e alcançou 32,1%. A rede estadual no mesmo período teve 15,5% e 12,3% de matrículas. Em 2020 e 2021 apresentou crescimento.

4. Com relação à participação do segmento público no total de EPT no período de 2018 a 2020, nota-se que o segmento privado em 2018 e 2019 atingiu 51% e 56% do atendimento. Enquanto que o segmento público apresenta 49% e 44%. Em 2020 o segmento público demonstra melhor resultado com 68% e o privado com 32%.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse da Educação Básica. Censo da Educação Básica - INEP (2015-2020). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 22 de março de 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

APÊNDICE

TABELA 28 - PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM EPT NO SEGMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO PRIVADO (2014 – 2020)

Esfera de Ensino	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Público	7130	59,4%	7193	67,3%	7179	52,1%	7100	55,0%	7134	49,0%	6104	45,5%	6179	67,9%
Privada	4865	40,6%	3184	32,7%	6166	47,9%	5173	45,0%	7165	51,0%	7159	54,5%	2181	22,1%
Total de Matrículas EPT	11.995		11.793		14.585		12.740		14.987		13.642		8.932	

Fonte: Censo da Educação Básica/Inep (2014 – 2020). Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc/TO, com base nos dados Censo da Educação Básica.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Meta 16 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.

A Meta 16 do PEE define três objetivos a serem alcançados, são eles:

- a) a elevação da taxa bruta de matrícula na graduação para 50%;
- b) a elevação da taxa líquida para 33% da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade;
- c) a garantia de que pelo menos 40% das novas matrículas ocorram no segmento público.

Seguindo o padrão dos ciclos anteriores, mantiveram-se os indicadores para o monitoramento tendo como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Contínua (Pnad- c)/IBGE e Censo da Educação Superior – Inep.

Indicador 16A: Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na graduação.

Indicador 16B: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na educação superior.

Indicador 16C: Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO

Meta: Elevar para 50% a taxa de matrículas na graduação até o final de vigência do PEE.

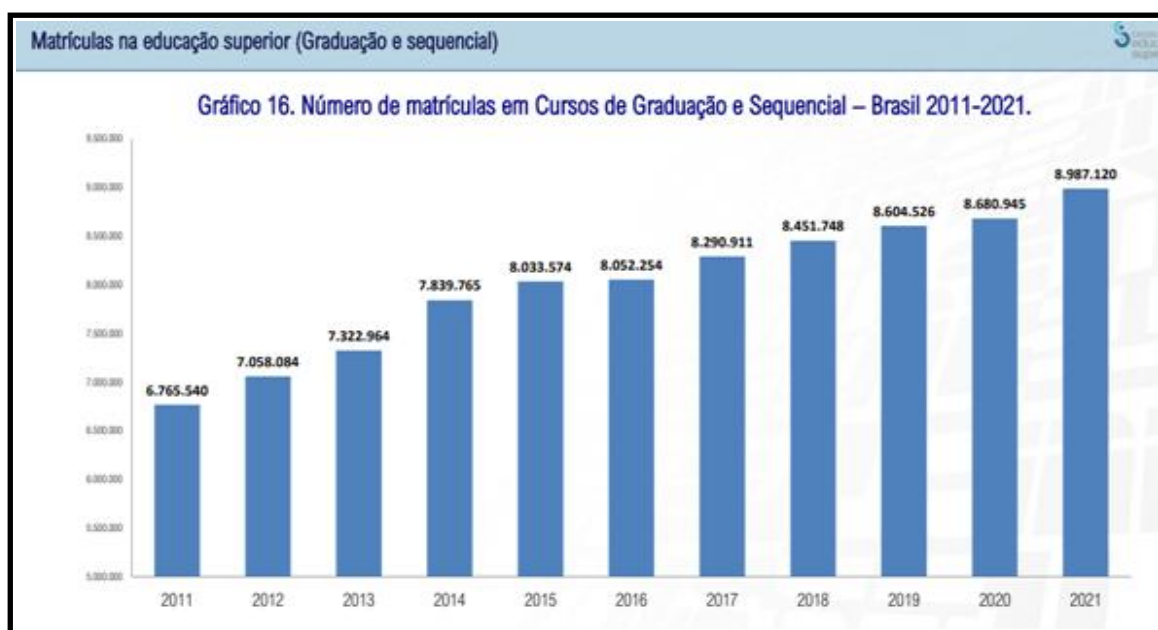
Indicador 16A - Taxa Bruta de Matrícula (TBM) na graduação.

Por definição, a Taxa Bruta de Matrículas (TBM) é um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional em determinado nível de ensino. É definida conceitualmente pelo total de matriculados (independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar o nível de ensino em análise.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

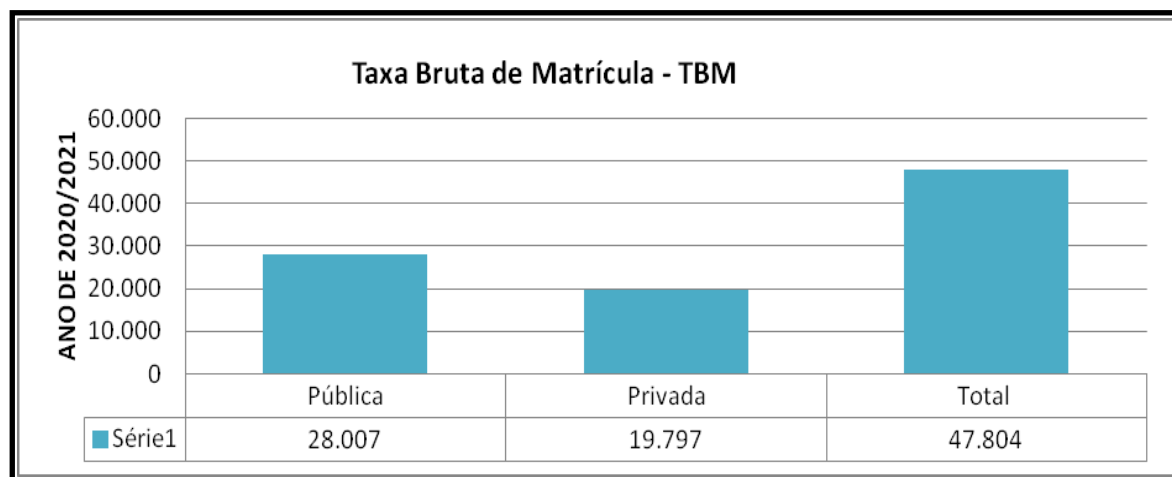
Tratando-se de Brasil, observa-se um crescimento no número de matrículas, com uma taxa média de crescimento anual de 2,9%, nos últimos dez anos, a matrícula na educação superior cresceu 32,8% nesse período. Em 2021, o aumento foi de 3,5% conforme tabela abaixo:

GRÁFICO 52 - MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - BRASIL. ANOS DE REFERÊNCIA 2020 E 2021



No Tocantins, a representatividade no número de matrículas total do país é de 0,8%. Em relação ao Norte, esse percentual sobe para 10,1%, a maior da região. Abaixo alguns dados comparativos por Categoria

GRÁFICO 53 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (PÚBLICA E PRIVADA), TAXA BRUTA DE MATRÍCULA/ 2020 E 2021:



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2023a), com recortes realizados pela Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação.

O Gráfico acima aponta o valor total de matrículas no Estado do Tocantins referentes aos anos de 2020 e 2021, que comparado aos anos anteriores houve uma queda percentual de 3,9% na procura de cursos de graduação presenciais. Já a procura destes cursos via modalidade EaD, neste mesmo período, aumentou em 27,8%, comparado aos anos anteriores, acredita-se que o motivo principal desta mudança venha a ser o advento da pandemia da Covid-19.

Indicador 16B: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na educação superior.

É importante conceituar o termo Taxa Líquida de Escolarização (TLE) na educação superior, desse modo o PNE refere-se à TLE como sendo a população de 18 a 24 anos como a que está na idade de referência para cursar algum tipo de graduação.

O fator demográfico é importante e deve ser observado na análise dos dados. Os resultados permitem observar que para a meta de 50% ser alcançada até o final de vigência do PEE em 2025, será necessário um crescimento de 2,8 p.p ao ano.

Segundo informações do Inep, a taxa líquida de matrículas, que mede a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior em relação à população dessa faixa etária, diminuiu de 21,8% para 21,5% nos anos entre 2020 e 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Indicador 16C: Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.

Em detrimento da pandemia da Covid-19 as Instituições de Ensino Superior – IESs as matrículas sofreram uma queda de 5,8% no país em 2020, e em 2021 houve um leve aumento de 4,8%.

O Gráfico retrata nacionalmente o demonstrativo da distribuição das Categorias (Rede Privada e rede Pública) na oferta de cursos de graduação e aponta que a rede privada cresceu 5,0%, contra de 3,0% de aumento na rede pública.

GRÁFICO 54 – DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS (REDE PRIVADA E REDE PÚBLICA) DE 1980 A 2021.



Fonte: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf> (p.p 10)

Observa-se no gráfico a pouca expressividade no número de matrículas da rede pública nos anos 2020 e 2021, o que gera um grande contraste frente ao número de matrículas da rede privada neste mesmo período. Até 2020 o Tocantins contava com 24 IEs que ofertam cursos presenciais e 36 EaD.

Sobre o Tocantins, é interessante ressaltar que ele é composto por duas mesorregiões, são elas:

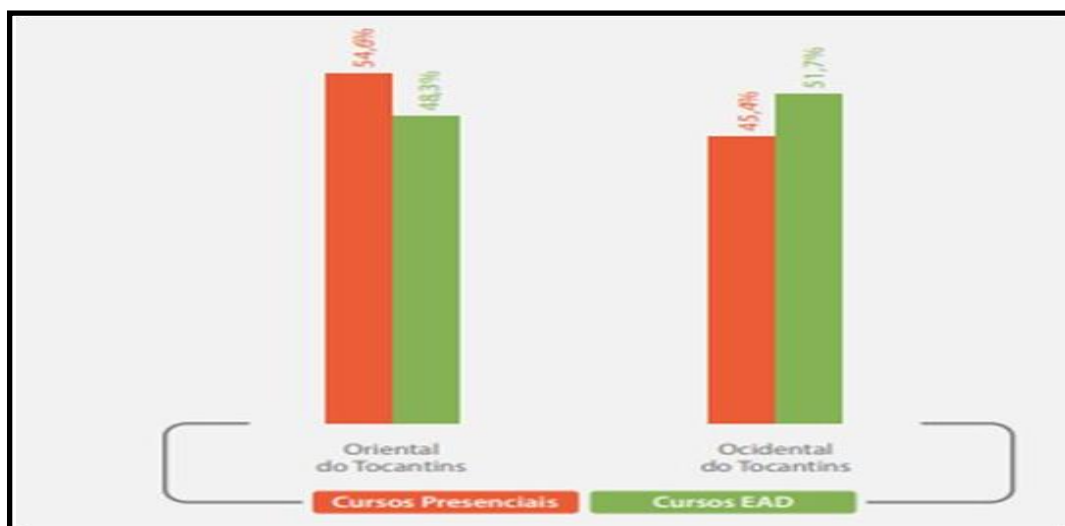
FIGURA 4 - Mesorregiões do Tocantins



Fonte: file:///C:/Users/01081083174/Downloads/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30%20(1)%20(1).pdf p.p 301.

Este detalhe se declina por outro fator, o número de matrículas presenciais e EaD de ambas as regiões, como demonstra o gráfico abaixo e retomadas das aulas presenciais em 2021. Observe abaixo

GRÁFICO 55 – NÚMERO DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS E EAD NO ESTADODO TOCANTINS EM 2021:



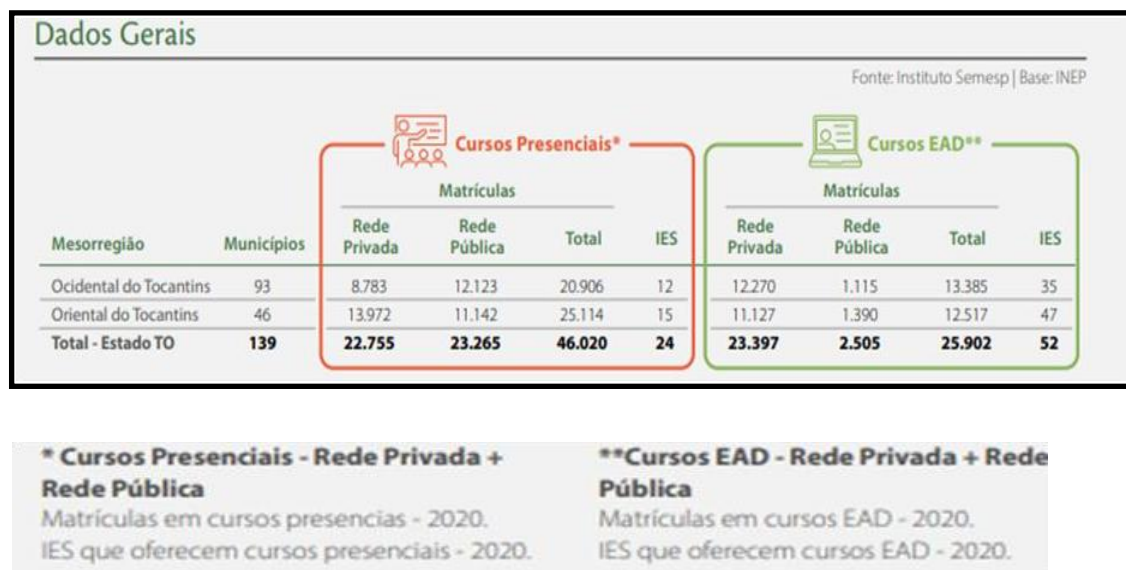
Fonte:file:///C:/Users/01081083174/Downloads/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30%20(1)%20(1).pdf p.p

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Ou seja, as duas regiões se diferem proporcionalmente nas preferências das modalidades.

O Gráfico abaixo traz o detalhamento sobre os números de matrículas dos cursos presenciais e em EaD da rede, comparada a rede pública.

GRÁFICO 56 – DADOS GERAIS



Fonte:file:///C:/Users/01081083174/Downloads/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30%20(1)%20(1).pdf

O EaD representa 36,0% das matrículas do Tocantins. A modalidade representa 50,7% das matrículas da rede privada a nível de Brasil. O gráfico é claro e nos mostra que apesar do maior número na oferta de IES em EaD no Estado do Tocantins ser bem maior, a preferência segue sendo cursar graduação na Categoria Pública.

Indicador 16 C : Participação do segmento público na expansão de matrículas na graduação.

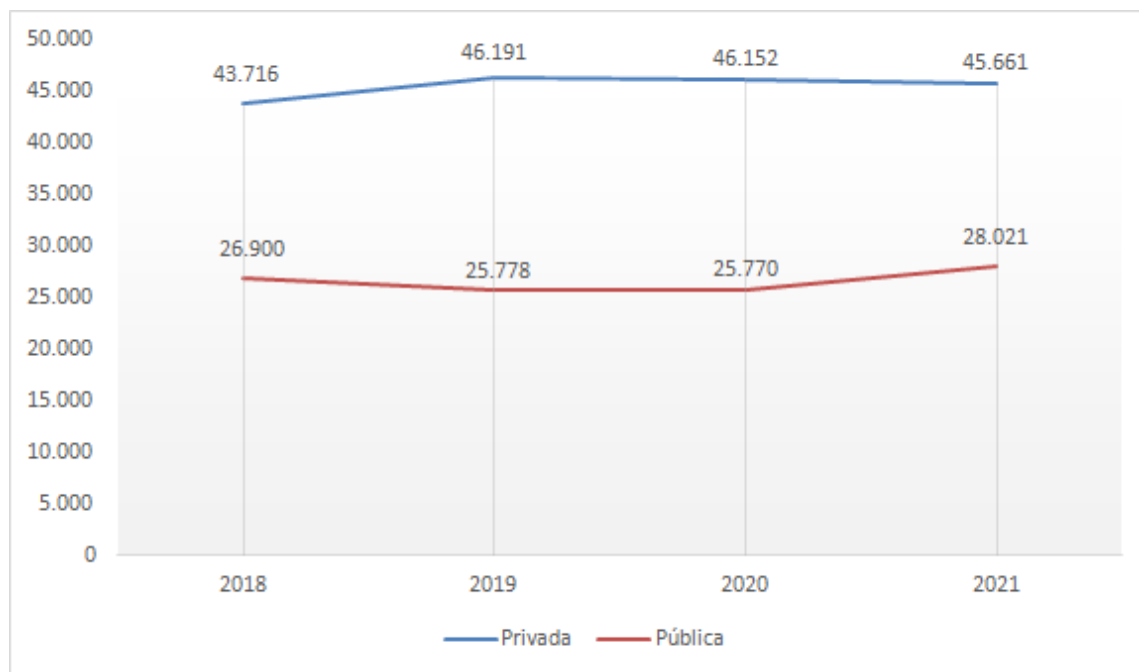
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga anualmente o Censo da Educação Superior do Brasil, por unidade federativa e por município. O Estado do Tocantins cresceu consideravelmente no segmento público quanto à expansão de matrículas de graduação, apesar dos efeitos causados pela pandemia.

O gráfico abaixo especifica a quantidade de matrículas realizadas

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

nos anos de 2018 a 2021. Por exemplo, de 2020 para 2021 houve um aumento de 2,38%, passando de 71.922 para 73.682 matrículas em graduação.

GRÁFICO 57 – QUANTIDADE DE MATRÍCULAS REALIZADAS NOS ANOS DE 2018 A 2021



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante apontar que os anos de referência deste relatório foram os mais afetados pela Covid-19. No mês de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou este estado de contaminação à pandemia. Levando as autoridades governamentais a adotarem medidas para frear a propagação da doença.

Países fecharam suas fronteiras e declararam estado de emergência, decretaram-se medidas emergenciais de isolamento social, inclusive obrigando suas populações a em *lockdown*. Diante deste cenário, a Educação Superior precisou fechar as portas e adotar aulas remotas.

No Brasil, segundo dados do Censo da Educação Superior 2020, divulgado pelo Inep, 92,0% das instituições de ensino superior suspenderam suas aulas presenciais. Destas, 77,0% sequer retornaram às aulas presenciais ao longo de todo o ano de 2020.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Meta 17 - EDUCAÇÃO SUPERIOR (Qualidade da educação superior)

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores(as) do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores(as).

Para o monitoramento dessa meta, foram definidos dois indicadores:

Indicador 17A: percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior.

Indicador 17B: percentual de docentes com doutorado na educação superior.

Os dados de monitoramento da Meta 17 foram extraídos da base de dados do Censo da Educação Superior (CES), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Ministério da Educação (Inep) e do Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes), em 23 de novembro de 2023, para investigar a distribuição da escolaridade docente no território tocantinense, entre as Instituições de Ensino Superior (IESs) e entre os indivíduos.

DOCENTES COM MESTRADO OU DOUTORADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

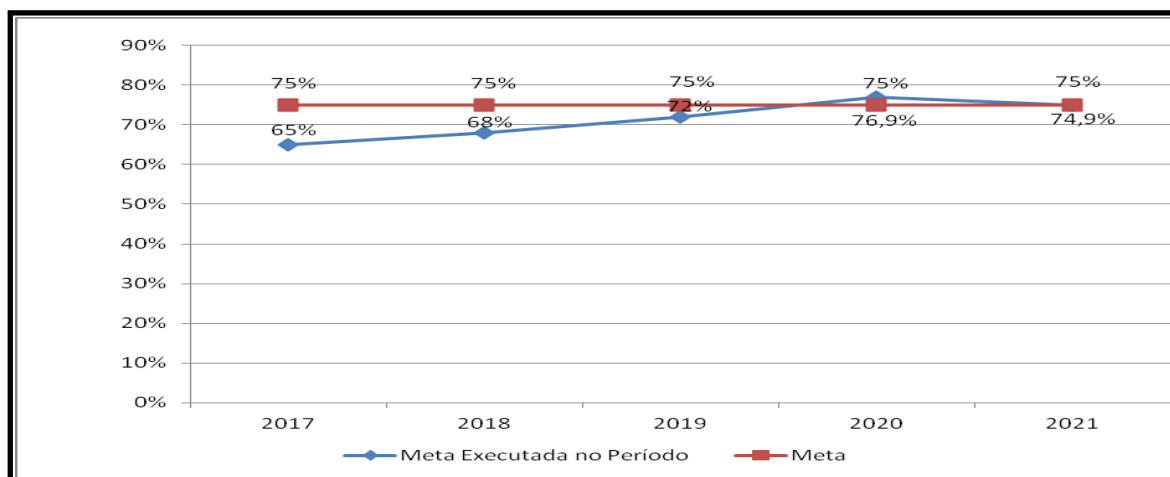
Indicador 17A - Percentual de docentes com mestrado ou doutorado no corpo docente da educação superior.

Meta: 75% dos docentes da educação superior com mestrado ou doutorado até o final de vigência do PEE.

Conforme demonstrado no Gráfico 60, o percentual de docentes em exercício da educação superior com mestrado ou doutorado alcançou 76,9% em 2020, e, 74,9% em 2021. Considerando a série histórica de 2017 a 2021, observa-se um crescimento significativo de aproximadamente 10 p.p, entretanto no último ano de 2021 houve uma pequena queda em relação à meta estabelecida de 75%.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 58 - PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO - TOCANTINS – 2017- 2021.



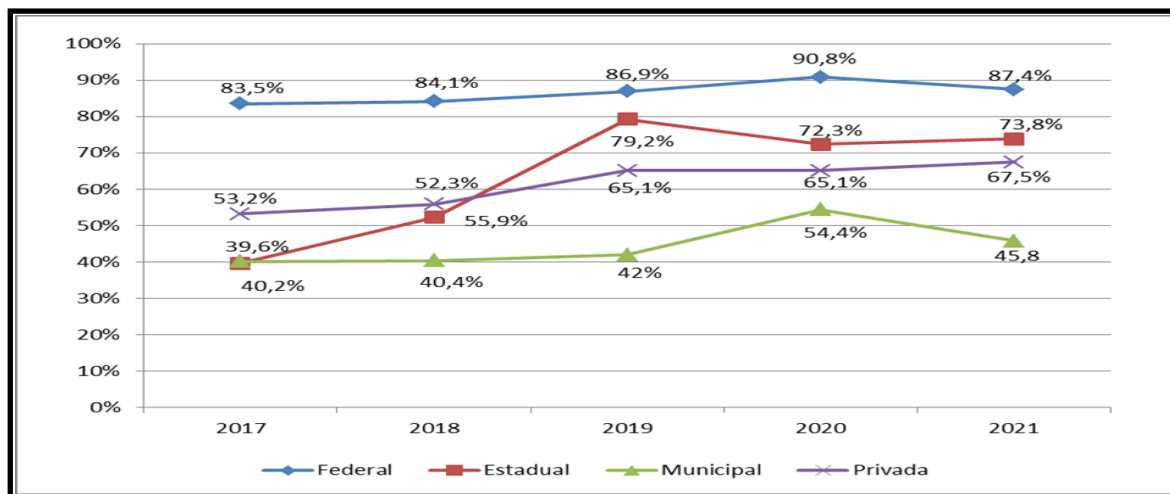
Fonte: Censo da Educação Superior/Sinopse/Inep (2017-2021). Elaborado por: Unidade Técnica da Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – Seduc-TO.

No Gráfico 58 é apresentada a representatividade percentual de docentes com mestrado ou doutorado, considerando os dados desagregados por dependência administrativa, no período de 2017 a 2021.

Ao examinar os dados de 2021, verifica-se que a maior concentração desses docentes está no segmento público, em Instituições de Ensino Superior (IESs) federal e estadual, e, a menor, na municipal, representada por: 87,4%, 73,8% e 45,8% respectivamente. Em se tratando do segmento privado, observa-se um percentual de 67,5% de docentes com mestrado ou doutorado em efetivo exercício.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 59- PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – TOCANTINS – 2017-2021.



Fonte: Censo da Educação Superior/Sinopse/Inep (2017-2021). Elaborado por: Unidade Técnica da Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – Seduc-TO.

As universidades apresentaram percentuais mais elevados de docentes com mestrado e doutorado que as demais organizações acadêmicas, tendo alcançado 79,3% em 2017 e 81,5% em 2021. As faculdades obtiveram o menor percentual, com 52,5% em 2017 e 57,4% em 2021, conforme demonstrado na Tabela 29.

TABELA-29 PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E DOUTORADO EM EXERCÍCIO POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – 2017-2021.

	2017	2018	2019	2020	2021
Universidades	79,3%	82,8%	84,6%	84,8%	81,5%
Centro Universitário	52,3%	54%	74,1%	75,1%	82,6%
Faculdades	52,5%	53,3%	61,5%	58,5%	57,4%

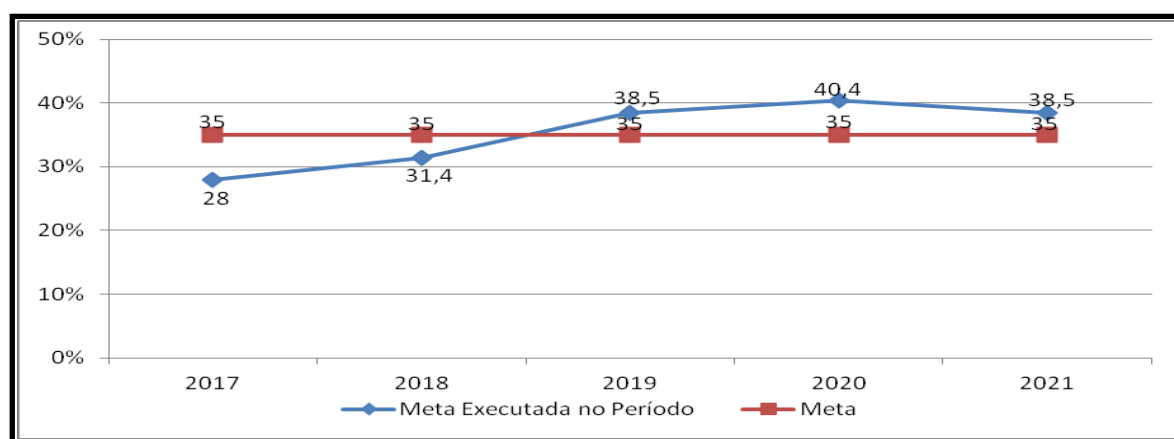
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

			78,9%	
IF	66,6%	69,4%	82,3%	73,9%

Fonte: Censo da Educação Superior/Sinopse/Inep (2017-2021). Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE- Seduc/TO.

O Gráfico 60 apresenta o percentual de docentes na educação superior com doutorado no período de 2017 a 2021. Verifica-se que a meta estabelecida de 35% foi alcançada em 2019, 2020 e 2021. Considerando a série histórica (2017-2021), nota-se que o crescimento foi 10,5 p.p em 5 anos, o que representa o crescimento de 2.1 p.p ano.

GRÁFICO 60 - PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO EM EXERCÍCIO – TOCANTINS (2017-2021)



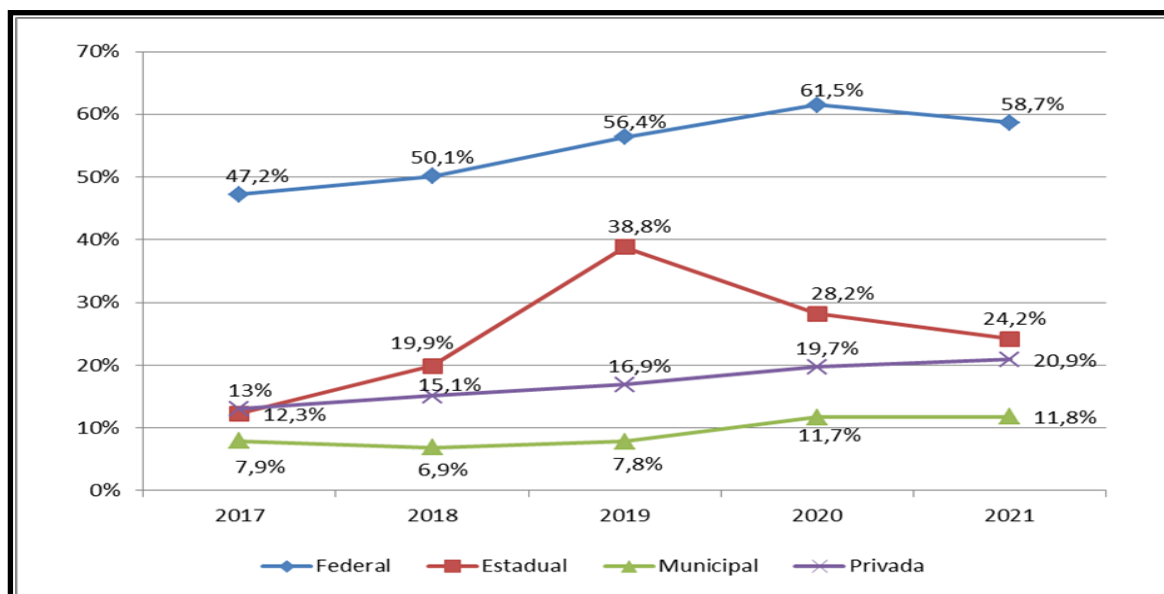
Fonte: Censo da Educação Superior/Sinopse/Inep (2017-2021).Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE- Seduc- TO.

Em relação à análise dos resultados desagregados por dependência administrativa nota-se, a partir do Gráfico 61, que os maiores percentuais de docentes com doutorado na educação superior entre 2017 e 2021, estão nas instituições de ensino superior federal, estadual e privada (61,5% em 2020, 38,8% em 2019 e 20,9% em 2021 respectivamente). A rede municipal é a que obteve o menor percentual (11,8%).

Considerando o período de 2017 e 2021, os resultados permitem observar que o maior crescimento foi na rede federal, saindo de 47,2% para 58,7%, o que representa uma evolução de 11,5 p.p.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 61 - PERCENTUAL DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO EM EXERCÍCIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – TOCANTINS – 2017-2021



Fonte: Censo da Educação Superior/Sinopse/Inep (2017-2021). Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE - Seduc- TO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percentual de docentes com mestrado ou doutorado, no corpo docente da educação superior no Tocantins, alcançou o índice de 76,9% em 2020, ultrapassando a meta estabelecida. Entretanto, em 2021 houve um declínio para 74,9%, pode-se considerar que a meta foi alcançada.

Em relação aos docentes com doutorado em pleno exercício na educação superior, verifica-se que a partir de 2019, a meta de 35% estabelecida no PEE foi alcançada atingindo 40,4% em 2020.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Microdados da Sinopse Estatística da Educação Superior/INEP (2015-2019). Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020. Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2021. Acesso em: 23/11/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO

TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sino>

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

META 18 - EDUCAÇÃO SUPERIOR (Pós-Graduação)

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 70 (setenta) mestres e 40 (quarenta) doutores (as).

Indicador 18 A - Títulos de Mestrados
concedidos por ano Nível de alcance da
meta até 2020/2021: 841 títulos

Indicador 18 B - Títulos de Doutorado
concedidos por ano Nível de alcance da
meta em 2020/2021: 88 títulos

Meta até 2025: 70 títulos por ano

Meta até 2025: 40 títulos por ano

A Meta 18 apresenta a evolução da pós-graduação *stricto sensu* no Tocantins e tem por objetivo elevar o número de titulação de mestrado e doutorado concedidos em âmbito estadual, atingindo 70 títulos de mestres e 40 de doutores anualmente.

Para monitoramento da Meta, os dados foram extraídos do Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes), em 23 de novembro de 2023, que reúne informações quantitativas do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Para efeitos de comparação e a fim de evidenciar uma trajetória recente dos títulos obtidos, também são apresentados dados que abrangem o biênio anterior (ano de 2019).

TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO CONCEDIDOS ANUALMENTE NO TOCANTINS

Indicador 18A - Número de títulos de mestrado concedidos por ano.

Meta: Elevar para 70 (setenta) ao ano o número títulos de mestrado até o final de vigência do PEE.

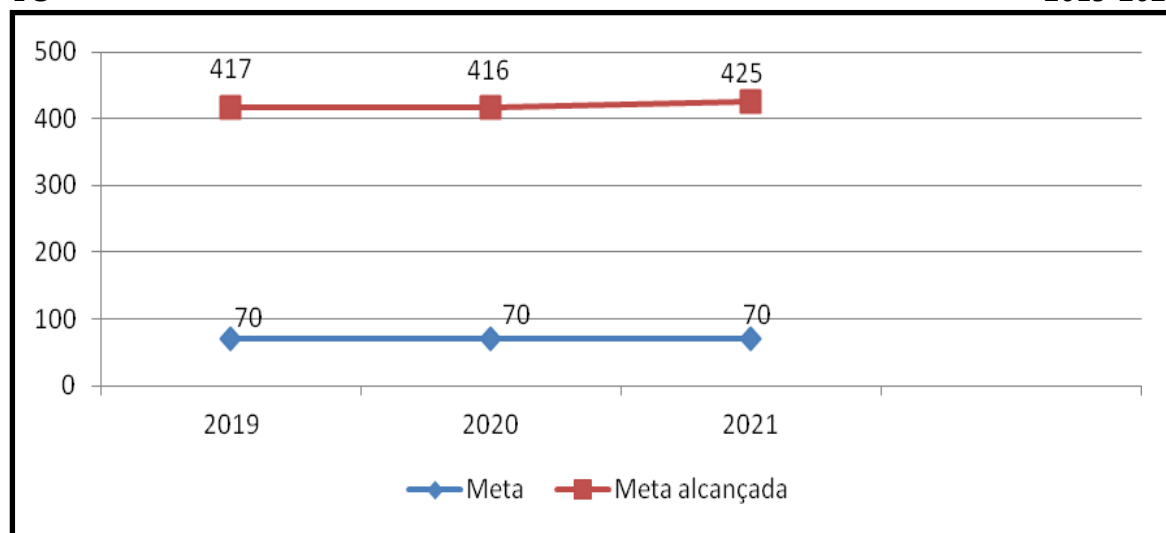
O comportamento dos Indicadores 18A e 18B é exposto nos gráficos 64 e 65, respectivamente, nos quais é possível observar que o número de títulos de mestrado concedidos no país em 2020 foi de 416 e o de doutorado de 38. Em ambos os indicadores,

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

o número de titulações anuais no Estado vinha apresentando uma trajetória de crescimento até 2019, tomando-se como base o ano de 2015. No entanto, essa trajetória foi interrompida no período de 2020, em que se observa uma queda no número de títulos de mestrado e de doutorado. Essa retração pode ser associada ao período de pandemia, que obrigou as instituições de ensino a fecharem suas portas e interromperem as atividades acadêmicas.

A meta estabelecida no PEE para o número de títulos de mestrado foi atingida e ultrapassada no biênio 2020/2021, alcançando um pico de aproximadamente 841 títulos concedidos.

GRÁFICO 62- NÚMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR ANO – TO



Fonte: Elaborado pela GFCPE/Seduc com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2019-2021). Extraídos em 23 de novembro de 2023.

Indicador 18B - Número de títulos de doutorado concedidos por ano.

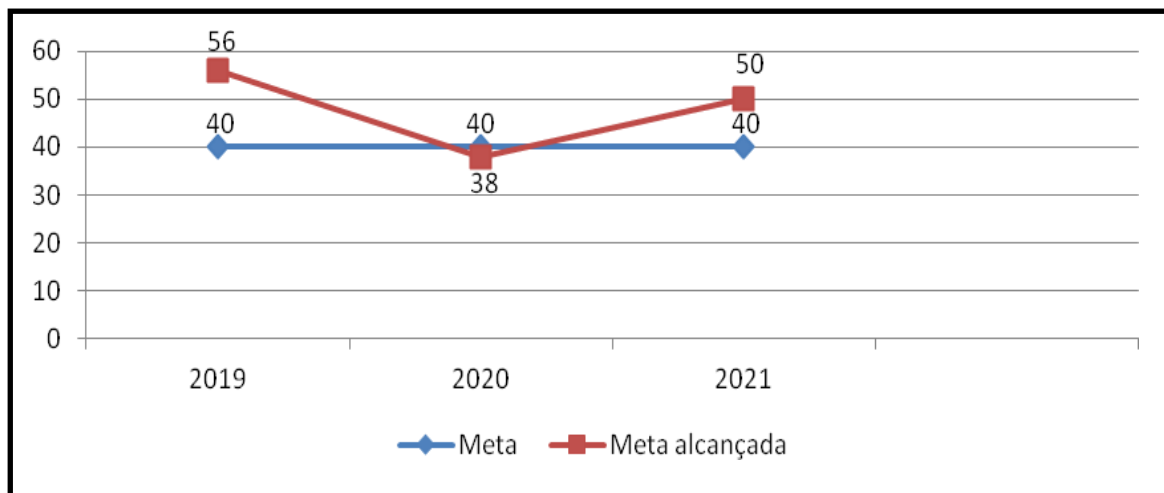
Meta: Elevar para 40 (quarenta) ao ano o número de títulos de doutorado até o final de vigência do PEE.

Para o doutorado, a meta estabelecida pelo PEE é a concessão de 40 títulos por ano até 2025. Na série histórica analisada no Gráfico 63 (2019-2021), o maior valor verificado ocorreu no ano de 2019, quando este alcançou o total de 56 títulos. Em 2020, ocorre uma redução do número de títulos em relação aos últimos três anos, com a concessão de 38 títulos de doutorado, essa retração pode ser compreendida como

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

consequência do isolamento social e do fechamento de instituições de ensino, medidas necessárias à prevenção da contaminação por Covid-19.

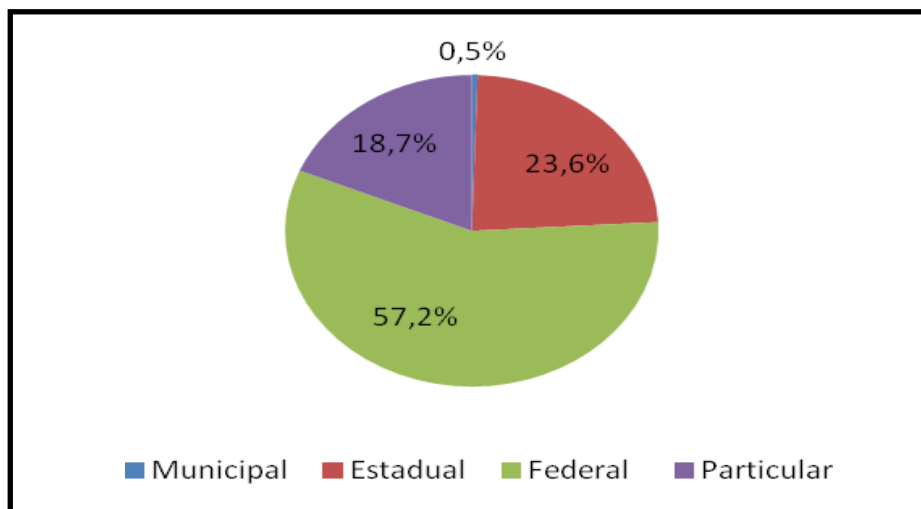
GRÁFICO 63 NÚMERO DE TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO – TO – 2019-2021



Fonte: Elaborado pela GFCPE/Seduc com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2019-2021). Extraídos em 23 de novembro de 2023.

Objetivando ampliar a abrangência da análise e desagregando o número de títulos concedidos em 2021 com Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), por rede de ensino, percebe-se que a rede federal apresenta o maior percentual com 57,2%, seguida pela rede estadual com 23,6%, rede municipal com 18,7% e privada com 0,5%.

GRÁFICO 64 - DISTRIBUIÇÃO DE TITULAÇÃO POR REDE DE ENSINO – TOCANTINS - 2021



Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Fonte: Elaborado pela GFCPE/Seduc com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2019-2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados permitem traçar as seguintes conclusões a respeito das titulações anuais de mestrado e de doutorado no Estado do Tocantins, de 2020 a 2021, para fins de monitoramento da Meta 18 do PEE:

1. Em 2020, o número de títulos de mestrado concedidos no Tocantins foi de 416 e o de doutorado de 38. O número de títulos de mestrado e doutorado apresentaram decréscimo no ano de 2020, porém o número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Estado do Tocantins cresceu substancialmente no ano de 2021, superando, assim, a meta de 70 títulos de mestrado anuais estabelecidas e 40 títulos de doutorando estabelecidos na meta do PEE.

2. Destaca-se nesse processo a queda dos títulos de mestrado e doutorado no ano de 2020, possivelmente um reflexo da pandemia de Covid-19 nos programas de pós-graduação no Brasil, que fechou instituições de ensino e interrompeu as atividades acadêmicas.

3. Em relação à distribuição da titulação por rede de ensino, a maior parte dos títulos de mestrado e doutorado de 2021 foi da rede federal, seguida pela estadual e municipal.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). GeoCapes: Sistema de Informações Georreferenciadas: banco de dados. Brasília, DF, 2020. Disponível em: . Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2021: sumário executivo. Brasília, 2021.

META 19 - FORMAÇÃO INICIAL

Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação de todos os professores da educação básica em nível superior público, obtida em curso de licenciatura na área de atuação, sendo no mínimo 80 % (oitenta por cento) nos primeiros 5 (cinco) anos e 100% (cem por cento) até o final da vigência deste PEE/TO.

Para o desenvolvimento do relatório do 3º Ciclo 2020/2021 do PEE permanecem os cinco Indicadores (A, B, C, D, E) descritos no PNE que auxiliam no monitoramento, conforme descrição abaixo:

Indicador 19A: Percentual de docentes da educação infantil cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Indicador 19B: Percentual de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

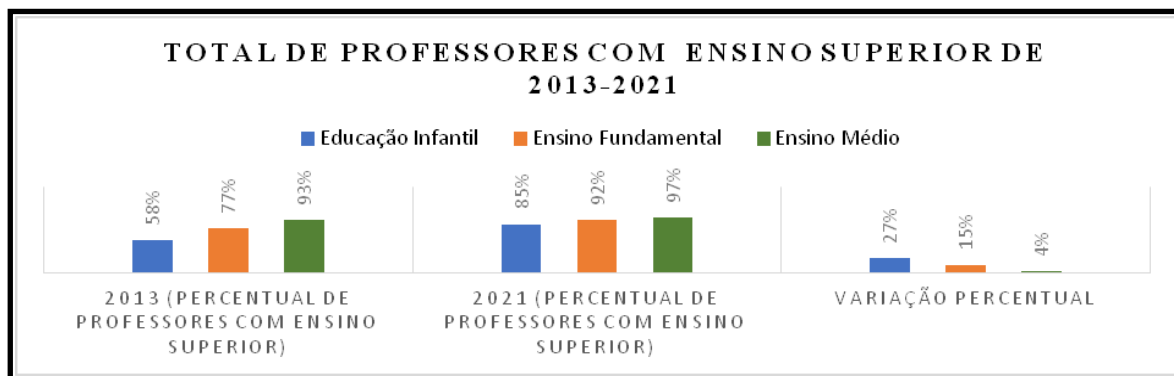
Indicador 19C: Percentual de docentes dos anos finais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Indicador 19D: Percentual de docentes do ensino médio cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Indicador 19E: Percentual de docentes do EJA ensino fundamental e médio cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Este relatório propõe uma análise de dados gerais sobre o território brasileiro, com base no Censo da Educação Básica Nacional (Inep, 2021), onde constata-se que 85% dos professores da rede pública brasileira têm formação superior na Educação Infantil, 92% no Ensino Fundamental e 97% no Ensino Médio. Ao compararmos esses dados com os de 2013, observa-se um crescimento de 27% no percentual de professores com ensino superior na Educação Infantil, 15% no Ensino Fundamental e 4% no Ensino Médio. Mas é importante ressaltar que em uma análise mais profunda, o último Censo (2021) aponta variações importantes na distribuição desses percentuais de acordo com as regiões brasileiras.

GRÁFICO 65 – PERCENTUAL DE PROFESSORES FORMADOS NO ENSINO SUPERIOR, POR NÍVEL DE ENSINO – INEP, 2021. BRASIL.



Fonte: dados fornecidos pelo Inep, 2021. Disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoes/MapeamentodaAdequaoDocentenoBrasil_111220221_compressed.pdf página 9. Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação.

Abaixo descreveremos os Indicadores da Meta 19, incluindo as Categorias grupais de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam, conforme os dados fornecidos pelo Inep/Censo dos anos de 2020 e 2021. São eles:

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

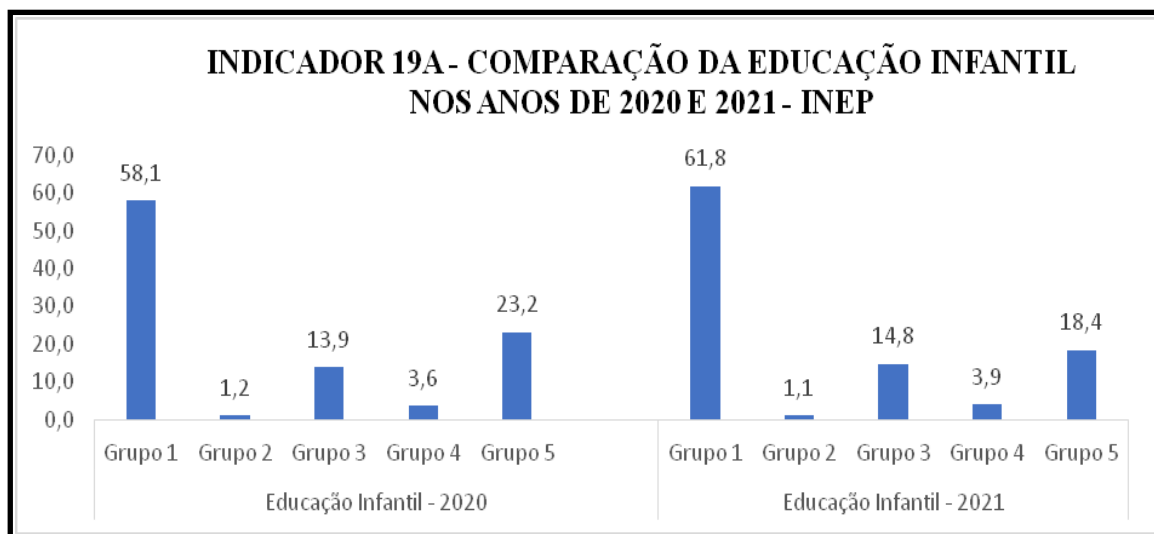
Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Grupo 5 - Docentes sem formação superior.

Indicador 19A: Percentual de docentes da educação infantil cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

GRÁFICO 66– DADOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO TOCANTINS, SEGUNDO INDICADOR, ANO DE 2020-2021.



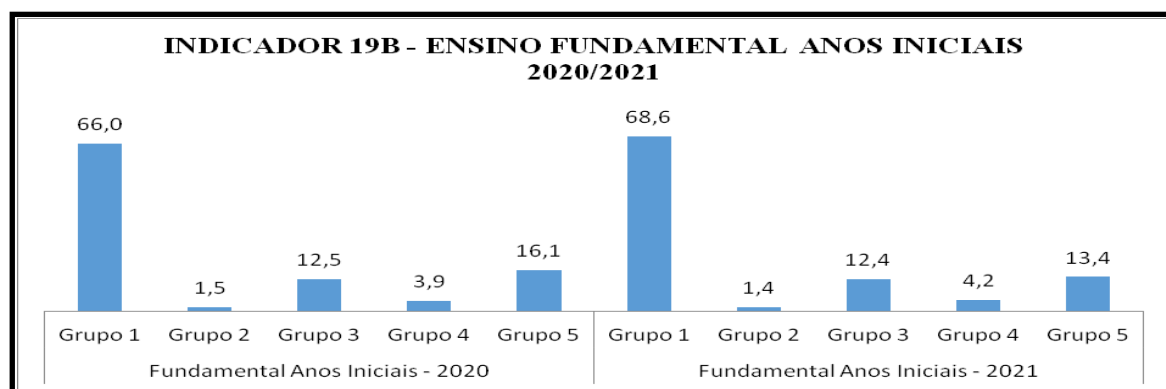
Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc

O Gráfico apresenta a distribuição percentual dos docentes na educação infantil em 2020 e 2021, divididos em cinco grupos. Em 2021, o percentual de docentes com formação superior completa aumentou em todos os grupos, com exceção do grupo 5, que teve uma queda de 4,8%. O grupo 1 teve o maior aumento, passando de 58,1% em 2020 para 61,8% em 2021, um aumento de 3,7%. O grupo 2 teve uma queda de 0,1%, passando de 1,2% em 2020 para 1,1% em 2021. O grupo 3 teve um aumento de 0,9%, passando de 13,9% em 2020 para 14,8% em 2021. O grupo 4 teve um aumento de 0,3%, passando de 3,6% em 2020 para 3,9% em 2021. O grupo 5 teve uma queda de 4,8%, passando de 23,2% em 2020 para 18,4% em 2021.

Indicador 19B: Percentual de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

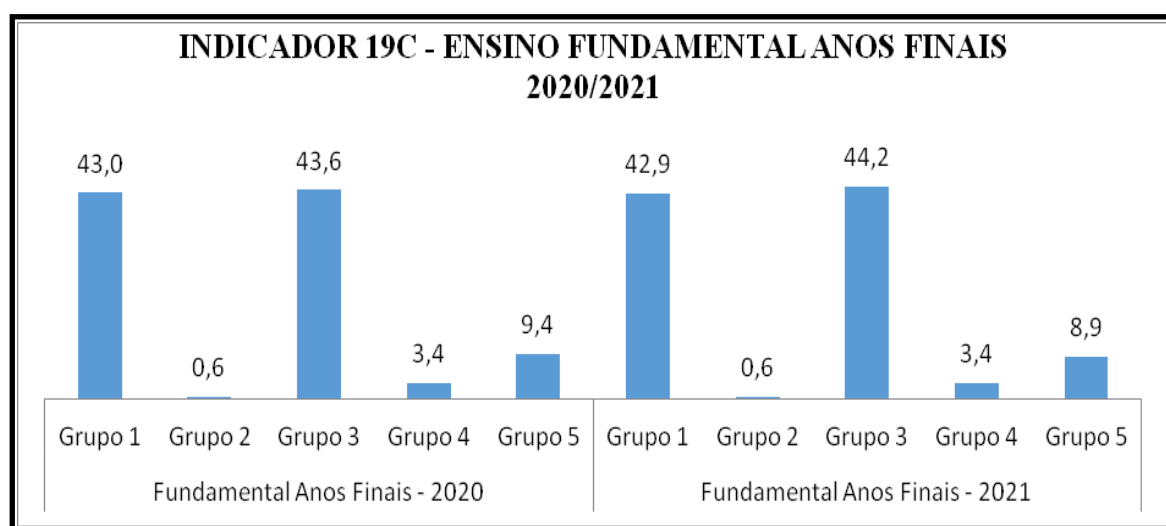
GRÁFICO 67 - DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NO TOCANTINS, SEGUNDO INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente> Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc.

Indicador 19C: Percentual de docentes dos anos finais do ensino fundamental cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

GRÁFICO 68 - DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS NO TOCANTINS, SEGUNDO INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente> Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc

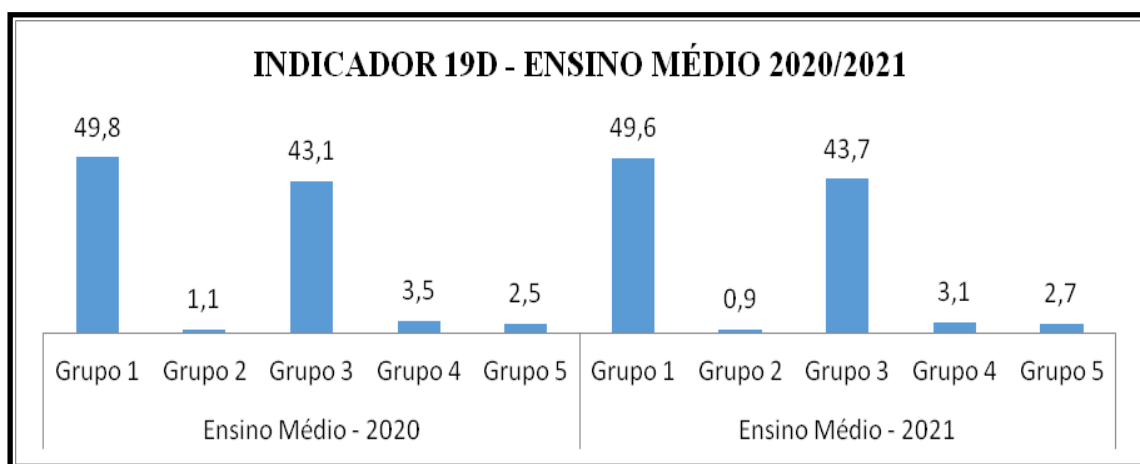
O Gráfico demonstra a distribuição percentual dos docentes no Ensino Fundamental dos Anos Finais em 2020 e 2021. O Grupo 1 apresentou uma queda de 0,1%

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

em relação ao ano anterior, enquanto o Grupo 2 manteve a porcentagem de 0,6%. O Grupo 3 teve um aumento de 0,6% em relação ao ano anterior, enquanto o Grupo 4 manteve a porcentagem de 3,4%. O Grupo 5 apresentou uma queda de 0,5% em relação ao ano anterior.

- Indicador 19D: Percentual de docentes do Ensino Médio cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

GRÁFICO 69 - DADOS DO ENSINO MÉDIO NO TOCANTINS, SEGUNDO INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021



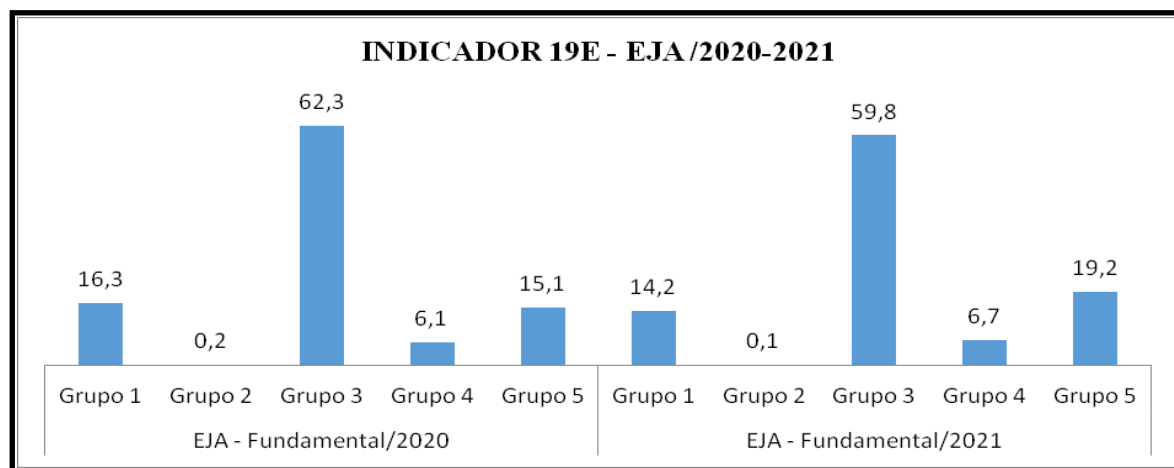
Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc

O Gráfico apresenta a distribuição percentual dos docentes no Ensino Médio em 2020 e 2021, divididos em cinco grupos. Em 2021, o percentual aumentou em todos os grupos, com exceção do grupo 2, que teve uma queda de 0,2%. O grupo 1 teve uma queda de 0,2%, passando de 49,8% em 2020 para 49,6% em 2021. O grupo 2 teve uma queda de 0,2%, passando de 1,1% em 2020 para 0,9% em 2021. O grupo 3 teve um aumento de 0,6%, passando de 43,1% em 2020 para 43,7% em 2021. O grupo 4 teve uma queda de 0,4%, passando de 3,5% em 2020 para 3,1% em 2021. O grupo 5 teve um aumento de 0,2%, passando de 2,5% em 2020 para 2,7% em 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Indicador 19E: Percentual de docentes do EJA Ensino Fundamental e Médio cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

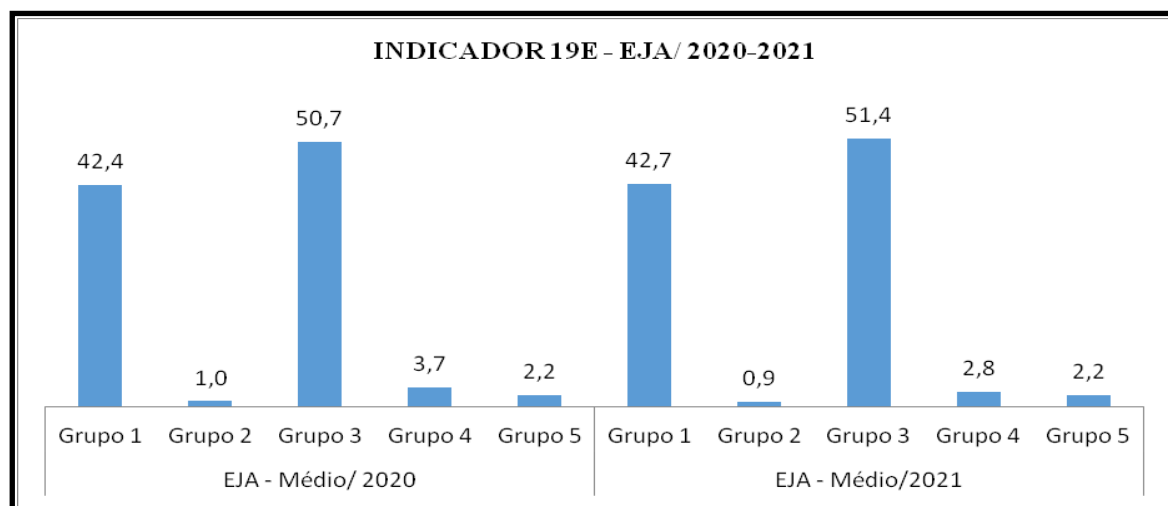
GRÁFICO 70- DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - EJA/TOCANTINS SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc.

O Gráfico apresenta a distribuição percentual dos docentes no ensino fundamental de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2020 e 2021, divididos em cinco grupos. Em 2021, o percentual de docentes com formação superior completa aumentou em todos os grupos, com exceção do grupo 2, que teve um aumento de 0,1%. O grupo 1 teve um aumento de 2,1%, passando de 14,2% em 2020 para 16,3% em 2021. O grupo 2 teve um aumento de 0,1%, passando de 0,1% em 2020 para 0,2% em 2021. O grupo 3 teve um aumento de 2,5%, passando de 59,8% em 2020 para 62,3% em 2021. O grupo 4 teve uma queda de 0,6%, passando de 6,7% em 2020 para 6,1% em 2021. O grupo 5 teve uma queda de 4,1%, passando de 19,2% em 2020 para 15,1% em 2021.

GRÁFICO 71 - DADOS DO ENSINO MÉDIO - EJA/TOCANTINS SEGUNDO O INDICADOR/CATEGORIA GRUPAL - ANO DE 2020-2021.



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020 e 2021. Disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>. Elaborado por: Gerência de Política de Formação Inicial dos Profissionais da Educação/Seduc

O Gráfico apresenta a distribuição percentual dos docentes no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 2020 e 2021, divididos em cinco grupos. Em 2021, o percentual de docentes com formação superior completa permaneceu praticamente inalterado em todos os grupos. O grupo 1 manteve-se em 42,4%, o grupo 2 em 1,0%, o grupo 3 em 50,7%, o grupo 4 em 3,7% e o grupo 5 em 2,2% .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em última análise para o Indicador 19^a - Categoria 1, comparando com os dados do relatório do 2º Ciclo, houve um aumento de 8,9 pontos percentuais na comparação entre 2019 e 2021. Em 2019, a taxa era de 52,9%, em 2020, a taxa subiu para 58,1%, e em 2021, a taxa subiu ainda mais para 61,8%, ou seja, mesmo com o aumento do percentual, o mínimo de 80% ainda não foi alcançado em âmbito de território.

Sobre o Indicador 19B Categoria 1, houve um aumento de 10 pontos percentuais na comparação entre 2018 e 2021. Em 2018, a taxa era de 58,6%, em 2019, a taxa subiu para 62,1%, em 2020, a taxa subiu ainda mais para 66,8%, e em 2021, a taxa subiu novamente para 68,6%. Porém, os dados do 2º Ciclo apontaram que os resultados em 2019 foram de 77,6% e, para o alcance da meta de 80% até 2020 estabelecido no PEE, seria necessário o crescimento de 17%, mas ocorreu algum evento que levou ao aumento deste percentual, saindo de 17% para 31,4%, sendo possível que a causa seja a pandemia por Covid-19 e o tipo de vínculo empregatício dos docentes.

Sobre o Indicador 19C Categoria 1, somada à Categoria 2, tendo em vista que ambos atuam na formação acadêmica específica conforme a Licenciatura ou Bacharelado do docente.

O desafio é grande, pois juntos, em 2021, deram 43,5 p.p, que comparado com os 80% estabelecidos no PEE, ainda ficam 36,5% a serem alcançados, número este que aumenta quando comparado com a Meta de alcance em 100%. Diante deste contexto, é preciso repensar a Política Pública voltada à formação nas áreas específicas de Licenciaturas, incluindo a valorização do docente. Porém, vale ressaltar que estes valores também são reflexos do período pandêmico que se originou em 2020, podendo ser apontado como uma das causas da não evolução deste Indicador.

Sobre o Indicador 19D, Categoria 1 no Relatório do 2º Ciclo de 2015 a 2019, houve um crescimento contínuo de docentes no grupo 1 com formação adequada a área da disciplina que leciona, com 46,7% 2018 e em 2019 48,5%, o que representa uma evolução de 1,8 p.p. No entanto, quando comparado os anos de 2020 e 2021, observou-se uma leve queda 0,2%. Por fim, nesta Categoria, faltam 30,4% para alcançar a Meta de 80%.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

O Indicador 19E refere-se à EJA no Ensino Fundamental e Médio. A partir dos dados coletados em 2020 e 2021, sobre a EJA, nas duas etapas, Fundamental e Médio, a Categoria de Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona, é a que impera, no entanto não é adequado que profissionais da educação estejam atuando fora de área, pois afeta a qualidade da oferta. No entanto, quando comparadas, a partir do Grupo 1 - docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona, o Ensino Médio está à frente com 50,7% em 2020 e 51,4% em 2021.

Considerando os dados em termos gerais, o Tocantins demonstrou crescimento em algumas áreas, porém ainda não superou a meta de 80% no marco previsto, ano de 2020. Diante deste contexto é imprescindível que se pense estratégias educacionais específicas quanto ao produto da Meta 19.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. BRASIL.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. GEOCAPES: Sistema de Informações Georreferenciadas (2015-2019). Disponível no portal: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 27 de julho de 2021. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de
Educação – PEE/TO

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de
Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020

META 20 – FORMAÇÃO CONTINUADA

Instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.

A Meta 20 tem como objetivo que seja instituído, até 2016, o Programa de Formação Continuada para profissionais da Educação Básica do Tocantins, sob o gerenciamento do Estado extensivo aos municípios de forma a assegurar a formação continuada a todos os profissionais da educação básica, e com isso seja feita a articulação com estratégias e políticas específicas de formação inicial e continuada. Para entender o objetivo da meta, é indispensável compreender o significado da palavra formação continuada de docentes e a definição de profissionais da educação. Assim, a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Docentes da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Docentes da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) define o seguinte:

Art. 4º A Formação Continuada de docentes da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando ao complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

Nesta perspectiva é entendido hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores. Ela é realizada após a formação inicial e tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no artigo 61, redação dada pela Lei nº 13.415/2017, diz: Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - docentes habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III - trabalhadores em educação, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

Nota-se que, além dos docentes em efetivo exercício, existem vários outros profissionais descritos como da educação básica e a Meta 20 versa sobre garantir a formação contínua a todos esses profissionais da educação básica.

Contudo, visto que o Censo da Educação Básica não coleta informações referentes à formação continuada do conjunto de profissionais e, sobretudo por limitação de fontes oficiais e secundárias, relativos a todos os trabalhadores em educação do território do Tocantins, para este indicador considera em seu cálculo apenas os profissionais que atuam como docentes da educação básica, conforme metodologia adotada pelo Inep de apuração do monitoramento do PNE.

Neste sentido, para monitoramento da meta 20, foram estabelecidos os seguintes indicadores:

– Indicador 20A: Programa Articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica instituído.

– Indicador 20B: Percentual de docentes da educação básica com pós-graduação lato-sensu.

– Indicador 20C: Percentual de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Nota-se que a Meta 20, Formação Continuada do PEE/TO, difere da meta Formação Continuada do Plano Nacional de Educação – PNE, que diz o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Com o objetivo de maior alinhamento do monitoramento do PEE com o PNE, no âmbito da formação continuada, foi proposto mais dois indicadores que visam monitorar o percentual de docentes da educação básica com pós-graduação *lato-sensu* e percentual de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada conforme segue:

– Indicador 20B: Percentual de docentes da educação básica com pós-graduação *lato-sensu*.

– Indicador 20C: Percentual de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.

Objetivando maior transparência para a análise dos indicadores, será abordado, sempre que possível, a desagregação por esfera de ensino. Assim, os gráficos e tabelas possibilitam uma análise transversal e longitudinal entre elas, permitindo identificar os esforços e progressos alcançados no âmbito da formação continuada a partir da aprovação do PEE/TO em 2015.

PROGRAMA ARTICULADO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Indicador 20A: Programa Articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica instituído.

Meta: Programa Articulado de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica instituído até 2016

O Indicador 20A visa instituir o Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica extensivo aos municípios a partir de 2016, tendo em vista que a formação continuada é um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino e de valorização do magistério.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Neste ciclo de monitoramento ainda não há evidências de que o programa foi elaborado e/ou instituído. Com isso, a Seduc/TO, apesar da ausência do Programa de Formação Continuada instituído formalmente, possui uma política de formação continuada, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação do MEC.

Neste sentido realizam ações de formação continuada destinadas à rede de ensino estadual, tendo princípios uma formação que vise atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica sempre em atendimento às diretrizes nacionais da formação dos profissionais da educação.

O trabalho é executado pela Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, que tem como principais atribuições realizar o mapeamento, planejamento da formação continuada, além de atuar na formação das equipes, monitorar e avaliar as ações realizadas.

Verifica-se que a gestão, a partir de 2018, possui instrumentos para levantamento de demandas por meio de planilhas *google forms*, devidamente alinhadas às estratégias do PEE referente à Meta 20, que se destina à coleta de dados e informações referentes à formação continuada realizada no ciclo de 2020 e 2021. Por meio destes instrumentos, as informações coletadas são analisadas pela equipe técnica da Gerência de Formação Continuada dos Profissionais da Educação em observância à viabilidade pedagógica, técnica e financeira para sua realização, visando sistematizar os dados e informações das propostas e monitoramento, avaliação, bem como a certificação de todas as formações realizadas pela Seduc, após comprovação e evidências plausíveis.

Os cursos aprovados fazem parte do Catálogo de Formações 2020/2021. Trata-se de um extrato de projetos cuja sistematização permite desde levantamento, articulação, monitoramento e certificação das formações realizadas.

DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU OU STRICTO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

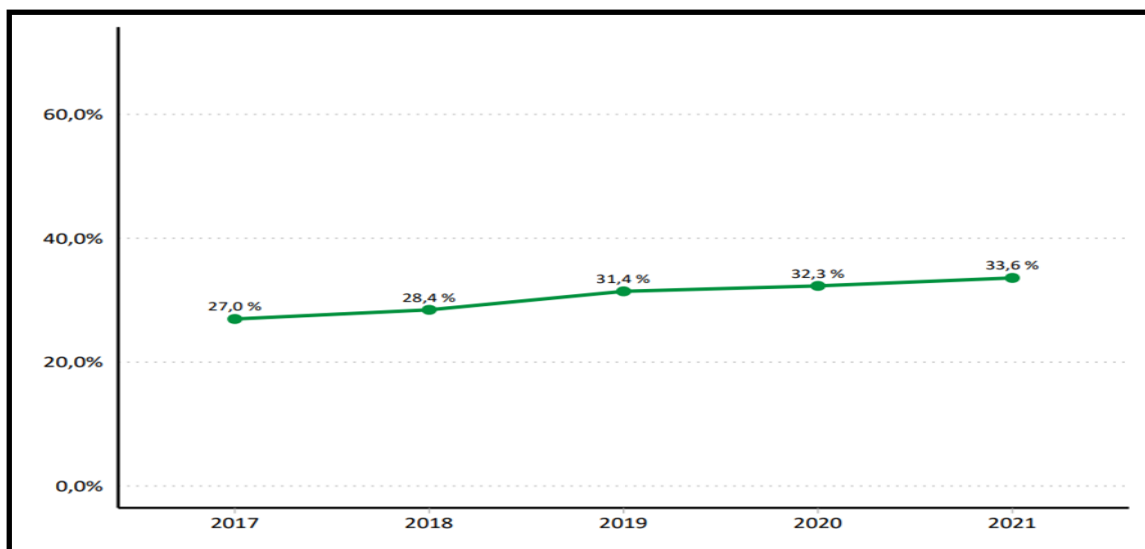
Indicador 20B: Percentual de docentes da educação básica com pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

O indicador 20B do PEE tem como objetivo apresentar o percentual de docentes com pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu (especialização, mestrado e doutorado).

Recorrendo às disposições contidas na LDB [nº 9.394/96 e suas alterações](#) no artigo 3º, os programas de pós-graduação incluem “programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e outros (...)”.

O percentual de docentes da educação básica com pós-graduação no Tocantins em 2021 era de 33,6%, o que corresponde a uma evolução gradativa de 6,6 p.p, considerando a série histórica analisada no Gráfico 71. Esse percentual representa, em valores absolutos de 6.101 docentes com formação em nível de pós-graduação em 2021, de um total de 18.714 docentes, conforme dados do Censo de Educação Básica. Em 2020, o Tocantins apresentou 6.284 docentes com pós-graduação de um total de 19.126 docentes, o que representa um percentual de 32,3%.

GRÁFICO 71 - PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS – GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU – TOCANTINS (2017-2021)



Fonte: Resumo Técnico do Estado do Tocantins, censo escolar da educação básica 2021.

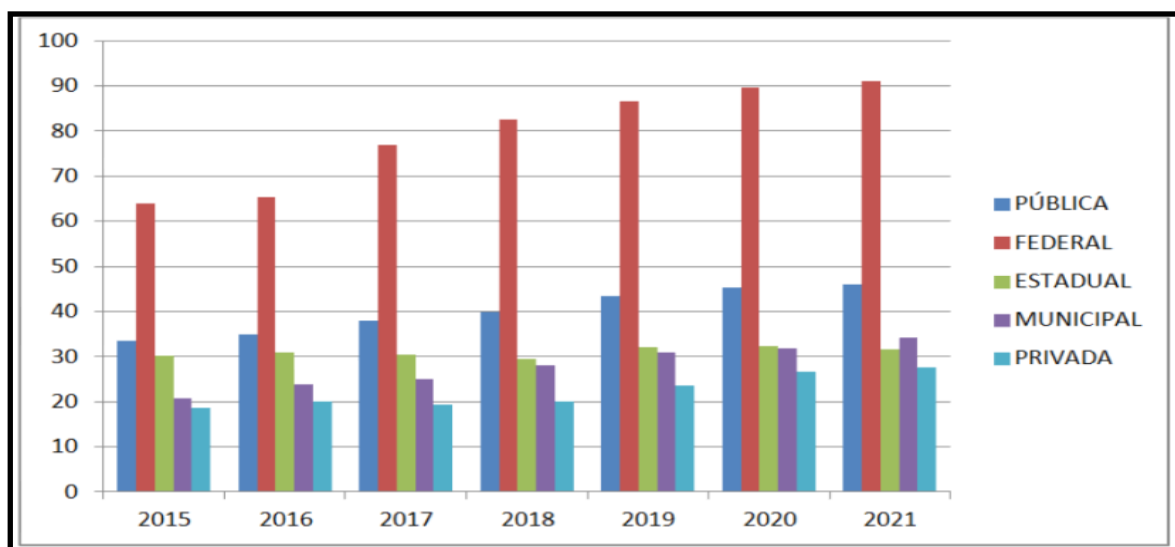
Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE – Seduc-TO

Os resultados a seguir contemplam o indicador percentual de docentes da educação básica com pós-graduação, desagregado por rede de ensino conforme evidencia o

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

gráfico 73. No tocante às redes de ensino, percebe-se que a rede federal apresentou o maior percentual de docentes com pós-graduação em relação às demais redes no período de 2015 a 2021, o que representa um crescimento de 27,1 p.p, seguida pela rede municipal com 13,3 p.p. No Biênio de 2020/2021, a evolução foi de 1,4 p.p, tendo em 2020 89,6% e 2021 91% para a rede federal. Com isso, os resultados apontam que a rede estadual, em 2020, obteve 32,3% e em 2021 31,7%, o que retrata uma redução de 0,6 p.p no biênio. Contudo, percebe-se que a rede municipal no período analisado de 2020 e 2021 apresenta uma evolução gradativa de 2,2 p.p. Na rede privada, o percentual de docentes com pós-graduação em 2020 foi de 26,7% e em 2021 27,5%. Ao comparar o percentual de docentes com pós-graduação em âmbito de território em 2021 (gráfico 76 e 77), os resultados permitem observar que o Tocantins obteve um acréscimo de docentes pós-graduados de 31,7% para 33,6%, nas redes estaduais, e de 31,7%, para 34,1% nas municipais.

GRÁFICO 73 - PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2015-2021.



Fonte: Censo da Educação Básica – INEP – 2013-2022/

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieTY2RlNWetNzM3Zi00MjJkLWE4OGltZDQyYjM1MzBjNDYxIiwidCI6IjZjczODk3LWM4YWVtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PE – SEDUC-TO

DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA - Indicador 20C: Percentual de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada

Conforme já explicitado no Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação (PEE/TO), o Censo da Educação Básica não coleta informações referentes à formação continuada do conjunto de profissionais e apenas dos docentes em regência de classe. Com isso, para efeitos de monitoramento da meta e devido a limitações de dados para aferição do Indicador 20C, consideram-se as informações coletadas pelo Censo da Educação Básica referentes a cursos de formação continuada com carga horária mínima de 80 horas, seguindo a metodologia adotada na mensuração dos indicadores pelo Inep para o Plano Nacional de Educação. Para mensuração, foram consideradas as seguintes etapas:

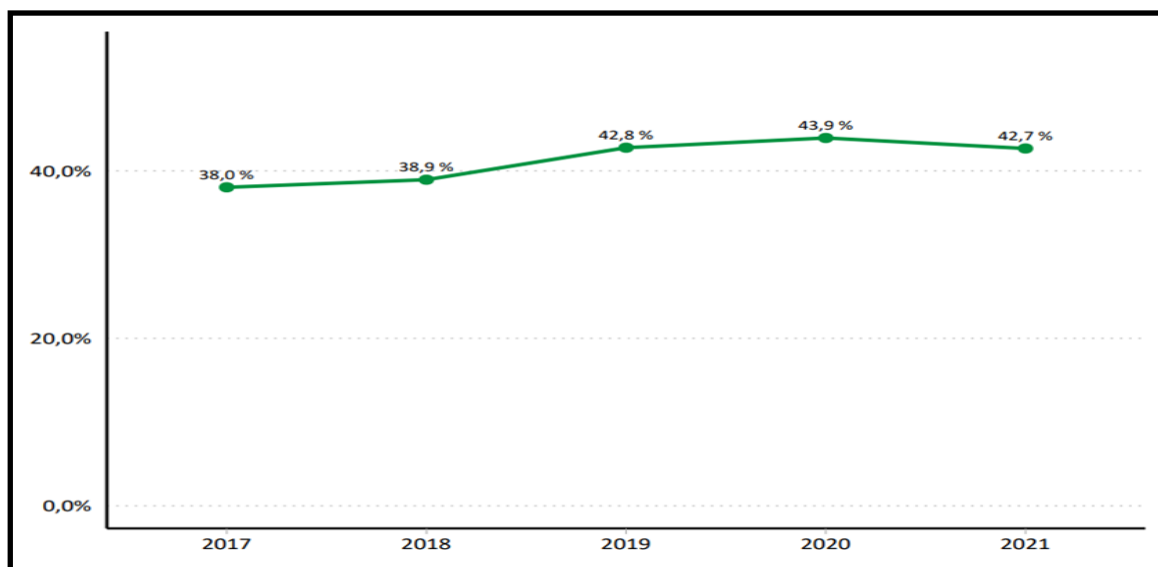
- i) ceche – 0 a 3 anos;
- ii) pré-escola – 4 e 5 anos;
- iii) anos iniciais do ensino fundamental;
- iv) anos finais do ensino fundamental;
- v) ensino médio;
- vi) educação de jovens e adultos (EJA);
- vii) educação especial;
- viii) educação indígena;
- ix) educação do campo;
- x) educação ambiental;
- xi) educação em direitos humanos;
- xii) gênero e diversidade sexual;
- xiii) direitos da criança e do adolescente;

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

- xiv) educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana;
- xv) gestão escolar; e
- xvi) outras áreas (Brasil. Inep, 2019, p.64-65).

Ao observar o Gráfico 74, os resultados apontam que o percentual de docentes da educação básica no Tocantins que realizaram cursos de formação continuada com carga horária acima de 80 horas apresenta trajetória crescente e gradativa no período monitorado, saindo de 38,0% em 2017 para 42,7% em 2021, o que representa um crescimento de 4,7 p.p. Ao considerar a análise apenas do 3º Biênio 2020/2021, nota-se que o percentual sofreu uma redução de 43,9% para 42,7% em 2 anos. O que significa que as redes de ensino, devido à pandemia, não conseguiram ampliar a formação continuada de docentes.

GRÁFICO 74 - PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA – TOCANTINS (2017-2021)



Fonte: Resumo Técnico do Tocantins - Censo da Educação Básica/Inep - (2021).

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE.Seduc-TO

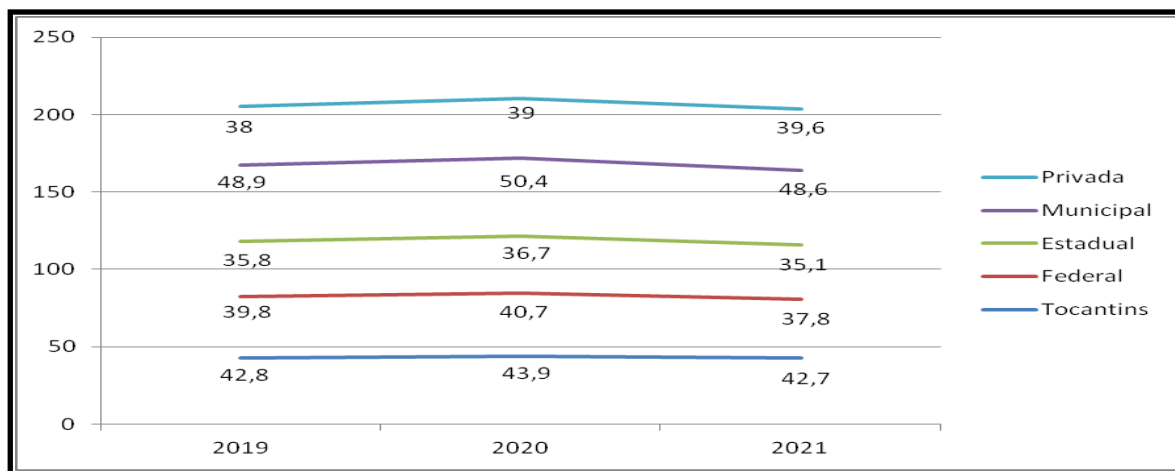
O Gráfico 75 apresenta o percentual de docentes da educação básica que realizaram curso de formação continuada com carga horária acima de 80 horas desagregado por rede de ensino. Os resultados permitem analisar a trajetória do indicador

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

por rede de ensino, em que se observa que, em 2020, as redes municipais detêm os maiores percentuais de docentes com formação continuada, com 50,4%, seguidas pela rede federal 40,7%, privada 39,8%, estadual 36,7% e Tocantins 42,8%. Considerando que a meta do plano é disponibilizar formação continuada a todos os docentes, percebe-se que será necessário um esforço das redes de ensino para o alcance do objetivo. Por isso a importância da instituição do programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, ampliando assim a cobertura de atendimento dos cursos de formação continuada.

No Biênio de 2020/2021, constata-se que houve uma redução da rede municipal de 1,8 p.p, da estadual 1,6 p.p, e da federal 2,9 p.p. Assim, percebe-se que a rede federal neste biênio foi a que teve maior redução em pontos percentuais.

GRÁFICO 75 - PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, POR REDE DE ENSINO (2019-2021)



Fonte: Censo da Educação Básica/Inep - Gerência (2021).

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE /Seduc-TO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A concretização dessa meta está vinculada aos esforços articulados dos entes federativos para dimensionar a demanda por formação continuada e promover a respectiva oferta por parte das instituições de ensino públicas, consolidando assim um planejamento, em regime de colaboração. Impõe-se, dessa forma, a consolidação da política estadual de formação de professores da educação básica, com a definição de diretrizes estaduais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.

2. Segundo dados do Censo da Educação Básica do Inep, o percentual de docentes da educação básica em âmbito de território que realizaram cursos de formação continuada acima de 80 horas aumentou no período de 2017 a 2021 de 38,0% para 42,7%, com uma evolução de 4,7 p.p.

3. Com relação ao Indicador 20C, em 2021, constata-se que a rede municipal teve o maior percentual de docentes com formação continuada, com 48,6% seguida pela rede privada com 39,6%.

5. Verifica-se que em todas as redes de ensino o percentual de docentes da educação básica com pós-graduação (Latu Sensu e Stricto Sensu) e formação continuada teve evolução, sendo a rede federal com menor percentual de crescimento.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação-2018. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação-2020. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico do Estado do Tocantins – Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

TOCANTINS. Gerência de Estatísticas e Informações Educacionais da SEDUC-TO. Censo da Educação Básica (2018-2020).

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 21 de outubro 2021.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 outubro 2021.

META 21 – VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ECARREIRA

Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de um 1 (um) ano para a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, Lei nº 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.

A Meta 21 do PEE tem como objetivo central a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o ano de 2021. Para o monitoramento da meta, utiliza-se um indicador que estabelece a relação percentual entre o rendimento dos profissionais do magistério e o rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade. Para monitoramento dessa meta, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-c).

Neste sentido, o indicador definido para monitorar é:

Indicador 21A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade.

Pode-se observar que, além dos docentes em efetivo exercício, existem vários outros profissionais descritos como da educação básica. Objetivando maior transparência, o relatório em questão irá apresentar a relação do percentual, tendo como base de dados apresentados no Relatório de Monitoramento das Metas do 3º Ciclo do PNE 2021.

Nesta seção, será apresentada a série histórica do Indicador 17A no período de 2014 a 2021, verificando-se os valores das relações percentuais alcançados até 2021 em relação à meta de 100% estabelecida para até 2021.

EQUIPARAÇÃO DO RENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS

Indicador 21A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior

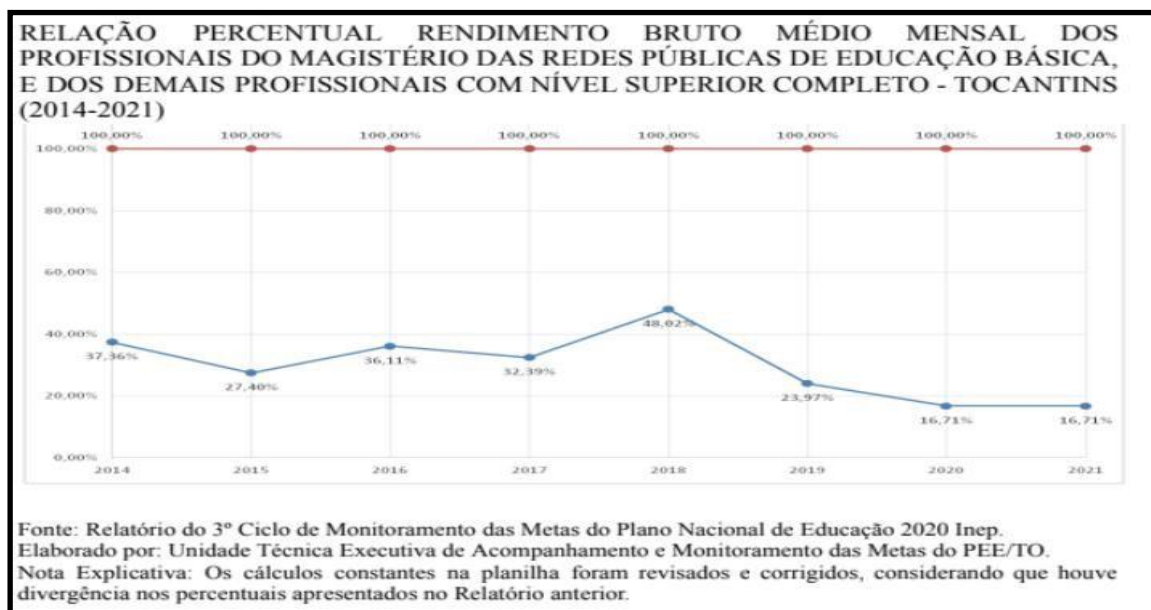
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade.

Meta: Alcançar 100% até 2021.

O Gráfico 76 apresenta a trajetória histórica do Indicador 21A entre os anos de 2014 a 2021. Em 2015, o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, correspondia a 27,40% do rendimento bruto médio dos demais profissionais assalariados com nível superior. Entre 2015 e 2021, a relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal destes dois grupos apresentou crescimento de 28,59% ao final do período, o que demonstra os valores percentuais distante da meta estabelecida. Para que a meta de equiparação salarial seja atingida, em 2021, conforme previsto no PEE, será necessário um crescimento de 9,6 p.p ao ano.

GRÁFICO 76 - PERCENTUAL RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO - TOCANTINS 2014-2021.



Considerando a série histórica dos valores médios do rendimento bruto real mensal dos profissionais do magistério, nota-se que o melhor rendimento em reais foi de R\$ 3.382,64 até 2014. Em 2021, observa-se um avanço no rendimento bruto em relação a 2019, o que representa o crescimento de 12,03%. Ao comparar o rendimento bruto mensal (em R\$) com os demais profissionais com nível superior, verifica-se que este tem um incremento no salário de 23,97%, superior em relação aos profissionais do magistério.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 30 – RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL (EM R\$) DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (2014 - 2021).

		Anos							
UF	Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
TO	Profissionais do Magistério	3.382,64	3.305,84	3.133,06	2.978,38	3.061,92	3.336,65	4.553,02	4.553,02
	Demais Profissionais	4.646,48	4.211,66	4.264,44	3.943,20	4.532,37	4.136,58	3.901,19	3.901,19
	%	37,36	27,40	36,11	32,39	48,02	23,97	16,71%	16,71%

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020.
Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE/TO.
Nota Explicativa: Os cálculos constantes na planilha foram revisados e corrigidos, considerando que houve divergência nos percentuais apresentados no Relatório anterior.

Com base na Tabela 31, que trata da relação percentual do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica e dos demais profissionais com nível superior completo, na Região Norte, para o ano de 2021, verifica-se que a remuneração bruta média mensal dos profissionais do magistério no estado do Amapá (126%), Rondônia (100,8%) e Pará corresponde a 94% da remuneração bruta média mensal dos demais profissionais, superando, dessa forma, a meta estipulada.

O estado do Tocantins (16,71%) e do Amazonas (83,9%) foram os que apresentaram, em 2021, os valores percentuais mais distantes da meta estabelecida. O congelamento dos percentuais nos anos de 2020 e 2021 se deu em função da pandemia de SARS COV-2 Covid-19, implementado por meio da Lei 3.462, de 25 de abril de 2019.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 31 - RELAÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, POR REGIÃO NORTE - TOCANTINS (2014 - 2021).

UF	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Rondônia	76,0%	79,9%	78,7%	72,8%	75,8%	100,8%	100,8%	100,8%
Acre	85,4%	92,0%	79,6%	73,9%	85,6%	77,7%	77,7%	77,7%
Amazonas	61,1%	57,6%	58,2%	61,1%	77,2%	83,9%	83,9%	83,9%
Roraima	95,1%	91,8%	93,4%	94,4%	98,3%	87,3%	87,3%	87,3%
Pará	80,7%	86,9%	86,7%	88,8%	78,1%	94%	94%	94%
Amapá	109,1%	119,3%	99,6%	81,6%	93,8%	126%	126%	126%
Tocantins	37,36%	27,4%	36,11%	32,39%	48,02%	23,97%	16,71%	16,71%

Fonte: Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020.
Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE/TO.
Nota Explicativa: Os cálculos constantes na planilha foram revisados e corrigidos, considerando que houve divergência nos percentuais apresentados no Relatório anterior.

Ao observar a tabela 32, o rendimento bruto médio mensal dos professores da rede pública estadual com os profissionais do quadro geral com nível superior completo, percebe-se que o rendimento bruto médio do professor está superior ao do quadro geral. A variação média em reais foi de R\$ 45,08 para professor e R\$ 38,63 para demais profissionais do quadro geral. O percentual de aumento em reais de 2020 e 2021, no rendimento bruto médio mensal, se deu em virtude do parcelamento da data-base de 2017 e da data-base de 2018, realizado pelo Governo do Estado.

Vale ressaltar que, de acordo com a Lei 3.462, de 25 de abril de 2019, que suspendeu os reajustes e progressões, sendo prorrogado pela Medida Provisória, nº 8, de 19 de abril de 2021, os servidores Públicos do Estado do Tocantins não obtiveram nenhum reajuste salarial, incluindo progressões e data-base de 2018 e 2019. No ano de 2021, a Lei 3.815, de 24 de agosto de 2021, autorizou processamento das evoluções funcionais dos servidores públicos dos diversos quadros de pessoal do Poder Executivo Estadual, iniciando-se por aqueles que preencheram, até 2015, os requisitos previstos nos respectivos planos de cargos carreiras e remuneração, incluindo-se os professores da rede pública estadual.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 32 - RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL (EM R\$) DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DO QUADRO GERAL COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO – TOCANTINS (2014-2021).

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição em R\$ 2018/2019
Professor	3.732,03	3.959,06	4.319,66	4.507,94	4.553,02	4.553,02	4.553,02	45,08
Quadro Geral	3.197,73	3.392,26	3.701,24	3.862,56	3.901,19	3.901,19	3.901,19	38,63

Fonte: Lei nº 3.371, de 11/07/2018, DOE 5.161, de 24/07/2018 e Lei nº 3.542, de 11/10/2019, DOE 5.461, de 11/10/2019.

Elaborado por: Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento das Metas do PEE/TO.

Nota Explicativa: Os cálculos constantes na planilha foram revisados e corrigidos, considerando que houve divergência nos percentuais apresentados no Relatório anterior.

Ao analisarmos o salário inicial dos servidores de nível superior, é necessário demonstrar as especificidades de cada categoria no tocante às evoluções funcionais. A progressão vertical dos professores acontece mediante a apresentação de certificados referentes aos níveis de ensino. Sendo: I-Graduação; II-Pós-Graduação (Especialização); III-Pós-Graduação (Mestrado) e IV-Pós-Graduação (Doutorado).

Para os servidores do Quadro Geral, é necessária somente a apresentação de certificados de curso de capacitação de no mínimo 80 horas para a evolução no padrão.

TABELA 33 - COMPARATIVA - PROGRESSÃO VERTICAL NA REFERÊNCIA A

NÍVEL	PROFESSOR	PADRÃO	QUADRO GERAL
I	4.553,02	I	3.901,19
II	4.927,17	II	4.745,13
III	5.330,03	III	5.770,67
IV	5.767,91	IV	7.016,34
-	-	V	7.998,61

Fonte: Lei nº 3.371, de 11/07/2018, DOE 5.161, de 24/07/2018 e Lei nº 3.542, de 11/10/2019, DOE 5.461, de 11/10/2019.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 34 – COMPARATIVA - PROGRESSÃO VERTICAL NA REFERÊNCIA - J*

NIVEL	PROFESSOR	PADRÃO	QUADRO GERAL
I	6.491,43	I	6.060,35
II	7.023,36	II	7.367,82
III	7.598,12	III	8.957,27
IV	8.220,21	IV	10.887,60
-	-	V	12.411,86

* A referência final da carreira de professor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do Indicador da Meta 21, que prevê equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, diminuiu no período, passando de 37,36% em 2014, para 16,71%, em 2021. Esse percentual diminuiu em virtude da suspensão da revisão geral anual estabelecida pela Lei 3.462, de 25 de abril de 2019, que suspendeu os reajustes e progressões, sendo prorrogado pela Medida Provisória, nº 8, de 19 de abril de 2021.

A garantia da desburocratização de concessão de licença para tratamento de saúde, de modo que o parecer da junta médica do estado respeite o parecer técnico do profissional de saúde que solicitou a licença, enquanto forma de garantir os direitos dos profissionais do magistério do Estado do Tocantins, além da promoção da saúde para promover melhores condições de trabalho, ambiente adequado, sob a perspectiva da valorização profissional, a estratégia 21.14 tem sido implementada, desde o ano de 2014, por meio de articulação direta com a Junta Médica Oficial do Estado, porém no biênio referente a este ciclo, em função da pandemia de SARS COV-2 Covid-19, em que os servidores ficaram em home, e depois em trabalho remoto em que houve uma paralisação nas concessões de licenças médicas.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de
Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE

e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Relatório do 3o ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação-2020.

Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

TOCANTINS (Estado). Lei no 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de

Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas,

META 22 – GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar, em regime de colaboração com a união, recursos e apoio técnico, para, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE/TO, efetivar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais.

A Meta 22 do Plano Estadual de Educação (PEE) tem como principal objetivo assegurar, em regime de colaboração com a União, recursos e apoio técnico, para, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE/TO, efetivar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais. A gestão democrática da educação, nas instituições educativas e nos sistemas de ensino, é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, no caso da educação básica, repassou aos sistemas de ensino a definição de normas de gestão democrática, explicitando dois outros princípios a serem considerados: a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática da educação envolve, portanto, a garantia de marcos legais, por meio da regulamentação desse princípio constitucional em leis específicas, pelos entes federativos (o que é reforçado pelo PNE), e a efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, servidores, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação, de Projetos Políticos Pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino.

Nessa direção, o PNE ratifica os preceitos constitucionais e estabelece a gestão democrática da educação como uma das diretrizes para a educação nacional. Com isso, a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Neste sentido, a Meta 22 considera a gestão democrática da educação tendo

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

como base o efetivo exercício da participação coletiva nas questões atinentes à organização e à gestão da educação, incluindo critérios de seleção de diretores de escolas das redes de ensino e existência de órgãos colegiados internos às escolas públicas, existência e funcionamento de órgãos colegiados extraescolares, como Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar fortalecidas pelas estratégias abaixo:

22.1- Regularizar legislação específica, no âmbito do Estado, para a nomeação de gestor(a) de unidade escolar, que considere critérios técnicos de formação, experiência docente, desempenho e a participação da comunidade escolar, em todas as escolas públicas estaduais, considerando o princípio da gestão democrática;

22.2- viabilizar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a execução de programas de formação e qualificação dos(as) conselheiros(as) escolares, grêmios estudantis, conselheiros(as) de acompanhamento e controle social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Educação Escolar Indígena e Conselhos Municipais e Estadual de Educação;

22.3- subsidiar o FEE/TO e incentivar os Municípios a constituírem fóruns permanentes de educação, com responsabilidade de coordenar as conferências municipais e estadual, e efetuar o acompanhamento, avaliação e divulgação da execução das diretrizes, metas e estratégias dos planos decenais de educação.

Inicialmente, para monitoramento da Meta 22, definiram-se os seguintes indicadores:

Indicador 22A: Percentual de escolas públicas da rede de ensino estadual que selecionam diretores de escolas públicas da rede estadual por meio de eleições e/ou critérios técnicos de mérito e desempenho.

Indicador 22B: Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal por meio de eleições e/ou critérios técnicos de mérito e desempenho.

Indicador 22C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb,

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação) nas unidades federativas.

ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ENSINO ESTADUAL QUE SELECIONAM DIRETORES POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO QUALIFICADO E ELEIÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Indicador 22A: Percentual de escolas públicas da rede de ensino estadual que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino estadual por meio de eleições e/ou critérios técnicos de mérito e desempenho.

Meta: 100% dos diretores de escolas públicas selecionadas por meio de processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar, a partir de 2016.

Para o monitoramento do Indicador 22A, utilizou-se como fonte o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2018 publicado pelo Inep.

Neste sentido, o Inep utilizou, para as análises em âmbito da rede estadual, as informações que foram coletadas por meio de levantamento realizado pela Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2017, com base nos documentos legais vigentes dos governos estaduais (leis, decretos, portarias e resoluções) relacionados à forma de seleção/nomeação de diretores das escolas. Para a análise relacionada aos municípios, foi utilizada a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014.

O Tocantins em 2015 iniciou o processo para implementação de critérios para seleção de diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar na rede estadual de ensino. Inicialmente foi instituído, por meio da Portaria-Seduc-TO nº 2910, de 28 de agosto de 2017, para criação da comissão para estabelecer os critérios e etapas do processo, subsidiado pela consulta pública, realizada nas unidades escolares.

Em 2017, houve a publicação do decreto que estabelece os critérios e etapas para subsidiar a escolha de diretor por meio de processo seletivo qualificado e critérios transparentes de seleção. Com isso, para subsidiar a escolha da função de diretor das Unidades Escolares da rede pública estadual, foi implementado, conforme critérios técnicos

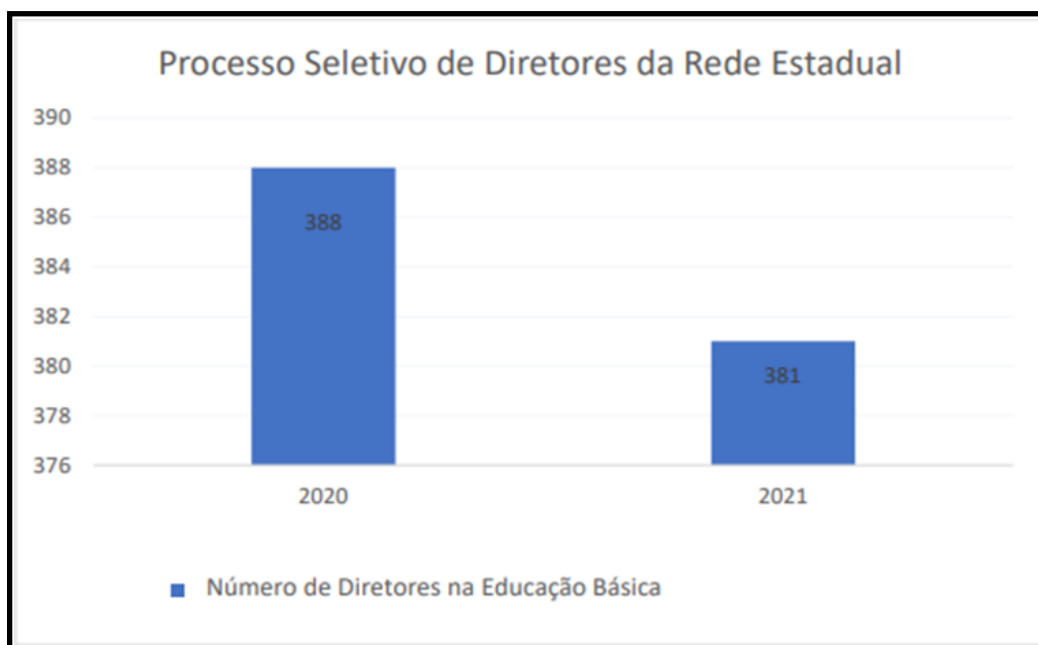
Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

definidos em Edital de Seleção nº 01/2017, publicado em 25 de agosto de 2017.

De acordo com os critérios estabelecidos no edital, o período para atuação no cargo é até 3 (três) anos. Considerando o estabelecido no caput da Meta 22, observa-se o resultado do Indicador 22A no Tocantins em 2020-2021 do processo seletivo dos diretores das escolas estaduais, conforme gráfico abaixo.

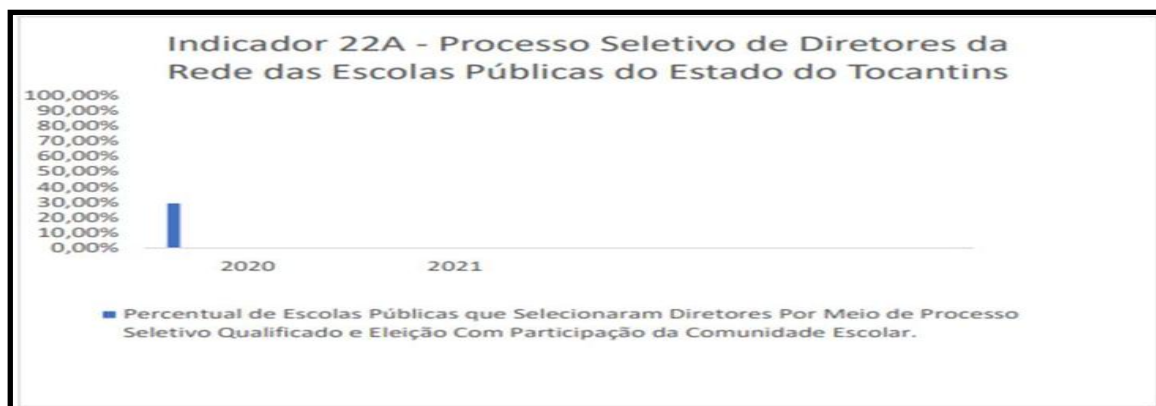
CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO PÚBLICO – TOCANTINS (2020-2021)

GRÁFICO 77- PROCESSO SELETIVO DE DIRETORES DA REDE ESTADUAL



Fonte: Dados do Relatório do 4º ciclo monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação

GRÁFICO 78 - PROCESSO SELETIVO DE DIRETORES DA REDE DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO TOCANTINS



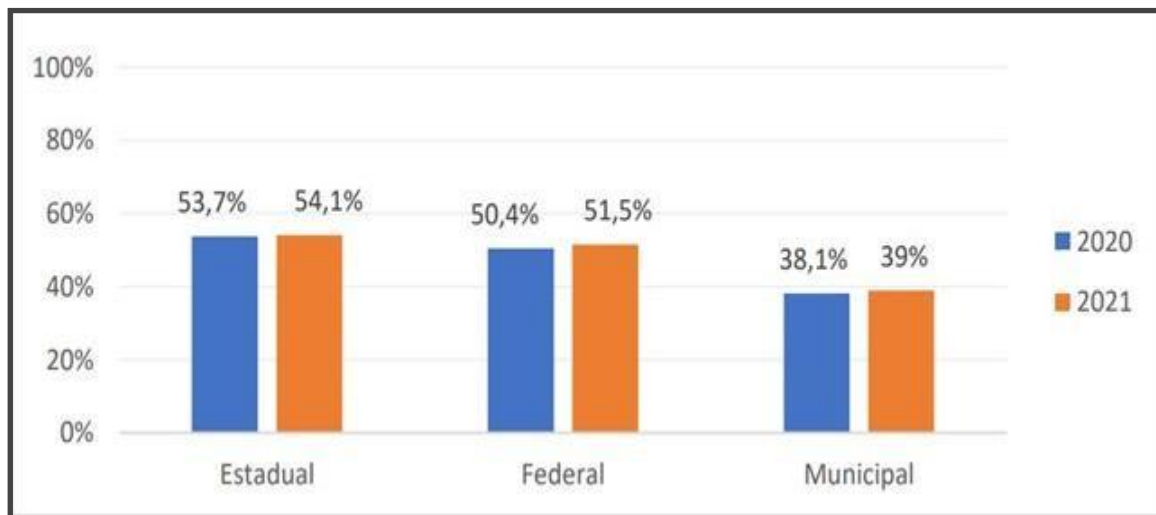
O Processo de Seleção para Função Pública de Diretor de Unidade Escolar da Rede Pública Estadual de Ensino ocorreu em 2017, sendo que, das 351 escolas que ofertaram vagas no processo, apenas 236 tiveram candidatos, sendo que destes, 115 diretores foram empossados com vigência de três anos. No ano de 2021, a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins não abriu o Processo de Seleção para a Função Pública de Diretor Escolar da Rede Pública Estadual, e os diretores escolares foram indicados para exercer a função por designação do Governador do Estado.

EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES

A gestão democrática da educação, no âmbito das escolas públicas e nos termos da Meta 22 do PEE, prevê a participação da comunidade escolar em órgãos colegiados – como associação de pais e mestres ou associação de pais, conselhos escolares e grêmios estudantis (Estratégia 22.2), bem como condições de funcionamento desses colegiados (Estratégia 22.3). Os dados a seguir indicam o percentual de existência desses três órgãos colegiados nas escolas públicas, por rede de ensino.

De acordo com o gráfico abaixo, em relação aos colegiados intraescolares, constatou-se que a rede federal possui o maior percentual de 50,40% e 51,5% desses colegiados nos anos de 2020 e 2021. A rede estadual de ensino tem 53,7% e 54,1% nos anos de 2020 e 2021 e a rede municipal de ensino tem 38,1% e 39% desses colegiados nos anos de 2020 e 2021, associações de pais e mestres, grêmios estudantis e conselhos escolares presentes nas escolas.

GRÁFICO 79 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, GRÊMIO ESTUDANTIL) POR REDE DE ENSINO – TOCANTINS (2020-2021)



Fonte: Dados do Relatório do 3º e 4º ciclo monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação

MUNICÍPIOS QUE SELECIONAM DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL POR MEIO DE ELEIÇÕES E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO.

Indicador 22B: Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal por meio de eleições e/ou critérios técnicos de mérito e desempenho.

No biênio 2020/2021, o Processo de Seleção para Função Pública de Diretor de Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino do Estado do Tocantins ocorreu em 16 municípios, sendo que, dos 139 municípios do Estado do Tocantins, 123 não cumpriram a Estratégia 22.1 da Meta 22, do Plano Estadual de Educação-PEE.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

TABELA 35 - Nº DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DIRETORES 2020 E 2021.

Nº DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM PROCESSO DE SELEÇÃO.	
2020	2021
09	07

Fonte: Dados das Secretarias Municipais do Estado do Tocantins

Percentual de municípios que selecionam diretores de escolas públicas da rede de ensino municipal por meio de eleições e/ou critérios técnicos de mérito e desempenho.		Fonte: : Da do s da s
2020	2021	
6,4%	5,3%	

Secretarias Municipais do Estado do Tocantins

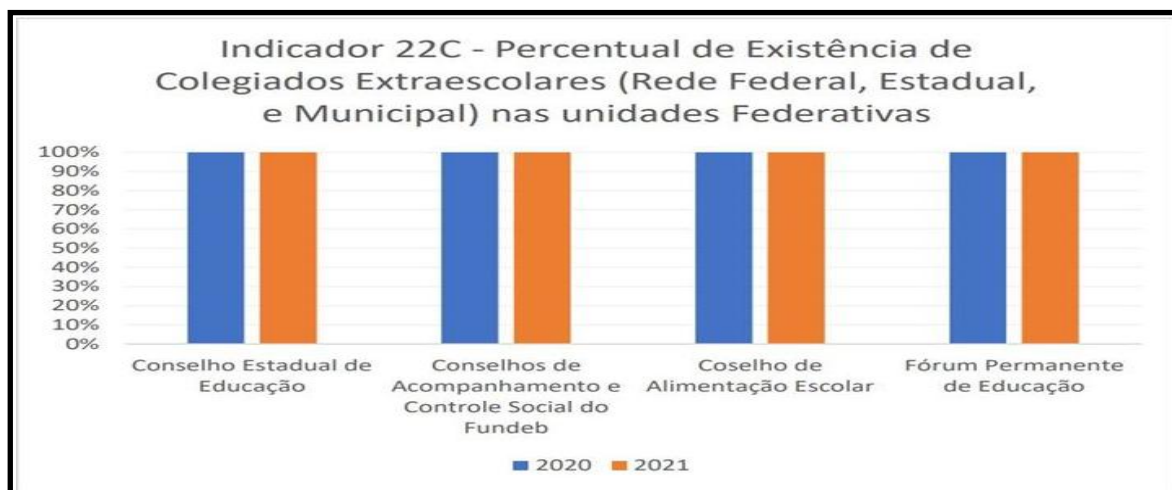
EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES

Indicador 22C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação).

No que se refere à dimensão extraescolar no PEE, a gestão democrática da educação ficou definida nos termos da existência de Fóruns Permanentes de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar. Neste contexto, observa-se que no Tocantins há existência de todos os órgãos colegiados extraescolares instituídos, conforme gráfico abaixo:

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

GRÁFICO 80 - PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (REDE FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) NAS UNIDADES FEDERATIVAS.



Fonte: Dados do Relatório do 3º e 4º ciclo monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE

QUADRO 1 - LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI OS CONSELHOS ESTADUAIS - TOCANTINS

Descrição	Base Legal
1. Conselho Estadual de Educação	- Lei Complementar nº 8, de 11 de dezembro de 1995 e publicada no Diário Oficial número 491, nos termos do artigo 133 da Constituição do Estado do Tocantins.
2. Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb	Ato nº 260, consoante o disposto nos arts. 40, inciso X, e 133, da Constituição do Estado, e na conformidade dos arts. 33 e 34 da Lei Federal 14.113, de 25 de dezembro de 2020, do Decreto Federal 10.656, de 22 de março de 2021, e da Lei 3.827, de 29 de setembro de 2021. ATO nº 1.159 para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - CACS/FUNDEB/TO, para o quadriênio 2021/2025.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

3. Conselho de Alimentação Escolar	Ato nº 1.466 - DSG. e confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e na conformidade da Lei 1.175, de 12 de setembro de 2000, para compor o Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE-TO, no período de 2021 a 2025, em substituição aos membros designados no Ato nº 724 - DSG, de 10 de junho de 2021, publicado na edição 5.865 do Diário Oficial do Estado.
4. Fórum Permanente de Educação	Portaria Seduc nº 1058, de 21 de maio de 2015 Diário Oficial nº 4.384 (Biênio 2015/2017). Portaria Seduc nº 1811, de 2 de junho de 2017. Diário Oficial nº 4.886 (Biênio 2017/2019)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Cabe destacar ainda que o Governo do Estado do Tocantins e a Secretaria de Estado da Educação - Seduc-TO instituíram, em 1997, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada – PECGC, com a finalidade de promover a descentralização de recursos financeiros para Unidades Escolares Estaduais visando ao fortalecimento e à democratização da Gestão Escolar.

O programa está respaldado na Lei nº 1.616, de 13 de outubro de 2005, Art.1º, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, consignados no orçamento do Estado para execução no âmbito da gestão administrativa e pedagógica da Unidade Escolar, com vista a dar autonomia administrativa, pedagógica, financeira e jurídica às escolas por meio da descentralização de recursos para realizar a sua gestão conforme as características e especificidades regionais e locais. Tendo como um dos critérios para recebimento do recurso, a criação e implementação das Associações de Apoio às Escolas - AAE/Conselho Escolar – CE.

Neste sentido, o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada democratizou a gestão escolar, visando dar agilidade e autonomia para elaborar, implementar e fortalecer o Projeto Político Pedagógico, em conformidade com a realidade e as necessidades de cada Unidade Escolar. O programa fundamenta-se na participação efetiva da comunidade escolar e local no processo educativo, na responsabilidade social, na descentralização dos recursos públicos e na autonomia, visando à melhoria da qualidade do ensino, expressa pelo sucesso do aluno na sua formação acadêmica.

As AAE/CE, entidades com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, e instituídos de forma democrática e participativa pela comunidade escolar. A sua composição é constituída por uma diretoria executiva, um conselho educacional e comunitário e um conselho fiscal. Sua composição contempla a participação dos pais, alunos, professores, funcionários da escola e membros da comunidade local.

O principal objetivo da AAE/CE é deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola, de forma compartilhada, bem como analisar as ações e os meios para o cumprimento de suas finalidades. Por ser uma entidade civil com personalidade jurídica própria, a associação tem amparo legal para obter e aplicar recursos, por meio de doações, subvenções, contribuições e convênios, viabilizando a realização das ações necessárias ao bom desempenho da escola e ao bem-estar dos alunos, assim como executar seus recursos financeiros com competência, controlando os gastos e realizando a prestação de contas conforme as normas legais.

Os recursos financeiros são repassados em 10 (dez) parcelas anuais para base de cálculo de transferência, utiliza-se o número de alunos matriculados, no exercício vigente no Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), multiplicado pelo valor per capita, de acordo com a previsão orçamentária anual para esse fim. Ressalta-se ainda que, o programa está alicerçado no

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

planejamento, na execução pedagógica, na área administrativa e financeira, no monitoramento e na avaliação, levando em consideração as dimensões da gestão.

Com base no contexto apresentado no período analisado 2020 a 2021 e considerando as normas vigentes que regulamentam o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, foram disponibilizados os seguintes recursos conforme tabela abaixo.

TABELA 36 - TOTAL DE REPASSES FINANCEIROS UNIDADES ESCOLARES POR MEIO DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

2020	2021
R\$ 38.036.388,83	R\$ 61.843.869,74

Fonte: Elaborado pela Gerência de Convênios Estaduais da Seduc-TO, com base nos dados financeiros de repasse do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (2020-2021).

TABELA 37 - NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL ATENDIDA POR MEIO DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

ANO	2020	2021
TOTAL N° DE ESCOLAS	492	495

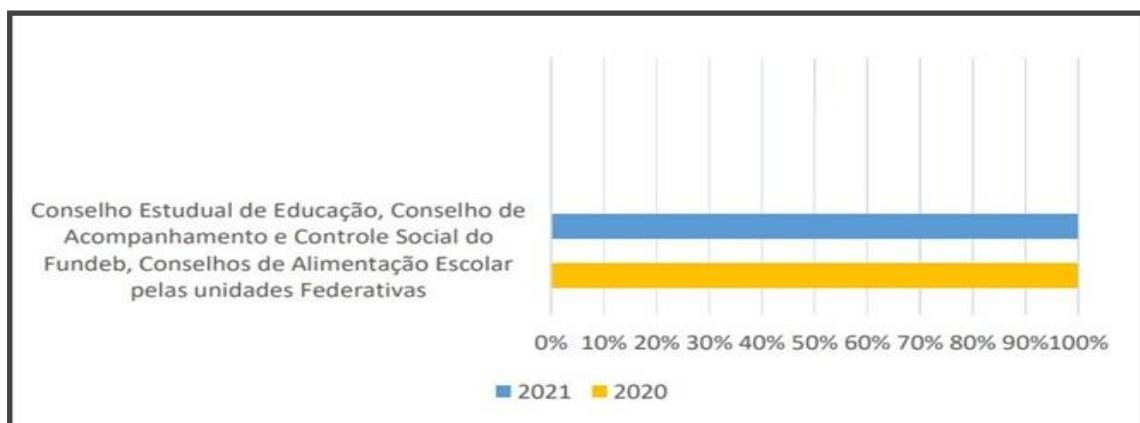
Fonte: Elaborado pela Gerência de Convênios Estaduais da Seduc-TO, com base nos dados financeiros de repasse do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (2020-2021).

EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELAS UNIDADES FEDERATIVAS.

GRÁFICO 81 - PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO



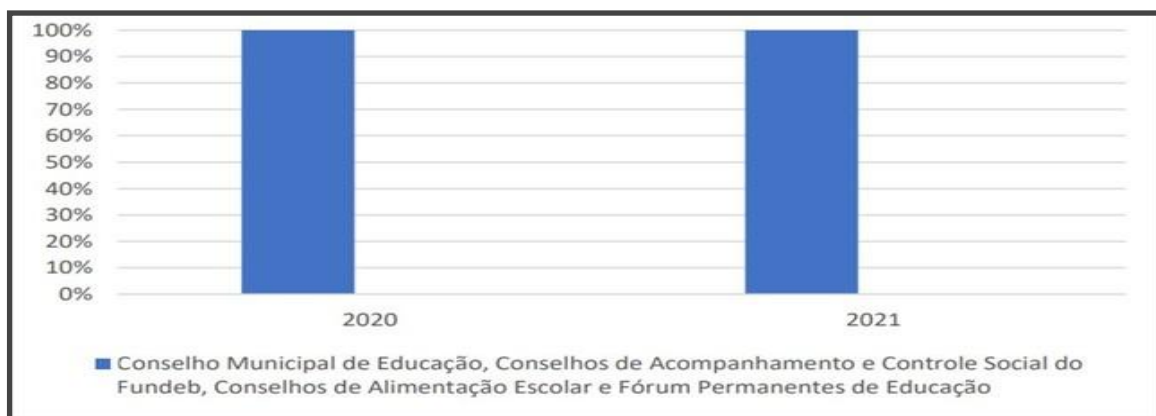
Fonte: Dados do Relatório do 4º ciclo monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE

Ação contínua, que acontece conforme necessidade dos municípios desde 25/03/2021.

De acordo com o gráfico acima, em relação aos colegiados, a oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do Conselho Estadual de Educação constatou-se que a rede federal possui percentual de 100%.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO.

GRÁFICO 82 - PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.



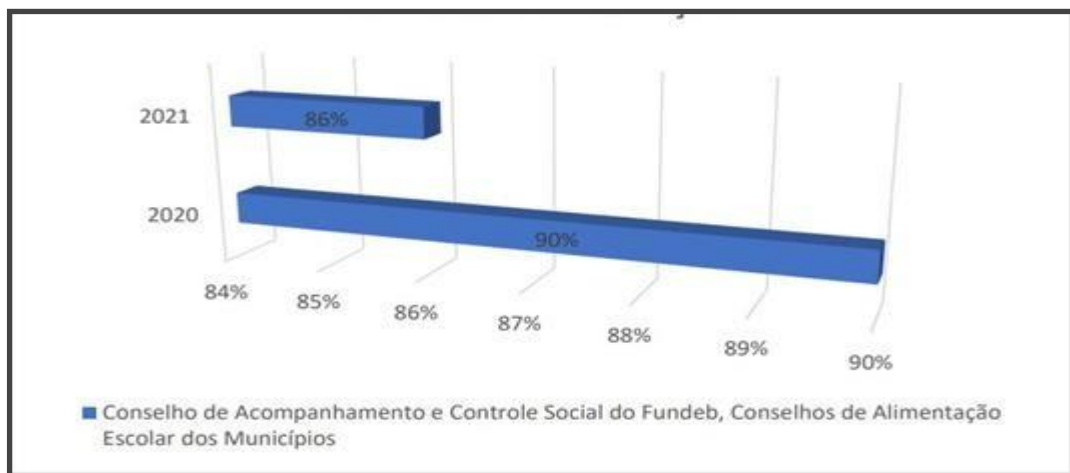
Fonte: Dados da Asmet. Ações contínuas que acontecem conforme necessidade dos municípios.

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS MUNICÍPIOS.

GRÁFICO 83 - PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO.



Fonte: Dados da Asmet. Ações contínuas que acontecem conforme necessidade dos municípios.

De acordo com o gráfico acima, em relação aos colegiados a oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos de Educação constatou-se 90% no ano de 2020 e 86% no ano de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Nesse sentido, está posto no Plano Nacional de Educação que “a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação”. A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

Nesse sentido, para a efetivação da gestão democrática na escola, devem ser observados os seguintes pontos básicos: os mecanismos de Políticas e Gestão na Educação e participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público. Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

Portanto, para a concretude desses pontos básicos, é importante observar as modalidades de escolha de dirigentes escolares e o papel político pedagógico.

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento e Avaliação das Metas do Plano Estadual de Educação – PEE/TO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica (2015-2018).

TOCANTINS. Lei nº 3.071, de 11 de janeiro de 2016. Revoga dispositivo da Lei 2.859, de 30 de abril de 2014. Palmas, TO, 2016.

BRASIL. Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. 2014. Brasília, DF.

TOCANTINS. Cartilha Escola Comunitária e Gestão Compartilhada. Secretaria da Educação - Seduc-TO. 28 p. Disponível em: Acesso em: 13 maio 2021.

GUARDA, Roberto Mauro. Planejamento no campo da educação e implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins–Contribuições ao processo. 2020.

TOCANTINS. Plano Estadual de Educação. Secretaria da Educação do Tocantins. 2015-2025. Palmas-TO.

META 23 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

TABELA 38 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB.

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Tocantins (2013) 5,1	4,9	5,2	5,5	5,7
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Tocantins (2013) 3,7	4,6	4,9	5,1	5,4
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2
Tocantins (2013) 3,2	4,0	4,4	4,7	4,9

A Meta 23 do Plano Estadual de Educação (PEE) estabelece a necessidade de se fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem visando assegurar que todos os alunos do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM) alcancem, até o término do plano, um nível satisfatório de conhecimento em relação aos direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento correspondentes ao seu ano de estudo (Estratégia 23.2).

Para alcançar a meta de melhoria da qualidade e diminuição das desigualdades educacionais têm-se como diretrizes o PEE e toma como indicador central o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos iniciais, finais do ensino fundamental e para o ensino médio. O Ideb é um indicador criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007, composto por duas dimensões: a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Contudo, em março de 2020, a Covid-19 caracterizou-se, internacionalmente, como uma pandemia, cuja gravidade requeria das autoridades governamentais a adoção de medidas de segurança sanitária, apresentando “um novo desafio para a escola, no que concerne à permanência dos estudantes e à aprendizagem de qualidade. O fechamento das instituições de ensino gerou a necessidade de adaptações no processo educacional, atingindo também o plano de aplicação do Saeb 2021, pois a avaliação censitária destinada aos alunos das escolas públicas configurou-se como um amplificador de risco do processo, visto que muitas escolas estavam funcionando remotamente para reduzir o risco à saúde pública”(Inep, 2021).

Com a retomada das aulas presenciais em 2022, a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins (Seduc), se empenha na mitigação das perdas e a recomposição das aprendizagens, diante do cenário dos anos letivos anteriores, os quais foram marcados por diversas limitações impostas pelas condições do ensino não presencial durante a conjuntura pandêmica. Nesse contexto, a Seduc implantou o Programa de Recomposição das Aprendizagens - Recomeçar.

Para tanto, apresentamos as Frentes de Trabalho no Programa de Recomposição das Aprendizagens:

1. Frente de Acolhimento para iniciar o trabalho pedagógico em 2022, adotou-se uma postura de acolhimento em todas as ações pedagógicas e em todos os níveis de trabalho dentro da rede de ensino. Considerando que o acolhimento não se resume às ações de uma recepção calorosa, mas sim à adoção de uma postura contínua no desenvolvimento das atividades pedagógicas, de modo que todos os sujeitos que atuam na comunidade escolar, se sintam parte integrante do processo, sendo acolhidos continuamente em todos os aspectos, não se restringindo ao cognitivo, mas valorizando em especial os aspectos emocionais.

2. Frente da Avaliação Contínua, os anos letivos de 2020 e 2021 foram marcados pela adoção do distanciamento social como medida de contenção da disseminação da Covid-19, o que demandou das unidades escolares a busca por alternativas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Assim, tornou-se necessário realizar diagnósticos na rede para indicar o nível das possíveis perdas de aprendizagem diante do contexto pandêmico, considerando a diversidade de realidades dos nossos estudantes. Com base nos resultados obtidos, o planejamento das atividades pedagógicas da rede foi orientado por esses dados, sendo norteadores de todo o processo.

3. Frente do Reordenamento Curricular como mencionado anteriormente, o ano letivo de 2022 se diferencia dos demais em diversos aspectos. Nesse contexto, o Reordenamento Curricular surge como uma ferramenta de suporte e adequação às necessidades pedagógicas, enfrentando as dificuldades decorrentes do contexto pandêmico. Foi realizada uma revisão curricular que visou reduzir sobreposições ou repetições de habilidades entre as séries, validando as habilidades prioritárias que têm impacto no sucesso do estudante na série seguinte. O reordenamento curricular, denominado Matriz de Recomposição das Aprendizagens, foi elaborado pela equipe da Gerência de Currículo, apresentando uma característica distinta. Os técnicos das áreas de conhecimento, tais como Linguagens (Arte, Educação Física e Inglês), Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia) identificaram habilidades alinhadas ao Documento Curricular do Estado do Tocantins em seus respectivos componentes ou áreas de conhecimento, estabelecendo conexões com os Descritores da Matriz de Teste do Saeb. Isso demonstrou às equipes escolares que todos os

envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são responsáveis pela recomposição das aprendizagens.

Durante o ano letivo de 2022, foram realizados monitoramentos nas unidades escolares, constatando que o Programa de Recomposição das Aprendizagens estava atingindo seus objetivos. No entanto, identificou-se a necessidade de implementar outras ações complementares. Assim, para o ano de 2023, além das iniciativas de acolhimento, avaliações de acompanhamento das aprendizagens e reordenamento curricular, a Seduc promoveu o uso de material pedagógico de apoio de Língua Portuguesa e Matemática para todos os estudantes da rede estadual de ensino. Em outra frente, a Seduc também ofertou aulas de reforço escolar para os estudantes no contraturno

Quanto à aplicação do Saeb, uma das dimensões que compõe o Ideb, sob as orientações do Inep, as provas foram aplicadas no segundo semestre de 2023. Com a equipe motivada, principalmente com o suporte das ações do Programa de Fortalecimento da Educação - Profe, observou-se o engajamento das equipes escolares e, consequentemente, uma grande adesão dos estudantes à participação na avaliação.

Para a divulgação dos resultados, definiu-se que as aplicações censitárias no 5º e 9º anos do ensino fundamental e na 3ª e 4ª séries do ensino médio deveriam: registrar, no mínimo, 10 (dez) estudantes presentes no momento da aplicação dos instrumentos e alcançar a taxa de participação de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos estudantes matriculados. Sem o número suficiente de participantes no Saeb, o componente da nota média padronizada não pôde ser calculado e muitas escolas não tiveram seu Ideb divulgado.

Tendo em vista todo o contexto em que esse indicador foi produzido e os cuidados requeridos para sua análise, esse relatório apresenta o monitoramento da Meta 23, que é realizada por meio de três indicadores:

- Indicador 23A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.
- Indicador 23B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.
- Indicador 23C: Ideb do ensino médio.

O relatório apresenta o Ideb do Tocantins no período de 2015 a 2023, analisam ainda as duas dimensões que compõem o Ideb (a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos alunos nas avaliações nacionais), bem como os níveis de proficiências alcançados pelos alunos dos 5º e 9º anos do EF e da 3ª série do EM nas avaliações do Saeb de 2015 a 2023 nas escalas de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática. Aqui vale ressaltar que o Inep não divulgou metas projetadas para o ano de 2023. Assim, a meta estabelecida para 2021 se repete como parâmetro de avaliação

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

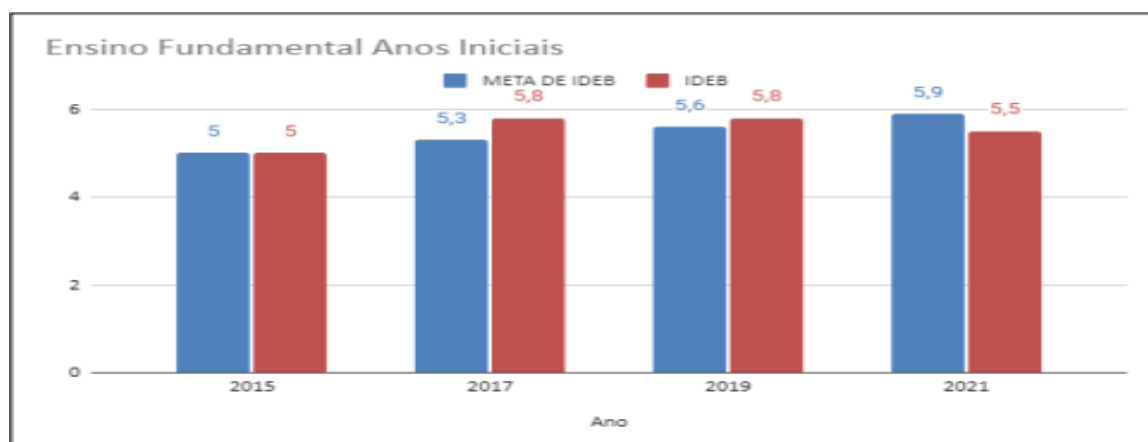
Indicador 23A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 5,7 até 2023.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), importante referência para o monitoramento da qualidade desse nível, ele segue crescente nos anos iniciais do ensino fundamental no período de 2015 a 2017 e se manteve estável no período de 2017 a 2019. Registra -0,3 p.p. em relação à edição de 2019 com o índice de 5,3 em 2021.

Ao comparar o Ideb alcançado com as metas fixadas para esse segmento, até 2019, verifica-se que os índices obtidos eram superiores às metas estabelecidas para o período, apresentando, em 2019, o índice total de 5,6. (Gráfico 86).

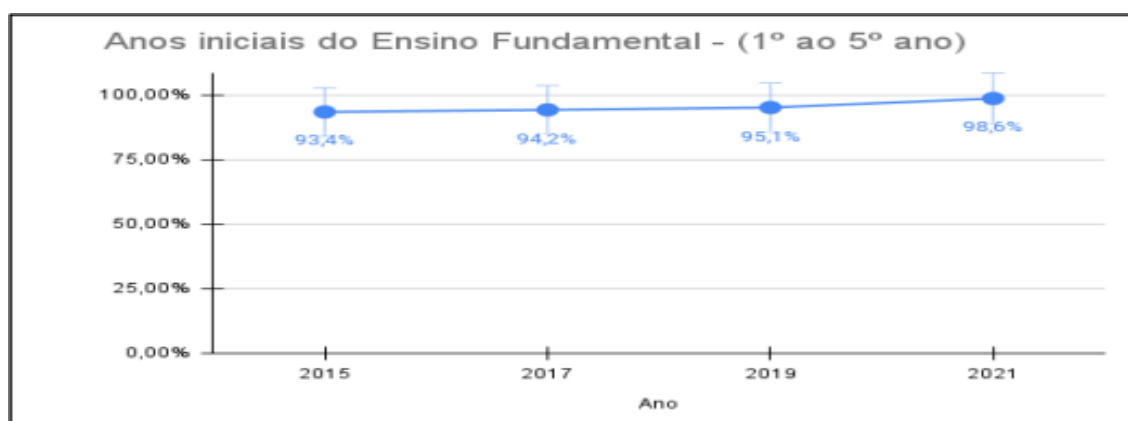
GRÁFICO 84- IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PEE - TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021) Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Os Gráficos 84 e 85 apresentam a trajetória das duas dimensões que compõem o Ideb (a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos alunos do 5º ano nas avaliações do Saeb). Verifica-se que ambas as dimensões apresentam um percurso crescente no período de 2015 a 2019. A taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental se manteve crescente, tendo em 2015 93,4%, 94,2% em 2017, 95,1% em 2019 e 98,6% em 2021.

GRÁFICO 85 - TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – TOCANTINS (2015- 2021)

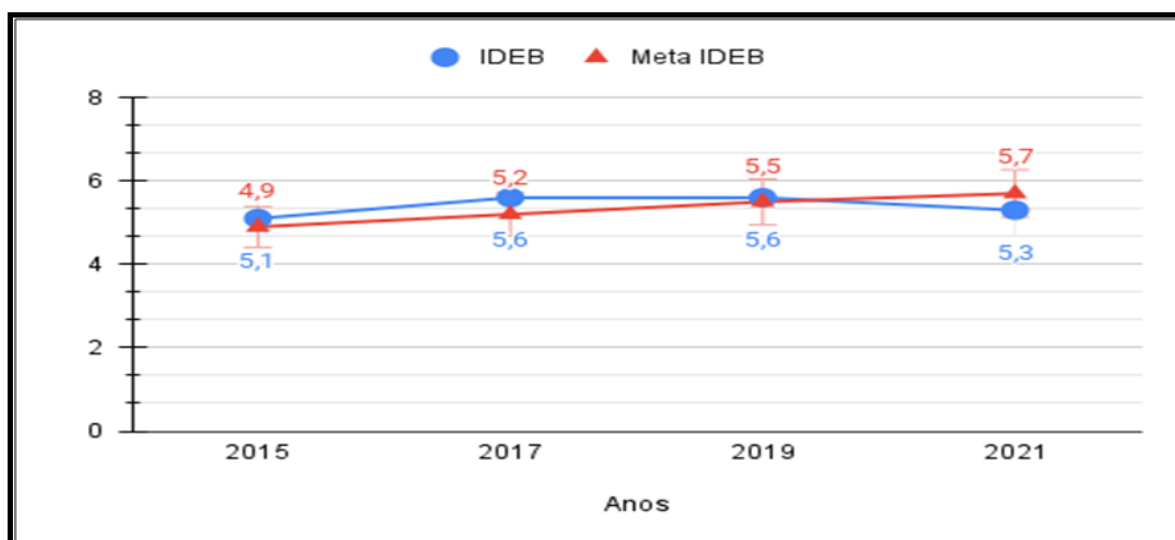


Fonte: Ideb/Inep (2015-2021) Elaborado por: DCAA – Seduc-TO

Os resultados dos testes de aprendizagem realizados são apresentados em uma escala de proficiência, composta por níveis progressivos e cumulativos, da menor para a maior proficiência. Significa dizer que quando um percentual de estudantes está posicionado em determinado nível da escala, pressupõe-se que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores. Em relação à proficiência média padronizada dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental nas avaliações do Saeb, houve evolução nas médias de proficiência dos alunos, em Matemática.

Em Língua Portuguesa evidenciou um avanço positivo no período de 2015 a 2017, porém um leve declínio em 2019, quando comparada aos resultados obtidos em relação a 2017. Em 2021 o desempenho em Língua Portuguesa decaiu de 205,86 para 194,34. No componente de Matemática a evolução até 2019 foi muito significativa até a edição de 2021, período que houve uma queda de 16,32 pontos, conforme demonstra o Gráfico 80.

GRÁFICO 86 - PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021) Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

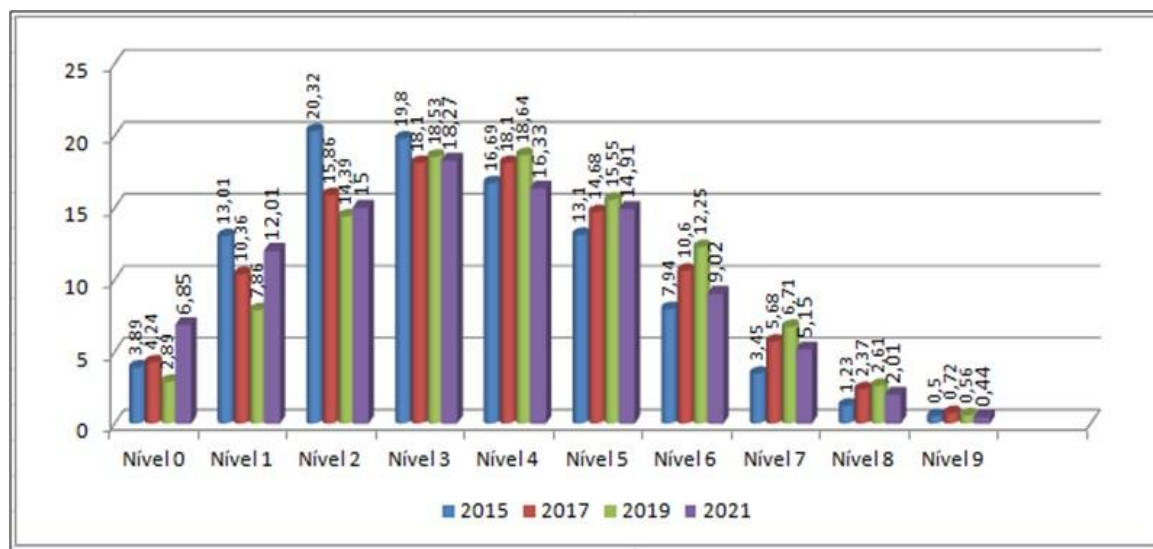
Com base nas diretrizes específicas do PEE para a qualidade da educação, faz-se necessário analisar também os níveis de aprendizado alcançados pelos alunos do 5º ano em relação ao que é estabelecido na Estratégia 23.3, que é assegurar: a) até o quinto ano de vigência deste PEE/TO, pelo menos 70% dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio que tenham alcançado nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do ano de estudo.

Nesse sentido, os Gráficos 86 e 87 apresentam a distribuição percentual dos alunos pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, respectivamente, no Saeb, nos anos de 2015, 2017, 2019 e 2021. O Gráfico 87 demonstra que nos níveis de (0 a 4) há um percentual de alunos cuja proficiência encontra-se nos níveis mais baixos da escala de Língua Portuguesa, indicando baixo aprendizado. Aguardando a divulgação do resultado oficial de 2023. Em relação à distribuição percentual dos alunos do 5º do ensino fundamental, por nível de proficiência em Matemática, no Saeb, pode-se verificar, no Gráfico 88, que os resultados revelam desigualdades no aprendizado dos estudantes e uma quantidade de alunos nos níveis (1 a 4) mais baixo da escala, indicando baixo aprendizado.

TABELA 39 - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - LÍNGUA PORTUGUESA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNO POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA 2015-2021

Ano	Níveis de Proficiência									
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
2015	3,89	13,01	20,32	19,8	16,69	13,1	7,94	3,45	1,23	0,5
2017	4,24	10,36	15,86	18,1	18,1	14,68	10,6	5,68	2,37	0,72
2019	2,89	7,86	14,39	18,53	18,64	15,55	12,25	6,71	2,61	0,56
2021	6,85	12,01	15	18,27	16,33	14,91	9,02	5,15	2,01	0,44

GRÁFICO 87- PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)

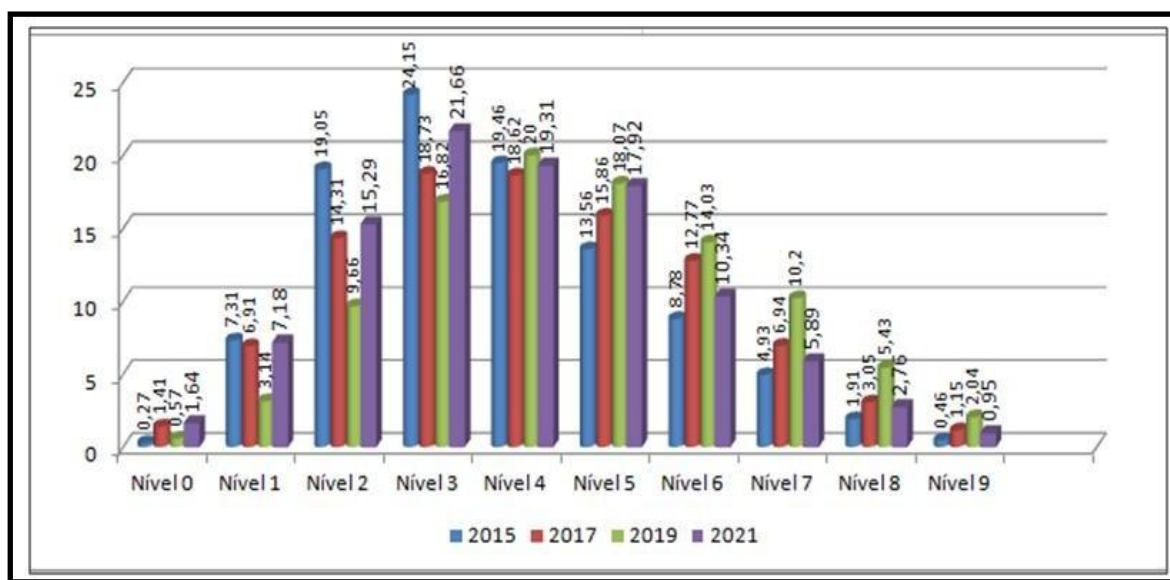


Fonte: Ideb/Inep (2015-2021).Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

TABELA 40 : ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS – MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021)

Ano	Níveis de Proficiência									
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
2015	0,27	7,31	19,05	24,15	19,46	13,56	8,78	4,93	1,91	0,46
2017	1,41	6,91	14,31	18,73	18,62	15,86	12,77	6,94	30,5	1,15
2019	0,57	3,11	9,66	16,82	20	18,07	14,03	10,2	5,43	2,04
2021	1,64	7,18	15,29	21,66	19,31	17,92	10,34	5,89	2,76	0,95

GRÁFICO 88- PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Embora não seja recomendada a comparação entre os resultados de 2019 e 2021, tendo em vista o cenário adverso dessa última edição, considera-se oportuno observar as consequências reais da pandemia de Covid-19 no desempenho dos alunos.

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

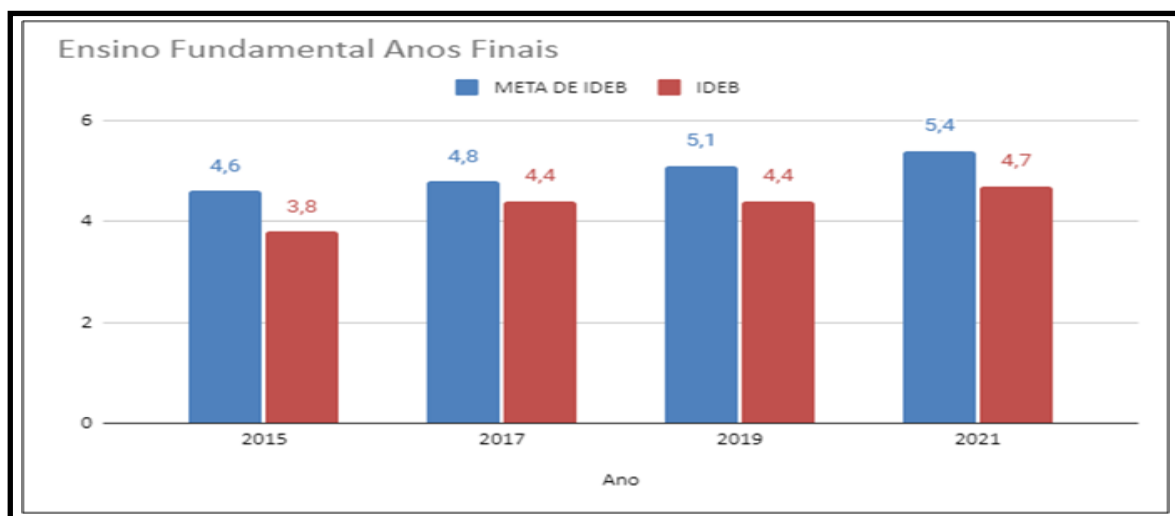
Indicador 23B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 5,4 até 2021.

A trajetória do Ideb dos anos finais do ensino fundamental no Tocantins, no período de 2015 a 2021, aponta um crescimento, conforme apresenta o Gráfico 91, no entanto, os índices obtidos encontram-se ainda abaixo das metas estabelecidas no PEE.

Se nos restringirmos a verificar os índices alcançados, comparando 2015 e 2021 e desconsiderando os quantitativos das metas propostas, deduz-se que o progresso foi lento.

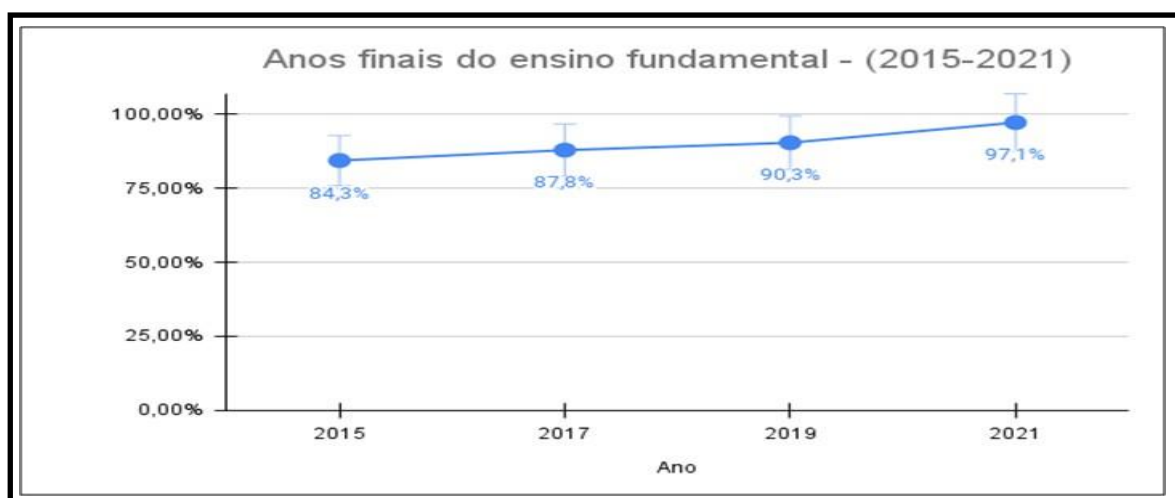
GRÁFICO 89 - IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PEE – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Os Gráficos 90 e 91 apresentam a trajetória das duas dimensões que compõem o Ideb (a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos alunos do 9º ano nas avaliações do Saeb). Verifica-se que ambas as dimensões apresentaram crescimento no período de 2015 a 2021. A taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental foi 84,3% em 2015, 87,8% em 2017, 90,3% em 2019 e 97,1% em 2021. Assim percebe-se que no período analisado a evolução foi de 12,8 p.p em relação a 2015.

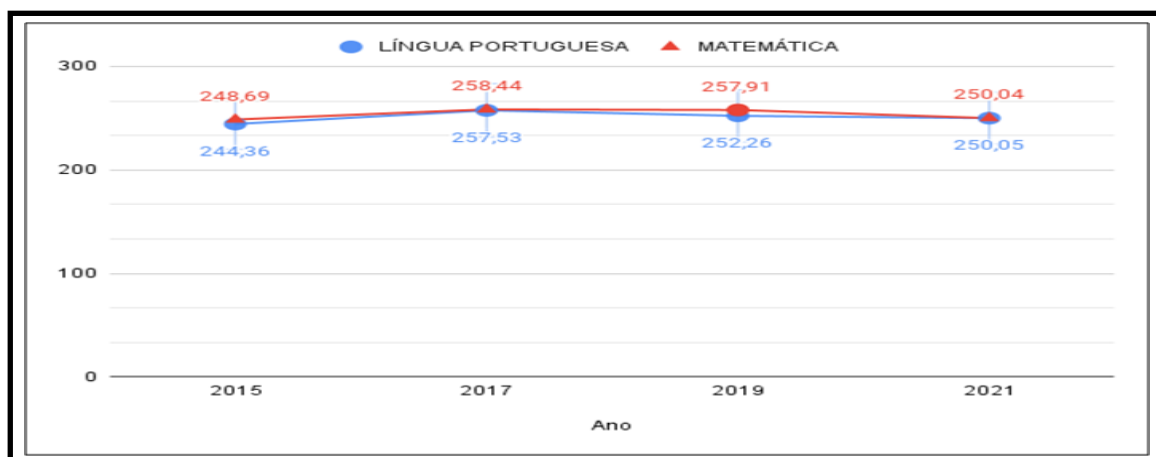
GRÁFICO 90 – TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Em relação à proficiência média padronizada dos alunos do 9º ano do EF nas avaliações do Saeb, nota-se que houve evolução nas médias de proficiência dos alunos, tanto em Língua Portuguesa e Matemática, conforme demonstra o Gráfico 91 no período de 2015 a 2017, porém, nas duas edições seguintes, houve um declínio nas notas de proficiência nos dois componentes avaliados.

GRÁFICO 91 - PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)



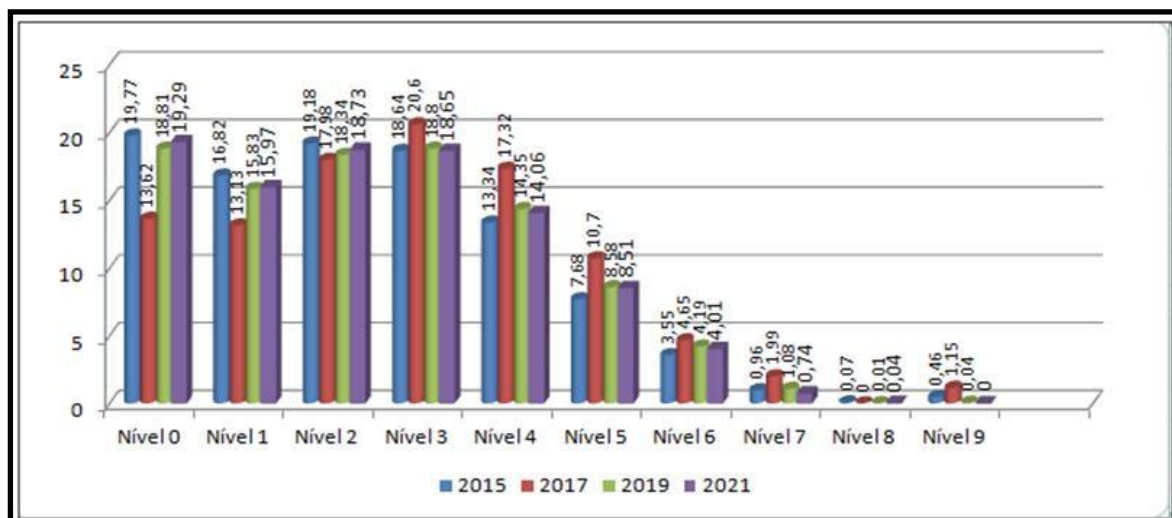
Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Os Gráficos 92 e 93 apresentam a distribuição percentual dos alunos pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática do 9º ano do ensino fundamental no Saeb no ano de 2015 a 2021. Percebe-se que nos níveis (0 a 4) há um percentual considerável de alunos cuja proficiência encontra-se nos níveis mais baixos da escala de Língua Portuguesa e Matemática, indicando baixo aprendizado. Cabe uma atenção especial aos estudantes localizados nos níveis mais baixos pois requerem atenção especial e não demonstram habilidades muito elementares.

TABELA 41- ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021)

Ano	Níveis de Proficiência									
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
2015	19,77	16,82	19,18	18,64	13,34	7,68	3,55	0,96	0,07	0,46
2017	13,62	13,13	17,98	20,6	17,32	10,7	4,65	1,99	0	1,15
2019	18,81	15,83	18,34	18,8	14,35	8,58	4,19	1,08	0,01	0,04
2021	19,29	15,97	18,73	18,65	14,06	8,51	4,01	0,74	0,04	0

GRÁFICO 92 - PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)

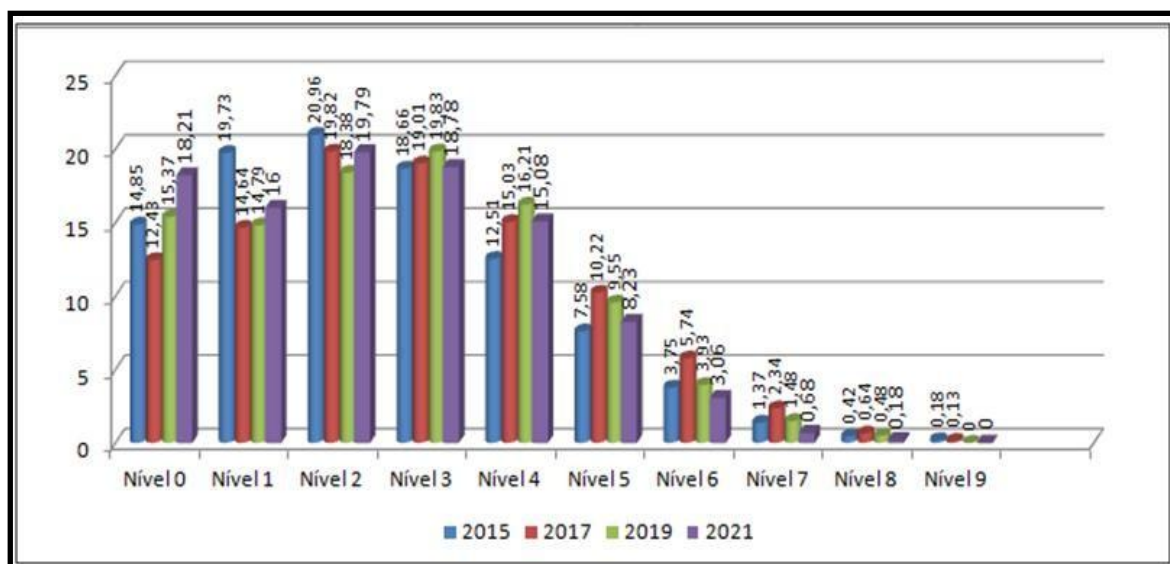


Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

TABELA 42: ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021)

Ano	Níveis de Proficiência									
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
2015	14,85	19,73	20,96	18,66	12,51	7,58	3,75	1,37	0,42	0,18
2017	12,43	14,64	19,82	19,01	15,03	10,22	5,74	2,34	0,64	0,13
2019	15,37	14,79	18,38	19,83	16,21	9,55	3,93	1,48	0,48	0
2021	18,21	16	19,79	18,78	15,08	8,23	3,06	0,68	0,18	0

GRÁFICO 93 - PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 9º ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

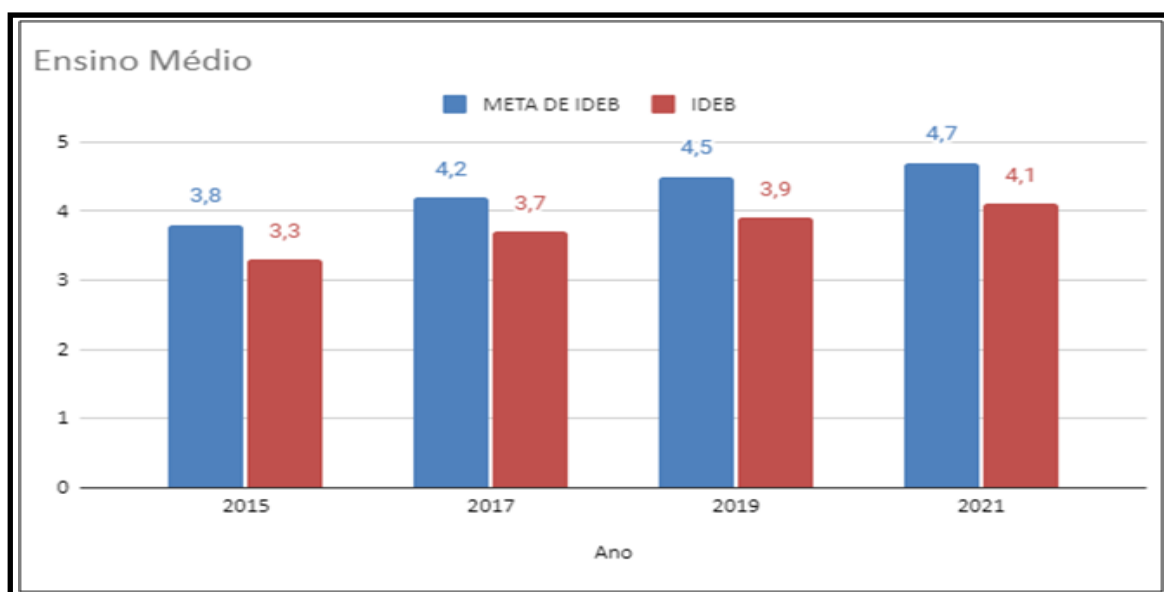
IDEB DO ENSINO MÉDIO

Indicador 23C: Média Ideb no Ensino Médio.

Meta: Atingir Ideb 4,7 até 2021.

Nota-se que o Ideb do ensino médio teve um crescimento gradativo no período analisado, com 3,4 em 2015, em 2017 com 3,8, em 2019 com 4,0 e em 2021 com 4,1, no entanto, o índice continua abaixo das metas estabelecidas no PEE. Em 2021, a distância entre o índice obtido 4,1 e a meta projetada para aquele ano 4,7 se manteve estável comparado à edição de 2019, apontando que não houve crescimento, o que apresenta um distanciamento significativo da meta proposta pelo PEE, como mostra o Gráfico 94.

GRÁFICO 94 - IDEB DO ENSINO MÉDIO E METAS FIXADAS NO PEE – TOCANTINS (2015-2021)

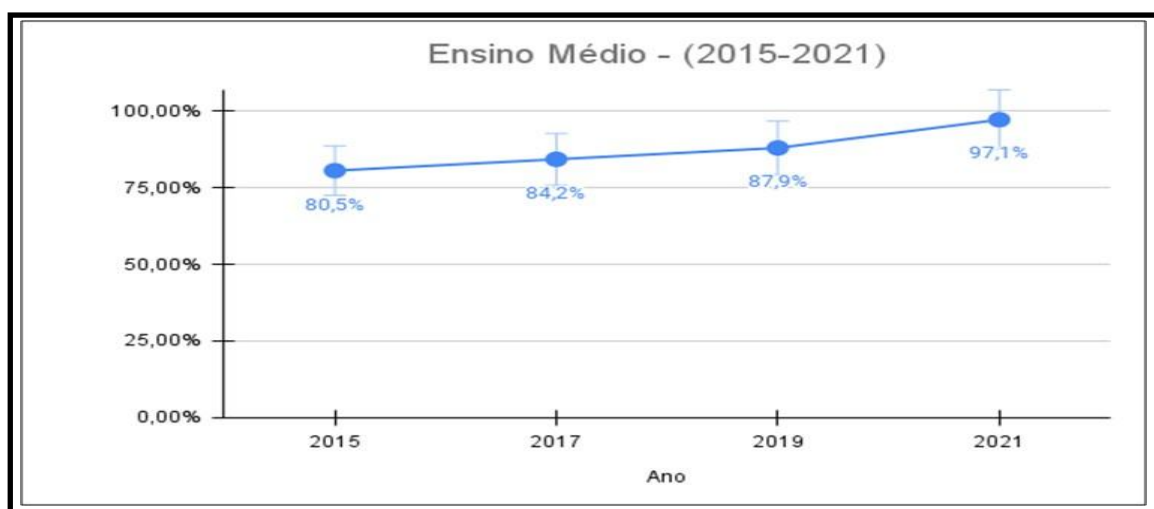


Fonte: Ideb/Inep (2015-2021).Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Os Gráficos 95 e 96 demonstram a análise da trajetória das duas dimensões constitutivas do Ideb, a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos alunos do ensino médio nas avaliações do Saeb. Verifica-se que houve um crescimento gradativo na taxa de aprovação (Gráfico 95) com 80,5% em 2015 para 97,1% em 2021.

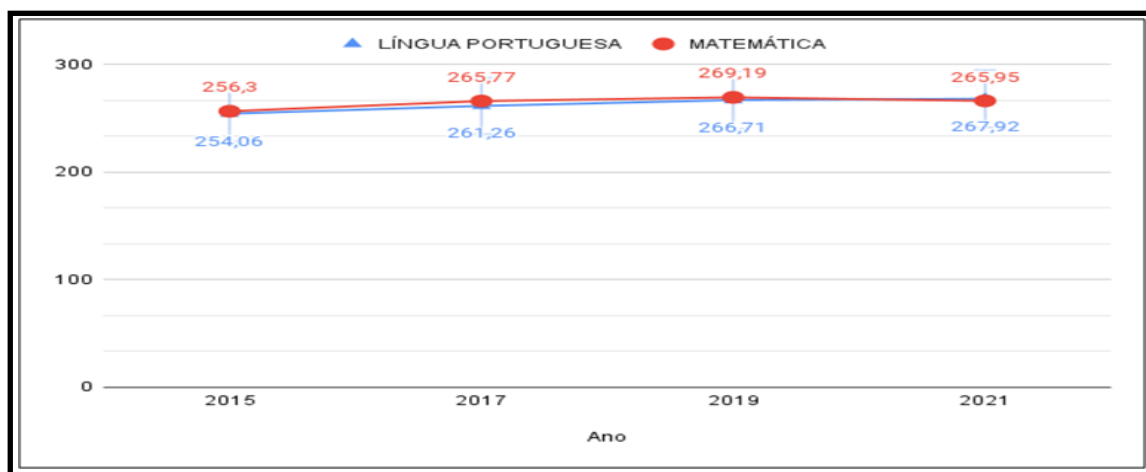
Considerando o desempenho dos alunos da 3ª série do EM no Saeb em Língua Portuguesa e em Matemática (Gráfico 96), verifica-se que o maior crescimento na proficiência média dos alunos em Matemática foi 269,19 em 2019 e decréscimo no ano de 2021 com 265,95 agravado pela pandemia.

GRÁFICO 95 – TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021).Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

GRÁFICO 96 - PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015 – 2021)



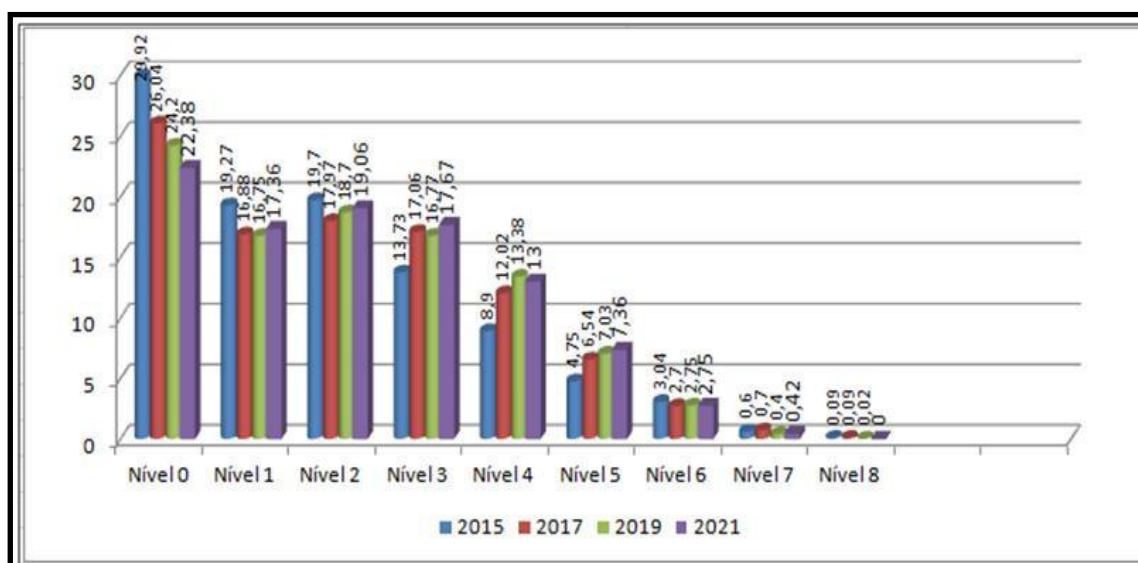
Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

Em relação à distribuição percentual dos alunos da 3ª série do EM que participaram do Saeb 2015, 2017, 2019 e 2021, por níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, indica diferenças nas proficiências e baixo desempenho de um quantitativo expressivo de alunos, que se situam nos níveis inferiores das escalas nas duas áreas avaliadas. Os resultados demonstram que no ensino médio existe um quantitativo considerável de alunos nos níveis mais baixo da escala se comparado com o ensino fundamental, o que se constata baixo aprendizado no desenvolvimento das competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática no ensino médio.

TABELA 43 - ENSINO MÉDIO – LÍNGUA PORTUGUESA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021)

Ano	Níveis de Proficiência								
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
2015	29,92	19,27	19,7	13,73	8,9	4,75	3,04	0,6	0,09
2017	26,04	16,88	17,97	17,06	12,02	6,54	2,7	0,7	0,09
2019	24,2	16,75	18,7	16,77	13,38	7,03	2,75	0,4	0,02
2021	22,38	17,36	19,06	17,67	13	7,36	2,75	0,42	0

GRÁFICO 97 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)

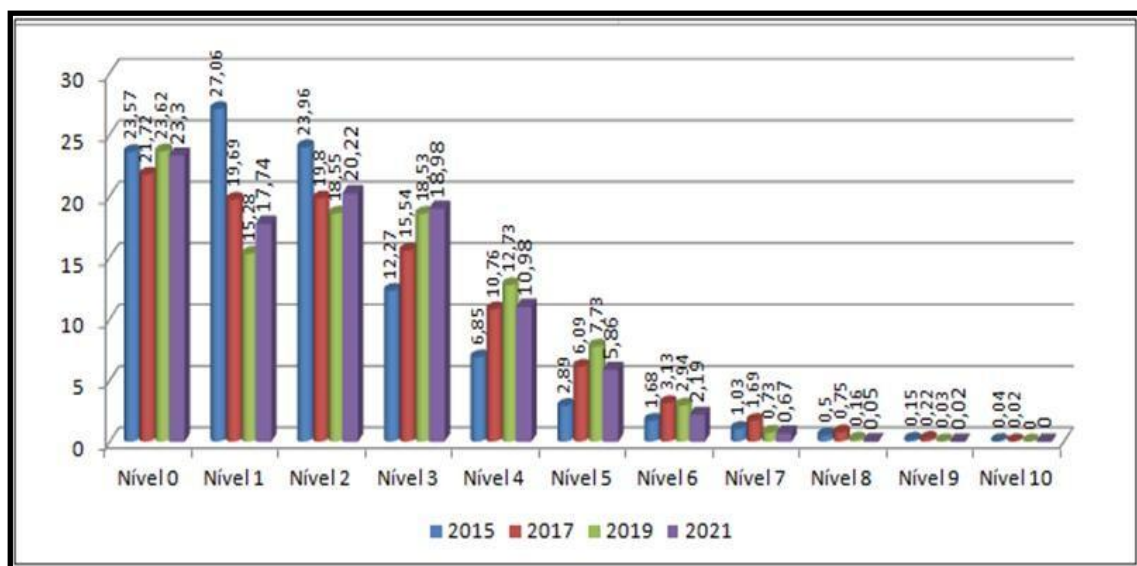


Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

TABELA 44 - ENSINO MÉDIO - MATEMÁTICA - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA (2015-2021)

Ano	Níveis de Proficiência										
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
2015	23,57	27,06	23,96	12,27	6,85	2,89	1,68	1,03	0,5	0,15	0,04
2017	21,72	19,69	19,8	15,54	10,76	6,09	3,13	1,69	0,75	0,22	0,02
2019	23,62	15,28	18,55	18,53	12,73	7,43	2,94	0,73	0,16	0,03	0
2021	23,3	17,74	20,22	18,98	10,98	5,86	2,19	0,67	0,05	0,02	0

GRÁFICO 98 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO SAEB – TOCANTINS (2015-2021)



Fonte: Ideb/Inep (2015-2021). Elaborado por: DCAA – Seduc-TO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENSINO FUNDAMENTAL

1. O Ideb dos anos iniciais do EF segue uma trajetória crescente no período 2013 a 2019, superando as metas fixadas no PEE para o período, à exceção de 2021 com índice de 5,3 quando a meta era 5,7.

2. O indicador rendimento escolar cresceu de forma contínua durante o período.

3. Nota-se que houve um crescimento tanto da taxa média de aprovação, quanto da média de desempenho dos alunos do 5º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações nacionais (Saeb) até o ano de 2019. Em 2021, a pandemia de Covid-19 interferiu negativamente na avaliação do Saeb de 2021.

4. O Ideb dos anos finais do EF no Tocantins apresenta uma trajetória crescente no período de 2013 a 2021, sem, contudo atingir as metas fixadas.

5. Com relação às dimensões do Ideb (a taxa média de aprovação e o desempenho nas avaliações nacionais) no período, verifica-se um crescimento da taxa média de aprovação tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do EF.

6. O desempenho médio dos alunos do 5º e do 9º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática também foi crescente. Entretanto, os resultados da avaliação evidenciam a variação e a desigualdade existente em seu aprendizado. A análise da distribuição dos alunos por níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática revela que há um quantitativo significativo de alunos cuja proficiência está situada nos níveis inferiores dessas escalas, indicando um menor aprendizado em termos de desenvolvimento das competências e habilidades avaliadas, principalmente em 2021 com as consequências da pandemia.

7. Cabe observar que existe um percentual considerável de estudantes do 9º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática com desempenho menor que 200, o que demonstra a necessidade de especial atenção, pois demonstram habilidades muito elementares do que deveriam apresentar nessa etapa escolar e por conta da pandemia se faz necessário um trabalho urgente de recomposição das aprendizagens.

ENSINO MÉDIO

8. O Ideb no ensino médio dá continuidade ao progresso lento que ocorre nos anos finais do ensino fundamental, com um percurso mais difícil agravado por altas taxas de abandono e reprovação.

9. Observa-se que o Ideb do ensino médio apresenta crescimento no período analisado com 3,4 em 2015, com 3,8 em 2017, 4,0 em 2020 e 4,2 em 2021 no entanto, abaixo da meta estabelecida pelo PEE.

10. O indicador de rendimento escolar, por sua vez, registrou um crescimento contínuo.

11. Cabe observar que os estudantes da 3ª série do ensino médio, com desempenho abaixo do nível 4, requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares em Língua Portuguesa e Matemática que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Ideb resultados (2015-2019). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> . Acesso em 20 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Microdados: Saeb 2015-2017. Brasília, DF, Inep, 2017. Disponível em: Resultados — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br) Acesso em: 20 nov. 2023.

APÊNDICE

QUADRO 2 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE LÍNGUA PORTUGUESA

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA - SAEB 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nível	Descrição do Nível
Nível 0 - Desempenho menor que 125	A Prova Brasil não utilizou itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 125 requerem atenção especial, pois não demonstram habilidades muito elementares.
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 125 e menor que 150	Os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em textos narrativos curtos, informativos e anúncios. • Identificar o tema de um texto. • Localizar elementos como o personagem principal. • Estabelecer relação entre partes do texto: personagem e ação; ação e tempo; ação e lugar.

Nível 2 Desempenho maior ou igual a 150 e menor que 175	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em contos. • Identificar o assunto principal e a personagem principal em reportagem e em fábulas. • Reconhecer a finalidade de receitas, manuais e regulamentos. • Inferir características de personagens em fábulas. • Interpretar linguagem verbal e não-verbal em tirinhas
Nível 3 Desempenho maior ou igual a 175 e menor que 200	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informação explícita em contos e reportagens. • Localizar informação explícita em propagandas com ou sem apoio de recursos Gráficos. • Reconhecer relação de causa e consequência em poemas, contos e tirinhas. • Inferir o sentido de palavra, o sentido de expressão ou o assunto em cartas, contos, tirinhas e histórias em quadrinhos com o apoio de linguagem verbal e não verbal.

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar informação explícita em sinopses e receitas culinárias. • Identificar assunto principal e personagem em contos e letras de música. • Identificar formas de representação de medida de tempo em reportagens. • Identificar assuntos comuns a duas reportagens. • Identificar o efeito de humor em piadas. • Reconhecer sentido de expressão, elementos da narrativa e opinião em reportagens, contos e poemas. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, poemas, contos e tirinhas. • Inferir sentido decorrente da utilização de sinais de pontuação e sentido de expressões em poemas, fábulas e contos. • Inferir efeito de humor em tirinhas e histórias em quadrinhos.
---	---

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar assunto e opinião em reportagens e contos. • Identificar assunto comum a cartas e poemas. • Identificar informação explícita em letras de música e contos. • Reconhecer assunto em poemas e tirinhas. • Reconhecer sentido de conjunções e de locuções adverbiais em verbetes, lendas e contos. • Reconhecer finalidade de reportagens e cartazes. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronome e seu referente em tirinhas, contos e reportagens. • Inferir elementos da narrativa em fábulas, contos e cartas. • Inferir finalidade e efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e assunto em fábulas. • Inferir informação em poemas, reportagens e cartas. • Diferenciar opinião de fato em reportagens. • Interpretar efeito de humor e sentido de palavra em piadas e tirinhas
---	--

Nível 6 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar opinião e informação explícita em fábulas, contos, crônicas e reportagens. • Identificar informação explícita em reportagens com ou sem o auxílio de recursos Gráficos. • Reconhecer a finalidade de verbetes, fábulas, charges e reportagens. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em poemas, fábulas e contos. • Inferir assunto principal e sentido de expressão em poemas, fábulas, contos, crônicas, reportagens e tirinhas. • Inferir informação em contos e reportagens. • Inferir efeito de humor e moral em piadas e fábulas.
---	--

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar assunto principal e informações explícitas em poemas, fábulas e letras de música. • Identificar opinião em poemas e crônicas. • Reconhecer o gênero textual a partir da comparação entre textos e assunto comum a duas reportagens. • Reconhecer elementos da narrativa em fábulas. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas, contos e crônicas. • Inferir informação e efeito de sentido decorrente do uso de sinais gráficos em reportagens e em letras de música. • Interpretar efeito de humor em piadas e contos. • Interpretar linguagem verbal e não verbal em histórias em quadrinhos.
Nível 8 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar assunto principal e opinião em contos e cartas do leitor. • Reconhecer sentido de locução adverbial e elementos da narrativa em fábulas e contos. • Reconhecer relação de causa e consequência e relação entre pronomes e seus referentes em fábulas e reportagens. • Reconhecer assunto comum entre textos de gêneros diferentes. • Inferir informações e efeito de sentido decorrente do uso de

	pontuação em fábulas e piadas
Nível 9 Desempenho maiorou igual a 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar opinião em fábulas e reconhecer sentido de advérbios em cartas do leitor

Fonte: Elaboração própria a partir de Daeb/Inep (2018b).

QUADRO 3 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA - SAEB 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA - SAEB 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nível	Descrição do Nível

Nível 0 Desempenho menor que 125	O Saeb não utilizou itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 125 requerem atenção especial, pois não demonstram habilidades muito elementares.
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 125 e menor que 150	Os estudantes provavelmente são capazes de: GRANDEZAS E MEDIDAS Determinar a área de figuras desenhadas em malhas quadriculadas por meio de contagem.
Nível 2 Desempenho maior ou igual a 150 e menor que 175	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES - Resolver problemas do cotidiano envolvendo adição de pequenas quantias de dinheiro. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES - Localizar informações, relativas ao maior ou menor elemento, em tabelas ou gráficos.

Nível 3 Desempenho maior ou igual a 175 e menor que 200	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Localizar um ponto ou objeto em uma malha quadriculada ou croqui, a partir de duas coordenadas ou duas ou mais referências. • Reconhecer dentre um conjunto de polígonos, aquele que possui o maior número de ângulos. • Associar figuras geométricas elementares (quadrado, triângulo e círculo) a seus respectivos nomes. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter uma quantia, dada na ordem das unidades de real, em seu equivalente em moedas. • Determinar o horário final de um evento a partir de seu horário de início e de um intervalo de tempo dado, todos no formato de horas inteiras. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Associar a fração $\frac{1}{4}$ a uma de suas representações gráficas. • Determinar o resultado da subtração de números representados na forma decimal, tendo como contexto o sistema monetário. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Reconhecer o maior valor em uma tabela de dupla entrada cujos dados possuem até duas ordens. • Reconhecer informações em um gráfico de colunas duplas.
---	--

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer retângulos em meio a outros quadriláteros. • Reconhecer a planificação de uma pirâmide dentre um conjunto de planificações. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o total de uma quantia a partir da quantidade de moedas de 25 e/ou 50 centavos que a compõe, ou vice-versa. • Determinar a duração de um evento cujos horários inicial e final acontecem em minutos diferentes de uma mesma hora dada. • Converter uma hora em minutos. • Converter mais de uma semana inteira em dias. • Interpretar horas em relógios de ponteiros. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o resultado da multiplicação de números naturais por valores do sistema monetário nacional, expressos em números de até duas ordens e posterior adição. • Determinar os termos desconhecidos em uma sequência numérica de múltiplos de cinco. • Determinar a adição, com reserva, de até três números naturais com até quatro ordens. • Determinar a subtração de números naturais usando a noção de completar. Determinar a multiplicação de um número natural de até três ordens por
---	---

cinco, com reserva.

- Determinar a divisão exata por números de um algarismo.
- Reconhecer o princípio do valor posicional do Sistema de Numeração Decimal.
- Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, com o apoio de um conjunto de até cinco figuras.
- Associar a metade de um total ao seu equivalente em porcentagem.
- Associar um número natural à sua decomposição expressa por extenso.
- Localizar um número em uma reta numérica graduada onde estão expressos números naturais consecutivos e uma subdivisão equivalente à metade do intervalo entre eles.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Reconhecer o maior valor em uma tabela cujos dados possuem até oito ordens.
- Localizar um dado em tabelas de dupla entrada.

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Localizar um ponto entre outros dois fixados, apresentados em uma figura composta por vários outros pontos. • Reconhecer a planificação de um cubo dentre um conjunto de planificações apresentadas. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar a área de um terreno retangular representado em uma malha quadriculada. • Determinar o horário final de um evento a partir do horário de início, dado em horas e minutos, e de um intervalo dado em quantidade de minutos superior a uma hora. • Converter mais de uma hora inteira em minutos. • Converter uma quantia dada em moedas de 5, 25 e 50 centavos e 1 real em cédulas de real. • Estimar a altura de um determinado objeto com referência aos dados fornecidos por uma régua graduada em centímetros. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o resultado da subtração, com recursos à ordem superior, entre números naturais de até cinco ordens, utilizando as ideias de retirar e comparar. • Determinar o resultado da multiplicação de um número inteiro por um número representado na forma decimal, em contexto envolvendo o sistema monetário. • Determinar o resultado da divisão de números naturais, com resto, por
---	---

um número de uma ordem, usando noção de agrupamento.

- Resolver problemas envolvendo a análise do algoritmo da adição de dois números naturais.
- Resolver problemas, no sistema monetário nacional, envolvendo adição e subtração de cédulas e moedas.
- Resolver problemas que envolvam a metade e o triplo de números naturais.
- Localizar um número em uma reta numérica graduada onde estão expressos o primeiro e o último número representando um intervalo de tempo de dez anos, com dez subdivisões entre eles. • Localizar um número racional dado em sua forma decimal em uma reta numérica graduada onde estão expressos diversos números naturais consecutivos, com dez subdivisões entre eles. • Reconhecer o valor posicional do algarismo localizado na 4ª ordem de um número natural.
- Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, com apoio de um polígono dividido em oito partes ou mais.
- Associar um número natural às suas ordens e vice-versa.

Nível 6 Desempenh o maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer polígonos presentes em um mosaico composto por diversas formas geométricas. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar a duração de um evento a partir dos horários de início, informado em horas e minutos, e de término, também informado em horas e minutos, sem coincidência nas horas ou nos minutos dos dois horários informados. • Converter a duração de um intervalo de tempo, dado em horas e minutos, para minutos. • Resolver problemas envolvendo intervalos de tempo em meses, inclusive passando pelo final do ano (outubro a janeiro). • Reconhecer que entre quatro ladrilhos apresentados, quanto maior o ladrilho, menor a quantidade necessária para cobrir uma dada região. • Reconhecer o m² como unidade de medida de área. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o resultado da diferença entre dois números racionais representados na forma decimal. • Determinar o resultado da multiplicação de um número natural de uma ordem por outro de até três ordens, em contexto que envolve o conceito de proporcionalidade. • Determinar o resultado da divisão exata entre dois números naturais, com divisor até quatro, e dividendo com até quatro ordens. • Determinar 50% de um número natural com até três ordens. • Determinar porcentagens simples (25%, 50%).
--	--

- Associar a metade de um total a algum equivalente, apresentado como fração ou porcentagem.
- Associar números naturais à quantidade de agrupamentos de 1 000.
- Reconhecer uma fração como representação da relação parte-todo, sem apoio de figuras.
- Localizar números em uma reta numérica graduada onde estão expressos diversos números naturais não consecutivos e crescentes, com uma subdivisão entre eles.
- Resolver problemas por meio da realização de subtrações e divisões, para determinar o valor das prestações de uma compra a prazo (sem incidência de juros).
- Resolver problemas que envolvam soma e subtração de valores monetários.
- Resolver problemas que envolvam a composição e a decomposição polinomial de números naturais de até cinco ordens.
- Resolver problemas que utilizam a multiplicação envolvendo a noção de proporcionalidade.
- Reconhecer a modificação sofrida no valor de um número quando um algarismo é alterado.
- Reconhecer que um número não se altera ao multiplicá-lo por 1.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Interpretar dados em uma tabela simples.
- Comparar dados representados pelas alturas de colunas presentes em um gráfico.

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Interpretar a movimentação de um objeto utilizando referencial diferente do seu. • Reconhecer um cubo a partir de uma de suas planificações desenhadas em uma malha quadriculada. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o perímetro de um retângulo desenhado em malha quadriculada, com as medidas de comprimento e largura explicitados. • Converter medidas dadas em toneladas para quilogramas. • Converter uma quantia, dada na ordem das dezenas de real, em moedas de 50 centavos. • Estimar o comprimento de um objeto a partir de outro, dado como unidade padrão de medida. • Resolver problemas envolvendo conversão de quilograma para grama. • Resolver problemas envolvendo conversão de litro para mililitro. • Resolver problemas sobre intervalos de tempo envolvendo adição e subtração e com intervalo de tempo passando pela meia noite. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar 25% de um número múltiplo de quatro. • Determinar a quantidade de dezenas presentes em um número de quatro ordens. • Resolver problemas que envolvem a divisão exata ou a multiplicação de
---	---

números naturais.

- Associar números naturais à quantidade de agrupamentos menos usuais, como 300 dezenas.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Interpretar dados em gráficos de setores

Nível 8 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer uma linha paralela a outra dada como referência em um mapa. • Reconhecer os lados paralelos de um trapézio expressos em forma de segmentos de retas. • Reconhecer objetos com a forma esférica dentre uma lista de objetos do cotidiano. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar a área de um retângulo desenhado numa malha quadriculada, após a modificação de uma de suas dimensões. • Determinar a razão entre as áreas de duas figuras desenhadas numa malha quadriculada. • Determinar a área de uma figura poligonal não convexa desenhada sobre uma malha quadriculada. • Estimar a diferença de altura entre dois objetos, a partir da altura de um deles. • Converter medidas lineares de comprimento (m/cm). • Resolver problemas que envolvem a conversão entre diferentes unidades de medida de massa. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Resolver problemas que envolvem grandezas diretamente proporcionais requerendo mais de uma operação. • Resolver problemas envolvendo divisão de números naturais com
---	---

resto.

- Associar a fração $\frac{1}{2}$ à sua representação na forma decimal.
- Associar 50% à sua representação na forma de fração.
- Associar um número natural de seis ordens à sua forma polinomial.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Interpretar dados em um gráfico de colunas duplas.

Nível 9 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer a planificação de uma caixa cilíndrica. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o perímetro de um polígono não convexo desenhado sobre as linhas de uma malha quadriculada. • Resolver problemas que envolvem a conversão entre unidades de medida de tempo (minutos em horas, meses em anos). • Resolver problemas que envolvem a conversão entre unidades de medida de comprimento (metros em centímetros). NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o minuendo de uma subtração entre números naturais, de três ordens, a partir do conhecimento do subtraendo e da diferença. • Determinar o resultado da multiplicação entre o número oito e um número de quatro ordens com reserva. • Reconhecer frações equivalentes. • Resolver problemas envolvendo multiplicação com significado de combinatória. • Comparar números racionais com quantidades diferentes de casas decimais. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Reconhecer o gráfico de linhas correspondente a uma sequência de valores ao longo do tempo (com valores positivos e negativos).
---	---

Nível 10 Desempenho maior ou igual a 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer dentre um conjunto de quadriláteros, aquele que possui lados perpendiculares e com a mesma medida. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter uma medida de comprimento, expressando decímetros e centímetros, para milímetros.
---	---

Fonte: Elaboração própria a partir de Daeb/Inep (2018e).

QUADRO 4 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO FUNDAMENTAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA - SAEB 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nível	Descrição do Nível
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225	Os estudantes provavelmente são capazes de: • Reconhecer expressões características da linguagem (científica, jornalística etc.) e a relação entre expressão e seu referente em reportagens e artigos de opinião. • Inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em crônicas e reportagens.

Nível 2 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em fragmentos de romances e crônicas. • Identificar tema e assunto em poemas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais. • Reconhecer o sentido estabelecido pelo uso de expressões, de pontuação, de conjunções em poemas, charges e fragmentos de romances. • Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens em lendas e fábulas. • Reconhecer recurso argumentativo em artigos de opinião. • Inferir efeito de sentido de repetição de expressões em crônicas.
---	---

Nível 3 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em crônicas e fábulas. • Identificar os elementos da narrativa em letras de música e fábulas. • Reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbetes. • Reconhecer relação entre pronomes e seus referentes e relações de causa e consequência em fragmentos de romances, diários, crônicas, reportagens e máximas (provérbios). • Interpretar o sentido de conjunções, de advérbios, e as relações entre elementos verbais e não verbais em tirinhas, fragmentos de romances, reportagens e crônicas. • Comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema. • Inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas. • Inferir o sentido de palavra ou expressão em história em quadrinhos, poemas e fragmentos de romances.
---	---

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em artigos de opinião e crônicas. • Identificar finalidade e elementos da narrativa em fábulas e contos. • Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em reportagens, contos e enquetes. • Reconhecer relações de causa e consequência e relações entre pronomes e seus referentes em fragmentos de romances, fábulas, crônicas, artigos de opinião e reportagens. • Reconhecer o sentido de expressão e de variantes linguísticas em letras de música, tirinhas, poemas e fragmentos de romances. • Inferir tema, tese e ideia principal em contos, letras de música, editoriais, reportagens, crônicas e artigos. • Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em charges e história em quadrinhos. • Inferir informações em fragmentos de romance. • Inferir o efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso para estabelecer humor ou ironia em tirinhas, anedotas e contos.
---	---

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar a informação principal em reportagens. • Identificar a ideia principal e finalidade em notícias, reportagens e resenhas. • Reconhecer características da linguagem (científica, jornalística etc.) em reportagens. • Reconhecer elementos da narrativa em crônicas. • Reconhecer argumentos e opiniões em notícias, artigos de opinião e fragmentos de romances. • Diferenciar abordagem do mesmo tema em textos de gêneros distintos. Inferir informação em contos, crônicas, notícias e charges. • Inferir sentido de palavras, da repetição de palavras, de expressões, de linguagem verbal e não verbal e de pontuação em charges, tirinhas, contos, crônicas e fragmentos de romances.
---	--

Nível 6 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar a ideia principal e elementos da narrativa em reportagens e crônicas. • Identificar argumentos em reportagens e crônicas. • Reconhecer o efeito de sentido da repetição de expressões e palavras, do uso de pontuação, de variantes linguísticas e de figuras de linguagem em poemas, contos e fragmentos de romances. • Reconhecer a relação de causa e consequência em contos. • Reconhecer diferentes opiniões entre cartas de leitor que abordam o mesmo tema. • Reconhecer a relação de sentido estabelecida por conjunções em crônicas, contos e cordéis. • Reconhecer o tema comum entre textos de gêneros distintos. • Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de figuras de linguagem e de recursos gráficos em poemas e fragmentos de romances. • Diferenciar fato de opinião em artigos e reportagens. • Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em tirinhas.
---	--

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas, ideia principal e expressão que causa humor em contos, crônicas e artigos de opinião. • Identificar variantes linguísticas em letras de música. • Reconhecer a finalidade e a relação de sentido estabelecida por conjunções em lendas e crônicas.
Nível 8 Desempenho maior ou igual a 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar ideia principal em manuais, reportagens, artigos e teses. • Identificar os elementos da narrativa em contos e crônicas. • Diferenciar fatos de opiniões e opiniões diferentes em artigos e notícias. • Inferir o sentido de palavras em poemas.

Fonte: Elaboração própria a partir do Daeb/Inep (2018c).

Nota: *O Saeb não utilizou itens do 9º ano que avaliam as habilidades do Nível 0. Os estudantes do 9º ano com desempenho menor que 200 requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

QUADRO 5 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO FUNDAMENTAL DE MATEMÁTICA

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA - SAEB 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Nível	Descrição do Nível
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225	Os estudantes provavelmente são capazes de: NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer o maior ou o menor número em uma coleção de números racionais, representados na forma decimal. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Interpretar dados apresentados em tabela e gráfico de colunas.

Nível 2 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer a fração que corresponde à relação parte- todo entre uma figura e suas partes hachuradas. • Associar um número racional que representa uma quantia monetária, escrito por extenso, à sua representação decimal. • Determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por três. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Interpretar dados apresentados em um gráfico de linha simples. • Associar dados apresentados em gráfico de colunas a uma tabela.
---	--

Nível 3 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer o ângulo de giro que representa a mudança de direção na movimentação de pessoas/objetos. • Reconhecer a planificação de um sólido simples, dado através de um desenho em perspectiva. • Localizar um objeto em representação gráfica do tipo planta baixa, utilizando dois critérios: estar mais longe de um referencial e mais perto de outro. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar uma fração irredutível, equivalente a uma fração dada, a partir da simplificação por sete. • Determinar a soma, a diferença, o produto ou o quociente de números inteiros em situações-problema. • Localizar o valor que representa um número inteiro positivo associado a um ponto indicado em uma reta numérica. • Resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números inteiros. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Associar dados apresentados em tabela a gráfico de setores.
---	--

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Analisar dados dispostos em uma tabela simples.• Analisar dados apresentados em um gráfico de linha com mais de uma grandeza representada. |
|--|---|

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Localizar um ponto em um plano cartesiano, com o apoio de malha quadriculada, a partir de suas coordenadas. • Reconhecer as coordenadas de um ponto dado em um plano cartesiano, com o apoio de malha quadriculada. • Interpretar a movimentação de um objeto utilizando referencial diferente do seu. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter unidades de medidas de comprimento, de metros para centímetros, na resolução de situação- problema. • Reconhecer que a medida do perímetro de um retângulo, em uma malha quadriculada, dobra ou se reduz à metade quando os lados dobram ou são reduzidos à metade. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar a soma de números racionais em contextos de sistema monetário. • Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica de 1º grau envolvendo números naturais, em situação-problema.
---	--

- Localizar números inteiros negativos na reta numérica.
- Localizar números racionais em sua representação decimal. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES
- Analisar dados dispostos em uma tabela de dupla entrada.

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer que o ângulo não se altera em figuras obtidas por ampliação/redução. • Localizar dois ou mais pontos em um sistema de coordenadas. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o perímetro de uma região retangular, com o apoio de figura, na resolução de uma situação-problema. • Determinar o volume através da contagem de blocos. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Associar uma fração com denominador dez à sua representação decimal. • Associar uma situação-problema à sua linguagem algébrica, por meio de equações do 1º grau ou sistemas lineares. • Determinar, em situação-problema, a adição e multiplicação entre números racionais, envolvendo divisão por números inteiros. • Determinar a porcentagem envolvendo números inteiros. • Resolver problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais, representadas por números racionais na forma decimal.
---	---

Nível 6 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer a medida do ângulo determinado entre dois deslocamentos, descritos por meio de orientações dadas por pontos cardeais. • Reconhecer as coordenadas de pontos representados no primeiro quadrante de um plano cartesiano. • Reconhecer a relação entre as medidas de raio e diâmetro de uma circunferência, com o apoio de figura. • Reconhecer a corda de uma circunferência, as faces opostas de um cubo, a partir de uma de suas planificações. • Comparar as medidas dos lados de um triângulo a partir das medidas de seus respectivos ângulos opostos. • Resolver problema utilizando o Teorema de Pitágoras no cálculo da medida da hipotenusa, dadas as medidas dos catetos. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter unidades de medida de massa, de quilograma para grama, na resolução de situação-problema. • Resolver problema fazendo uso de semelhança de triângulos. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer frações equivalentes. • Associar um número racional, escrito por extenso, à sua
---	---

representação decimal, e vice-versa.

- Estimar o valor da raiz quadrada de um número inteiro aproximando-o de um número racional em sua representação decimal.
- Resolver problema envolvendo grandezas diretamente proporcionais, com constante de proporcionalidade não inteira.
- Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica que contenha parênteses, envolvendo números naturais.
- Determinar um valor monetário obtido por meio de um desconto ou um acréscimo percentual.
- Determinar o valor de uma expressão numérica, com números irracionais, fazendo uso de uma aproximação racional fornecida.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Resolver problemas que requerem a comparação de dois gráficos de colunas.

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer ângulos agudos, retos ou obtusos de acordo com sua medida em graus. • Reconhecer as coordenadas de pontos representados num plano cartesiano localizados em quadrantes diferentes do primeiro. • Determinar a posição final de um objeto, após a realização de rotações em torno de um ponto, de diferentes ângulos, em sentido horário e anti-horário. • Resolver problemas envolvendo ângulos, inclusive utilizando a Lei Angular de Tales sobre a soma dos ângulos internos de um triângulo. • Resolver problemas envolvendo as propriedades de ângulos internos e externos de triângulos e quadriláteros, com ou sem justaposição ou sobreposição de figuras. • Resolver problema utilizando o Teorema de Pitágoras no cálculo da medida de um dos catetos, dadas as medidas da hipotenusa e de um de seus catetos. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o perímetro de uma região retangular, obtida pela justaposição de dois retângulos, descritos sem o apoio de figuras. • Determinar a área de um retângulo em situações-
---	--

problema.

- Determinar a área de regiões poligonais desenhadas em malhas quadriculadas.
- Determinar o volume de um cubo ou de um paralelepípedo retângulo, sem o apoio de figura.
- Converter unidades de medida de volume, de m^3 para litro, em situações-problema.
- Reconhecer a relação entre as áreas de figuras semelhantes.

NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES

- Determinar o quociente entre números racionais, representados na forma decimal ou fracionária, em situações-problema.
- Determinar a soma de números racionais dados na forma fracionária e com denominadores diferentes.
- Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica de 2º grau, com coeficientes naturais, envolvendo números inteiros.
- Determinar o valor de uma expressão numérica envolvendo adição, subtração, multiplicação e/ou potenciação entre números inteiros.
- Determinar o valor de uma expressão numérica com números inteiros positivos e negativos.
- Determinar o valor de uma expressão numérica com

números racionais.

- Comparar números racionais com diferentes números de casas decimais, usando arredondamento.
- Localizar na reta numérica um número racional, representado na forma de uma fração imprópria.
- Associar uma fração à sua representação na forma decimal.
- Associar uma situação problema à sua linguagem algébrica, por meio de inequações do 1º grau.
- Associar a representação gráfica de duas retas no plano cartesiano a um sistema de duas equações lineares e vice-versa.
- Resolver problemas envolvendo equação do 2º grau.

TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES

- Determinar a média aritmética de um conjunto de valores.
- Estimar quantidades em gráficos de setores.
- Analisar dados dispostos em uma tabela de três ou mais entradas.
- Interpretar dados fornecidos em gráficos envolvendo regiões do plano cartesiano.
- Interpretar gráficos de linhas com duas sequências de valores.

Nível 8 Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Resolver problemas utilizando as propriedades das cevianas (altura, mediana e bissetriz) de um triângulo isósceles, com o apoio de figura. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter unidades de medida de capacidade, de mililitro para litro, em situações-problema. • Reconhecer que a área de um retângulo quadruplica quando seus lados dobram. • Determinar a área de figuras simples (triângulo, paralelogramo, trapézio), inclusive utilizando composição/decomposição. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica do 1º grau, com coeficientes racionais, representados na forma decimal. • Determinar o valor de uma expressão numérica envolvendo adição, subtração e potenciação entre números racionais, representados na forma decimal. • Resolver problemas envolvendo grandezas inversamente proporcionais.
---	--

Nível 9 Desempenho maior ou igual a 400	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Resolver problemas utilizando a soma das medidas dos ângulos internos de um polígono. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer a expressão algébrica que expressa uma regularidade existente em uma sequência de números ou de figuras geométricas.
---	--

Fonte: Elaboração própria a partir do Saeb/Inep (2018).

Nota: *O Saeb não utilizou itens do 9º ano que avaliam as habilidades do Nível 0. Os estudantes do 9º ano com desempenho menor que 200 requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

QUADRO 6 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO MÉDIO DE LÍNGUA PORTUGUESA

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA - SAEB 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	
Nível	Descrição do Nível

Nível 1 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar elementos da narrativa em história em quadrinhos. • Reconhecer a finalidade de recurso gráfico em artigos. • Reconhecer a relação de causa e consequência em lendas. • Inferir o sentido de palavra em letras de música e reportagens.
Nível 2 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Reconhecer a ideia comum entre textos de gêneros diferentes e a ironia em tirinhas. • Reconhecer relações de sentido estabelecidas por conjunções ou locuções conjuntivas em letras de música e crônicas. • Reconhecer o uso de expressões características da linguagem (científica, profissional etc.) e a relação entre pronome e seu referente em artigos e reportagens. • Inferir o efeito de sentido da linguagem verbal e não verbal em notícias e charges.

Nível 3 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informação explícita em artigos de opinião. • Identificar a finalidade de relatórios científicos. • Reconhecer relações de sentido marcadas por conjunções, a relação de causa e consequência e a relação entre o pronome e seu referente em fragmentos de romances. • Reconhecer o tema de uma crônica. • Reconhecer variantes linguísticas em artigos. • Reconhecer o sentido e o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos morfossintáticos em contos, artigos e crônicas. • Reconhecer opiniões divergentes sobre o mesmo tema em diferentes textos. • Inferir informação, o sentido e o efeito de sentido produzido por expressão em reportagens e tirinhas.
---	--

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informações explícitas em infográficos, reportagens, crônicas e artigos. • Identificar o argumento em contos. • Identificar a finalidade e a informação principal em notícias. • Reconhecer a relação entre os pronomes e seus referentes em contos. • Reconhecer elementos da narrativa em contos. • Reconhecer variantes linguísticas em contos, notícias e reportagens. Reconhecer o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos morfossintáticos em poemas. • Reconhecer ideia comum e opiniões divergentes sobre o mesmo tema na comparação entre diferentes textos. • Reconhecer ironia e efeito de humor em crônicas e entrevistas. • Reconhecer a relação de causa e consequência em piadas e fragmentos de romance. • Comparar poemas que abordem o mesmo tema. • Diferenciar fato de opinião em contos, artigos e reportagens. • Diferenciar tese de argumentos em artigos, entrevistas e crônicas. • Inferir informação, sentido de expressão e o efeito de sentido decorrente do uso de recursos morfossintáticos
---	--

em crônicas.

- Inferir o sentido decorrente do uso de recursos gráficos em poemas.
- Inferir o efeito de sentido da linguagem verbal e não verbal e o efeito de humor em tirinhas.

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Localizar informação explícita em resumos. • Identificar a informação principal em reportagens. • Identificar elementos da narrativa e a relação entre argumento e ideia central em crônicas. • Reconhecer a finalidade de propagandas. • Reconhecer variantes linguísticas e o efeito de sentido de recursos gráficos em crônicas e artigos. • Reconhecer a relação de causa e consequência e relações de sentido marcadas por conjunções em reportagens, artigos e ensaios. • Reconhecer o tema em poemas. • Diferenciar fato de opinião em resenhas. • Inferir o sentido de palavras e expressões em piadas e letras de música. • Inferir informação em artigos; inferir o sentido de expressão em fragmentos de romances.
---	---

Nível 6 Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Reconhecer efeitos estilísticos em poemas. • Reconhecer ironia e efeitos de sentido decorrentes da repetição de palavras em sinopses. • Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo tema, na comparação entre diferentes textos. • Reconhecer finalidade e traços de humor em reportagens. • Reconhecer o efeito de sentido do humor em tirinhas. • Reconhecer o tema em contos e fragmentos de romances. • Reconhecer relação de sentido marcada por conjunção em crônicas. • Inferir informação e tema em reportagens, poemas, histórias em quadrinhos e tirinhas. • Inferir o sentido e o efeito de sentido de palavras ou de expressão em poemas, crônicas e fragmentos de romances.
---	---

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Identificar a ideia central e o argumento em apresentações de livros, reportagens, editoriais e crônicas. • Identificar elementos da narrativa em crônicas, contos e fragmentos de romances. • Identificar ironia e tema em poemas e artigos. • Reconhecer relações de sentido marcadas por conjunção em artigos, reportagens e fragmentos de romances. • Reconhecer a relação de causa e consequência em reportagens e fragmentos de romances. • Reconhecer o efeito de sentido de recursos gráficos em artigos. • Reconhecer variantes linguísticas em letras de música e piadas. • Reconhecer a finalidade de reportagens, resenhas e artigos. • Inferir efeito de humor e ironia em tirinhas e charges.
Nível 8 Desempenho maior ou igual a 400	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: • Reconhecer o efeito de sentido resultante do uso de recursos morfossintáticos em artigos e letras de música.

Fonte: Elaboração própria a partir do Daeb/Inep (2018a).

Nota: * O Saeb não utilizou itens da 3ª série do Ensino Médio que avaliam as habilidades do Nível 0. Os estudantes da 3ª série com desempenho menor que 225 requerem atenção

especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

QUADRO 7 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA DO SAEB DO ENSINO MÉDIO DE MATEMÁTICA

ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA - SAEB 3º SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	
Nível	Descrição do Nível
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 225 e menor que 250	Os estudantes provavelmente são capazes de: TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Associar uma tabela de até duas entradas a informações apresentadas textualmente ou em um gráfico de barras ou de linhas.

Nível 2 Desempenho maior ou igual a 250 e menor que 275	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer as coordenadas de pontos representados em um plano cartesiano localizados no primeiro quadrante. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer os zeros de uma função dada graficamente. • Determinar o valor de uma função afim, dada sua lei de formação. • Determinar resultado utilizando o conceito de progressão aritmética. TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES • Associar um gráfico de setores a dados percentuais apresentados textualmente ou em uma tabela.
---	---

Nível 3 Desempenho maior ou igual a 275 e menor que 300	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer o valor máximo de uma função quadrática representada graficamente. • Reconhecer, em um gráfico, o intervalo no qual a função assume valor máximo. • Determinar, por meio de proporcionalidade, o gráfico de setores que representa uma situação com dados fornecidos textualmente. • Determinar o quarto valor em uma relação de proporcionalidade direta a partir de três valores fornecidos em uma situação do cotidiano. • Determinar um valor reajustado de uma quantia a partir de seu valor inicial e do percentual de reajuste. • Resolver problemas utilizando operações fundamentais com números naturais.
---	--

Nível 4 Desempenho maior ou igual a 300 e menor que 325	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: GRANDEZAS E MEDIDAS • Resolver problemas envolvendo área de uma região composta por retângulos a partir de medidas fornecidas em texto e figura. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer o gráfico de função a partir de valores fornecidos em um texto. • Determinar a lei de formação de uma função linear a partir de dados fornecidos em uma tabela. • Determinar a solução de um sistema de duas equações lineares. • Determinar um termo de progressão aritmética, dada sua forma geral. • Determinar a probabilidade da ocorrência de um evento simples. • Resolver problemas utilizando proporcionalidade direta ou inversa, cujos valores devem ser obtidos a partir de operações simples. • Resolver problemas de contagem usando princípio multiplicativo.
---	--

Nível 5 Desempenho maior ou igual a 325 e menor que 350	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar medidas de segmentos por meio da semelhança entre dois polígonos. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o valor de variável dependente ou independente de uma função exponencial dada. • Determinar o percentual que representa um valor em relação a outro. • Determinar o valor de uma expressão algébrica. • Determinar a solução de um sistema de três equações sendo uma com uma incógnita, outra com duas e a terceira com três incógnitas. • Resolver problema envolvendo divisão proporcional do lucro em relação a dois investimentos iniciais diferentes. • Resolver problema envolvendo operações, além das fundamentais, com números naturais. • Resolver problema envolvendo a relação linear entre duas variáveis para a determinação de uma delas. • Resolver problema envolvendo probabilidade de união de eventos. • Avaliar o comportamento de uma função representada graficamente, quanto ao seu crescimento.
---	---

Nível 6 Desempenho maior ou igual a 350 e menor que 375	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer as coordenadas de pontos representados em um plano cartesiano e localizados em quadrantes diferentes do primeiro. • Associar um sólido geométrico simples a uma planificação usual dada. • Resolver problemas envolvendo Teorema de Pitágoras, para calcular a medida da hipotenusa de um triângulo pitagórico, a partir de informações apresentadas textualmente e em uma figura. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar a razão de semelhança entre as imagens de um mesmo objeto em escalas diferentes. • Determinar o volume de um paralelepípedo retângulo, dada sua representação espacial. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar os zeros de uma função quadrática, a partir de sua expressão algébrica. • Resolver problemas de porcentagem envolvendo números racionais não inteiros.
---	---

Nível 7 Desempenho maior ou igual a 375 e menor que 400	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Determinar a medida de um dos lados de um triângulo retângulo, por meio de razões trigonométricas, fornecendo ou não as fórmulas. • Determinar, com o uso do Teorema de Pitágoras, a medida de um dos catetos de um triângulo retângulo não pitagórico. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar a área de um polígono não convexo composto por retângulos e triângulos, a partir de informações fornecidas na figura. • Resolver problemas por meio de semelhança de triângulos sem apoio de figura. • Resolver problemas envolvendo perímetros de triângulos equiláteros que compõem uma figura. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer gráfico de função a partir de informações sobre sua variação descritas em um texto. • Reconhecer os zeros de uma função quadrática em sua forma fatorada. • Reconhecer gráfico de função afim a partir de sua representação algébrica. • Reconhecer a equação de uma reta a partir de dois de seus pontos. • Reconhecer as raízes de um polinômio apresentado na sua forma fatorada. • Determinar os pontos de máximo ou de mínimo a
---	--

partir do gráfico de uma função.

- Determinar o valor de uma expressão algébrica envolvendo módulo.
- Determinar o ponto de interseção de duas retas.
- Determinar a expressão algébrica que relaciona duas variáveis com valores dados em tabela ou gráfico.
- Determinar a maior raiz de um polinômio de 2º grau.
- Resolver problemas para obter valor de variável dependente ou independente de uma função exponencial dada.
- Resolver problemas que envolvam uma equação de 1º grau que requeira manipulação algébrica.
- Resolver problemas envolvendo um sistema linear, dadas duas equações a duas incógnitas.
- Resolver problemas usando permutação.
- Resolver problemas utilizando probabilidade, envolvendo eventos independentes.

Nível 8 Desempenho maior ou igual a 400 e menor que 425	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Resolver problemas utilizando as propriedades das cevianas (altura, mediana e bissetriz) de um triângulo isósceles, com o apoio de figura. GRANDEZAS E MEDIDAS • Converter unidades de medida de capacidade, de mililitro para litro, em situações-problema. • Reconhecer que a área de um retângulo quadruplica quando seus lados dobram. • Determinar a área de figuras simples (triângulo, paralelogramo, trapézio), inclusive utilizando composição/decomposição. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar o valor numérico de uma expressão algébrica do 1o grau, com coeficientes racionais, representados na forma decimal. • Determinar o valor de uma expressão numérica envolvendo adição, subtração e potenciação entre números racionais, representados na forma decimal. • Resolver problemas envolvendo grandezas inversamente proporcionais. Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer a proporcionalidade dos elementos lineares de figuras semelhantes.
---	---

- Determinar uma das medidas de uma figura tridimensional, utilizando o Teorema de Pitágoras.
- Determinar a equação de uma circunferência, dados o centro e o raio.
- Determinar a quantidade de faces, vértices e arestas de um poliedro por meio da relação de Euler.
- Resolver problema envolvendo razões trigonométricas no triângulo retângulo, com apoio de figura.
- Associar um prisma a uma planificação usual dada.

GRANDEZAS E MEDIDAS

- Determinar a área da superfície de uma pirâmide regular.
- Determinar o volume de um paralelepípedo, dadas suas dimensões e unidades diferentes.
- Determinar o volume de cilindros.

NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES

- Reconhecer o gráfico de uma função trigonométrica da forma $y = \sin(x)$.
- Reconhecer um sistema de equações associado a uma matriz.
- Determinar a expressão algébrica associada a um dos trechos do gráfico de uma função definida por partes.
- Determinar o valor máximo de uma função quadrática a partir de sua expressão algébrica e das expressões que determinam as coordenadas do vértice.
- Determinar a distância entre dois pontos no plano cartesiano.

- Resolver problema usando arranjo.
- Resolver problema envolvendo a resolução de uma equação do 2º grau sendo dados seus coeficientes.
- Interpretar o significado dos coeficientes da equação de uma reta, a partir de sua forma reduzida.

Nível 9 Desempenho maior ou igual a 425 e menor que 450	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: ESPAÇO E FORMA • Reconhecer a equação que representa uma circunferência, dentre diversas equações dadas. • Determinar o centro e o raio de uma circunferência a partir de sua equação geral. Resolver problemas envolvendo relações métricas em um triângulo retângulo que é parte de uma figura plana dada. GRANDEZAS E MEDIDAS • Determinar o volume de pirâmides regulares. • Resolver problema envolvendo áreas de círculos e polígonos. • Resolver problema envolvendo semelhança de triângulos com apoio de figura na qual os dois triângulos apresentam ângulos opostos pelos vértices. • Resolver problema envolvendo cálculo de volume de cilindro. NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Reconhecer o gráfico de uma função exponencial do tipo $f(x)=10^x+1$. • Reconhecer o gráfico de uma função logarítmica dada a expressão algébrica da sua função inversa e seu gráfico. • Determinar a expressão algébrica correspondente a uma função exponencial, a partir de dados fornecidos
---	--

em texto ou gráfico.

- Determinar a inversa de uma função exponencial dada, representativa de uma situação do cotidiano.
- Determinar inclinação ou coeficiente angular de retas a partir de suas equações.
- Determinar um polinômio na forma fatorada, dadas as suas raízes.

Nível 10	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de:
Desempenho maior ou igual a 450	NÚMEROS E OPERAÇÕES; ÁLGEBRA E FUNÇÕES • Determinar a solução de um sistema de três equações lineares, a três incógnitas, apresentado na forma matricial escalonada.

Fonte: Elaboração própria a partir de Daeb/Inep (2018c).

Nota: *O Saeb não utilizou itens do 9º ano que avaliam as habilidades do Nível 0. Os estudantes do 9º ano com desempenho menor que 200 requerem atenção especial, pois ainda não demonstram habilidades muito elementares que deveriam apresentar nessa etapa escolar.

FICHA TÉCNICA DOS INDICADORES

META 23

Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

TABELA 45 - IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Tocantins (2013) 5,1	4,9	5,2	5,5	5,7
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5	5,2	5,5
Tocantins (2013) 3,7	4,6	4,9	5,1	5,4
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2
Tocantins (2013) 3,2	4,0	4,4	4,7	4,9

— Indicador 23A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 23A} = \boxed{\text{Taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental}} \times \boxed{\text{Proficiência padronizada dos alunos do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb}}$$

ABRANGÊNCIA

Tocantins

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

UNIDADE DE MEDIDA

Média

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO

Bianual

POLARIDADE

(+) Maior, melhor

RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

Diretoria de Currículo e Avaliação da Aprendizagem

— Indicador 23B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Indicador 23B =

Taxa média de aprovação nos
anos iniciais do ensino
fundamental

.....X

Proficiência padronizada dos
alunos do 9º ano do ensino
fundamental nas avaliações do
Saeb

ABRANGÊNCIA

Tocantins

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

UNIDADE DE MEDIDA

Média

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO

Bianual

POLARIDADE

(+) Maior, melhor

RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

Diretoria de Currículo e Avaliação da Aprendizagem

— Indicador 23C: Ideb do ensino médio.

FÓRMULA DE CÁLCULO

Indicador 23C =

Taxa média de aprovação nos
anos iniciais do ensino
fundamental

.....X

Proficiência média padronizada
dos alunos da 3ª série do ensino
médio nas avaliações Saeb

ABRANGÊNCIA

Tocantins

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

UNIDADE DE MEDIDA

Média

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO

Bianual

POLARIDADE

(+) Maior, melhor

RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

Diretoria de Currículo e Avaliação da Aprendizagem

META: 24

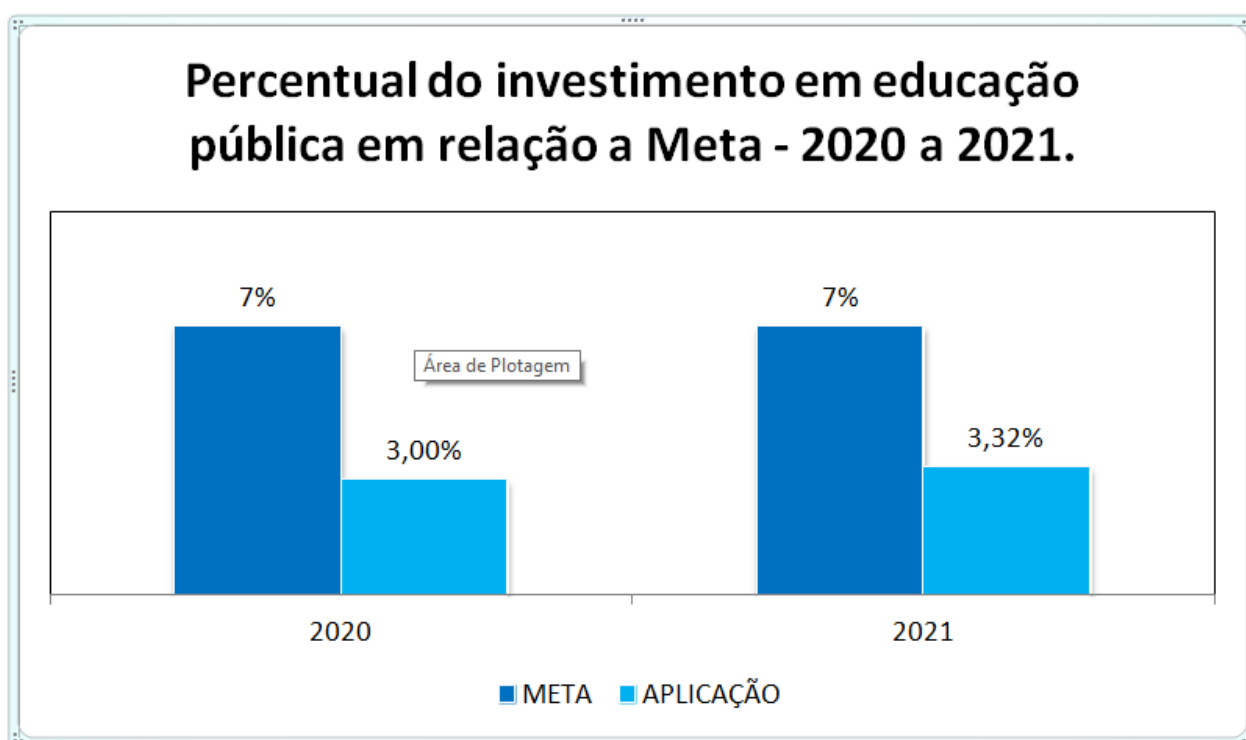
Garantir e fiscalizar a aplicação das fontes de financiamento da educação, conforme preceitua o art. 212 da constituição Federal e demais legislações pertinentes, e ampliar o investimento público de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7º (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB estadual, a partir da vigência do Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB, ao final do PEE/TO.

A meta 24 do Plano Estadual de Educação (PEE) trata da Ampliação do Investimento público em educação pública, que tem como objetivo atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020 e 10% do PIB ao final da vigência do Plano (2025).

Nesta avaliação do 3º Ciclo do PEE, iremos apresentar a situação do Estado do Tocantins em relação ao que foi proposto pela Meta 24.

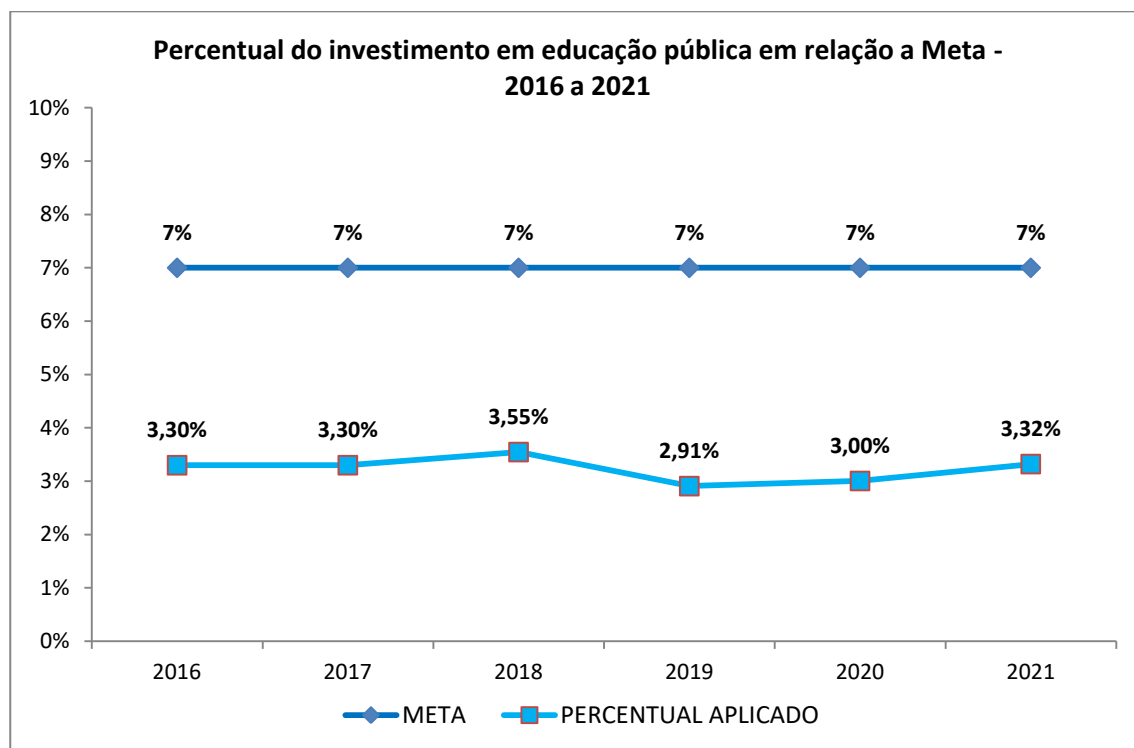
Ao analisar os dados expostos no Gráfico 99, observa-se que, no ano de 2020, o estado teve um investimento público na educação de 3,00% do PIB, um percentual abaixo do proposto pela meta PEE de 7%. Além disso, nota-se que para o ano de 2021 houve um leve crescimento, subindo para 3,32% dos investimentos em educação.

GRÁFICO 99 - PERCENTUAL DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO À META - 2020 A 2021



Fonte: *IBGE/Seplan - TO, Gerência de Contas Regionais

GRÁFICO 100 - PERCENTUAL DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM RELAÇÃO À META - 2016 A 2021.



Fonte: *IBGE/Seplan - TO, Gerência de Contas Regionais

Verifica-se pelo gráfico 100 que o atual percentual de investimento em educação pública do estado é de 3,32% do PIB do estado. No período de 2019 a 2021 houve pequeno crescimento no investimento. Para que a meta de 10% do PIB seja aplicada, será necessário que os investimentos em educação se elevem.

O percentual de investimentos em educação pública em relação a Meta 24, período 2020 a 2021 apresentou um crescimento abaixo do proposto pela meta, esse fato tem dentre suas causas, a pandemia. Uma vez que a pandemia trouxe dentre uma série de dificuldades uma recessão econômica. Os governos se deparam com custos adicionais para assegurar a oferta do ensino público. A diminuição das despesas com educação aconteceu em quase todos os estados do Brasil. A pandemia da Covid-19 gerou a suspensão de aulas e, consequentemente, do transporte escolar no país.

Os investimentos em educação pública são afetados uma vez que as receitas enfrentam queda, já que os recursos advêm dos tributos que estão diretamente ligados ao desenvolvimento da economia e pela retirada de recursos das políticas públicas para serem investidos em políticas de recuperação da economia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, TO. Disponível em: <https://SEDUC-TO.to.gov.br/plano-estadual-de-educacao-pee>.

GOVERNO DO TOCANTINS – Secretaria do Planejamento e Orçamento – Seplan. Gerência de Contas Regionais. (2020-2021)

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO TOCANTINS – SiafeTO, Relatório para Acompanhamento da Programação e Execução Orçamentária – Anexo 11 Lei 4.320/64.